

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**Faculdade de Ciências e Tecnologia
Secção Autónoma das Ciências Sociais Aplicadas
Ciências da Educação**

**ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL
Estudo de Caso sobre uma Modalidade de Orientação para Jovens
em Risco de Exclusão Social**

2 Volumes (Vol. I)

Luísa Maria de Carvalho Pereira Ramos

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Educação e Desenvolvimento, sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Oliveira

Lisboa
1999

Sumário

Reconhece-se à Orientação, enquanto conjunto de actividades cuja finalidade é ajudar os indivíduos a tomar decisões de carácter escolar, profissional e/ou pessoal, um papel de importância estratégica para as sociedades desenvolvidas. Dos vários domínios de Orientação, a Escolar, a Profissional e a Pessoal, os dois primeiros são dominantes nos Estados Membros da União Europeia. Estes dois domínios de Orientação são exercidos em modalidade formal, uma vez que estão integrados nos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego. Os jovens em risco de exclusão social, afastados destes sistemas formais, têm um acesso difícil à Orientação Formal.

Este problema foi já reconhecido pela Comunidade Europeia através de dois projectos, o “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e o “Community Based Guidance Assistance”, que se desenvolveram, respectivamente, no âmbito dos Programas Petra II, Acção III e Leonardo da Vinci e cuja principal finalidade foi o reconhecimento e o desenvolvimento de uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

Perante este problema, colocámos a seguinte questão inicial de investigação: qual é o conceito de Orientação Não Formal subjacente às práticas de intervenção junto de jovens em risco de exclusão social? A partir desta questão, decorreram outras que pretendemos investigar: será pertinente a existência de uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social? Em que contextos e por que processos se realiza esta modalidade de Orientação? Quais os domínios de Orientação - Escolar, Profissional e Pessoal e Social - que estão subjacentes a esta modalidade de Orientação?

Através de uma estratégia de investigação de estudo de caso, cujas unidade e subunidades de análise foram, respectivamente, a modalidade de Orientação Não Formal, seus contextos e processos, desenvolvemos um quadro de inteligibilidade que possibilitou o reconhecimento desta modalidade como um sistema complexo composto por um conjunto de elementos específicos como sejam o quadro institucional, o grau organizativo, as actividades e os actores envolvidos.

Conseguimos estabelecer um conceito preliminar de Orientação Não Formal como sendo um conjunto de iniciativas que se desenvolvem em organizações locais e comunitárias que, em parceria com organizações dos sistemas formais, desenvolvem projectos de carácter flexível, através dos quais se realizam actividades formativas (de ocupação de tempos livres, de educação, de formação profissional e de orientação), que vão ao encontro das necessidades e interesses dos destinatários. A ajuda e intervenção de equipas multidisciplinares de técnicos, de pessoas significativas e de mediadores sociais, tem o objectivo de proporcionar a (re)orientação de projectos de vida pessoal, escolar e profissional e o desenvolvimento de competências transversais transferíveis para contextos formais.

Este estudo possibilitou, ainda, o levantamento de outras questões relacionadas com a própria modalidade de Orientação Não Formal, com a ligação entre esta e a Orientação Formal e com novos potenciais agentes sociais locais em Orientação Não Formal.

Abstract

Guidance, as a set of activities which main goal is to help people to take vocational, career and/or personal decisions, is reckoned to have a strategic importance in developed societies. Vocational and career guidance are considered dominant domains of guidance in the member states of the European Union. These two domains of guidance operate on the formal systems of education, training and employment. Apart from these formal systems, young people at risk of social exclusion have a difficult access to formal guidance.

This problem has already been reckoned by the European Community through "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" and "Community Based Guidance Assistance" projects which have been developed within the range of Petra II, Action III and Leonardo da Vinci Programs, and which main goal was to acknowledge and develop a Non-Formal Guidance modality for young people at risk of social exclusion.

In the presence of this problem we placed the following question of research: which concept of Non-Formal Guidance is subjacent to the intervention practices close to young people at risk of social exclusion? We also intended to investigate other questions that emerged from the first one: is the existence of a Non-Formal Guidance modality for young people at risk of social exclusion pertinent? In which contexts and through which processes does this guidance modality operate? Which domains of guidance - vocational, career, personal and social - are subjacent to this guidance modality?

Through a case study research strategy, we defined Non-Formal Guidance modality as our unit of analysis and its contexts and processes as our subunits of analysis. With this research strategy we developed an intelligibility frame that made it possible to recognise this guidance modality as a complex system constituted by a set of specific elements such as the institutional frame, the degree of organisation, the activities and the actors involved.

It was possible to establish a preliminary concept of Non-Formal Guidance as a set of initiatives developed at local and community based organisations that in partnership with organisations of the formal systems, develop flexible projects through which formative activities (free time activities, education, vocational training and guidance), are pursued in accordance with the needs and interests of the target population. The main goal of help and intervention of multidisciplinary technical teams, of significant people and social mediators is to promote the (re)orientation of personal, educational and vocational life projects and the development of transversal skills which are transferable to formal contexts.

This investigation, yet, raised other questions of research related to the Non-Formal Guidance modality itself, to the links between this and Formal Guidance and to new Non-Formal Guidance potential local social agents.

Sommaire

On reconnaît que l'Orientation, en tant qu'un ensemble d'activités qui ont pour objet d'aider l'individu à prendre des décisions au niveau scolaire, professionnel et/ou personnel, joue un rôle d'importance absolument fondamentale dans les sociétés développées. Parmi les différents domaines de l'Orientation Scolaire, Professionnelle et Personnelle les deux premiers dominent dans les Etats Membres de la Communauté Européenne. Ces deux domaines de l'Orientation sont exercés de façon formelle, étant donné qu'ils sont intégrés dans les systèmes formels de l'éducation, de la formation professionnelle et de l'emploi. Les jeunes en risque d'exclusion sociale, éloignés de ces systèmes formels, ont un accès difficile à l'Orientation Formelle.

Ce problème a déjà été reconnu par la Communauté Européenne à travers deux projets, "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" et "Community Based Guidance Assistance" qui ont été développés, respectivement, dans le domaine des Programmes Petra II, Action III et Leonard da Vinci et donc le but fondamental a été la reconnaissance et développement d'une modalité d'Orientation Non Formelle pour des jeunes en risque d'exclusion sociale.

Face à ce problème, nous avons défini la première question à étudier: quelle est la notion d'Orientation Non Formelle sous-jacente aux pratiques d'intervention auprès des jeunes en risque d'exclusion sociale? D'autres questions, que nous voulons traiter, découlent de cette première interrogation: l'existence d'une modalité d'Orientation Non Formelle pour des jeunes en risque d'exclusion sociale sera-t-elle pertinente? Dans quels contextes et par quels moyens cette modalité d'Orientation est-elle réalisée? Quels sont les domaines d'Orientation - Scolaire, Professionnelle, Personnelle et Sociale - qui sont sous-jacents à cette modalité d'Orientation?

Nous avons adopté une stratégie de recherche d'étude de cas dont l'unité et les sous-unités d'analyse ont été, respectivement, la modalité d'Orientation Non Formelle, ses contextes et ses moyens. Celle-ci nous a permis de développer un cadre d'intelligibilité qui nous a conduits à la caractérisation de cette modalité

comme un système complexe composé d'un ensemble d'éléments spécifiques tels que le cadre institutionnel, le degré organisationnel, les activités et les acteurs concernés.

Nous avons pu définir un concept préliminaire d'Orientation Non Formelle comme un ensemble d'initiatives qui se développent au sein des institutions locales et communautaires qui, ayant comme partenaires des organisations des systèmes formels, développent des projets flexibles, au moyen desquels on entreprend des activités de formation (occupation des loisirs, éducation, formation professionnelle et d'Orientation) qui répondent aux besoins et aux intérêts des destinataires. L'aide et l'intervention d'équipes multidisciplinaires de techniciens, de personnes significatives et de médiateurs sociaux a pour objet de procurer la (ré-)orientation de projets de vie personnelle, scolaire et professionnelle et le développement de compétences transversales qu'on pourra transférer pour des contextes formels.

Cette étude a encore suscité d'autres questions concernant la modalité d'Orientation Non Formelle elle-même, le rapport entre celle-ci et l'Orientation Formelle, tout aussi bien que de nouveaux agents sociaux, à niveau local, en envisageant d'autres capacités dans la modalité de l'Orientation Non Formelle.

Índice de Matérias (Vol. I)

• INTRODUÇÃO GERAL DO ESTUDO	14
1. Apresentação Geral do Estudo	15
1.1 Pertinência	15
1.2 Objecto de estudo, questões e objectivos da investigação	16
1.3 Estrutura do trabalho	19
• PRIMEIRA PARTE – ABORDAGEM TEÓRICA À MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL PARA JOVENS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL	24
<u>Capítulo 1</u> - A Orientação no actual contexto económico e educativo	24
Introdução	24
1. A Orientação como subsistema de interface entre os sistemas educativo e económico	25
2. Contexto económico: os três “Choques Motores”	28
3. Sistema educativo: situação e tendências	30
4. O Sistema de Orientação em Portugal	34
Conclusão	40
<u>Capítulo 2</u> – Os jovens em risco de exclusão social	42
Introdução	42
1. Pobreza ou exclusão social?	42
2. Precarização, exclusão e marginalização	47
3. Factores exclusógenos e categorias de excluídos	49
Conclusão	52
<u>Capítulo 3</u> – Os jovens e os processos de formação de identidade	54
Introdução	54
1. Da “invenção” ao estudo da adolescência: a formação da identidade	55
2. Alguns contributos da teoria de desenvolvimento da personalidade de Erik Erikson	57
3. Factores de desenvolvimento da identidade e de risco na adolescência	59
4. Jovens em risco de exclusão social e formação de identidades sociais	65

Conclusão	70
<u>Capítulo 4</u> – Um domínio emergente de Orientação: A Orientação Pessoal e Social	72
Introdução	72
1. Condições de emergência de uma Orientação Pessoal e Social	73
2. Orientação Escolar e Profissional: evolução e principais tendências	74
3. Domínio e âmbitos de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social	78
Conclusão	83
<u>Capítulo 5</u> – Contextos e Processos de Orientação Não Formal	85
Introdução	85
1. Orientação como acto educativo/formativo	86
2. As modalidades de Educação: Formal, Não Formal e Informal	88
3. Diferentes modalidades de Orientação: Formal, Não Formal e Informal	92
4. Contextos e Processos de Orientação Não Formal	96
Conclusão	103
• SEGUNDA PARTE - CONTEXTOS E PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL PARA JOVENS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL	106
<u>Capítulo 6</u> – Metodologia Geral da Investigação	106
Introdução	106
1. Aspectos epistemológicos	107
2. Aspectos metodológicos: o estudo de caso	114
3. Limitações do estudo de caso	121
4. Técnicas de recolha e de tratamento dos dados	123
4.1 Técnicas de recolha de informação	124
4.1.1 Pesquisa Documental	124
4.1.2 Inquérito por Questionário	126
4.1.3 Inquérito por Entrevista	127
4.2 Técnicas de tratamento dos dados	132
Conclusão	135
<u>Capítulo 7</u> - Leitura e interpretação dos dados	137
Introdução	137
1. Nível de análise transnacional	138
1.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por pesquisa documental relativa aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e	

"Community Based Guidance Assistance"	138
1.2 Síntese dos resultados	147
1.3 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" e "Community Based Guidance Assistance"	149
1.4 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise transnacional	156
2. Nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	162
2.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por pesquisa documental relativa ao projecto de "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social"	162
2.2 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista a uma das coordenadoras do projecto de "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social" e da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	181
2.3 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	196
3. Nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	199
3.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada	200
3.2 Leitura e interpretação dos dados do inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial de Cristo Rei	211
3.3 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista à representante do Centro Comunitário do PIA II, da Santa Casa da Misericórdia de Almada	222
3.4 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	235
4. Síntese dos resultados da investigação	241
 • CONCLUSÃO GERAL	250
 Conclusão	250
 Limitações do processo da investigação	259
 Pistas para estudos futuros	262
 Bibliografia	265

Índice de Matérias (Vol. II)

• Introdução ao Vol. II – <u>ANEXOS</u>	Vii
• <u>ANEXO 1</u> - Relação de documentos consultados	1
• A. Documentos relativos aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	1
• B. Documentos relativos ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	2
• <u>ANEXO 2</u> – Transcrição dos textos mais significativos da documentação consultada	3
• A. Transcrição dos textos mais significativos da documentação relativa aos projectos “Non – Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	3
• B. Transcrição dos textos mais significativos da documentação relativa ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	11
• <u>ANEXO 3</u> - Inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non -Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	20
• <u>ANEXO 4</u> - Guiões dos inquéritos por entrevista	21
• A. Guião do inquérito por entrevista realizado a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal de Almada: nível de análise nacional.	21
• B. Guião do inquérito por entrevista realizado às representantes da Câmara Municipal de Almada, do Centro Social Paroquial do Cristo Rei e do Centro Comunitário do PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada: nível de análise local/ organizações da rede local.	22
• <u>ANEXO 5</u> - Resultado do inquérito por questionário realizado ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	24

	12
• ANEXO 6 – Transcrição total dos inquéritos por entrevista	32
• A. Transcrição do inquérito por entrevista realizado a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 22/07/98	32
• B. Transcrição do inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 22/07/98	52
• C. Transcrição do inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial do Cristo Rei na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 13/07/98	71
• D. Transcrição do inquérito por entrevista realizado à representante do Centro Comunitário do PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 17/07/98	86
• ANEXO 7 - Solicitação para a realização de inquéritos	118
• A. Solicitação para a realização de um inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	118
• B. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à coordenadora do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	119
• C. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada	120
• D. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante do Centro Comunitário do PIA II na rede local de Orientação Não Formal de Almada	121
• E. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial do Cristo Rei na rede local de Orientação Não Formal de Almada.	122

Índice de Quadros

Quadro 1.1	Serviços de Orientação Escolar e Profissional em Portugal	37
Quadro 3.1	Factores exclusógenos, de desenvolvimento de identidade e de risco na adolescência	63
Quadro 5.1	Análise comparativa das modalidades educativas, segundo Pain (1990)	91
Quadro 5.2	Análise comparativa das modalidades de Orientação	95
Quadro 6.1	Conceito, dimensões e componentes da investigação	119
Quadro 7.1	Grelha de leitura dos dados obtidos por pesquisa documental relativa aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	139
Quadro 7.2	Leitura e interpretação comparativa dos dados dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	140
Quadro 7.3	Grelha de leitura dos dados obtidos por inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	150
Quadro 7.4	Grelha de leitura dos dados obtidos por pesquisa documental relativa ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	163
Quadro 7.5	Grelha de leitura dos dados obtidos por inquérito por entrevista a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	182
Quadro 7.6	Grelha de leitura dos dados obtidos por inquérito por entrevista às representantes da Câmara Municipal de Almada, do Centro Social Paroquial de Cristo Rei e do Centro Comunitário do PIA II na rede local de Orientação Não Formal, de Almada	200

INTRODUÇÃO GERAL DO ESTUDO

Ainda na fase inicial da parte curricular do mestrado em Ciências da Educação/Educação e Desenvolvimento recebemos um convite para integrar uma equipa da Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL que iria desenvolver um trabalho de pesquisa sobre uma nova modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social. Este trabalho inseria-se num projecto transnacional, no âmbito do Programa comunitário Petra II, designado de “Non-Formal Guidance for Young People at Risk”. Ao mesmo tempo que este projecto tinha o seu desenvolvimento, avolumavam-se as nossas dúvidas sobre que tema e que objecto de estudo eleger para realizarmos a nossa tese de mestrado. Até que, um dia, alguém nos faz a pertinente pergunta, “Porque é que não estudas a Orientação Não Formal?”, tendo obtido como resposta, “Mas ainda não se sabe muito bem o que é isso da Orientação Não Formal!”. “Exactamente!”, foi a resposta que ouvimos e que nos deixou o espírito tão cheio de dúvidas como de curiosidades.

Por um lado, a problemática que sustentava e envolvia o projecto de “Non-Formal Guidance for Young People at Risk”, que foi traduzido como “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”, vinha ao encontro de algumas das nossas preocupações de carácter social e profissional. A nossa condição de professora do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário punha-nos em contacto directo com as realidades do abandono escolar precoce e com as dificuldades dos jovens mais desprotegidos para quem a escola não só não dá incentivos como não apresenta soluções.

Por outro lado, o facto de a Orientação Não Formal constituir um campo de estudo em aberto e, paradoxalmente, um campo cheio de encruzilhadas, parecia ser um desafio tão grande como genuíno.

E foi assim que tudo começou.

1. Apresentação Geral do Estudo

Na apresentação geral do presente estudo, tentamos expor, com brevidade, as razões que justificam a sua pertinência, as questões e os objectivos que nortearam a investigação e os pressupostos teóricos que forneceram o enquadramento e as pistas para a investigação empírica. Apresentamos, ainda, a estrutura e organização deste estudo.

1.1 Pertinência

A pertinência do estudo de uma modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social, a Orientação Não Formal, prende-se com duas ordens de factores.

Um dos factores, prende-se com a realidade dos jovens que, por já terem, ou estarem em vias de abandonar os sistemas formais de educação e de formação profissional, constituem o grupo dos jovens em risco de exclusão social, que não têm acesso aos serviços de Orientação, tradicionalmente integrados nesses mesmos sistemas formais. Da mesma forma, estes jovens, com baixo nível de qualificações escolares e profissionais, têm dificuldade em se inserir e se integrar num sistema de emprego cujo grau de exigência é crescente, restando-lhes, muitas vezes, os caminhos do trabalho precário e da economia informal.

Outro dos factores está relacionado com o facto dos serviços de Orientação, integrados nos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego, terem dificuldade em abranger os jovens em risco de exclusão social, cujo quotidiano não passa por estes serviços. E quando passa, são os serviços de Orientação que estão desprovidos de ofertas adequadas a quem não tem a escolaridade obrigatória e competências sociais que lhes permita uma inserção em programas que se desenvolvem em contexto formal.

Este desajustamento, ou melhor, este desencontro, entre oferta e procura de Orientação ganha visibilidade na comunidade europeia à medida que, por um lado,

se tornam mais rápidas e profundas as mutações na estrutura e processos de trabalho e, por outro lado, mas em consequência do primeiro, se agrava o fenómeno da exclusão social, que é extensível aos jovens.

As dificuldades que os estados membros da União Europeia têm sentido em resolver este problema, constituiu o ponto de partida que mobilizou alguns países em torno de um projecto que se propunha procurar soluções inovadoras capazes de dar resposta às necessidades de Orientação dos jovens em risco de exclusão social.

Um primeiro projecto desenvolveu-se em 1994-95, o “Non-Formal Guidance for Young People at Risk”, no âmbito do Programa Petra II, Acção III. Na sequência deste primeiro projecto, desenvolveu-se um segundo projecto, agora integrado no Programa Leonardo da Vinci, o “Community Based Guidance Assistance”, que decorreu de 1995 a 1998.

Portugal integrou o grupo de países que aderiram a estes projectos, através da Secção de Ciências de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com o objectivo de procurar os elementos constituintes de uma modalidade de Orientação adequada às características dos jovens em risco de exclusão social, entretanto designada de Orientação Não Formal.

É neste contexto que se enquadra o presente estudo.

1.2 Objecto de estudo, questões e objectivos da investigação

O nosso objecto de estudo, a modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social apresenta, à partida, características de complexidade que se prendem com o facto de nele se articularem elementos temáticos teóricos e problemáticas diversificadas que, pensamos, até recentemente, ainda não se tinham equacionado em conjunto.

Dado o carácter preliminar do estudo sobre esta problemática julgámos pertinente formular a seguinte questão de partida:

- Qual é o conceito de Orientação Não Formal subjacente às práticas de intervenção junto de jovens em risco de exclusão social?

A esta questão inicial, estão subjacentes outras questões que pretendemos investigar:

- Será pertinente a existência de uma modalidade de Orientação Não Formal dirigida a jovens em risco de exclusão social?
- Em que contextos e porque processos se realiza a modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social?
- Quais os domínios de Orientação - Escolar, Profissional, Pessoal e Social - que estão subjacentes a esta modalidade de Orientação?

Foram fundamentais para a nossa pesquisa alguns aspectos que considerámos à partida. Em primeiro lugar, optámos por centrar o nosso interesse na compreensão das características e necessidades da categoria dos jovens em risco de exclusão social, o que nos levou a tentar compreender que Orientação lhes seria mais adequada. Em segundo lugar, tentámos operar a distinção entre domínio de Orientação, que considerámos como as atribuições ou esferas de acção de Orientação (Escolar, Profissional e Pessoal e Social), e modalidade de Orientação, que encarámos como sendo a forma em que se poderia apresentar a Orientação (Formal, Não Formal e Informal), o que procurámos realizar através de um processo de analogia com as três modalidades de Educação (Formal, Não Formal e Informal). Em terceiro lugar, optámos por conduzir a nossa investigação fora do sistema formal de Orientação, atendendo às potencialidades oferecidas no meio vivencial dos jovens em risco de exclusão social.

Estes aspectos foram básicos para construir o quadro teórico que, por seu turno, nos forneceu o enquadramento a partir do qual desenvolvemos a investigação no terreno.

Considerámos como objectivos gerais desta investigação:

- Avaliar as razões da necessidade e a pertinência de uma nova modalidade de Orientação, a Orientação Não Formal, para jovens em risco de exclusão social,
- Compreender o conceito de Orientação Não Formal através da caracterização de alguns contextos e processos desta nova modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social,
- Inferir sobre o(s) domínio(s) de Orientação subjacente(s) à modalidade de Orientação Não Formal.

Apresentamos de seguida alguns pressupostos para o trabalho empírico, baseados nos resultados da investigação teórica.

São reconhecidos na União Europeia três domínios de Orientação: a Orientação Escolar; a Orientação Profissional; a Orientação Pessoal e Social. Os dois primeiros são dominantes nos Estados Membros. Estes domínios de Orientação, por funcionarem integrados nas estruturas dos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego, não conseguem abranger os jovens que abandonaram esses sistemas e que por isso se encontram em risco de exclusão social.

Os jovens em risco de exclusão social, com baixas qualificações escolares e profissionais, à procura do primeiro emprego, constituem uma das categorias de maior risco à exclusão social, por apresentarem características de transversalidade face aos factores exclusógenos, dos quais destacamos o sistema económico e de emprego, o sistema educativo e de formação profissional, a situação sócio-familiar e étnica.

Os jovens em risco de exclusão social têm, potencialmente, maiores probabilidades de desenvolver identidades marcadas por difusão e sentimento de exclusão. Esta possibilidade, em termos de desenvolvimento identitário, pode constituir um risco acrescido relativamente à sua situação de vulnerabilidade à exclusão social.

O domínio da Orientação Pessoal e Social, ao considerar os jovens em todas as dimensões da sua vida, numa perspectiva holística e numa lógica de

desenvolvimento pessoal e social, pode ser um domínio a privilegiar por se adequar às necessidades dos jovens em risco de exclusão social. Sobretudo se este domínio de Orientação tiver como âmbito de intervenção as redes sociais dos jovens partindo do seu contexto comunitário, na tentativa de ampliar o seu repertório de papéis e de experiências. Neste sentido, a actuação da Orientação Pessoal e Social passa por intervir a partir de organizações locais com recurso a outros intervenientes para além dos especialistas em Orientação em geral.

A modalidade de Orientação Não Formal, por se situar fora dos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego, parece apresentar condições para o desenvolvimento de processos no domínio e âmbitos de intervenção da Orientação Pessoal e Social. Por actuar em contextos comunitário, em organizações de carácter local, organizadas em rede, e através de processos formativos como sejam o desenvolvimento de projectos de vida pessoal, escolar e/ou profissional, esta modalidade de Orientação pode ajudar a desenvolver e a enquadrar competências transversais transferíveis para outros contextos, nomeadamente, os mais formais, necessários à (re)inserção e à (re)integração pessoal e sócio-profissional dos jovens em risco de exclusão social.

1.3 Estrutura do trabalho

Este trabalho de investigação está estruturado em dois volumes. O primeiro volume integra duas partes distintas, sendo no segundo volume que se apresentam os Anexos.

Na Primeira Parte - Abordagem Teórica à Modalidade de Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social - organizada em cinco capítulos, fazemos a apresentação da problemática, construindo o quadro teórico da nossa pesquisa.

No capítulo um - A Orientação no actual contexto económico e educativo - tentamos demonstrar a importância estratégica da Orientação, enquanto sistema formal de interface entre os macro sistemas educativo e económico, compreender as principais consequências das alterações que se têm vindo a operar no sistema

económico e suas implicações no sistema educativo e, ainda, avaliar a extensão dos serviços de Orientação em Portugal, no sentido de saber se estes têm capacidade de dar uma resposta global às necessidades de Orientação dos jovens em risco de exclusão social.

No segundo capítulo - Os jovens em risco de exclusão social - tentamos compreender o fenómeno da exclusão, tentando distinguir entre os conceitos de pobreza e de exclusão. Procuramos, ainda, compreender quais os principais factores exclusógenos responsáveis pela vulnerabilidade dos jovens à exclusão social.

No terceiro capítulo - Os jovens e os processos de formação da identidade - tentamos compreender se os factores exclusógenos podem interferir no processo de desenvolvimento identitário dos jovens em risco de exclusão social e até que ponto aqueles os podem colocar numa posição de risco acrescido face ao seu desenvolvimento pessoal e sócio-profissional e face à sua situação de vulnerabilidade à exclusão.

No quarto capítulo - Um domínio emergente de Orientação: Orientação Pessoal e Social - procuramos esclarecer as condições de emergência deste domínio de Orientação, tentando compreender em que medida uma Orientação de características holísticas, que ultrapasse a esfera do "escolar e profissional", mas que também a possa incluir, pode ser adequada ao jovens em risco de exclusão social. Considerando a posição de exclusão dos jovens face aos sistemas formais, procuramos delinear o domínio e âmbitos de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social.

A primeira parte deste estudo termina com um quinto capítulo - Contextos e Processos de Orientação Não Formal - onde tentamos desenhar um quadro global de Orientação onde se possam integrar outras modalidades de Orientação para além da Formal, nomeadamente, uma Orientação Não Formal e outra, Informal, o que tentamos realizar através de um processo de analogia com as três modalidades de Educação já estudadas, como sejam a Educação Formal, Não Formal e Informal.

Através deste processo de analogia tentamos reconhecer algumas características dos contextos e processos de uma modalidade de Orientação Não Formal.

A Segunda Parte da nossa investigação - Contextos e Processos de Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social - é dedicada às questões metodológicas e ao trabalho de análise e interpretação da informação recolhida no terreno, e organiza-se em dois capítulos.

No capítulo seis - Metodologia Geral de Investigação - debruçamo-nos sobre os principais paradigmas de investigação e correntes científicas em discussão na actualidade, a nível das ciências sociais e, particularmente, a nível das Ciências da Educação. De seguida, justificamos a nossa opção por uma estratégia de investigação de estudo de caso único, de características qualitativas, com várias subunidades de análise. Escolhemos a nossa unidade de análise, a modalidade de Orientação Não Formal, e clarificamos as nossas subunidades de análise, nomeadamente os contextos e processos de Orientação Não Formal. É, ainda, neste capítulo seis que tentamos explicitar e fundamentar as nossas opções relativamente às técnicas de recolha e de tratamento dos dados, que nosso caso foram, respectivamente, a pesquisa documental, o inquérito por questionário, o inquérito por entrevista e a análise qualitativa.

Apresentamos, ainda, os níveis de análise a que optámos realizar a investigação, o nível de análise transnacional, o nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal de Almada e o nível de análise local/organizações da rede local e explicitamos os objectivos gerais e específicos de investigação para cada nível de análise e tipo de instrumento a utilizar na investigação no terreno.

No capítulo sete - Leitura e interpretação dos dados - apresentamos a leitura e interpretação dos dados recolhidos no terreno que é apresentada por níveis de análise. Começamos pelo nível de análise transnacional, apresentando a leitura e interpretação resultante da pesquisa documental relativa aos projectos "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" e "Community Based Guidance Assistance", seguida da leitura e interpretação das respostas dadas ao inquérito por questionário

realizado ao coordenador transnacional dos referidos projectos. Apresentamos, ainda, uma síntese dos resultados relativos a este nível de análise.

Para o nível de análise nacional/coordenação da rede de Orientação Não Formal de Almada, seguimos procedimentos idênticos, começando pela leitura e interpretação dos dados relativos à pesquisa documental sobre o projecto "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social", a que se segue a apresentação da leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista realizado a uma das coordenadoras do referido projecto e da rede local de Orientação Não Formal de Almada, após o que apresentamos uma síntese dos resultados obtidos para este nível de análise.

Para o nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal de Almada, apresentamos a leitura e interpretação das respostas ao inquérito por entrevista realizado às representantes de três organizações da referida rede local, nomeadamente, à representante da Câmara Municipal de Almada, à do Centro Social Paroquial de Cristo Rei e à do Centro Comunitário do Plano Integrado de Almada II, da Santa Casa da Misericórdia de Almada. De seguida apresentamos uma síntese dos resultados relativos a este nível de análise.

Com o objectivo de realizar a triangulação da informação obtida nos três níveis de análise e através dos vários instrumentos metodológicos utilizados, apresentamos uma síntese dos resultados da investigação empírica.

Finalmente, na Conclusão Geral do nosso estudo sobre a modalidade de Orientação Não Formal, apresentamos a conclusão da investigação realizada, tendo em conta a investigação a nível teórico e empírico, seguida das limitações com que nos confrontámos no decorrer do processo da investigação. Apresentamos, ainda, algumas pistas para estudos futuros, que considerámos pertinentes.

O volume II deste trabalho contém um conjunto de sete anexos, cuja revelação considerámos ser pertinente, nomeadamente, os que se referem aos dados recolhidos no decorrer da investigação empírica, para que os observadores

externos melhor possam compreender a leitura e interpretação que deles realizámos.

PRIMEIRA PARTE

ABORDAGEM TEÓRICA À MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL PARA JOVENS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Capítulo 1

A Orientação no actual contexto económico e educativo

Introdução

Neste capítulo procuramos demonstrar a importância estratégica da Orientação para vários sectores sociais, como sejam os agentes de educação e formação profissional, os empregadores, os indivíduos e os próprios decisores políticos; enquanto sistema formal de interface entre os macro sistemas educativo e económico.

Tentamos, ainda, compreender quais as principais consequências das rápidas e profundas mutações que se têm vindo a operar no sistema económico bem como as suas implicações no sistema educativo e no sistema de Orientação.

É, ainda, nosso objectivo compreender a extensão da Orientação em Portugal e saber se o sistema de Orientação tem capacidade para dar uma resposta global às necessidades dos jovens em risco de exclusão social.

Para atender aos nossos objectivos pretendemos realizar uma abordagem sócio-económica e educativa do sistema de Orientação e respectivos contextos onde pensamos que este se insere.

1. A Orientação como subsistema de interface entre os sistemas educativo e económico

Consideramos a Orientação como um conjunto de actividades cuja finalidade é ajudar a população alvo, qualquer que ela seja, a tomar decisões de carácter escolar, profissional e pessoal.

Consoante os objectivos das práticas de Orientação podemos considerar três domínios de Orientação:

- “orientação escolar - isto é, orientação sobre a selecção de opções de ensino ou sobre os problemas de aprendizagem;
- orientação profissional - isto é, orientação sobre a selecção de profissões e funções laborais;
- orientação pessoal e social - isto é, orientação sobre questões pessoais e sociais (problemas comportamentais, questões emocionais, alojamento, etc.)” (Watts, 1994, p. 10).

Dos três domínios de Orientação referidos, os que têm uma acção de maior visibilidade e que são igualmente os mais estudados a nível da União Europeia, são a Orientação Escolar e a Orientação Profissional (Watts, 1994).

Os serviços de Orientação Escolar e Profissional têm uma actuação relevante, sobretudo em países desenvolvidos, como os da União Europeia. Ao abranger vários sectores da sociedade, os serviços de Orientação são importantes:

- “*para os indivíduos*, permitindo-lhes competir e extrair um benefício máximo da complexa variedade de opções escolares e profissionais que lhes são apresentadas;
- *para os agentes de educação e formação profissional*, por aumentarem a eficácia da sua oferta na medida em que favorecem o vínculo dos aprendizes aos programas correspondentes às aspirações destes;
- *para os empregadores*, por permitirem a antecipação dos potenciais empregados cujos talentos e motivações correspondam às necessidades daqueles;

- *para os governos, por maximizarem o aproveitamento económico dos recursos humanos da sociedade.*" (Watts, 1994, p. 2).

Nesta perspectiva, a actuação dos serviços de Orientação pode ser considerada estratégica em termos de gestão de recursos humanos para o desenvolvimento das sociedades mais avançadas porque são também estas que estão mais sujeitas a rápidas e profundas alterações a nível económico e social. Estão nesta situação os países da União Europeia, onde nos inserimos, e em cujos Estados Membros os serviços de Orientação intervêm no sentido de contribuir para a diminuição do abandono escolar e do desajustamento entre a procura e oferta no mercado de emprego, podendo ainda contribuir para o sucesso da inserção na vida adulta e activa dos jovens.

A importância do papel desempenhado pelos serviços de Orientação tem sido reconhecida pelos Estados membros da União Europeia, sobretudo com o advento do Mercado Único Europeu. A mobilidade de pessoas dentro da União Europeia, seja de estudantes ou de trabalhadores, coloca novos desafios aos serviços de Orientação nos Estados membros. Por exemplo, o programa Petra II, aprovado por uma decisão do Conselho em 1991, com a duração de três anos, integrou uma linha de acção independente que proporcionou apoio às medidas de nível nacional destinadas a fomentar a informação e a orientação profissionais, nomeadamente no que se refere à criação de uma rede comunitária de Orientação e à formação de conselheiros e outros especialistas em Orientação Escolar e Profissional.

Actualmente, o Programa Leonardo da Vinci, estabelecido pela decisão do Conselho número 94/819/EC, de 6/12/94, integra linhas de acção que dão sequência e continuidade aos projectos iniciados no âmbito do Programa Petra.

Reconhecida a importância estratégica da Orientação Escolar e Profissional, podemos, ainda, considerá-la como um sistema complexo, porque constituído por elementos tão diversos como sejam: os modelos institucionais e organização da orientação, os conteúdos da orientação, as metodologias de abordagem e intervenção, os perfis e as qualificações dos profissionais de orientação, os

destinatários ou grupos alvo, as suas características e necessidades (Svendsen, 1994).

Tomando em consideração o conceito de sistema de emprego, enquanto “conjunto organizado das estruturas, dos agentes e dos mecanismos económicos e sociais que moldam a utilização e a circulação da mão-de-obra em interacção com os processos de reprodução desta mão-de-obra” (Rodrigues, 1992, pp. 56-57), podemos ainda conceber a Orientação como um dos elementos que intervêm nesse sistema, sobretudo a nível da circulação e mobilidade dos recursos humanos.

A complexidade do sistema de Orientação pode ser reconhecida pela posição relativa que ocupa face aos macro sistemas económico e educativo. Se considerarmos que a actuação estratégica do sistema de Orientação, enquanto elemento do sistema de emprego, pode interferir não só na regulação da mobilidade dos indivíduos dentro dos sistemas educativo e económico - mobilidade intra-sistema - mas também entre o sistema educativo e o sistema económico - mobilidade inter-sistemas -, poderemos ainda encarar a Orientação enquanto sub-sistema de interface entre os macro sistemas económico e educativo.

Os serviços de Orientação Escolar e Profissional actuam, geralmente, no âmbito do sistema educativo e no do sistema económico embora existam empresas exteriores aos referidos sistemas que forneçam o mesmo tipo de serviço (Watts, 1994). Esta realidade permite-nos, ainda, considerar o sistema de Orientação Escolar e Profissional como um sistema formal, uma vez que opera na dependência de sistemas formais.

A particularidade de ocupar uma posição de interface entre os sistemas educativo e económico e de ser um elemento do sistema de emprego, coloca a Orientação Escolar e Profissional numa posição muito sensível face às transformações que nestes sistemas se têm vindo a operar.

2. Contexto económico: os três «Choques Motores»

A comunidade europeia pode caracterizar-se em termos económicos por reunir um conjunto de sociedades que já hoje, e cada vez mais, se sustentam na produção, gestão e distribuição do conhecimento. São sociedades fortemente terciarizadas, em que a produção e o comércio de bens perde terreno face à crescente transformação que em termos tecnológicos se tem vindo a operar, sobretudo ao nível das tecnologias de informação.

Aquilo que hoje é designado por nova revolução industrial, o desenvolvimento da terciarização no sentido da inovação, domínio e transmissão da informação, é de importância crucial para o sucesso da economia e tem vindo já a introduzir mudanças muito rápidas e profundas no mercado de emprego (Commission of the European Communities, 1993).

Nesta “revolução”, crescem os problemas relacionados com a crescente competitividade de novos mercados, nomeadamente os da Ásia, Pacífico e países do ex-bloco de Leste.

De uma forma mais sistemática, estão já identificadas as principais tendências de evolução económica: (1) a sociedade da informação, (2) a mundialização das trocas e (3) a aceleração da revolução científica e técnica. Os impactos económicos e sociais prevêem-se profundos e foram designados como os 3 «Choques Motores» que passamos a descrever (Comissão Europeia, 1995).

(1) O choque da sociedade da informação: com fortes efeitos na transformação da natureza do trabalho e na organização da produção e com consequências a nível de um aumento da vulnerabilidade da situação dos trabalhadores face às entidades empregadoras. Àqueles, se exigirá uma maior capacidade de adaptação às referidas transformações;

(2) O choque da mundialização: por eliminação das fronteiras entre mercados de trabalho, com forte impacto a nível da competitividade, o que, por um lado, pode

acelerar o processo de flexibilização e precarização do trabalho e, por outro lado, pode colocar mais e novas exigências a nível das qualificações;

(3) O choque da civilização científica e técnica: em que a aplicação das inovações científicas e técnicas à esfera da produção, têm como efeito a produção de novos e cada vez mais sofisticados produtos amplamente difundidos. Como consequência, prevê-se um aumento do sentimento de insegurança cultural e ética por parte da opinião pública, dos cidadãos.

Entre os principais problemas decorrentes desta tendência de evolução estão o desemprego e a exclusão social.

Um dos principais problemas da União Europeia será, talvez, o do desemprego que, à excepção da segunda metade dos anos '80, tem vindo a crescer desde o início da década de '70. Na presente década uma das mais preocupantes características do desemprego é o facto de o considerado de longa duração constituir cerca de metade do desemprego total, afectando sobretudo a população activa com menores qualificações profissionais (Commission of the European Communities, 1993). Contudo, o problema do desemprego afecta particularmente a população jovem, com menos de 25 anos, para quem a taxa de desemprego é de cerca do dobro da dos adultos. Nos países da Europa do Sul o problema é mais premente, atingindo o desemprego de longa duração cerca de 50% dos jovens. Afirma-se já que o desemprego é hoje um problema endémico na comunidade europeia (Commission of the European Communities, 1993).

Outros analistas (Martin et al., 1998) apresentam uma visão ainda mais pessimista das consequências das actuais tendências económicas, ao afirmarem "No próximo século, para manter a actividade da economia mundial, dois décimos da população activa serão suficientes" (p. 10), acrescentando ainda que

"Estamos já longe dessa sociedade dos dois terços que os Europeus tanto temiam nos anos '80, uma sociedade em que a repartição da riqueza e da posição social respeitaria a proporção dois terços / um terço. O modelo mundial do futuro baseia-se na fórmula um quinto / quatro quintos." (p. 11)

Em Portugal, e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, recolhidos por Barreto (1996), em 1994, 8,3 % da população activa estava em situação de desemprego, constituindo os jovens - população activa entre os 14 e os 25 anos - cerca de 32,2 % do total dos desempregados.

Ainda para o mesmo ano, os desempregados de longa duração - desempregados há um ano e mais - constituíam cerca de 38,7 % do total da população activa desempregada. Igualmente significativa é a percentagem de população activa desempregada à procura do primeiro emprego, que em 1994 era cerca de 18,1 %.

Em Portugal, os elevados níveis de desemprego têm, também, agravado outros problemas como é o caso da exclusão social. "Ao fenómeno de «não integração na sociedade moderna» (...), sucedeu um outro, composto por uma economia «informal», pela marginalidade e pela «exclusão», onde são numerosos os desempregados e subempregados, os que vivem de expedientes e em condições de precaridade." (Barreto, 1996, p. 58).

Em Portugal, a conjugação do desemprego com o aumento da vulnerabilidade da situação dos trabalhadores e da flexibilização do trabalho, aliados à mais baixa taxa de alfabetização de adultos e aos menores níveis de instrução e de qualificação profissional da União Europeia, (Alves, 1998), pode constituir uma combinação conducente ao aumento da extensividade do fenómeno da exclusão social.

3. Sistema educativo: situação e tendências

No quadro das tendências da evolução do sistema económico, novas exigências são colocadas aos sistemas educativo e de formação profissional no sentido de dar resposta às novas necessidades em matéria de competências técnicas e não técnicas dos recursos humanos. No actual quadro de aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores e da flexibilização do trabalho, grande importância se tem dado às competências não técnicas, também designadas como competências genéricas ou transversais. "Trata-se de competências que mobilizam aspectos psicológicos - cognitivos afectivos -, e aspectos de comportamento social e cultural." (Pires, 1995, p. 73), que apresentam como principal característica o facto de serem transferíveis

podendo por isso ser utilizadas pelo indivíduo em contextos diferenciados. São exemplos destas competências, o espírito de iniciativa, a criatividade, o sentido de organização, o auto-controle, a auto-confiança, (Pires, 1995) e a empatia (Goleman, 1997).

Neste sentido e no de minorar os impactos negativos das transformações referidas deverá o sistema educativo apostar no desenvolvimento da cultura geral e no desenvolvimento das competências para o trabalho, tendo a Comissão Europeia no Livro Branco "Ensinar e Aprender, Rumo à Sociedade Cognitiva" apresentado algumas linhas orientadoras, que poderão ser levadas em consideração pelos sistemas educativos dos Estados Membros e que passamos a referir:

- “(1) Fomentar a aquisição de novos conhecimentos,
- (2) Aproximar a escola e a empresa;
- (3) Lutar contra a exclusão;
- (4) Dominar três línguas comunitárias
- (5) Tratar em plano de igualdade o investimento físico e o investimento em formação.” (Comissão Europeia, 1995, p. 54).

O facto de a luta contra a exclusão social surgir já hoje como uma das linhas orientadoras prioritárias na área da educação e de formação é revelador do grau preocupante que o fenómeno até agora já atingiu. É reconhecido o facto de haver sectores da população com graves problemas económicos, cujo quadro desfavorável se caracteriza pelo desemprego de longa duração, pelo baixo nível das qualificações, pela desestruturação familiar e social que, para os mais jovens pode ser potencialmente indutor de insucesso e abandono escolar. Entendemos por abandono escolar a situação em que “um aluno deixa a escola sem concluir o grau de ensino frequentado por outras razões que não sejam a transferência de escola ou... a morte.” (Benavente et al., 1994, pp. 25 e 26). Assim, “os jovens excluídos do sistema escolar contam-se actualmente por vezes em dezenas de milhares nas grandes aglomerações urbanas. Sem qualificação, resta-lhes pouca esperança de encontrarem um emprego e portanto de se inserirem na sociedade.” (Comissão Europeia, 1995, pp. 65 e 66). Em Portugal, cerca de 90.000 jovens realizam anualmente um abandono escolar desqualificado (Alves, 1998). Entendemos por

abandono escolar desqualificado o abandono da escola sem a conclusão da escolaridade obrigatória (Alves, 1998).

Em Portugal, consideramos que o sistema educativo já começou a delinear um conjunto de medidas de prevenção à exclusão social. Por medidas de prevenção à exclusão social, entendemos as medidas que contribuam para eliminar, antecipadamente, as causas da exclusão social (Bruto da Costa, 1998). A título de exemplo, destacamos algumas dessas medidas, referidas por Teresa Vasconcelos (1998):

- a possibilidade de as escolas definirem Currículos Alternativos para jovens que já abandonaram ou estão em risco de abandonar a escola (Despacho 22/96, de 19 de Junho);
- a constituição de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária - TEIP (Despacho 147-B/ME/96, de 8 de Julho);
- o alargamento da rede nacional de educação pré-escolar (Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro);
- o recentramento dos Apoios Educativos na escola (Despacho 105/97, de 1 de Julho);
- o lançamento, no ano lectivo de 1997/98, dos Cursos de Educação/Formação (9º ano+1) (Despacho conjunto nº 123/97, de 7 de Julho), inserido no Programa de Inserção dos Jovens na Vida Activa;
- a flexibilização dos Currículos da Educação Básica (Dec. Lei nº 115 - A/98).

Destas medidas de prevenção e combate à exclusão social, destacamos a constituição dos TEIP. Um "Território Educativo" é "um conjunto de escolas de todos os Ciclos, incluindo o jardim de infância, em articulação com as forças vivas e o tecido social local." (Vasconcelos, 1998, p. 20).

A constituição dos TEIP parece valorizar a articulação entre a escola e os restantes actores sociais locais, ou seja, pressupõe um conceito de educação que se estende para fora da escola. Resta saber se este esforço de articulação entre a escola e a comunidade corresponde a um desenvolvimento do sistema educativo existente ou se, indo mais longe, permitirá "conceber e aperfeiçoar modelos e sistemas novos

destinados expressamente a este ou àquele grupo, no quadro dum esforço concertado (...)” (Delors, 1996, p. 105), e numa lógica de discriminação positiva. Entendemos por discriminação positiva, conceito originalmente avançado por B. Schwartz relativamente à democratização do acesso à educação, referido por Pain (1990), como “la mise en place des moyens, pour que ceux qui entrent puissent compléter le cursus et profiter de l’enseignement.” (p. 29). Nesta linha de pensamento, concordamos com a ideia de que “por acesso deve entender-se não apenas o *ingresso*, mas também as possibilidades de *sucesso*.” (Bruto da Costa, 1998, p. 29). Ainda a propósito do conceito de discriminação positiva, parece-nos particularmente clarificadora e abrangente a ideia de Aldaíza Sposati, citada por Branco (1998), segundo a qual

“as diferenças sociais, económicas (e) culturais, exigem que se pense o tema da igualdade com desigualdade. O conceito liberal de igualdade de oportunidades só será real quando as oportunidades forem desiguais ao contrário do que hoje se verifica.” (p. 32).

Uma mobilização de recursos à altura das exigências de um reforço educativo para os jovens que abandonaram precocemente a escola pode passar pelo desenvolvimento da modalidade de educação não formal (Delors, 1996) e pelo envolvimento da comunidade, através da

“criação de centros comunitários onde pode ser organizado um vasto leque de acções diversificadas: educação dos pais, educação para o desenvolvimento social tratando, por exemplo, de cuidados de saúde primários ou de planeamento familiar, educação com vista a melhorar as capacidades económicas (...)” (Delors, 1996, p. 113).

Esta lógica de articulação entre a escola e a comunidade envolvente, no sentido da mobilização de recursos, é também defendida por Canário (1994) que refere a “articulação entre o escolar e o extra escolar” (p. 38), como uma das características dos projectos desenvolvidos no âmbito do Projecto Eco. Ao concretizar como estes processos de articulação se têm operado no âmbito do Projecto ECO, Canário (1994), refere como a

“Articulação com equipas de educação de adultos, com animadores sócio-culturais locais, com associações de educação popular, centros de saúde, departamentos de educação das autarquias” se traduz “numa

grande diversidade de iniciativas que interligam públicos e modalidades diversas de acção educativa” (p. 38).

Ao interpretar as potencialidades deste tipo de articulação entre a escola e outros agentes sociais locais, Canário (1994) refere que

“Esta interligação não só permite potenciar a intervenção no âmbito estritamente escolar como, em termos sistémicos e no quadro da comunidade local, permite explorar as sinergias entre diferentes modalidades, níveis e instituições educativas.” (p. 38).

Num quadro de rápidas mudanças económicas e sociais, os desafios que se colocam ao sistema educativo são grandes, o mesmo se podendo afirmar no que se refere ao sistema de Orientação.

Num estudo sobre o papel da Orientação nos países da União Europeia, face à situação económica que se tem vivido nesta década (Watts, 1994), apontam-se como principais tendências: considerar-se a Orientação como um processo contínuo ao longo da vida, desde os primeiros anos da vida escolar até à vida adulta e activa; adoptar-se um modelo profissional mais aberto, com recurso a novas estratégias e fontes de Orientação; e, dar-se maior ênfase ao indivíduo no sentido de o tornar mais activo e interveniente no seu próprio processo de Orientação (Watts, 1994). Estas tendências apontam, globalmente, para uma alteração e diversificação de estratégias no domínio da Orientação Escolar e Profissional, ou seja no domínio da Orientação Formal, não havendo referências explícitas a outro domínio de Orientação, como a Pessoal e Social.

4. O sistema de Orientação em Portugal

Em Portugal, a Orientação Escolar e Profissional exerce preferencialmente a sua função junto dos indivíduos que se encontram integrados nos referidos sistemas materializando-se fundamentalmente em três tipos de serviços que funcionam “no âmbito das instituições ligadas (a) ao emprego e formação profissional, (b) à educação e (c) à juventude”, havendo já alguns serviços de orientação de iniciativa privada (Campos, 1991, p. 138).

Segundo um estudo realizado na Península de Setúbal e que pretendeu determinar as necessidades em Orientação Escolar e Profissional de jovens entre os 15 e os 27 anos (Alverca et al., 1993), os serviços que maior intervenção têm na área da Orientação Escolar e Profissional estão ligados ao Ministério da Educação - Serviços de Psicologia e Orientação das Escolas Secundárias e Faculdades de Psicologia de Lisboa, Porto e Coimbra; ao Ministério do Emprego e Segurança Social - Serviços de Orientação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional e ainda os ligados ao Instituto da Juventude. Regista-se ainda a criação em 1993 do Centro Nacional de Recursos para a Orientação que, funcionando em Lisboa e Porto, têm protocolos com o Ministério do Emprego e Segurança Social/Instituto do Emprego e Formação Profissional e com o Ministério da Educação.

Estamos em crer que este tipo de oferta de serviços de Orientação são tão necessários como o são, ainda, insuficientes, uma vez que estão fundamentalmente dirigidos a jovens de alguma forma integrados no sistema educativo e económico. (Quadro 1.1). Mesmo para os jovens integrados nas escolas C+S (Ciclo e Secundário) e Secundárias, onde desde o ano lectivo de 1993/94 se encontram a funcionar os novos Serviços de Psicologia e Orientação, o sistema só dispunha de 412 psicólogos e peritos para um total de 997 escolas (Alverca et al., 1993).

De facto, em Portugal, os serviços de Orientação não foram ainda generalizados ao conjunto do sistema de ensino, pelo que o

“recurso aos serviços de orientação é por isso relativamente marginal, o que de novo penaliza os jovens provenientes das classes de estatuto socioeconómico e cultural mais baixo, que não podem substituí-los, como tenderão a fazê-lo os provenientes das classes de estatuto mais elevado, pela rede de relações familiares.” (Imaginário, 1990, p. 202).

As conclusões de um estudo realizado em Portugal, no âmbito do Programa Petra II - Acção III, Orientação Não Formal, (Ambrósio et al., 1994), do qual participámos e que constituiu uma primeira fase exploratória do presente estudo, que abrangeu algumas instituições com responsabilidades em matéria de Orientação Escolar e Profissional, no concelho de Almada, são significativas, embora não generalizáveis,

das dificuldades do sistema de Orientação Escolar e Profissional em responder às necessidades dos jovens em risco de exclusão social.

O Centro de Emprego da referida localidade, só atende jovens a partir dos 16 anos, identificando como principal dificuldade o facto de não poder dar resposta a nível do encaminhamento a jovens sem a escolaridade obrigatória, a jovens toxicodependentes e a jovens sem carreira profissional.

Se o actual sistema de Orientação Escolar e Profissional funciona numa “lógica institucional de provisão e no sentido de facilitar o encontro entre a oferta e a procura no mercado de emprego” (Chisholm, 1994, p. 121), dificilmente conseguirá ter respostas atractivas para aqueles que estão fora do sistema de emprego e do sistema educativo.

Quadro 1.1 - Serviços de Orientação Escolar e Profissional em Portugal

Tipos de serviços de Orientação	Locais de funcionamento	Tipo de profissionais	Funções	Grupos-alvo
OFICIAIS: Serviços de Psicologia e Orientação das Esc. Secundárias e C+S	Nas Esc. Sec's (desde 1983) Gabinetes de Orientação Escolar e Profissional (até 1992/93) Serviços de Psicologia e Orientação (desde 1993/94)	Psicólogos Conselheiros de Orientação Peritos Orientadores		Jovens dos 14 aos 17 anos - no 3º Ciclo do Ens. Básico - no Ens. Sec. - maior incidência no 9º ano - dos 7º ao 12º ano
Faculdades de Psicologia (ME)	Nas Fac. de Psicologia e Ciências de Educação (Lisboa, Porto e Coimbra)		Ajudar na redefinição dos objectivos e projectos de carreira	Grupos universitários Grupos nos 10º, 11º e 12º anos A frequentar o 9º ano
Serviços de Informação e Orientação Profissional do IEFP (MESS) MESS, Centros de Emprego			Sistema alternativo de formação, Programa Aprendizagem Formação, programas de aperfeiçoamento e qualificação	Jovens saídos do sistema de ensino dos 14 aos 24, com 4º, 6º ou 9º anos Jovens com 9º ano Jovens com ou sem 9º ano em sistema alternativo de formação

(cont.)

Tipos de serviços de Orientação	Locais de funcionamento	Tipo de profissionais	Funções	Grupos-alvo
Centros de emprego IEFP/MESS		Conselheiros de Orientação Profissional	Programas de reconversão e de especialização Informação e Orientação profissional e apoio à formação profissional e à colocação Acolhimento e encaminhamento, informação profissional, orientação profissional, medicina do trabalho, colocação	Jovens inseridos no sistema educativo interessados em Orientação Escolar e Profissional, candidatos ao sistema de aprendizagem e a emprego, adultos com problemas de emprego. Ainda, acções para deficientes, reclusos e ex-reclusos, toxicodependentes, desempregados de longa duração etc.
Centro Nacional de Recursos para a Orientação(CENOR)/ME (1993) CENOR/IEFP/MESS (1993)	Porto Lisboa	? ?	Informação em Educação, formação e mercado de trabalho a nível nacional e Comunitário	Jovens e adultos.
PRIVADOS	Empresas privadas de selecção e recrutamento de pessoal		Orientação Escolar e Profissional. Reconversão profissional para empresas.	Jovens entre os 12 e os 18 anos, de nível sócio-económico elevado, pois são serviços remunerados.

(continuação)

Tipos de serviços de Orientação	Locais de funcionamento	Tipo de profissionais	Funções	Grupos-alvo
OUTROS Instituto da Juventude	Centros de informação para a Juventude, nas Delegações Regionais do Instituto da Juventude, desde 1991, protocolos com Comissão Nacional de Psicólogos e Conselheiros de Orientação Escolar e Profissional.		Ajudar jovens a clarificar os seus problemas, apoiar a formação de projectos pessoais de carreira ajudando o jovem a caracterizar suas necessidades de formação, encaminhamento para outros serviços.	Jovens no 9º ano. Jovens com diploma de 9º ano a frequentar Escolas Profissionais.. Jovens com ou sem diploma de 9º ano a frequentar o sistema alternativo de formação.
Escolas Profissionais	Nas Escolas Profissionais		Formação Profissional. Podem ter serviços de orientação escolar e profissional com vista à inserção no mundo do trabalho.	Jovens a frequentar escolas profissionais.
Instituto de Reinserção Social(IJS)/Ministério da Justiça			Serviços de atendimento ao nível da Orientação Escolar e Profissional.	Fraca relação com as categorias de jovens já referidas.

Fonte: Alverca et al., 1993; Catalogue of National Guidance Resource Centres, 1994

Se considerarmos que todos os jovens têm direito a usufruir de orientação e aconselhamento, isto significa que devemos dar particular atenção aqueles que, numa situação mais desfavorecida, não fazem ou não podem fazer uso dos sistemas formais de orientação. Queremos com isto dizer que, em matéria de Orientação, estes jovens deverão ser alvo de uma actuação que se insira numa lógica de discriminação positiva. Estão nesta situação os jovens que saíram precocemente do sistema educativo ou não possuem um nível de qualificações que lhes garanta uma inserção bem sucedida no sistema de emprego ou estão desempregados, ou seja, os jovens em risco de exclusão social.

Alguns estudos realizados a nível europeu, incluindo Portugal, orientados e sintetizados pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) são muito claros em apontar as insuficiências dos actuais sistemas de Orientação Escolar e Profissional relativamente aos jovens em risco de exclusão social (Chisholm, 1994).

Contudo, a avaliação das (in)suficiências do sistema só fará sentido dentro do seu âmbito conceptual e operacional, o que não é objectivo do nosso trabalho.

Conclusão

A Orientação Escolar e Profissional pode ser considerada como um subsistema formal e complexo, de interface entre os sistemas educativo e económico, pelo que é particularmente sensível às alterações que se possam produzir nestes sistemas.

Apesar de se reconhecerem três domínios de Orientação - Escolar, Profissional e Pessoal e Social -, os domínios dominantes nos Estados membros da União Europeia, são o Escolar e o Profissional.

Algumas das principais alterações que actualmente se têm vindo a operar nos sistemas económicos dos países desenvolvidos e nomeadamente nos Estados membros da União Europeia, são visíveis a nível do aumento da competitividade, da mundialização das trocas e da emergência da sociedade da informação.

De entre as consequências provocadas por estas rápidas alterações nos sistemas económicos, destacamos a reorganização dos sistemas de produção, o aumento da vulnerabilidade e flexibilização dos postos de trabalho. Os “três choques motores”, como se designam as principais mutações actuais no sistema económico, estão já a provocar o aumento de problemas sociais como sejam o desemprego e a exclusão social.

Novas qualificações, competências e atitudes perante o trabalho e a formação profissional vão ser exigidas aos actuais e futuros trabalhadores, pelo que o sistema educativo deverá sofrer alterações decorrentes das novas exigências educativas e formativas. O próprio sistema educativo é explicitamente chamado a uma nova tarefa, como seja a do combate à exclusão social.

Face a este cenário económico e aos problemas e novas necessidades que ele coloca, também o sistema de Orientação Escolar e Profissional procura responder, sendo apontadas algumas tendências de evolução, que se materializam no recurso à diversificação de estratégias e fontes.

Em Portugal, como nos restantes Estados membros da União Europeia, o sistema formal de Orientação, cujos serviços funcionam integrados nas estruturas dos sistemas educativo e económico tem, assim, dificuldades em proporcionar os seus serviços àqueles que se encontram fora destes sistemas e que por isso se encontram em maior risco de exclusão social. É a situação dos jovens que abandonaram o sistema educativo precocemente, sem qualificações profissionais e assim sem grandes possibilidades de integração plena na vida activa.

Como é nossa intenção compreender se os jovens em risco de exclusão social poderão de alguma forma ser alvo de Orientação, eventualmente fora do sistema formal ao qual já não têm, muitas vezes, acesso, importa agora olhar mais de perto o fenómeno da exclusão social, a fim de compreendermos um pouco melhor a situação desses jovens que são alvo do nosso interesse neste estudo.

Capítulo 2

Os jovens em risco de exclusão social

Introdução

No primeiro capítulo constatámos a relativamente pequena extensividade do sistema de Orientação, cujos serviços se encontram integrados nas estruturas dos sistemas educativo e económico, e aos quais os jovens em risco de exclusão social têm pouco acesso.

Procuramos neste capítulo realizar uma abordagem conceptual do fenómeno da exclusão social, o que passará pela tentativa de clarificar a distinção entre este conceito e o de pobreza.

Tentamos, ainda, procurar causas ou factores de vulnerabilidade à exclusão social o que permitirá, com maior clareza, encontrar categorias sociais em risco de exclusão social.

Uma vez que a nossa maior atenção se dirige ao grupo dos jovens, daremos particular importância aos factores que colocam este grupo em risco de exclusão social.

A nossa proposta de abordagem do conceito de exclusão social, suas causas ou factores condicionantes e identificação de categorias sociais em risco de exclusão social, é de carácter sociológico, sem que tenhamos a intenção de ser exaustivos.

1. Pobreza ou exclusão social?

Os conceitos de pobreza e de exclusão social surgem, ainda hoje, com fronteiras conceptuais relativamente pouco precisas, apesar dos abundantes estudos que já é

possível encontrar sobre os temas. Contudo, o crescente interesse que os Estados membros da União Europeia têm dado aos problemas da pobreza tem sido acompanhado de um “deslocamento do centro de interesse do conceito de pobreza para o conceito de exclusão social.” (Pereirinha, 1996, p. 208).

Em 1974, o Conselho de Ministros da CEE apresentou uma definição política de pobreza que continha a noção de exclusão (Bruto da Costa, 1998). Este autor apresenta a referida definição, citando o “Final Report from the Commission to the Council on the First Programme of Pilot Schemes and Studies to Combat Poverty” da Commission of the European Communities e segundo a qual são pobres “os indivíduos ou famílias cujos recursos são tão escassos que os excluem do modo de vida mínimo aceitável no Estado membro em que vivem.” (pp.12 e 13). É esta a definição de pobreza empregue pelo Conselho da Comunidade Europeia em 1975, data do Primeiro Programa de Luta contra a Pobreza (Gaviria et al., 1995).

Sem alterações conceptuais significativas relativamente à definição acima apresentada, o Conselho de Ministros da Comunidade Europeia refere, em 1984, que

“Se entiende que la expresion «pobre» se refiere a aquellas personas, familias y grupos de personas cuyos recursos - materiales, culturales y sociales - son tan limitados que los exclueyen del mínimo nivel de vida acceptable en los Estados miembros en los que viven.” (Conselho de Ministros da CEE no seu 2º Programa de Luta contra a Pobreza, 1984, Artº 1.2.1, in Torrens, 1995, pp. 94,95).

O conceito de exclusão social só viria a ser “adoptado durante os trabalhos preparatórios do terceiro programa de luta contra a pobreza (...)” designando “o conjunto de pessoas que, em virtude do mau funcionamento do sistema económico, não conseguem ascender a um nível de vida considerado aceitável em cada um dos Estados membros da União Europeia” (Silva, 1996, p. 230).

José Pereirinha (1996) propõe uma distinção entre os conceitos de pobreza e de exclusão social baseando-se na análise das dimensões distributiva e relacional do fenómeno.

“O conceito de pobreza é frequentemente utilizado na análise do seu sentido estrito, isto é, enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas.” (Pereirinha, 1996, p. 210).

Assim colocado, o conceito de pobreza acentua o carácter distributivo do fenómeno, ou seja, o modo como uma sociedade distribui pelas pessoas os seus recursos económicos.

O mesmo autor refere que o conceito de exclusão social enfatiza a dimensão relacional do fenómeno se for encarado “enquanto situação de inadequada (ou ausência de) integração social de indivíduos ou grupos sociais na sociedade de que fazem parte.” (Pereirinha, 1996, p. 210).

Ponderando as diferenças conceptuais referidas anteriormente entre pobreza e exclusão social, algumas divergências ocorrem, contudo, entre autores no que se refere a este último conceito. Pereirinha (1996) considera que, quer se acentue uma abordagem institucionalista ou outra de carácter mais sociológico, é possível chegar a um conceito de exclusão social que sintetize as duas abordagens referidas e que identifica sempre que uma das seguintes condições não é verificada, como sejam

“integração cívica (que tem que ver com o exercício de direitos de cidadania em termos de participação no sistema democrático legal), **integração económica** (em termos de participação dos indivíduos nos mercados dos factores que permitem a obtenção de rendimento primário), **integração social** (em termos de exercício do direito de beneficiar dos serviços de natureza social proporcionados pelo Estado) e **integração interpessoal** (no sentido da participação na vida social da comunidade).” (Pereirinha, 1996, p. 211).

Bruto da Costa (1998), apresenta uma abordagem do fenómeno da exclusão ligeiramente diferente. Segundo este autor, a noção de exclusão social remete para a existência de um “contexto de referência, do qual se é, ou se está, excluído” (p. 13). O autor apresenta esses contextos de referência como um conjunto de “sistemas sociais básicos” (p. 15), cujo acesso traduz o “exercício pleno da cidadania” (p. 15), e que agrupa em cinco domínios:

- o social: conjunto de sistemas onde o indivíduo se insere, que podem ser imediatos (família e vizinhos), intermédios (empresa, grupo de amigos) ou mais amplos (comunidade local, mercado de trabalho);
- o económico: que engloba como principais sistemas o mercado de trabalho e outros, geradores de recursos, como a segurança social, o mercado de bens e serviços e o sistema de poupanças;
- o institucional: que inclui os sistemas educativo, de saúde, etc.;
- o territorial: onde se englobam a habitação, os equipamentos sociais e as acessibilidades, remetendo para a situação em que a exclusão não se reporta só à pessoa mas a todo um território, como seja, por exemplo, um bairro de lata ou um bairro degradado;
- o das referências simbólicas: que inclui um conjunto de perdas referenciais como sejam a da "identidade social, da auto-estima, da auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc." (p. 17).

Bruto da Costa (1998), salienta dois aspectos significativos. Um deles prende-se com o facto de os sistemas sociais básicos e os cinco domínios em que os agrupou, serem interdependentes, podendo mesmo sobrepor-se:

"Um exemplo expressivo de sobreposição dos domínios é o do desemprego, que, como se assinalou, por um lado, acarreta perda de rendimentos normais (domínio económico), por outro, afecta as relações sociais (domínio social) e, por outro, ainda, atinge o excluído na sua identidade social (domínio das referências)." (p. 17).

O outro aspecto importante salienta o facto de poderem existir vários graus de exclusão o que, por seu turno "ajuda a compreender que nem toda a forma de exclusão traduz falta de acesso a *todos* os sistemas sociais básicos" (p. 18), o que, na sua opinião, permite "que se fale em «exclusões sociais», no plural" (p. 21).

Reconhecendo a existência de várias formas de exclusão, Bruto da Costa (1998), apresenta cinco tipos de exclusão social ligados aos vários sistemas sociais básicos já apresentados. Um primeiro tipo de exclusão social é de carácter económico e remete para a situação de pobreza em virtude da privação de recursos, sendo caracterizada por trabalho precário, baixos níveis de instrução e de qualificação profissional, de onde decorrem situações de más condições de vida.

Outra forma de exclusão social é a de tipo social e prende-se com as privações de tipo relacional de que são exemplo o isolamento e a falta de autonomia pessoal, que muitas vezes atinge a população idosa. Um terceiro tipo de exclusão social é a de carácter cultural e resulta de fenómenos como a xenofobia ou o racismo que provocam a “exclusão social de minorias étnico-culturais” (p. 23). As patologias de natureza psíquica podem estar na origem de uma exclusão social de tipo patológico, que pode conduzir a rupturas familiares e a quebras nos laços de solidariedade, que, muitas vezes, resultam na situação dos sem-abrigo. Um quinto tipo de exclusão social pode ser provocado por comportamentos auto-destrutivos, nomeadamente os relacionados com a “toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, etc.” (p. 23).

De acordo com estas formulações, ambos os autores, Pereirinha (1996) e Bruto da Costa (1998), identificam o fenómeno da exclusão social como mais abrangente e integrando o fenómeno da pobreza, que pode assim ser aceite como fenómeno mais estritamente relativo à escassez de recursos propriamente dita.

Parece-nos, também, importante sublinhar o carácter relativo (ao nível de vida de cada país) e ao mesmo tempo estrutural (porque atribuído ao funcionamento dos sistemas sociais e económicos) do fenómeno de exclusão social, tal como é sugerido por Manuela Silva (1996) e Bruto da Costa (1998).

Consideramos o fenómeno da pobreza como sendo uma das formas de exclusão social, uma vez que este último conceito, sendo mais abrangente que o conceito de pobreza, tem ainda a vantagem de acentuar o carácter relacional, relativo e estrutural do fenómeno.

Uma vez clarificada a distinção entre pobreza e exclusão social, é ainda possível tentar uma aproximação mais fina ao conceito de exclusão social, definindo os seus contornos e acentuando o carácter não só estrutural, mas também dinâmico do fenómeno.

2. Precarização, exclusão social e marginalização

Ultrapassando a polémica entre definições conceptuais de pobreza e de exclusão social, Gaviria et al. (1995), propõem uma aproximação teórica ao conceito de exclusão social fazendo uma distinção entre precarização, exclusão e marginalização social.

Estes autores sustentam a sua abordagem naquilo que identificam como sendo o modelo de integração social aprofundado a partir dos anos '50 e '60 ao

"convertir el empleo asalariado en un mecanismo de integración social, en el sentido más fuerte de la expresión. Es decir, en la fuente de seguridad de existencia y de reconocimiento e identidad social." (Gaviria et al., 1995, p. 134).

A evolução do sistema e as rupturas neste modelo de integração social vieram aumentar, ainda que de forma escalonada, os fenómenos de exclusão. Assim, os autores distinguem os conceitos de precarização, de exclusão social e de marginalização social.

O conceito de precarização é apresentado como antecâmara da exclusão, como processo em que "aumenta el volumen de población en situaciones de subempleo, subprotección social o subintegración; a la vez que se produce un empeoramiento de sus condiciones de vida." (Gaviria et al., 1995, p. 154).

O conceito de exclusão social assenta na ideia da não-participação no conjunto da sociedade, a um não-acesso a relações salariais estáveis que se manifestam pelo recurso a actividades económicas subterrâneas ou informais (Gaviria et al., 1995).

Distinto destes dois conceitos é o de marginalização que se refere ao conjunto dos excluídos em “situacion de pobreza absoluta o muy severa” e acompanhada de “ la estigmatización, la criminalización, la segregación espacial.” em que “El elemento clave aquí (...) es la existencia de un universo simbólico diferenciado (...).” (Gaviria et al., 1995, p. 159).

Esta abordagem contempla, ainda, uma visão dinâmica de exclusão social enquanto processo uma vez que reconhece a “existência de mecanismos geradores, na sociedade, que radicam no funcionamento do sistema económico-social e no funcionamento das instituições” (Pereirinha, 1996, p. 212), embora nele não se esgotem.

Está igualmente patente a ideia de mobilidade entre as situações de precarização-exclusão-marginalização que Gaviria et al. (1995) designam por “una cierta fluidez, a medio plazo, en el paso de situaciones precarias hacia la exclusión social, y viceversa” (Gaviria et al., 1995, p. 164).

Segundo estes autores é possível vislumbrar uma mobilidade social descendente dos indivíduos e famílias que vivem situações de precarização uma vez que correm um risco concreto de viverem situações de exclusão social. A mobilidade ascendente das pessoas em situação de exclusão social também é possível, embora a sua integração social passe por situações de precarização que se materializam no possível acesso a empregos temporários e de baixos salários (Gaviria et al., 1995).

Desta forma poderemos considerar que as pessoas, indivíduos ou famílias que vivem em situação de precarização se encontram em risco de exclusão social, considerando risco como uma situação relativa a acontecimentos futuros relativamente às práticas do presente (Giddens, 1994).

Considerarmos o fenómeno de exclusão social como um processo dinâmico de mobilidade centrífuga face aos sistemas económico e social, remete-nos para a compreensão das suas causas, ou seja, para os factores exclusógenos ou factores de exclusão.

3. Factores exclusógenos e categorias de excluídos

Gaviria et al. (1995) referem a exclusão como processo multicausal e multifactorial identificando 21 formas concretas de exclusão: (1) biológica, (2) territorial, (3) por segregação em instituições especializadas, (4) religiosa, (5) filosófica, ideológica e política (6) étnica, (7) da saúde e/ou da assistência sanitária, (8) da educação, (9) da comunicação pública, (10) do saber-fazer, (11) do emprego, (12) das redes sociais de ajuda mútua, (13) do sistema jurídico-administrativo e legal, (14) do sistema de segurança social, (15) dos serviços sociais, (16) da propriedade e da habitação, (17) da vida comunitária e associativa, (18) em função do sexo, (19) devido a práticas ou hábitos sexuais, (20) sindical e (21) da vida política. (Gaviria et al., 1995).

Esta tipologia acentua o carácter multidimensional do fenómeno de exclusão social.

Este carácter multidimensional do fenómeno da exclusão social é também apresentado por Bruto da Costa (1998) e por Almeida et al. (1994). Almeida et al. (1994), identificam, face à realidade portuguesa, vários domínios onde se verificam condições de vulnerabilidade à exclusão social como sejam: condições de habitação, de saúde, de educação e de inserção no mercado de trabalho.

Neste estudo (Almeida et al., 1994), e com vista à identificação de categorias de população com sinais de vulnerabilidade à exclusão social são ainda tomadas em consideração as condições de acesso ao sistema de protecção social, as tendências demográficas, características do sistema de emprego e movimentos migratórios.

Do conjunto de factores exclusógenos apresentados por Gaviria et al. (1995), e das condições de vulnerabilidade à exclusão social identificadas por Almeida et al. (1994), podemos destacar, como mais importantes para este estudo, a exclusão do sistema educativo e de formação profissional e do sistema de emprego. A exclusão do sistema de educação e formação profissional, manifesta-se no fracasso e abandono escolar desqualificado e no não acesso aos sistemas de formação profissional, afectando particularmente os filhos das famílias em risco ou em

situação de exclusão social. Bruto da Costa (1998), atribui uma particular importância à exclusão dos sistemas educativo e de formação profissional, admitindo mesmo que “O sistema educativo é, também, uma das principais pontes de *transmissão* de pobreza de uma geração a outra.” (p. 45).

A exclusão do sistema de emprego, não sendo separável do sistema educativo, manifesta-se no desemprego de longa duração ou mesmo na não empregabilidade por inexistência de qualificação.

O estudo realizado por Almeida et al. (1994) identificou para a realidade portuguesa oito categorias sociais com características de particular vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. Trata-se de “categorias e não de grupos, já que, geralmente, não existem entre os indivíduos que as constituem nem identidades colectivas nem sentimentos de pertença a uma comunidade” (Almeida et al., 1994, p. 67), tendo igualmente, no referido estudo, sido identificados fluxos ou mobilidade de indivíduos e famílias entre categorias diferentes. São, assim, identificadas as seguintes categorias sociais: (1) idosos pensionistas, (2) agricultores de baixos rendimentos, (3) assalariados de baixo nível de remuneração, (4) trabalhadores precários e da economia informal, (5) minorias étnicas, (6) desempregados, (7) jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego e (8) outras situações, incluindo trabalhadores com salários em atraso e famílias monoparentais.

Destas categorias salientamos a dos jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego. Estes, apresentam maior vulnerabilidade à exclusão social se considerarmos que muitos destes jovens são oriundos de famílias pertencentes a outras categorias de vulnerabilidade pelo que se torna visível a reprodução intergeracional dos factores exclusógenos.

A categoria acima referida é, genericamente, caracterizada (Almeida et al., 1994) como tendo baixos ou muito baixos níveis de escolarização e abrangendo muitos jovens que tiveram e têm uma trajectória escolar marcada pelo insucesso e abandono escolar desqualificado. A exclusão, precoce ou não, do sistema educativo a que correspondem baixos níveis de escolarização “tende a constituir-se como

mecanismo gerador de pobreza e de vulnerabilidade à pobreza para os que procuram entrar no mercado de trabalho.” (Almeida et al., 1994, p. 80).

Segundo Ana Benavente et al. (1994), as causas do abandono escolar desqualificado são múltiplas e de entre elas destacam-se “os contextos económicos, sociais e familiares.” (p. 27). Nas periferias urbanas e nas zonas rurais, os mais atingidos pelo abandono da escolaridade obrigatória são “Filhos de trabalhadores agrícolas, de operários, de artesãos, filhos de emigrantes e pertencentes a minorias étnicas” (p. 29).

As trajectórias familiares desta categoria de jovens com baixas qualificações à procura do primeiro emprego são variadas, mas visivelmente marcadas por condições de vulnerabilidade à exclusão social. É o caso dos jovens que pertencem a famílias da categoria de assalariados de baixo nível de remuneração, eles próprios caracterizados por baixas qualificações escolares e profissionais.

Na categoria dos trabalhadores precários e da economia informal onde se registam os mais baixos níveis de escolarização e os mais altos níveis de analfabetismo o risco do desemprego é muito real, o que potencia a grande capacidade de reprodução intergeracional da vulnerabilidade à exclusão social.

Relativamente à categoria das minorias étnicas, as trajectórias familiares igualmente potenciam os factores de risco de exclusão social junto dos jovens, embora os jovens de segunda geração que consigam realizar um percurso escolar regular tenham mais possibilidades de competir no mercado de trabalho e assim poder minorar ou sair das condições de vulnerabilidade de origem.

As famílias desta categoria social apresentam características gerais idênticas às dos trabalhadores precários e da economia informal, à dos assalariados de baixo nível de remunerações e à dos desempregados. Contudo, factores como a clandestinidade, que ainda afecta um número significativo de imigrantes, especialmente os africanos, e o precário domínio da língua portuguesa, manifestam-se muitas vezes nos mais jovens através de processos conducentes a grande

insucesso escolar com o conseqüente abandono precoce do sistema de ensino o que os coloca em grande risco de exclusão social.

Em síntese, os jovens em risco de exclusão social apresentam características de transversalidade relativamente a diversas categorias de vulnerabilidade à exclusão social e são sujeitos à multidimensionalidade no que se refere aos factores exclusógenos. Destes, destacamos os factores relativos ao sistema económico e de emprego, ao sistema educativo e de formação profissional, os relativos à situação sócio-familiar e étnica.

Se a estes factores de exclusão aliarmos a tendência de modernização económica do país com a conseqüente elevação do nível das qualificações e competências exigidas para a inserção do mercado de emprego facilmente se compreende como o risco de exclusão social é real para esta categoria de jovens.

Conclusão

Embora as fronteiras conceptuais entre os conceitos de exclusão social e pobreza sejam ainda ténues, é-nos possível encarar o conceito de exclusão social como sendo mais abrangente que o conceito de pobreza.

O carácter multidimensional, relativo e estrutural do fenómeno de exclusão social, torna ainda possível compreendê-lo como fenómeno dinâmico e aberto a processos de mobilidade entre situações de precaridade, exclusão e marginalização. Esta conceptualização do fenómeno de exclusão social torna ainda possível identificar as pessoas ou famílias que vivem situações de precaridade, como estando em situação de risco de exclusão social.

A partir da identificação seleccionada do que julgamos serem alguns dos mais importantes factores exclusógenos - sistema económico e de emprego, sistema educativo e de formação profissional, situação sócio-familiar e étnica -, torna-se possível referenciar categorias sociais em risco, ou em situação de exclusão social.

Uma das categorias sociais de maior risco à exclusão é a dos jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego, uma vez que identificamos nesta categoria, características de transversalidade no que se refere aos factores exclusógenos que afectam outras categorias sociais.

Excluídos ou em risco de exclusão social, estes jovens estão assim excluídos do sistema formal de Orientação Escolar e Profissional, pelo que não se encontram em situação de igualdade de oportunidades relativamente a outros jovens que, por estarem integrados nos sistemas educativo e/ou económico, têm alguma oportunidade de acesso ao sistema formal de Orientação, ou seja, aos serviços de Orientação Escolar e Profissional.

Nesta fase do nosso estudo, importa agora tentar compreender se as condições de vulnerabilidade à exclusão social que atingem esta categoria de jovens, podem de alguma forma condicionar, ou ser condicionadas, pelos processos de desenvolvimento pessoal e social que os jovens atravessam.

Capítulo 3

Os jovens e os processos de formação de identidade

Introdução

Identificámos no capítulo anterior a categoria dos jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego como sendo uma das categorias de maior risco à exclusão social. Esta categoria de jovens, uma vez excluída dos sistemas educativo e/ou económico está, igualmente, excluída do sistema formal de Orientação Escolar e Profissional.

Uma vez que os jovens, nesta fase da sua vida, atravessam e se confrontam, com processos de desenvolvimento pessoal e social específicos, importa agora tentar compreender se os factores exclusógenos podem de alguma forma interferir neste processo de desenvolvimento, colocando assim os jovens em risco de exclusão social numa situação de risco acrescido face à sua formação identitária.

Neste capítulo procuramos compreender alguns aspectos relativos ao desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos jovens, nomeadamente no que se refere aos processos de formação de identidade.

Através de uma abordagem de carácter psicossocial procuramos identificar os factores de desenvolvimento da identidade e os factores de risco que enquadram os processos de desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

Perseguindo uma abordagem de carácter sociológico tentamos identificar os processos de formação da identidade social e profissional dos jovens, como forma de compreender se esta construção pode ser marcada pelas condições de vulnerabilidade à exclusão social.

1. Da “invenção” ao estudo da adolescência: a formação da identidade

A psicologia do desenvolvimento oferece-nos abundantes estudos sobre um período muito particular da vida dos jovens genericamente caracterizado por modificações do foro biológico, pela aquisição do pensamento formal, segundo a perspectiva piagetiana, e por processos de construção de identidade: a adolescência. A adolescência situa-se entre o fim da infância, com o início da puberdade, e a entrada na vida activa e adulta. Nas sociedades ocidentais e industrializadas, contudo, a aquisição do estatuto de adulto não é marcado com precisão e universalidade (Claes, 1985).

Referem-se alguns factores que marcam o fim do período da adolescência, como sejam o momento em que o jovem sai da casa da família e começa a trabalhar, tornando-se economicamente independente (Ariès, 1986), parecendo consensual que este período tem, desde os anos '50, vindo a aumentar, com o alargamento da escolaridade obrigatória e com as cada vez maiores exigências a nível da formação e qualificação profissionais.

Alguns autores (Claes, 1985; Ariès, 1986; Kroger, 1996) referem estudos de carácter histórico, antropológico e sócio-cultural que parecem confirmar a ideia de que o período da adolescência, tal como é hoje concebido nas nossas sociedades, é um fenómeno relativamente recente, nomeadamente da era pós-industrial.

Pereira (1991) refere que “durante séculos é a infância que é valorizada pela ordem mítico-ritual, embora esquecida no plano manifesto, enquanto a adolescência é vista como não presente, ou como simples momento de passagem. Tudo permite afirmar então” (...) “que a adolescência é” (...) “uma construção social recente.” (Pereira, 1991, p. 147).

Kroger (1996) contextualiza social e economicamente esta recente valorização da adolescência, quando afirma que:

“(...) medieval adolescent and adult identities were defined in a very straightforward manner. The social rank and kinship network into which one was born determined one's place in and for life. While some changes

of title or role were inevitable over the course of time, general possibilities were circumscribed by the clan. In the early modern period, the rise of a middle class began a shift in the standard for self-definition when wealth, rather than kinship ties, became the new measure of social status and hence, self-definition.” (p. 2).

Esta alteração dos padrões de auto-definição dos mais jovens foram acentuados pela generalização do sistema de ensino obrigatório, pela diversificação de ocupações profissionais, pelo urbanismo industrial e pela criação de tempos livres. Aliás, os primeiros estudos sobre a adolescência, logo, o seu reconhecimento enquanto etapa particular do desenvolvimento humano, só começaram a desenvolver-se no último quartel do século XIX, com os trabalhos de G. Stanley Hall (Sprinthall et al., 1994).

As perspectivas históricas, antropológicas e sócio-culturais, ao clarificarem as condições de emergência do fenómeno da adolescência, não aprofundam o estudo deste período da vida enquanto fase fundamental de reorganização interna e de formação da identidade, o que tem sido realizado pelos estudos do desenvolvimento pessoal na óptica do desenvolvimento da personalidade e nos processos de construção da identidade, como sejam os realizados por Erik Erikson, Peter Blos, Lawrence Kohlberg, Jane Loevinger e Robert Kegan, com a particularidade de darem especial relevo a esta fase da vida, a adolescência (Kroger, 1996).

De entre estes autores, salientamos Erik Erikson uma vez que foi o primeiro a valorizar o carácter psicossocial da construção da identidade na fase da adolescência, atribuindo à comunidade o importante papel de reconhecer e apoiar o desenvolvimento do Ego do adolescente:

“it is during the adolescent phase of the life-span that Erikson sees opportunities for identity resolution through a synthesis that incorporates yet transcends all previous identifications to produce a new whole, based upon, yet qualitatively different from that which has gone before.” (Kroger, 1996, p. 9).

A proposta apresentada por Erik Erikson, relativamente aos processos que estão na base da formação da identidade parecem-nos muito interessantes, sobretudo pelo valor atribuído ao papel da sociedade neste processo de construção.

2. Alguns contributos da teoria de desenvolvimento da personalidade de Erik Erikson

Os processos psicossociais de formação da identidade foram explicados por Erik Erikson na sua teoria do desenvolvimento da personalidade, que o próprio resume como:

“the process of identity formation emerges as an *evolving configuration* - a configuration that gradually integrates constitutional givens, idiosyncratic libidinal needs, favored capacities, significant identifications, effective defenses, successful sublimations, and consistent roles. All these, however, can only emerge from a mutual adaptation of individual potentials, technological views, and religious or political ideologies.” (Erikson, 1982, p. 74).

Erikson considerou o desenvolvimento da personalidade como um processo que se desenrola da infância à velhice e em que se intersectam as dimensões bio-psicossociais de cada indivíduo no sentido da construção de uma identidade pessoal com características únicas de passado, presente e futuro, num determinado contexto social (Gallarín, 1978).

O modelo de desenvolvimento da personalidade proposto por Erikson, assenta num desenvolvimento epigenético, ou seja num desenvolvimento por estádios e fases. Apresenta, assim, oito estádios interligados, sendo que em cada um deles o indivíduo é chamado a resolver “conflitos nucleares” ou “crises normativas” de características bipolares que, de forma muito sumária, aqui se apresentam: (1) confiança básica versus desconfiança básica, (2) autonomia versus vergonha e dúvida, (3) iniciativa versus culpa, (4) produtividade versus inferioridade, (5) identidade versus confusão de papéis, (6) intimidade versus isolamento, (7) generatividade versus estagnação e, (8) integridade versus desespero (Gallarín, 1978).

Em cada um destes estádios de características bipolares o indivíduo é chamado a resolver o conflito através de tomada de decisão

“cuja natureza depende do balanço de vários factores de desenvolvimento (maturidade cognitiva, crescimento físico...). Estas

orientações polares não significam que uma exclui a outra, mas que em cada estágio se verifica uma dialéctica entre ambas, isto é, o resultado será a síntese do pólo negativo e positivo de cada estágio." (Costa, 1990, p. 261).

Enquanto processo de desenvolvimento pessoal, a formação da identidade não emerge somente na adolescência, que corresponde ao quinto "conflito nuclear", identidade versus confusão de papéis, evoluindo desde a infância e continuando a ser reestruturada até ao fim da vida, ou seja, tem um passado e um futuro. A importância deste período da adolescência reside no facto de nele o Eu sintetizar o seu passado, projectando-se para um futuro social e historicamente contextualizado. Assim, é nesta fase da adolescência, que o indivíduo jovem é chamado a resolver a tarefa da formação da sua identidade.

"(...) the stage of *identity* versus *role confusion* is one of life's critical crossroads in the transition to adult life; not only must this stage incorporate a *trustworthy* 'I' who has evolved as an *autonomous* individual capable of *initiating* and completing satisfying tasks modeled by significant others, but it must also transcend such identifications to produce an 'I' sensitive to its own needs and talents and capable of chipping its own niche in the surrounding social landscape." (Kroger, 1996, p. 27).

Um adolescente que não consiga realizar um forte sentido de identidade pessoal, poderá permanecer em "difusão de identidade", exactamente caracterizada pela "confusão de papéis" e que se traduz por uma permanente procura do Eu.

Nesta situação, os jovens de identidade difusa tendem a oferecer pouca resistência às pressões externas, apresentando sinais de rejeição ou aceitação das normas sociais, mas sem capacidade de apresentação de formas alternativas (Costa, 1990), sendo que os jovens que conseguiram construir uma identidade, com um forte sentido de individualidade, geralmente "reflectem sentimentos de confiança, estabilidade, optimismo em relação ao futuro e consciência das dificuldades de implementação dos elementos de identidade escolhidos." (Costa, 1990, p. 270).

Com base no que acima foi referido, podemos, talvez, inferir que os jovens com uma identidade realizada são os que terão menor probabilidade de incorrer em situação de risco, ao contrário daqueles que apresentam identidades difusas.

Neste caso, a vulnerabilidade ao risco de adquirir comportamentos desviantes poderá ser maior, se se considerar que comportamento desviante “é qualquer comportamento que envolve uma transgressão ou violação de normas e expectativas sociais ou que é considerado desviante por um grupo de indivíduos ou pela comunidade.” (Carvalho, 1990, p. 219). Estão nesta categoria de comportamentos desviantes o consumo de álcool, drogas e atitudes como a delinquência juvenil.

3. Factores de desenvolvimento da identidade e de risco na adolescência

Importa identificar os factores que especificamente intervêm no processo de formação de identidade dos jovens. Maria Emília Costa (1990), apresenta três tipos de factores: os individuais, os interpessoais e os sociais.

Os factores individuais englobam aspectos como a maturidade corporal, a idade e o desenvolvimento das estruturas cognitivas. Este último aspecto parece-nos particularmente importante, pois é, segundo Piaget, na fase da adolescência que o indivíduo jovem adquire o pensamento formal, abstracto e hipotético-dedutivo, tornado-o capaz de se avaliar a si próprio e aos outros, ou seja, ganhando capacidade reflexiva e auto-reflexiva. Como o próprio Erikson refere: “So it may prove useful to trace the relation (...) of ‘formal operations’ and ‘logical manipulations’ to identity development” (Erikson, 1982, p.76).

Os factores interpessoais referem-se aos contextos de interacção onde o adolescente aprende a conhecer o mundo e onde eventualmente pode realizar as suas explorações e investimentos conducentes à construção da sua identidade. Estes contextos de interacção são fundamentalmente a família e a escola.

O papel da família é de grande importância no que se refere ao tipo de ligação emocional que o adolescente com ela estabelece e percebe.

Enquanto que as relações afectivas de conflito moderado e aceitação parecem dar segurança ao jovem adolescente, as ligações emocionais marcadas pela rejeição, ausência ou distância afectiva ou ainda as relações baseadas na dominação, posse

e pouca expressão de afecto, podem dificultar a formação de uma identidade saudável.

O papel da escola na formação da identidade também é importante, embora menos estudado. A escola é um espaço de interacção por excelência, que pode proporcionar ao adolescente experiências intensas e diversificadas, como seja o contacto com outras pessoas significativas fora da família; professores e, sobretudo, os pares.

O grupo de pares assume na adolescência um importante papel. Por um lado, o processo de reestruturação do adolescente conduz a um certo afastamento da família e a um reconhecimento do Eu junto dos pares, junto dos quais se procura diferenciação e aceitação. Por outro lado, a fase de moratória em que o adolescente experimenta novos papéis, comportamentos e relações afectivas, é, muitas vezes vivida junto dos seus pares (Soares, 1990).

Ainda relativamente à escola, naturalmente que as características curriculares e extracurriculares, as práticas pedagógicas e a própria avaliação podem favorecer, em maior ou menor grau, os processos de construção de identidade dos adolescentes.

Finalmente, e no que se refere aos factores sociais, consideram-se aspectos como o momento histórico, a hierarquia social e as normas sociais. O desenvolvimento da personalidade do jovem, a realização da sua identidade, não é separável do contexto histórico macro social. Períodos de crise e recessão económica ou de prosperidade, de guerra, tensão social ou de paz e a própria mentalidade dominante numa determinada época histórica podem condicionar favoravelmente, ou não, todo o processo de desenvolvimento psicossocial do adolescente.

As questões de hierarquia social e os valores sociais que àquela se reportam podem igualmente agir sobre o adolescente. Aspectos como a raça, a nacionalidade e a religião, podem dificultar o processo de formação da identidade, especialmente se os jovens se encontrarem em situação minoritária num determinado contexto social. O posicionamento do adolescente e da sua família na hierarquia sócio-

económica também pode ter um peso significativo, quer positivo, quer negativo, sendo que

“Erikson considera que numa sociedade como a nossa, os adolescentes mais privilegiados, bem-dotados, educados e que estudam são mais passíveis de se saírem melhor que os «carentes», sem escolarização e incapacitados” (Gallarin, 1978, pp. 224 e 225).

A resolução da crise de identidade durante a adolescência, contudo, pode comportar riscos, como seja o de não se adquirir de facto uma identidade realizada, permanecendo num estado de confusão de papéis ou de difusão de identidade.

Estamos em crer que é no âmbito dos factores de desenvolvimento da identidade, acima referidos, que poderemos eventualmente encontrar elementos que constituam um risco em matéria de construção identitária do adolescente.

Segundo Cordeiro (1982),

“Crise é toda a situação de mudança a nível biológico, psicológico ou social, que exige da pessoa ou do grupo um esforço suplementar para manter o equilíbrio. Daqui resulta um aumento de vulnerabilidade pelo que a crise é um momento de risco” (p. 35).

Este autor (Cordeiro, 1982) considera três tipos de factores de risco: biológico, psicossocial e sociocultural.

O risco biológico encerra situações de patologia física no jovem ou na família, o risco psicossocial envolve carências infantis e situações de alteração da estrutura familiar e o risco sociocultural envolve aspectos relativos à integração de minorias étnicas, de diferenças de raça e/ou nacionalidade, que podem ser agravados por situações de desemprego, falta de preparação escolar, famílias com numerosos filhos e/ou desmembradas. De facto, e ainda segundo Cordeiro (1982),

“ a crise de desenvolvimento dos adolescentes passa a ser inquietante a partir do momento em que não existem a nível familiar, escolar e social as condições de comunicação estruturante, o mesmo é dizer, quando não existe da parte dos adultos a estabilidade psicológica e social que lhes permita aceitar o desafio que os adolescentes lhes lançam” (p. 141).

Com uma construção conceptual diferente, é visível o paralelo que se pode encontrar entre os factores de desenvolvimento de identidade e os factores de risco em que pode incorrer um adolescente que, por estar em fase de crise de identidade, está também numa situação em que requer um 'esforço suplementar para manter o equilíbrio', se considerarmos que 'manter o equilíbrio' é concretizar com sucesso a tarefa de realização de uma identidade única e ao mesmo tempo socialmente integrada.

Podemos considerar, neste caso, que a existência de factores de desenvolvimento da identidade não favoráveis ao equilibrado desenrolar desse processo, podem tornar os adolescentes particularmente vulneráveis, sendo que, nesta situação, esta fase de crise de identidade, se pode tornar para alguns, um 'momento de risco'.

A questão que se nos coloca é compreender até que ponto estas situações de risco podem interferir na construção da identidade do adolescente, quando este se encontra exactamente em situação de crise de identidade.

No Quadro 3.1 procuramos estabelecer um paralelo entre os principais factores exclusógenos ou de vulnerabilidade à exclusão social, identificados no capítulo dois deste estudo e os factores de desenvolvimento da identidade (Costa, 1990) e de risco durante a crise da adolescência (Cordeiro, 1982), aqui referidos.

É possível verificar uma certa coincidência entre os factores exclusógenos e os factores de risco durante a crise da adolescência.

Não nos parece, no entanto, ser possível afirmar que a crise de identidade, enquanto processo de desenvolvimento pessoal e social, constitua um factor de risco à exclusão social. Seria uma contradição conceptual, uma vez que consideramos o período da adolescência como uma fase de síntese bio-psico-social, ou seja, de integração do 'pessoal no social' e do 'social no pessoal'.

Quadro 3.1 - Factores exclusógenos, de desenvolvimento de identidade e de risco na adolescência

FACTORES EXCLUSÓGENOS/ VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL	FACTORES DE DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE (Costa, 1990)	FACTORES DE RISCO DURANTE A CRISE DA ADOLESCÊNCIA (Cordelro, 1982)
	INDIVIDUAIS <ul style="list-style-type: none"> • maturação corporal • idade • desenvolvimento das estruturas cognitivas (aquisição de pensamento formal) 	BIOLÓGICOS <ul style="list-style-type: none"> • risco genético, patologia física no jovem ou familiares
EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • família: fracas qualificações escolares e profissionais, analfabetismo • jovem: insucesso e abandono escolar. baixo nível de escolarização e de qualificação profissional 	INTERPESSOAIS <ul style="list-style-type: none"> • família: tipos de relações afectivas e comunicacionais • escola: outras pessoas significativas (professores, grupo de pares), organização curricular, extra-curricular e relações pedagógicas 	PSICOSSOCIAIS <ul style="list-style-type: none"> • carências infantis • estrutura familiar: alteração na estrutura familiar tradicional, desmembramento, comportamentos desviantes e/ou aditivos, perturbações de comunicação. • carências escolares ou pedagógicas

(continuação)

FACTORES EXCLUSÓGENOS/ VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL	FACTORES DE DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE	FACTORES DE RISCO DURANTE A CRISE DA ADOLESCÊNCIA
<p>SISTEMA DE EMPREGO</p> <ul style="list-style-type: none"> • família: trabalhadores precários e de economia informal, salários em atraso, desemprego, baixos níveis de remuneração • jovem: dificuldade em aceder a formação profissional, em encontrar emprego • minorias étnicas (jovens e suas famílias): trabalhadores precários e de economia informal, salários em atraso, desemprego, baixos níveis de remuneração, clandestinidade, precário domínio da língua dominante. • "3 choques motores": efeitos a nível da competitividade, flexibilização do trabalho, maior exigência a nível de qualificações e competências, maior vulnerabilidade dos postos de trabalho, desemprego 	<p>SOCIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • normas sociais: aceitação/valorização do adolescente enquanto grupo social, moratória institucionalizada • hierarquia social: posicionamento na estratificação socioeconómica, minorias étnicas, de nacionalidade ou religião • momento histórico: ideologia dominante, mentalidade, conjuntura económica, relações sociais, relações internacionais 	<p>SÓCIO-CULTURAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • minorias étnicas e/ou de nacionalidade, desemprego, insucesso e abandono escolar, pouca preparação escolar dos familiares

Parece-nos ser possível concluir que, dada a importância que os aspectos sociais assumem neste processo de crescimento e construção pessoal, os jovens em risco de exclusão social e em fase de crise de identidade, estão numa posição de maior vulnerabilidade face à sua formação identitária, que os jovens que não estão em situação de risco à exclusão social. Para os jovens em risco de exclusão social, esse facto em si, pode constituir um risco acrescido, à já arriscada tarefa de crescer saudavelmente numa sociedade que parece ter relativamente pouco para lhes oferecer.

4. Jovens em risco de exclusão e formação de identidades sociais

As abordagens psicológicas e psicossociológicas, como as que apresentamos no ponto anterior remetem-nos para as questões da formação da identidade pessoal de cada jovem. Outras abordagens, de carácter sociológico, remetem-nos para as questões da formação de identidades sociais e profissionais.

O sociólogo Claude Dubar (1991), propõe uma abordagem sociológica da identidade. No seu entender:

“l' identité n' est autre que le résultat à la fois stable et provisoire, individuel et collectif, subjectif et objectif, biographique et structurel, des divers processus de socialisation qui, conjointement, construisent les individus et définissent les institutions.” (p. 113).

Para Dubar (1991), a identidade social é marcada pela dualidade entre uma identidade social virtual, que é atribuída ao indivíduo por processos identitários relacionais, e uma identidade social real, que ele atribui a si próprio, através de processos identitários biográficos.

A identidade social virtual corresponde ao espaço em que se reconhecem as identidades relativas ao saber e às competências profissionais, sendo que a identidade social real corresponde ao espaço onde o indivíduo constrói uma identidade a partir das categorias sugeridas pelas instituições por onde vai passando desde a infância, como sejam a família, a escola e o trabalho.

Perante a dualidade entre identidades sociais virtuais e reais, nem sempre coincidente, o indivíduo desenvolve estratégias de negociação identitária, sob a forma de transações externas e internas, que visam reduzir a diferença entre identidade virtual e real, sendo na articulação entre os dois tipos de transacção que se constroem as identidades sociais.

A articulação entre os processos identitários relacionais e os processos identitários biográficos, produzem determinadas formas sociais que

“constituent à la fois la matrice des catégories structurant l'espace des positions sociales (haut/bas mais aussi dans/hors l'emploi) et la temporalité des trajectoires sociales (stabilité/mobilité mais aussi continuité/rupture).” (Dubar, 1991, p.128).

A formação da identidade social pode, assim, ser considerada como uma construção que permanentemente se vai reconstruindo, à medida que os indivíduos vão passando pelos vários campos de aprendizagem social ou de socialização, como sejam a família, a escola, o trabalho, o contexto comunitário, etc.

Dubar (1991), reconhece que o campo da formação e do trabalho tem uma importância particular na construção identitária dos indivíduos, mas devemos igualmente ter presente que os efeitos destes campos de socialização

“(…) não agem isoladamente, eles interagem com outros. A identidade é uma construção interactiva, realizada nos diferentes sistemas de acção e com a participação dos outros, principalmente dos outros significativos.” (Duarte, 1996, p. 113).

Como encarar, então, os processos de formação de identidade social daqueles que vivem situações de vulnerabilidade à exclusão social, nomeadamente dos jovens em risco de exclusão social?

Para aqueles jovens marcados por uma trajectória de insucesso e abandono escolar desqualificado, sem qualificações profissionais reconhecidas, a socialização profissional é problemática. É possível identificar elementos que podem constituir um “novo aparelho de formação” (Dubar, 1991, p. 193), como sejam os programas de formação, a formação em alternância, a informação e orientação, programas de ocupação de desempregados que, contudo, são atravessados por períodos de trabalho precário e desemprego. Assim, este novo modo de socialização que pretende favorecer a inserção sócio-profissional de jovens em risco de exclusão social é marcado pela instabilidade e pela não institucionalização, além de terem como pano de fundo um contexto de crise marcado pelo desemprego, precarização e instabilidade no emprego (Dubar, 1991; Duarte, 1996).

Em Portugal tem havido alguma preocupação em compreender a problemática da formação da identidade social dos jovens, como atestam os estudos promovidos por

várias instituições durante a década de '80, como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Campos, 1991). Em 1996 cria-se o Observatório Permanente da Juventude, por protocolo entre a Secretaria de Estado da Juventude e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e que, em 1997, realiza um Inquérito a uma amostra da população juvenil portuguesa entre os 15 e os 25 anos (Cabral et al., 1998).

Em 1983 realizou-se um inquérito à juventude realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, que teve como principal objectivo " a análise do processo de socialização dos jovens, enquanto esta significa o confronto com a complexidade da inserção destes no mundo dos adultos." (Ambrósio, 1986-b, p. 10).

Deste inquérito, que abrangeu uma amostra de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, retiraram-se algumas conclusões significativas, das quais destacamos o facto de a condição social de origem, como as habilitações escolares dos pais, a origem social e o habitat, condicionarem as trajectórias escolares dos jovens, apesar de se ter registado um aumento das habilitações escolares dos jovens relativamente aos pais.

Sobre jovens oriundos de famílias que pertencem a categorias sociais que apresentam sinais de vulnerabilidade à exclusão, que nós identificámos como apresentando sinais de risco à exclusão social, talvez seja possível considerar que

"por muito aberto que seja o sistema de ensino no percursos dos jovens, desde o nascimento até à sua entrada na vida activa, o peso da posição social de partida condiciona mais fortemente a posição social de chegada do que o percurso escolar." (Ambrósio, 1986-a, p. 161).

Para estes jovens, sobretudo para os desempregados, a percepção das dificuldades de inserção no mercado de emprego, ocupa um lugar importante no conjunto das suas preocupações, o que revela como aquela constitui um elemento fundamental em termos de identidade social dos jovens (Vala, 1990).

No que se refere às trajectórias profissionais dos jovens, alguns estudos apontam o facto de que para os jovens desempregados “parece predominar um *modelo de exclusão* onde os mecanismos de precaridade social tendem a agravar-se, e o desemprego a tornar-se num fenómeno de longa duração.” (Pais, 1996, p. 217).

Para estes jovens, uma situação de desemprego prolongada, pode constituir um factor de perturbação ao desenvolvimento da sua identidade pessoal e social, ao provocar sentimentos de desencorajamento e atitudes defensivas e derrotistas (Fournier et al., 1993), facto que parece ter sido comprovado relativamente aos jovens portugueses desempregados alvo do já referido inquérito à juventude, que revelaram ter “atitudes mais pessimistas, mais autopunitivas, menos participativas, menos interessadas e menos intervenientes” que os jovens empregados (Lima et al., 1986, p. 168).

Privados das condições que possibilitem uma bem sucedida inserção profissional e social, ao mesmo tempo que elegem o acesso ao emprego como uma das suas principais preocupações (Vala, 1990), a categoria dos jovens com baixas qualificações à procura do primeiro emprego poderá assim desenvolver uma identidade social marcada pela

“emergência de uma condição social de desempregado, que poderíamos, talvez, definir, provisoriamente, como a privação simultânea de um conjunto de instrumentos críticos e de inserção social (...) resultando num prolongamento excepcional da impossibilidade de inserção profissional equilibrada.” (Lima et al., 1986, p. 169).

As conclusões do Inquérito à população juvenil, realizado em 1997, não são muito diferentes das que acabámos de apresentar. Para muitos jovens desprivilegiados “o *normal* será justamente efectuar trajectórias escolares de curto alcance, as quais se articularão muitas vezes com a negação da escola como meio de mobilidade profissional e social.” (Nunes, 1998, p. 29).

Nas conclusões do Inquérito realizado em 1997, refere-se que “a origem social dos jovens inquiridos persiste sendo uma variável consideravelmente explicativa do sucesso escolar e das atitudes dos jovens face à escola e ao emprego.” (Pais, 1998,

p. 169), à semelhança do que se concluiu do Inquérito realizado em 1983 (Ambrósio, 1986-a).

Nos anos '90, para os cerca de 90.000 jovens que realizam um abandono escolar desqualificado "A saída da escola sem uma certificação mínima corre o risco de se transformar, para muitos jovens, na primeira etapa de um círculo vicioso de exclusão social." (Alves, 1998, p. 62).

Os resultados do Inquérito realizado em 1997 revelam que, nos anos '90, os jovens com baixas qualificações tendem a resolver o problema do desemprego aproveitando a primeira oportunidade para trabalhar e realizar algum dinheiro. Assim, para muitos destes jovens, a solução face ao desemprego está no subemprego (Pais, 1998), facto a que não será alheio a progressiva precarização que se tem verificado no mercado de emprego português.

Para muitos jovens sem qualificações e à procura do primeiro emprego, a construção de uma identidade social, associada a um modelo de integração num sistema de emprego ao qual não têm acesso, ou ao qual têm um acesso precário, pode incorporar o sentimento de precarização e de exclusão.

Entre uma identidade social virtual marcada pela incompetência e inadaptação face ao modelo taylorista de trabalho, em declínio, e uma identidade social real transmitida pela geração anterior, e que já não contém elementos atractivos, pode instalar-se um sentimento identitário totalizante de exclusão. Deste cenário, emerge uma pergunta pertinente, formulada por Dubar (1991): "Une identité d'exclu définitif est-elle vivable?" (p. 217). Estamos em crer que não. Mas, estando os jovens em risco de exclusão social, excluídos do acesso ao sistema de Orientação Formal - Escolar e Profissional -, importa compreender se haverá alguma modalidade de Orientação que, de alguma forma, possa prestar ajuda a estes jovens.

Para tal, devemos tomar em consideração quer as condições de vulnerabilidade à exclusão, quer as realidades e necessidades específicas a nível da sua formação identitária pessoal e social.

Conclusão

A adolescência, apesar de constituir um fenómeno cujo reconhecimento científico e social é relativamente recente na história da humanidade, é hoje encarada como o período na vida dos jovens em que estes são chamados a resolver tarefas específicas de construção da sua identidade pessoal.

Nesta fase, e por processos de síntese bio-psico-social, apoiados na sua história e projectados para um futuro desejável, o adolescente constrói uma identidade pessoal, única, original e reconhecida pelos outros.

Os jovens que se encontram em fase de formação de identidade pessoal estão também, através dos processos de socialização que atravessam, em fase de construção da sua identidade social e profissional.

A abordagem psicossocial da formação da identidade durante a adolescência, permite-nos compreender como, em determinadas circunstâncias, os factores de desenvolvimento identitário - individuais, interpessoais e sociais - podem constituir-se em factores de risco - biológicos, psicossociais e sócio-culturais - no que se refere ao desenvolvimento pessoal do adolescente.

O paralelo existente entre alguns factores exclusógenos, como sejam os relacionados com a educação/formação e sistema de emprego dos jovens e suas famílias, e alguns dos já referidos factores de risco durante a crise da adolescência, permite-nos concluir que os jovens em risco de exclusão social têm, potencialmente, maiores probabilidades de não conseguir realizar um forte sentido identitário pessoal. O que, por seu turno, pode, em si, constituir uma acrescida situação de vulnerabilidade e de risco à exclusão social.

A abordagem de carácter sociológico, complementar à de carácter psicossocial, ao esclarecer sobre os processos e mecanismos de socialização, centrados em estratégias de negociação identitária entre as identidades sociais virtuais e as

identidades sociais reais, permite-nos igualmente concluir que os jovens em risco de exclusão social e em fase de negociação identitária, estão ainda numa posição de maior risco de construírem identidades sociais - porque historicamente contextualizadas - marcadas pelo sentimento de precarização e de exclusão.

Os estudos realizados em Portugal, referidos neste capítulo, parecem reconhecer sinais desta realidade.

Longe de se desenhar um quadro social determinista de formação identitária, parece, contudo, ser possível afirmar que os factores exclusógenos, as condições de vulnerabilidade à exclusão social, em que muitos adolescentes e jovens vivem, constituem em si condições que, potencialmente, interferem negativamente na construção das suas identidades pessoais, sociais e profissionais.

E porque consideramos que este facto pode constituir uma acrescida situação de risco à exclusão social, tentaremos procurar compreender que domínio de Orientação pode, adequadamente, e em função das realidades e necessidades dos jovens em risco de exclusão social, prestar alguma ajuda a estes jovens, excluídos que estão também do sistema de Orientação formal.

Capítulo 4

Um domínio emergente de Orientação: Orientação Pessoal e Social

Introdução

No capítulo anterior considerámos que os jovens em risco de exclusão social apresentam, pelas situações de vulnerabilidade em que vivem, algumas probabilidades de não conseguirem realizar um forte sentido de identidade pessoal, além de poderem construir identidades sociais marcadas pelo sentimento da precarização e da exclusão, factos que considerámos, em si, como de risco acrescido à exclusão social.

Tendo em consideração que os jovens em risco de exclusão social têm dificuldade de acesso aos sistemas formais de Orientação Escolar e Profissional, e reconhecendo como facto, que estes jovens têm direito à Orientação, importa saber que outro domínio de Orientação poderá dar alguma resposta às necessidades destes jovens.

Partimos do pressuposto de que o domínio de uma Orientação Pessoal e Social, pode ajudar a promover o desenvolvimento pessoal e social destes jovens. Proporcionando uma Orientação 'para a vida', ultrapassa as esferas do escolar e do profissional, embora também as possa incluir.

Para tal, neste capítulo, tentamos identificar as condições que, no nosso entender, fundamentam a emergência de uma Orientação Pessoal e Social, a partir das situações identificadas nos dois últimos capítulos, e a partir dos contributos teóricos oriundos das mais recentes tendências em Orientação formal.

Procuramos ainda delinear o domínio e âmbitos de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social, tendo em conta a situação de exclusão dos sistemas formais em

que estão os jovens em risco de exclusão social, numa lógica de desenvolvimento pessoal e social.

Nesta pesquisa consideramos alguns conceitos de carácter sociológico e sócio-educativo porque se revelam pertinentes para o desenrolar da nossa investigação.

1. Condições de emergência de uma Orientação Pessoal e Social

Dos domínios de Orientação já referidos no capítulo 1, o que nos importa aprofundar, aqui, é o domínio da Orientação Pessoal e Social, ou seja, aquele que se prende com as questões pessoais e sociais dos indivíduos.

O facto de não ser um domínio de Orientação institucionalmente dominante, traduz-se numa escassez de estudos que obriga a um trabalho de conceptualização ainda preliminar. Contudo, acreditamos que aprofundar o pensamento sobre um domínio de Orientação ainda pouco explorado, nos permite alguma mobilidade no percurso heurístico que nos propomos realizar.

Com base nas realidades e necessidades dos jovens em risco de exclusão social, cremos existirem condições de emergência que fundamentam a pertinência de uma Orientação no domínio de uma Orientação Pessoal e Social.

O facto da categoria de jovens em risco de exclusão não ter acesso ao domínio da Orientação Escolar e Profissional, uma vez que este funciona no âmbito dos sistemas dos quais estes jovens estão excluídos ou em risco de exclusão, acrescido do facto de todos os jovens deverem ter direito a usufruir de algum tipo de Orientação, permite-nos eleger, como uma condição de emergência, a necessidade de dar mais atenção às necessidades dos jovens-alvo, em matéria de Orientação (Chisholm, 1994).

Do ponto de vista das realidades e necessidades da categoria dos jovens em risco de exclusão social, consideramos como condições de emergência de uma Orientação Pessoal e Social, o facto de:

- serem jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego, apresentando características de transversabilidade relativamente a outras categorias em situação de vulnerabilidade à exclusão,
- apresentarem características de multidimensionalidade face aos factores exclusógenos como sejam os sistemas económico e de emprego, o educativo e de formação profissional, a situação sócio-familiar e étnica,
- potencialmente, apresentarem algumas probabilidades de desenvolver identidades pessoais não realizadas, o que pode constituir um risco acrescido à exclusão social e,
- potencialmente, poderem desenvolver identidades sociais marcadas pelo sentimento da precarização e da exclusão social.

Do ponto de vista da Orientação Escolar e Profissional, parece-nos interessante compreender a sua evolução e principais tendências de abordagem, embora tendo presente de que se trata de Orientação em contexto formal, na tentativa de vislumbrar perspectivas que possam fornecer contributos teóricos para a compreensão do domínio de Orientação que nos importa estudar: uma Orientação Pessoal e Social.

2. Orientação Escolar e Profissional: evolução e principais tendências

Campos (sd), faz referência a quatro fases distintas de evolução no domínio da Orientação Escolar e Profissional.

Numa primeira fase, anterior aos anos '40, a função da Orientação era a de fazer corresponder as características do indivíduo, previamente identificadas, às necessidades do mercado de trabalho. Admitia-se que cada indivíduo poderia escolher e seguir um percurso profissional em função da sua personalidade. Este tipo de abordagem valoriza os aspectos intra-pessoais e a intervenção baseia-se em testes de personalidade e no fornecimento de informação sobre as oportunidades de trabalho.

Numa segunda fase, que decorreu entre os anos '40 e finais dos anos '60, a função da Orientação, de inspiração humanista e existencialista, era a de habilitar ou facilitar a construção do indivíduo dando particular atenção aos seus afectos, emoções, medos, sonhos e desejos, pelo que se pressupunha a possibilidade de construção, realização e desenvolvimento pessoal do mesmo. Aqui, o enfoque é colocado numa realidade subjectiva, ou seja, a do indivíduo, valorizando-se assim os aspectos intra-pessoais. A intervenção tem o objectivo de facilitar a construção do indivíduo através da escuta atenta dos seus desejos, sonhos, etc.

Uma terceira fase, com início no final dos anos '60 e que se terá estendido até aos anos '80, marcada pelas teorias da aprendizagem social, sublinha o peso das oportunidades da estrutura social. Assim, o percurso do indivíduo é visto em função da sua posição social, no que se refere ao nível e área de trabalho em que se irá inserir. Parte-se do princípio de que os jovens não têm poder de escolha e que se limitam a aproveitar o trabalho disponível, de acordo com as suas habilitações escolares, qualificações profissionais e grupo social de origem. Quando este princípio falha, o papel da Orientação é o de lhe proporcionar a aprendizagem de competências sociais adequadas à obtenção e manutenção de um posto de trabalho. Esta abordagem valoriza os aspectos extra-individuais e a intervenção incide na aplicação de programas de procura de emprego, de criação de auto-emprego, de métodos de estudo, etc.

Numa quarta fase, a partir dos anos '80, a Orientação surge centrada nas teorias ecológicas e de interacção comunitária. Parte-se agora do princípio que entre a liberdade pessoal e os constrangimentos sociais há outra área de experiência com impacto no desenvolvimento de projectos profissionais do indivíduo, uma área de interacção interpessoal que ocorre na comunidade em que ele vive.

Concebe-se que a comunidade é composta por redes de relações sociais que cada indivíduo tem nos vários contextos de vida, como o contexto familiar, o escolar, a vizinhança, a dos grupos sociais, etc. Nesta perspectiva concebe-se que o controlo macro social pode ser mediado ou modificado pela interacção comunitária. Se se considerar que uma pequena rede comunitária de relações pode restringir e empobrecer a concepção que o indivíduo tem do seu futuro, parece ser também

possível conceber que os contactos fora dos pequenos 'guetos' (idade, sexo, bairro, grupo sócio-económico, etc.) podem alargar as concepções do futuro de cada um. Nesta perspectiva, um dos objectivos da Orientação é o de proporcionar aos jovens ocasiões de interacção comunitária fora dos seus 'guetos' e acompanhar a experiência de integração de cada um.

Esta tendência de Orientação valoriza os aspectos interpessoais. A intervenção tem como objectivo possibilitar ao indivíduo um grande número de contactos com pessoas e situações diversas, representativas do mundo adulto e profissional, o que requer a intervenção de outras pessoas para além do especialista em Orientação, além de uma estreita coordenação entre a escola e a comunidade.

Esta última perspectiva de Orientação parece-nos interessante, sobretudo por três aspectos em particular:

- (1) reconhece que o indivíduo se constrói na sua relação com o meio social, o que é concordante com a concepção de formação da identidade pessoal que adoptámos;
- (2) reconhece a existência e peso dos constrangimentos sócio-económicos que afectam a vida do indivíduo, sem os considerar como deterministas, o que é concordante com a teoria de construção das identidades sociais e profissionais que apresentámos no último capítulo;
- (3) reconhece que a intervenção em Orientação pode fazer recurso de outras fontes, informais, como sejam outras situações em contexto exterior à escola e outras pessoas, não especialistas em Orientação.

Outros autores (Permatin et al., 1988), apresentam a evolução e tendências recentes de uma forma ligeiramente diferente e sem fazerem referências temporais.

Numa primeira fase, as actividades de Orientação eram desenvolvidas por peritos que recorriam essencialmente a técnicas psicométricas, cabendo aos orientadores o prognóstico do emprego adequado ao perfil do utente. Segundo os autores, esta perspectiva de Orientação apresentava como principal desvantagem, o facto de colocar o indivíduo numa posição de dependência face às indicações e orientações dos profissionais de Orientação.

Numa segunda fase, a Orientação ter-se-á virado essencialmente para a tomada de decisões em matéria de escolha vocacional. Baseado na documentação disponível, o orientador apoiava o utente numa decisão de escolha pontual e isolada no tempo, sendo considerada uma abordagem que, por ser demasiado pontual no conteúdo e no tempo, não pressupunha a evolução do indivíduo.

A fase seguinte, sustentava-se nos princípios da psicologia das carreiras, onde o orientador apoiava o indivíduo a elaborar o seu plano de carreira. Esta perspectiva, de acordo com Permatin et al., teria a desvantagem de contar com a previsibilidade das características do mercado de emprego, o que nas condições e contextos actuais não é realisticamente possível.

A tendência actual em Orientação Escolar e Profissional assenta naquilo que Permatin et al. (1988) designam por “dupla tomada de consciência”. Em primeiro lugar, considera-se que o indivíduo evolui significativamente e com relativa imprevisibilidade a médio prazo. Em segundo lugar, toma-se em linha de conta o facto de as características do mundo do trabalho se transformarem rapidamente, no que se refere à sua estrutura, organização, tecnologias e consequentemente, qualificações e tipos de emprego disponíveis. Tendo em conta estes aspectos, o papel do orientador é ajudar o indivíduo a construir o seu projecto pessoal e profissional.

É esta última tendência que nos parece conter os elementos mais interessantes, nomeadamente pelo facto de (1) considerar o indivíduo como um ser em permanente desenvolvimento, (2) reconhecer e tomar em linha de conta os aspectos relativos às mais recentes alterações dos sistemas económico e de emprego e, ainda, (3) apostar na construção de projectos pessoais e profissionais como forma de integrar as condicionantes e imprevisibilidades do indivíduo e do contexto em que ele se insere.

Das mais actuais tendências em Orientação Escolar e Profissional, apresentadas por Campos (sd) e Permatin et al. (1988) destacamos como aspecto comum, o facto de ambas reconhecerem a dimensão da pessoa em desenvolvimento, dos contextos e da relação dinâmica que entre eles se estabelece.

Estamos em crer que estes são fortes elementos a ter presente na tentativa de perspectivar o domínio e âmbitos de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social.

3. Domínio e âmbitos de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social

Consideramos muito interessantes alguns aspectos das mais recentes perspectivas em Orientação Escolar e Profissional, quer seja a centrada nas teorias ecológicas e de interacção comunitária, quer seja a centrada na realização de projectos pessoais e profissionais. Contudo, o facto é que se trata de um domínio de Orientação que tem o objectivo de orientar os indivíduos em matéria de escolhas vocacionais e profissionais, mantendo o seu âmbito de intervenção centrado e integrado nos sistemas formais de educação e de emprego. Por este motivo, não abrange muitos jovens em risco de exclusão social.

Teoricamente, as mais recentes tendências em Orientação reconhecem-na como um processo social (Campos, 1991), ao valorizar a importância de outros contextos, considerados não formais, e de outras pessoas, consideradas como significativas.

Para os jovens em risco de exclusão social, a pertinência da Orientação, pode assentar num domínio mais global de Orientação, ou seja naquele que tenha o objectivo de ajudar o indivíduo a tomar decisões sobre questões emergentes na sua vida, quaisquer que elas sejam, incluindo as de carácter escolar e profissional. Uma Orientação Pessoal e Social, em que o objectivo seja promover o desenvolvimento pessoal e social e onde se englobem também, e além de outros, os aspectos escolares e profissionais.

Estamos em crer que a complexidade do fenómeno da exclusão social, particularmente no que se refere aos jovens em fase de formação das suas identidades pessoais e sociais, exige, em termos de Orientação, uma resposta holística e afirmativa (Chisholm, 1994). Assim, o domínio de uma Orientação Pessoal e Social será o que considera a pessoa, o jovem, no contexto global da sua vida, passada e presente, com aspirações e expectativas de futuro, em todas as

suas dimensões, como sejam a pessoal, educativa, profissional, de tempos livres, etc., numa lógica de desenvolvimento pessoal e social.

Tendo em consideração as condições de vulnerabilidade à exclusão social e os factores de desenvolvimento e risco em termos de formação das identidades pessoais e sociais dos jovens em risco de exclusão social, consideramos que uma Orientação no domínio da Orientação Pessoal e Social pode ter um âmbito de intervenção pertinente se for realizada tendo em conta o desenvolvimento dos jovens no âmbito das suas relações com, nomeadamente, a família, os pares e outras pessoas significativas, em contexto comunitário.

Consideramos que a percepção que o jovem tem de si próprio, o seu auto-conceito, é construída com base na sua experiência, particularmente em relação com os "outros significativos" (Formosinho et al., 1986), onde incluímos a família, os pares (Watts, 1993; Bariaud et. al., 1994; Régnier, 1994; Watts, 1994) e ainda, outras pessoas, adultos ou jovens, que possam vir a integrar na rede social dos jovens em risco de exclusão social.

Parece-nos importante, neste momento, precisar o conceito de rede social. Considera-se que as pessoas estão em permanente interacção com os outros. A rede social estabelece-se através dos vínculos pessoais que os indivíduos constroem na sua vida quotidiana, sendo uma rede efectiva, a que é formada pelas pessoas com laços muito próximos entre si e uma rede extensiva a que é formada pelas pessoas próximas ou com contactos com a rede efectiva (Santos, 1994).

Nas categorias sociais mais desfavorecidas ou que vivem situações de vulnerabilidade à exclusão social, as fontes de amigos e companheiros são menos diversificadas (Santos, 1994 e Bruto da Costa, 1998), pelo que uma Orientação Pessoal e Social pode ter um importante papel no sentido de alargar as redes sociais, nomeadamente as redes extensivas dos jovens em risco de exclusão social.

A Orientação Pessoal e Social deve considerar uma abordagem que não se restrinja à acção exclusiva com o jovem-alvo, mas estendê-la às suas redes sociais,

podendo mesmo contribuir para o alargamento das redes extensivas a outras pessoas, adultos e jovens, potencialmente significativas.

A importância do alargamento das redes sociais dos jovens em causa, passaria pela diversificação de experiências e contactos com outras pessoas potencialmente significativas, e que podemos aqui encarar na óptica de desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner, citado por Portugal (1992): “Human development is facilitated through interaction with persons who occupy a variety of roles and through participation in an broadening role repertoire” (p. 81), sendo que, neste sentido, o conceito de “papel” (role) é visto como “um conjunto de actividades e relações esperadas de alguém ocupando uma determinada posição na sociedade e dos outros em relação a essa pessoa.” (Portugal, 1992, p. 80). É nesta lógica de “ampliação do repertório de papéis”, e do seu contributo para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens em risco de exclusão social, que encaramos a ‘função’ dos ‘outros significativos’, para além da família e do grupo de pares.

Estas pessoas significativas poderão, ainda, ser designadas por “mediadores”, considerados como

“pessoas significativas, institucionalmente enquadradas, com capacidade de estabelecer relações de mediação entre os jovens em risco de exclusão social e as instituições/organizações locais que, centradas na comunidade, têm particular apetência e competência para a intervenção junto destes jovens e respectivas redes sociais” (Equipa Coordenadora do Projecto de Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social, 1998, p. 3).

A designação de “mediador” começou recentemente a ser utilizada no contexto educativo. No âmbito do “Projecto de Educação para a Cidadania Democrática”, lançado pelo Conselho da Europa e que Portugal integra através do Instituto de Inovação Educacional, tem sido discutido o problema da formação e acção de mediadores sociais, considerados como “elemento neutro que facilita o diálogo e a negociação entre pares” (...), “figura indispensável à vivência social e, como tal, à cidadania.” (Abrantes, 1998, p. 72). Para que melhor se compreenda o contexto da designação de mediador social, no âmbito do referido projecto, referimos, ainda, como importante o conceito de “Lugar de cidadania”, definido como “uma

experiência ou um conjunto de experiências em determinados territórios, envolvendo práticas educativas formais e não formais.” (Abrantes, 1998, p. 72).

Considerámos, ainda, que o domínio de Orientação Pessoal e Social poderia ter um âmbito de intervenção em contexto comunitário. Torna-se, assim, necessário revelar o que entendemos por “comunidade”. Assim, utilizamos o conceito de “comunidade”, na linha do que referiu Manuel Castells (1984):

“...de cada vez que uma unidade ecológica coincide com «uma unidade de vida social», com um sistema social, geralmente unificado por uma subcultura, apoiada, por seu lado, por essa especificidade espacial.” (p. 50).

Em Portugal, as políticas de alojamento têm seguido uma lógica de concentração espacial de populações - cujo principal sinal de homogeneidade reside na situação comum de vulnerabilidade à exclusão social -, em bairros sociais, espacialmente separados da restante malha urbana e assim, com grande visibilidade do exterior. Neste caso, a “subcultura” referida por Castells, pode ser entendida como uma ‘cultura de vulnerabilidade e de exclusão’, independentemente da diversidade cultural e étnica que, também, é um traço marcante de muitos bairros sociais, bem como dos bairros clandestinos.

Importa, ainda, referir que, neste contexto comunitário, nos bairros sociais e clandestinos, as dinâmicas de socialização ou de formação identitária podem ser limitadas à extensão do próprio bairro, ou seja,

“...a organização objectiva do espaço não é favorável ao estabelecimento de novas relações sociais geradoras do enriquecimento da sociabilidade, da participação e da organização colectivas.” (Queiroz et al., p. 33).

J. Manuel Henriques, citado por Francisco Branco (1998), salienta a importância da escala comunitária, ao referir que

“A identificação precisa de necessidades básicas parece pressupor abordagens centradas em contextos sócio-comunitários concretos que permitam a articulação das dimensões “vívda” e “diferente” como os problemas são realmente experienciados pelas diferentes comunidades e indivíduos. Só a essa escala se afigura possível analisar a

interdependência concreta entre os aspectos biológicos, culturais, psicossociais e económicos da existência humana.” (p. 32).

Entendemos que um âmbito de intervenção privilegiado em Orientação Pessoal e Social é a intervenção em contexto comunitário, ou seja, uma intervenção a partir do nível das redes sociais dos jovens em risco de exclusão social, especialmente contextualizadas.

Importa, agora, fazer uma breve referência ao que se pode entender por intervir em contexto comunitário. Concebemos a intervenção como o desencadear de um conjunto de acções que possam favorecer a mudança. Neste sentido, a “mudança”, pode ser encarada enquanto desenvolvimento pessoal identitário, enquanto alteração de atitudes relativamente a si próprio e aos outros, enquanto processo de aquisição de competências pessoais, sociais, profissionais, enquanto processo de inserção profissional, etc.

Intervir em Orientação Pessoal e Social, no sentido da mudança, implica ter presente a importância de alargar as redes sociais através da diversificação de experiências e contactos com outras pessoas potencialmente significativas para os jovens em risco de exclusão social, quer seja dentro do contexto comunitário, quer seja para fora deste, na lógica das concepções ecológicas e de interacção comunitárias, que já referimos a propósito da mais recente tendência de intervenção no domínio da Orientação Escolar e Profissional.

Podemos considerar que o âmbito de intervenção no domínio de uma Orientação Pessoal e Social, parta do mundo próximo dos jovens em risco de exclusão social, ou seja, que esteja sediado fora da escola (Chisholm, 1994) e fora do sistema de emprego, podendo funcionar integrado nas comunidades ou bairros onde vivem estes jovens. Aqui, se vislumbra uma linha de ruptura com a intervenção no domínio da Orientação Escolar e Profissional, centrada nos sistemas formais.

Uma Orientação Pessoal e Social poderá ter o seu pólo de intervenção nas estruturas de apoio social e comunitário e/ou em organizações de alguma forma enraizadas na comunidade.

São exemplos deste tipo de organizações, as associações populares e as Instituições Privadas de Solidariedade Social, que Branco (1998) designa como “Agentes Sociais Locais” (p. 21).

Considerando esta possibilidade, a figura do profissional de Orientação, psicólogo ou professor especializado, já não deteria o exclusivo da intervenção em Orientação, podendo mesmo deixar de ter o papel central, o que, relativamente à intervenção no domínio da Orientação Escolar e Profissional, constitui uma outra linha de ruptura.

Consoante as organizações onde se desempenhem actividades no âmbito de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social, assim a figura de potencial orientador pode ser assumida por não especialistas em Orientação como sejam os animadores sócio-culturais e desportivos, os jovens voluntários, mediadores sociais e outras pessoas significativas como os próprios familiares. Naturalmente, admite-se que o papel de orientador possa ser desempenhado por pessoal especializado noutras áreas não tradicionalmente consideradas de Orientação, como, professores, médicos, trabalhadores sociais, enfermeiros, etc. (O’Farrel, 1995).

Conclusão

Partindo do princípio de que os jovens em risco de exclusão social têm necessidades particulares em matéria de Orientação, encontramos algumas condições que fundamentam a pertinência de um domínio de Orientação mais amplo que o de uma Orientação Escolar e Profissional.

São elas (1) o difícil ou o não acesso, ao sistema formal de Orientação, (2) as características de transversabilidade que os jovens em risco de exclusão social apresentam relativamente a outras categorias de risco, (3) a multidimensionalidade dos factores exclusógenos de que são alvo estas jovens, sendo ainda que estes dois últimos aspectos podem contribuir para (4) a formação de identidades pessoais não realizadas e identidades sociais de exclusão, constituindo assim, um factor de risco acrescido à exclusão social.

Pensamos que nas mais recentes tendências em Orientação Escolar e Profissional se encontram alguns elementos teórico-metodológicos que abrem perspectivas de emergência a outro domínio de Orientação, como sejam as teorias ecológicas e de intervenção comunitária e o desenvolvimento de projectos pessoais e profissionais.

Consideramos que o domínio de uma Orientação Pessoal e Social, pode ser o que considera o jovem em risco de exclusão social, em todas as dimensões da sua vida, numa perspectiva holística e afirmativa e numa lógica de desenvolvimento pessoal e social.

Como importantes âmbitos ou metodologias de intervenção em Orientação Pessoal e Social, concluímos que para os jovens em risco de exclusão social, podem ser relevantes o âmbito das suas redes sociais e o âmbito do seu contexto comunitário. A lógica de actuação será intervir nas redes sociais a partir do contexto comunitário, ou bairro, no sentido de as alargar, ampliando o repertório de papéis e experiências dos jovens.

Considerando que intervir no domínio e âmbitos de uma Orientação Pessoal e Social é intervir para a mudança, reforçámos a ideia da importância dos contextos comunitários, tendo encontrado duas linhas de ruptura com a Orientação Escolar e Profissional, que constituem igualmente duas linhas de intervenção em Orientação Pessoal e Social. São elas (1) a localização dos seus pólos de intervenção, inseridos em organizações locais e, (2) a consequente perda de importância do papel do especialista em Orientação, abrindo lugar ao desempenho de animadores sócio-culturais e desportivos, de jovens voluntários, de mediadores sociais e outras pessoas significativas como os próprios familiares, ou ainda, de trabalhadores sociais, de professores, de médicos, de enfermeiros, etc.

Importa tentar compreender sob que forma se pode apresentar uma Orientação Pessoal e Social para jovens em risco de exclusão social, ou seja, em que modalidade de Orientação se pode enquadrar uma Orientação Pessoal e Social para esta categoria de jovens.

Capítulo 5

Contextos e Processos de Orientação Não Formal

Introdução

No capítulo anterior revelámos a pertinência de um domínio de Orientação mais amplo que o da Orientação Escolar e Profissional, esta última também referenciada como Orientação formal, face à posição que ocupa no âmbito dos sistemas formais, como o educativo e o económico.

Concluimos que uma Orientação Pessoal e Social, pode constituir um domínio de Orientação mais amplo, concordante com as características e necessidades da categoria dos jovens em risco de exclusão social, assente numa perspectiva holística, afirmativa e numa lógica de desenvolvimento pessoal e social dos jovens em causa.

Tentámos ainda perscrutar o âmbito de intervenção deste domínio de Orientação. Relativamente ao âmbito de intervenção, parece-nos ter encontrado duas linhas de ruptura com a Orientação Escolar e Profissional, formal, como sejam o facto de uma Orientação Pessoal e Social se poder centrar em organizações locais, integradas em contexto comunitário e a relativa perda de importância do papel dominante do profissional de orientação, abrindo caminho à consideração de outros actores com potencial função orientadora.

Encontradas algumas linhas de ruptura com a modalidade de orientação formal, onde se integra o domínio da Orientação Escolar e Profissional, coloca-se a questão de procurar enquadrar o domínio de uma Orientação Pessoal e Social, relativamente ao sistema formal de Orientação, embora fora dele.

A existência na comunidade europeia dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”, que se desenvolveram no âmbito dos Programas Petra II, Acção III e Leonardo da Vinci, é um facto, também, indiciador de uma modalidade emergente de Orientação, que justifica a pertinência desta etapa da nossa investigação.

Partimos do princípio de que é relevante equacionar a existência e o reconhecimento de outras modalidades de Orientação, para além da Formal, nomeadamente, de uma Orientação Não Formal, onde se possa enquadrar o domínio de uma Orientação Pessoal e Social, particularmente vocacionada para a Orientação dos jovens em risco de exclusão social. Assim, neste capítulo, tentamos desenhar um quadro global de Orientação que possa integrar outras modalidades para além da Formal, como sejam, nomeadamente, a Orientação Não Formal e a Orientação Informal, clarificando as posições relativas de cada uma delas.

Tentamos ainda procurar a modalidade de Orientação com características significativas para os jovens em risco de exclusão social, em que o domínio de uma Orientação Pessoal e Social seja considerado.

É, ainda, objectivo desta fase da nossa investigação reconhecer alguns contextos e processos de uma modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social que, estamos em crer, possa ser uma modalidade emergente de Orientação: uma Orientação Não Formal.

A nossa tentativa de procurar um quadro global de Orientação será fundamentalmente baseada num trabalho de analogia com as três modalidades educativas já reconhecidas, como sejam a educação formal, a educação não formal e a educação informal. Uma abordagem sistémica da Orientação parece ser um caminho de pesquisa relevante para o alcance dos nossos objectivos.

1. Orientação como acto educativo/formativo

Alguns autores (Chisholm, 1994; Mure, 1996), têm chamado a atenção para o facto de os processos de Orientação deverem ser concebidos enquanto processos de

carácter educativo, não se restringindo a práticas meramente informativas, especialmente quando os destinatários são os jovens em risco de exclusão social (Chisholm, 1994).

Consideramos que a Orientação, independentemente do domínio de que se trate, faz parte integrante dos processos educativos/formativos que constituem os vários contextos de socialização que podem favorecer, ou não, a formação das identidades pessoais e sociais, ou seja, o desenvolvimento pessoal e social.

Segundo Schwartz, citado por Pain (1990),

“«L' éducatif peut être considéré comme tout ce qui concourt, consciemment ou inconsciemment, à travers toutes les circonstances de la vie et sur le plan affectif autant qu' intellectuel, à modifier les comportements d' une personne ou d' un groupe et ses représentations du monde»” (p. 74).

Este parece-nos ser um conceito suficientemente lato do que pode ser considerado como “educativo”, de tal forma, que pode igualmente integrar as acções ou actividades de Orientação, independentemente do domínio de Orientação em causa.

Relativamente às necessidades educativas, por parte da sociedade e do indivíduo, Pain (1990) considera que aquelas têm um carácter complexo e que incluem

“la transmission de l' acquis historique (connaissances, valeurs, comportements); la mise à jour permanente des connaissances et des comportements en fonction des évolutions de l' environnement et de la société elle-même, la préparation de l' avenir, l' accompagnement aux changements de situation et d' orientation des individus.” (p. 223).

O autor acima referido, considera que o acompanhamento e a orientação dos indivíduos fazem parte das necessidades educativas, globalmente consideradas, a par com a transmissão dos adquiridos históricos, actualização permanente e preparação para o futuro.

Campos (1991), embora se refira à Orientação Escolar e Profissional, considera que a orientação “... *já é um resultado que existe* e não algo que vai começar e, se porventura decidirmos fazer qualquer coisa, é a partir de tal resultado que inevitavelmente partimos: intervir na orientação é *reorientar*.” (p. 134).

Campos (1991), ao considerar a Orientação como resultado que existe e precede qualquer intervenção, refere-se aos processos que conduzem a um determinado resultado como processos sociais de orientação afirmando

“ ... que a *posição* ocupada pelos indivíduos ou grupos sociais na estrutura escolar, profissional e social e que as suas *atitudes e comportamentos* face à respectiva carreira dependem das *experiências* proporcionadas no meio familiar, escolar, social e profissional, das *normas sociais* que regem a vida nestes contextos sociais, da *natureza e estado* daquelas estruturas em cada época e do *aproveitamento* que cada sujeito e cada grupo social conseguem fazer daquelas experiências, daquelas normas e das oportunidades fornecidas.” (pp. 135, 136).

Luís Imaginário (1990), ao reconhecer que a Orientação se deve centrar na “ ... relação dos jovens com o conjunto de aprendizagens, escolares e não escolares, com os outros, com o meio e consigo próprios...” (p. 207), chama a atenção para a importância de vários contextos de socialização que influenciam e orientam as escolhas dos indivíduos, como sejam a classe social, a família, a escola e a comunidade. Assim, parece-nos ser possível afirmar que a Orientação, concebida enquanto processo social, pode de facto ser englobada num processo educativo, aqui encarado no seu sentido mais amplo.

Esta concepção de Orientação enquanto parte integrante da educação, em sentido lato, poder-nos-á permitir partir do estudo das modalidades de educação - formal, não formal e informal -, para, por analogia, compreender as modalidades possíveis de Orientação.

2. As modalidades de Educação: Formal, Não Formal e Informal

Abraham Pain (1990) reconhece a existência de três modalidades de educação: a educação formal, a educação não formal e a educação informal. Segundo o mesmo

autor, a educação formal é a que é administrada pelo sistema educativo, a educação não formal engloba a formação profissional, a formação contínua e extra-escolar sendo a educação informal a que compreende aprendizagens feitas em contextos que não têm o objectivo inicial de educar, como sejam o trabalho, a vida quotidiana, a família, os meios de comunicação, os tempos livres, etc.

De forma muito semelhante, Henrique Costa (1996) apresenta o conceito de educação formal como “o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas”, o conceito de educação não formal como divergindo da formal “no que respeita à não fixação de tempos e de locais, e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto” e, o conceito de educação informal como sendo a que “abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida de cada indivíduo, constituindo um «processo permanente» e não organizado.” (pp. 37 e 38).

Canário (1994), também reconhece a coexistência entre “modalidades diversas de acção educativa” (p. 36), embora estabeleça uma distinção entre as “modalidades de hetero, auto e eco formação” (p. 36) e as de “educação formal, não formal e informal” (p. 36). No entender deste autor, as primeiras reportam-se aos destinatários e ao papel que os indivíduos assumem na sua formação e as segundas, ao grau de formalização das acções educativas.

Na tentativa de tentar aprofundar a compreensão sobre a educação informal, Pain (1990) propõe alguns conceitos que consideramos importantes para a compreensão da sua proposta e que se adequam à nossa investigação.

Um conceito que consideramos importante é o de situação potencialmente educativa, que o mesmo autor define como situação cuja acção está fora dos contextos tradicionais de ensino-aprendizagem, identificando como domínios de situações potencialmente educativas os da vida social e profissional, os tempos livres, o habitat e a vida familiar, ou seja, os contextos da vida quotidiana.

Outro conceito que consideramos importante é o de efeito educativo, que permite realizar uma leitura sobre uma mudança de comportamento de carácter durável que

se opere num indivíduo após ter sido alvo de situações ou acções portadoras de uma determinada mensagem. Este conceito permite-nos, de facto, observar os efeitos educativos independentemente da origem das situações e mensagens, como sejam aquelas que não podem ser englobadas no âmbito da educação formal e da educação não formal, nomeadamente as situações e mensagens provenientes das organizações, da televisão ou a habitação. Neste tipo de situações não existe uma intencionalidade educativa, ao contrário da educação formal e não formal, podendo, contudo, haver efeitos educativos.

Pain (1990) considera que as necessidades educativas, quer por parte da sociedade, quer por parte dos indivíduos, têm um carácter complexo. Perante a complexidade dessas necessidades educativas, o autor coloca como hipótese de trabalho, a globalidade da acção educativa. Nesta perspectiva, propõe uma abordagem sistémica que permite realizar uma análise comparativa das três modalidades educativas já referidas, na tentativa de encontrar um enquadramento global, tendo para tal considerado os seguintes elementos: o enquadramento, o grau de organização, os actores e a organização curricular, que procuramos sistematizar no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 - Análise comparativa das modalidades educativas, segundo Pain (1990)

Elementos	Educação Formal	Educação Não Formal	Educação Informal
Enquadramento	Funciona a longo prazo. Tomada de decisões muito centralizada e elevado grau de formalização. Resultados mensuráveis em % de diplomados face a grupos etários e aos efectivos escolarizados	Funciona a curto prazo. Tomada de decisão descentralizada. Mede os resultados em função do desempenho	Não há organização. É o indivíduo que desencadeia a acção face às situações potencialmente educativas. Tomada de decisão individual. Verificação de resultados através do desempenho
Grau de organização	Todos os aspectos que se seguem são detalhados de forma precisa: objectivos, estilo pedagógico, currículo, público, certificação, avaliação, a função do professor, duração e meios	Define com precisão os objectivos, o currículo e a duração, sem definir os outros critérios	Nada é definido, pois nada é previsto e tudo se submete ao encontro aleatório entre mensagens oferecidas e necessidades do indivíduo
Actores	Define estritamente o desempenho, os processos de formação e a carreira dos docentes. Define com detalhe as condições de acesso dos alunos a cada nível escolar. Participação obrigatória para algumas idades	Não há definição estrita dos formadores. Para os formandos, o acesso é aberto. Participação voluntária ou semi-voluntária	Não há definição de papéis. Participação absolutamente voluntária
Organização curricular	Grande formalização e grau de definição dos seguintes aspectos, com vista garantir o seu controle: objectivos a longo prazo, conteúdos a transmitir, programas, tempos e sua organização, estilos de ensino e de avaliação, padrões de rendimento, regras de promoção	Os objectivos são definidos a curto prazo e é contemplada a negociação como instrumento de adaptação às necessidades dos diversos actores	O indivíduo é o principal actor, todos os critérios dependem dele

3. Diferentes modalidades de Orientação: Formal, Não Formal e Informal

Uma vez que consideramos que os processos de Orientação podem ser parte integrante do conjunto dos processos educativos, considerados em sentido lato, tentamos agora identificar e distinguir três modalidades de Orientação, por analogia com a comparação entre as três modalidades de educação apresentadas por A. Pain (1990).

Como principais pressupostos, consideramos alguns conceitos já apresentados e que julgamos poderem contribuir para este estudo.

O conceito de processo social de Orientação, independentemente do domínio de Orientação em causa, permite-nos perceber que a acção de Orientar pode existir para além de qualquer quadro de intervenção. Ou seja, a acção de orientar pode existir em contextos como o familiar, o escolar e o social, que, globalmente considerado, inclui a acção dos meios de comunicação social, a acção da comunidade de vizinhança ou bairro, etc. Assim considerado, o processo social de Orientação desenvolve-se nos vários contextos de socialização que intervêm na formação das identidades pessoais e sociais dos jovens.

Por termos considerado os processos de Orientação como parte integrante do conjunto de processos educativos, em sentido lato, parece-nos pertinente utilizar os conceitos de situação potencialmente orientadora e de efeito orientador, por analogia com os conceitos de situação potencialmente educativa e de efeitos educativos, propostos por Pain (1990).

Os vários contextos de socialização onde se desenrolam os processos sociais de Orientação integram em si situações potencialmente orientadoras, pois apesar de, muitos deles, estarem fora do contexto formal de Orientação, exercem sobre os indivíduos, neste caso os jovens, acções capazes de se constituir em efeitos orientadores. Entendemos por efeito orientador, qualquer mudança que se opere num indivíduo, independentemente da origem das acções de Orientação, sejam elas oriundas da Orientação formal ou de situações potencialmente orientadoras, ou

seja, que estão fora dos contextos formais de Orientação, como sejam o familiar, o comunitário, os de ocupação de tempos livres, etc.

Baseados no estudo de A. Pain (1990), sobre as três modalidades educativas - formal, não formal e informal -, tentámos realizar uma caracterização exploratória de três modalidades de Orientação: Orientação Formal, Orientação Não Formal e Orientação Informal.

Apresentamos uma leitura que nos permite identificar e distinguir as três modalidades de Orientação. Para tal, utilizamos dois elementos de análise propostos por Pain (1990), nomeadamente, o grau de organização e os actores envolvidos no processo. Tomamos, ainda, em consideração como elementos de análise, o quadro institucional e as actividades, em substituição, respectivamente, do enquadramento e da organização curricular.

No Quadro 5.2, identificamos o que pensamos ser algumas das características mais visíveis das modalidades de Orientação em análise, tendo em consideração o que já referimos neste e noutros capítulos.

A modalidade de Orientação Formal surge como a modalidade que apresenta maior grau de organização e formalização em todos os elementos analisados. O facto de os serviços de Orientação formal dependerem de sistemas como o educativo, o económico e o de emprego, e de funcionarem de forma desconcentrada, nomeadamente em escolas e centros de emprego, torna relativamente visível um elevado grau de controle do processo de Orientação dado o peso do poder de decisão central.

A modalidade de Orientação Não Formal, tal como a concebemos, apresenta um menor grau de formalização, embora o nível de organização dependa especificamente do tipo de instituição/organização em que funcionem as actividades.

Se considerarmos organizações, como, a título de exemplo, centros comunitários, colectividades e centros de jovens, que funcionam de forma descentralizada, ou

localmente centrada, o poder de decisão e o controle dos processos de orientação são de carácter local, o que pode permitir uma maior flexibilidade e adaptação às características e necessidades de categorias mais específicas de jovens, como sejam os jovens em risco de exclusão social.

No que se refere às actividades de Orientação Não Formal, consideramos todas as situações potencialmente orientadoras para os jovens, numa óptica de Orientação Pessoal e Social, como sejam as de ocupação de tempos livres, de formação pessoal e social ou as actividades relacionadas com a informação sobre os sistemas de ensino e emprego.

Na linha do que já referimos sobre os âmbitos de intervenção no domínio de uma Orientação Pessoal e Social para jovens em risco de exclusão social, consideramos que os actores intervenientes na modalidade de Orientação Não Formal, podem ser muito diversificados, ou seja, são potenciais orientadores não formais as pessoas significativas, adultos ou pares, que possam trabalhar com esta categoria de jovens, como, a título de exemplo, os familiares, jovens, animadores desportivos e sócio-culturais, trabalhadores sociais, mediadores sociais, etc.

Quadro 5.2 - Análise comparativa das modalidades de Orientação

	ORIENTAÇÃO FORMAL	ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL	ORIENTAÇÃO INFORMAL
QUADRO INSTITUCIONAL	Organizações formais: escola (SPO), Centros de Emprego. Elevado grau de formalização. Os serviços funcionam na dependência dos sistemas formais(educativo, económico/emprego)	Organizações que não se encontram na dependência directa de sistemas formais e/ou que funcionam de forma descentralizada. Exemplos: colectividades, paróquias, centros de jovens, centros comunitários	Não organizado. É o indivíduo que desencadeia a acção face às situações potencialmente orientadoras, em função das suas necessidades pessoais
GRAU DE ORGANIZAÇÃO	Elevado grau de organização. Os vários aspectos são detalhados de forma precisa: objectivos, metodologias, destinatários, duração, perfil, funções e qualificações dos profissionais de orientação	Grau de organização inferior ao da Orientação Formal. Maior organização a médio e curto prazo, no que se refere a aspectos como objectivos e duração	Nada é previamente previsto e definido. As situações potencialmente orientadoras e os efeitos orientadores dependem do encontro entre a mensagem e as necessidades do indivíduo
ACTIVIDADES	Informação, avaliação/diagnóstico, sugestão, aconselhamento, apoio, protecção jurídica, etc. (Watts, 1994)	Muito diversificadas: as de ocupação de tempos livres, de formação pessoal e social, de formação profissional, além de outras mais estritamente vocacionadas para a Orientação escolar e profissional, onde se incluem as de informação aconselhamento, etc.	Todas as actividades constituem situações potencialmente orientadoras
ACTORES	Orientadores: profissionais de Orientação, especialistas com perfil, funções e qualificações bem definidos Destinatários: condições de acesso bem definidos, participação voluntária. Outros: tendência para recurso a outras pessoas significativas	Orientadores: pessoas significativas: familiares, pares, animadores, desportivos, sócio-culturais, professores, trabalhadores e mediadores sociais, etc., além de, profissionais de Orientação. Destinatários: participação voluntária. Potencialmente todos, sem restrição, em função dos objectivos das actividades.	Não há definição de papéis. O principal actor é o indivíduo. Participação voluntária

A Orientação Informal, por depender da leitura e aproveitamento que cada indivíduo faz de situações potencialmente orientadoras, em contextos onde não há uma intencionalidade explícita de Orientar, pode caracterizar-se como sendo uma modalidade não organizada, sem formalização de qualquer tipo, e em que o poder de decisão e controle do processo de Orientação são individuais.

Da mesma forma, todas as situações de vida podem ser consideradas como potencialmente orientadoras. Daqui decorre o facto de não haver qualquer definição de papéis no que se refere aos actores envolvidos nesta modalidade de Orientação.

Parece-nos, assim, que a modalidade de Orientação Não Formal, pelas características que apresentamos, ocupa uma posição privilegiada no que se refere à prestação de Orientação para jovens em risco de exclusão social.

A modalidade de Orientação Não Formal pode apresentar condições que permitam o desenvolvimento de processos de Orientação Pessoal e Social uma vez que se caracteriza por funcionar em organizações de carácter local, em contexto comunitário. Pode, portanto, responder às reais necessidades dos jovens em risco de exclusão social que vivam numa determinada comunidade e, ainda, pode operar através de um conjunto de actividades muito diversificadas que permitem a ampliação do repertório de papéis da categoria de jovens já referida. Assim, parece-nos que a Orientação Não Formal pode ser uma modalidade de Orientação apropriada para os jovens em risco de exclusão social, cujos contextos e processos tentaremos, de seguida, compreender.

4. Contextos e Processos de Orientação Não Formal

Considerando o domínio de uma Orientação Pessoal e Social e a caracterização exploratória que realizámos da modalidade de Orientação Não Formal, estamos em crer que esta modalidade de Orientação se pode desenvolver em contexto comunitário, ou seja na comunidade de residência e vizinhança, ou bairro, onde vivem os jovens em risco de exclusão social. Em contexto comunitário, a Orientação Não Formal, pode ser a modalidade de Orientação com maiores probabilidades de

estar sediada perto dos jovens em questão, ou seja, próxima do seu contexto de vida, em todas as suas dimensões.

Desta forma, a modalidade de Orientação Não Formal, pode realizar práticas de intervenção ao nível das redes sociais dos jovens em risco de exclusão social, pois é igualmente neste contexto comunitário que se poderão encontrar algumas das pessoas que já designámos como potencialmente significativas.

Por considerarmos o contexto comunitário como o terreno privilegiado para a modalidade de Orientação Não Formal, parece, neste momento, importante referir uma tendência recente na evolução das abordagens no âmbito da intervenção social, exactamente porque estas também apontam no sentido da intervenção comunitária.

De acordo com Álvarez-Uria (1995), a partir dos anos '80, e como as desigualdades sociais, ao invés de se esbaterem, antes cresceram em profundidade e extensão, um modelo de intervenção social emergiu, assente em práticas como o trabalho de rua, junto das populações mais pobres e socialmente excluídas, ou a intervenção no terreno, como seja o trabalho de campo de carácter local. Em parte, este modelo de intervenção social surgiu com o objectivo de substituir ou complementar as políticas sociais de carácter central e administrativo. Mais recentemente, e na linha de desenvolvimento deste modelo de intervenção de carácter local, têm surgido as

“intervenciones em rede” constituídas por “profesionales y voluntariado, (que) junto con las poblaciones interesadas, intercambian opiniones y recursos con el fin de potenciar al máximo la solución de unos problemas que han sido conjuntamente objectivados.” (Álvarez-Uria, 1995, p. 35).

Robert Castel, em entrevista citada por Álvarez-Uria (1995) refere algumas ideias que nos parecem sintetizar bem o(s) modelo(s) de intervenção social mais recentes:

“ Las intervenciones sociales, al concentrarse en el ámbito local, se han convertido al mismo tiempo em globales, son microglobales. (...) Actualmente existe una demanda real de formación en relación con estas recientes iniciativas, formación que no va en el sentido de una psicologización. (...) En términos de modelos, estaríamos ahora ante un modelo de tipo «sistémico» ya que sobre el terreno existen diferentes

participantes que exhiben sus propias competencias, lo que plantea un problema de ajustes y de negociaciones. Pero ya no existe un modelo hegemónico de conjunto que englobaría a todos los otros, como por ejemplo el modelo clínico ampliado, la relación de ayuda o la relación especializada de servicios ." (pp. 37 e 38).

Bruto da Costa (1998) também elege o nível local como privilegiado no que respeita às medidas de prevenção e combate à exclusão social, por o considerar "rico em recursos (materiais, humanos, institucionais e outros) e potencialidades que devem ser mobilizadas na luta contra a pobreza e a exclusão social." (p. 54). No seu entender, e uma vez que o fenómeno da exclusão social tem um carácter multidimensional, este tipo de intervenção a nível local deve ter características de multidimensionalidade, devendo a acção ser conduzida por equipas interdisciplinares. No que se refere às organizações locais que podem ser envolvidas na prevenção e luta contra a exclusão social, Bruto da Costa (1998), refere que

"A expressão institucional da multidimensionalidade da acção é a parceria entre as diversas instituições, organizações e outros actores sociais cuja contribuição é necessária. Não se trata de uma justaposição de iniciativas independentes, mas de uma acção concreta e coerente, subordinada a objectivos comuns e a uma estratégia comum." (pp. 52 e 53).

Branco (1998), refere-se a estas estruturas de parceria como sendo de grande importância e funcionalidade uma vez que permitem uma "maior articulação e integração de recursos e acções" e, ainda, uma "acção convergente de serviços estatais, autarquias e associações locais" (p. 174).

Apesar de historicamente recente, o modelo "microglobal" de intervenção social, no qual a modalidade de Orientação Não Formal se pode integrar, não é isento de críticas. Essas críticas vão no sentido de salientar o facto de as intervenções locais, mesmo quando integradas em projectos de desenvolvimento local, não serem acompanhadas por mudanças sectoriais significativas, a nível nacional (Queiroz et al., 1996).

Bruto da Costa (1998), também, adverte para a necessidade de as intervenções locais de prevenção e combate à exclusão social deverem ser acompanhadas de

“planos de desenvolvimento local” (p. 55) e de intervenções a outras escalas, nomeadamente, a nível nacional e europeu.

Na lógica das intervenções microglobais, mas partindo da esfera educativa, parece estar o Projecto ECO. A propósito deste Projecto, que Canário (1994), afirma basear-se “no princípio estratégico de pensar globalmente e agir localmente” (p. 49) e na ideia da “*globalidade da acção educativa*” (p. 36), este autor sustenta a ideia de que projectos locais de intervenção educativa assentes numa lógica de inovação podem ser geradores de desenvolvimento local, afirmando que a

“globalidade (da acção educativa) traduz-se ao nível dos indivíduos, através de um processo formativo contínuo, ao longo de toda a vida; ao nível das organizações, nomeadamente escolares, onde as actividades de ensino são, apenas, a face visível do iceberg das situações educativas; ao nível das comunidades locais onde diferentes subsistemas, instituições e modalidades de acção educativa podem interagir e convergir na construção de projectos de desenvolvimento local.” (pp. 36 e 37).

A questão de fundo aqui abordada, relativa ao(s) mais recentes modelo(s) de intervenção social, remete para a discussão sobre as estratégias de combate à exclusão social, a qual não podemos ignorar, uma vez que consideramos que a modalidade de Orientação Não Formal, ao dirigir-se particularmente à categoria de jovens em risco de exclusão social, pode desempenhar um papel importante na prevenção e combate ao fenómeno da exclusão social.

O vazio criado perante uma não correspondência entre as intervenções locais de combate à exclusão social, como por exemplo, programas de formação profissional para jovens com poucas qualificações, e uma efectiva mudança para estes jovens, como seriam, nomeadamente, a aquisição de competências seguida de inserção no mercado de trabalho, reforça a pertinência e necessidade do domínio e modalidade de Orientação já referidos, junto dos jovens em risco de exclusão social.

Confinar a perspectiva de intervenção na modalidade de Orientação Não Formal à rede social dos jovens, mesmo no sentido de a alargar, não considerando a génese multidimensional e estrutural do fenómeno de exclusão social, seria incorrer em perspectivas psicologistas ou culturalistas de abordagem daquele fenómeno, que

tendem a atribuir aos indivíduos a responsabilidade da sua situação de vulnerabilidade social.

Sem querer vincular exclusivamente a modalidade de Orientação Não Formal às abordagens de intervenção social, podemos considerar que esta modalidade de Orientação ao caracterizar-se pela intervenção em contexto comunitário pode intervir nas redes sociais dos jovens, através de acções locais organizadas em rede ou parceria e integradas no âmbito de projectos de desenvolvimento local, que contem com a participação de diversos actores económicos, sociais e culturais.

Importa, agora, tentar compreender qual o tipo de situações que, em contexto comunitário, se podem revelar como potencialmente orientadoras para os jovens em risco de exclusão social e que por isso possam constituir um espaço de intervenção da modalidade de Orientação Não Formal.

Entre os contextos que alguns jovens consideram ser mais significativos encontram-se a escola, o trabalho e os tempos livres (Bosma, 1994). Os tempos livres podem constituir um conjunto de situações potencialmente orientadoras, onde a modalidade de Orientação Não Formal pode ter uma intervenção importante, se não mesmo privilegiada.

As actividades de tempos livres, sejam recreativas, culturais ou desportivas, podem constituir situações potencialmente orientadoras onde, no domínio de uma Orientação Pessoal e Social, pode actuar a modalidade de Orientação Não Formal, contribuindo para o alargamento das redes sociais e para a valorização da auto-estima (Bariaud et al., 1994) dos jovens em risco de exclusão social, sobretudo se essa intervenção contemplar e incentivar a participação dos jovens-alvo na organização das actividades.

Em bairros, social e espacialmente segregados, como alguns bairros de habitação social e clandestinos, as estruturas de apoio à ocupação de tempos livres dos jovens, são praticamente inexistentes, como o são também as de apoio à criança e à terceira idade.

A estruturação de espaços e actividades atractivos, que permitam a ocupação dos tempos livres dos jovens, pode ser uma estratégia de intervenção pertinente junto de alguns jovens, cuja principal actividade de tempos livres é, por vezes o “andar pelas ruas”.

Podemos, ainda, considerar que actividades como as dedicadas à revalorização do espaço do bairro (Queiroz et al., 1996), alfabetização, aos cuidados primários de saúde, higiene e planeamento familiar, constituem situações potencialmente orientadoras igualmente relevantes para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens em risco de exclusão social.

Se se considerar, a título de exemplo, que o envolvimento dos jovens-alvo, em actividades de tempos livres que eles possam considerar atractivas, pode ser um meio de lhes proporcionar o desenvolvimento de competências transversais, poderemos admitir que os processos de Orientação Não Formal têm, de facto, um carácter formativo, sobretudo se se conseguir a mobilização e transferência dessas competências para outros contextos, como o educativo e de formação profissional (não necessariamente formais), pois, em última análise é aqui que estes jovens poderão adquirir as competências técnicas que lhes permitam a inserção sócio-profissional.

As actividades de tempos livres podem, igualmente, contribuir para o desenvolvimento de um conjunto de competências emocionais e sociais, tenham estas um carácter pessoal ou interpessoal. Goleman (1997) apresenta um conjunto de competências emocionais e sociais, como sejam: a autoconsciência, a tomada de decisões pessoais, a gestão dos sentimentos, a empatia, a introspecção, a auto-aceitação, a responsabilidade pessoal, a assertividade, a cooperação e a resolução de conflitos. Na opinião deste autor, os défices emocionais e sociais constituem factores de risco tão consideráveis como a vivência numa “família fragmentada, abusiva ou caótica, ou viver num bairro pobre, onde o crime e a droga campeiam livremente.” (p. 278). O mesmo autor defende que estas competências podem ser ensinadas aos jovens criando oportunidades para que estes possam experienciar e construir as aptidões emocionais e sociais básicas, afirmando que “a literacia

emocional anda a par com a educação do carácter, do desenvolvimento moral e da cidadania.” (p. 308).

Já constatámos a instabilidade e até a precaridade de alguns programas que constituem o “novo aparelho de formação” (Dubar, 1991, p. 193), e as implicações que o insucesso (mais um) de uma inserção sócio-profissional podem ter em termos de identidade pessoal e social dos jovens em risco de exclusão social. O acompanhamento e Orientação próximos dos jovens, potencialmente, em processo de construção de uma “identidade de excluído”, na tentativa de combater atitudes defensivas, pessimistas e de desencorajamento, constituem igualmente um processo de carácter formativo, na perspectiva do desenvolvimento pessoal e social dos jovens em risco de exclusão social.

Considerar a Orientação como um “processo educativo” em si próprio implica o reconhecimento de que os jovens em risco de exclusão social podem ser ajudados a desenvolver a sua autonomia através do delinear de projectos de vida pessoal (Chisholm, 1994) que integrem todo um conjunto de saberes - saber, saber-fazer e saber-ser (Mure, 1996).

Referindo-se aos indivíduos que vivem em situação de exclusão das actividades económicas, Jean Vassileff (1991) afirma que

“La situation exige donc des individus qu’ils développent un autre type de rapport au monde qui soit un rapport de projection, dans lequel la personne prend elle-même en charge le problème de son insertion sociale.” (p. 27).

Segundo Permatin et al. (1988), os projectos dos adolescentes podem abranger as vertentes escolar, profissional ou pessoal, de forma exclusiva ou integrada. Os projectos em que o carácter pessoal é mais relevante são aqueles em que a prioridade é atribuída à procura de um estilo de vida e de valores pessoais e sociais. Assim, é no âmbito do carácter formativo de uma Orientação Pessoal e Social, que destacamos como um processo importante, na modalidade de Orientação Não Formal, a realização de projectos de vida de carácter pessoal e/ou sócio-profissional.

Se para os jovens com trajectórias de vida escolar e social bem sucedidas a expressão de um projecto profissional, a ser colocada num contexto mais largo, de projecto de vida, pode facilitar as relações e actividades sociais, familiares e de lazer (Permatin et al., 1988), consideramos que para os jovens cujo trajecto pessoal e social é marcado pelo insucesso, pela desconfiança face aos sistemas formais de educação e formação profissional e interiorização de uma identidade de excluído, a lógica poderá ser invertida. Ou seja, os projectos de vida que assentem inicialmente na vertente mais pessoal, baseados nas necessidades quotidianas sentidas pelos jovens-alvo no âmbito das relações sociais e do contexto comunitário e que possam contribuir para a ampliação do repertório de papéis, para o desenvolvimento de atitudes positivas perante as suas capacidades, a valorização da auto-estima e auto-reflexão, poderão, potencialmente, alargar as perspectivas destes jovens relativamente à concepção de projectos de inserção profissional.

Para os jovens em risco de exclusão social, cuja trajectória de vida é já orientada pelo insucesso e sentimento de exclusão face às oportunidades dos sistemas formais, a modalidade de Orientação Não Formal, através de processos conducentes à realização de projectos de vida, independentemente das vertentes que assumam, pode ajudá-los a relacionar e organizar os conhecimentos já adquiridos através dos vários ambientes e processos de socialização por que já passaram e a construir uma representação do mundo que integre novas experiências e expectativas.

Neste sentido, podemos assumir que a ajuda à construção e realização de projectos de vida, enquanto processo de Orientação Não Formal, tem como objectivo a optimização do jovem em risco de exclusão social através da escolha e experiências em actividades diversas.

Conclusão

Ao conceber a Orientação como processo social integrante dos processos educativos/formativos que, globalmente, constituem os vários contextos de socialização, foi-nos possível considerar três modalidades de Orientação, por

analogia com as três modalidades de educação actualmente reconhecidas - a Formal, a Não Formal e a Informal. Com base na compreensão das características destas três modalidades de educação identificámos algumas das características das modalidades de Orientação Formal, Não Formal e Informal, tendo concluído que a modalidade de Orientação Não Formal parece ser a que apresenta condições para o desenvolvimento de processos no domínio e âmbitos de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social, tendo em vista a categoria dos jovens em risco de exclusão social.

A modalidade de Orientação Não Formal apresenta, relativamente ao seu quadro institucional, um baixo grau de formalização, uma vez que funciona de forma descentralizada, em organizações de carácter local e inseridas no contexto comunitário, especialmente se organizadas em rede e integradas em projectos de desenvolvimento local. Podem ser exemplos destas organizações de carácter local, as associações populares, as colectividades, os centros de jovens, as paróquias, os centros comunitários. O trabalho em rede com actores locais como os económicos, educativos e sócio-culturais pode, mais facilmente, dar respostas adequadas às características e necessidades dos jovens em risco de exclusão social.

Esta modalidade de Orientação parece apresentar um grau de organização mais significativo a curto e médio prazo, no que se refere aos objectivos e duração.

As actividades podem ser muito diversificadas, dependendo das instituições/organizações e das características e necessidades da população alvo. Talvez sejam de considerar como actividades potencialmente orientadoras as actividades de tempos livres, as de revalorização do bairro, e outras de carácter formativo e que incluam aprendizagens relativas à alfabetização, aos cuidados primários de saúde, higiene e planeamento familiar.

Os actores envolvidos nesta modalidade de Orientação podem ser, para além de profissionais de Orientação, pessoas significativas para os jovens, como sejam familiares, pares, animadores desportivos e sócio-culturais, trabalhadores sociais, mediadores sociais, entre outros.

Como processo significativo de carácter formativo na modalidade de Orientação Não Formal, consideramos processo de desenvolvimento de projectos de vida, de carácter pessoal, escolar e/ou profissional. Este processo parece consubstanciar algumas características favoráveis ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens em risco de exclusão social, ao promover o desenvolvimento e enquadramento de competências transversais transferíveis para outros contextos, como o educativo, o de formação profissional e o de emprego.

SEGUNDA PARTE

CONTEXTOS E PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL PARA JOVENS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Capítulo 6

Metodologia Geral da Investigação

Introdução

Uma vez clarificado o nosso quadro teórico, importa explicitar os processos metodológicos orientadores da investigação no terreno. Esta fase de trabalho é importante na medida em que pode tornar mais objectiva, não só a compreensão do desenvolvimento da investigação empírica, mas também dos próprios resultados obtidos.

Em primeiro lugar tentaremos realizar uma abordagem, simples, mas que consideramos necessária nesta fase do nosso estudo, sobre os principais paradigmas de investigação e correntes científicas em discussão na actualidade, quer no campo das ciências sociais, em geral, quer a nível das Ciências da Educação, em particular.

No sentido de alcançar os objectivos a que nos propomos neste capítulo, faremos uma pesquisa sobre paradigmas de investigação que permita fundamentar e clarificar as nossas opções epistemológicas, metodológicas e técnicas.

Uma vez clarificado o nosso posicionamento epistemológico, é nosso objectivo explicitar as razões que nos conduziram à escolha de uma metodologia de

investigação, tendo em linha de conta que a sua selecção deve obedecer não só aos pressupostos teóricos explicitados na Primeira Parte deste trabalho, mas também ao nosso objecto de estudo, questões e objectivos de investigação.

Na tentativa de manter uma linha de coerência em todas as fases do processo de investigação empírica, tentaremos clarificar as nossas opções relativamente às técnicas de recolha e de tratamento dos dados que considerarmos mais adequadas. Ainda, e para cada tipo de instrumento de recolha de investigação, explicitaremos os objectivos gerais e específicos que guiaram a investigação no terreno.

A escolha da metodologia de investigação e das técnicas de recolha e de tratamento da informação foi orientada pela consecução dos seguintes objectivos gerais de investigação:

- Avaliar as razões da necessidade e a pertinência de uma nova modalidade de Orientação, a Orientação Não Formal, para jovens em risco de exclusão social,
- Compreender o conceito de Orientação Não Formal através da caracterização de alguns contextos e processos desta nova modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social,
- Inferir sobre o(s) domínio(s) de Orientação subjacente(s) à modalidade de Orientação Não Formal.

1. Aspectos Epistemológicos

Segundo Edgar Morin (1984), “O fenómeno é o que aparece, é o que emerge na realidade social, como dado (ou conjunto de dados) relativamente isolável”, sendo “ao mesmo tempo, por exemplo, geográfico-histórico-económico-sociológico-psicológico-etc.” (p. 128). Em virtude deste conceito de fenómeno, o referido autor faz a defesa de uma abordagem multidimensional dos fenómenos sociais.

De acordo com o conceito de “fenómeno” social de Edgar Morin (1984) estamos em crer que o objecto de estudo da presente investigação, a Orientação Não Formal, enquanto modalidade de Orientação, constitui em si, um fenómeno emergente de

uma realidade social complexa. Neste caso, consideramos a forma como Morin (1998), se refere a 'emergências', como sendo qualidades novas produzidas por um sistema organizado, "que retroagem elas próprias sobre o todo e que não podem ser identificadas se tomarmos isoladamente os elementos" (p. 243).

Partindo deste pressuposto, importa realizar um breve reflexão epistemológica sobre os principais paradigmas de investigação em ciências sociais e em Ciências de Educação, com vista à compreensão dos percursos e possibilidades metodológicas que se nos oferecem como pertinentes para o alcance dos nossos objectivos.

Thomas Kuhn (1992), num importante trabalho sobre a história e desenvolvimento da Ciência, propõe o conceito de paradigma como sendo "uma mistura inextricável" (p.144) de conceitos, teorias, leis, metodologias e instrumentos de investigação que, numa determinada época, caracterizam uma comunidade científica e em função dos quais são seleccionados e resolvidos os problemas considerados relevantes para essa mesma comunidade.

Sousa Santos (1987), identifica o paradigma positivista como tendo sido dominante, tendo-se constituído no século XVI e desenvolvido sobretudo na área das ciências naturais e estendido às ciências humanas no século XIX. Este autor caracteriza o paradigma positivista como um modelo de racionalidade assente numa lógica investigativa que privilegia o recurso à observação empírica, à quantificação e classificação dos fenómenos, à procura de relações de causalidade, com o objectivo de explicar o fenómenos e de formular leis gerais a partir das quais se poderá realizar a previsão dos mesmos.

Relativamente às ciências sociais, Sousa Santos (1987) considera que, no contexto do paradigma positivista, estas "nasceram para ser empíricas" (pp.18 e 19), distinguindo duas vertentes. A primeira vertente, dominante, aplica ao estudo do social os princípios epistemológicos e metodológicos das ciências naturais. A segunda vertente, adopta um modelo de racionalidade próprio, distinto do modelo positivista, e de carácter fenomenológico, ao utilizar métodos qualitativos e incidindo num conhecimento subjectivo, descritivo, compreensivo e hermenêutico.

Segundo Sousa Santos, vivemos, neste fim de século, um período de “revolução científica” (1987), segundo o conceito de Thomas Kuhn, ou de “transição paradigmática” (1989). Carrilho (1989), refere-se ao conceito Kuhniano de “revolução científica” como decorrendo de “um período de *crise*, que se caracteriza pela consciência que a comunidade (científica) adquire das insuficiências do paradigma até aí vigente e pela ausência de um paradigma alternativo satisfatório” (p.114). É nesta fase de crise, que uma revolução científica se poderá operar, fazendo emergir um novo paradigma.

Sousa Santos (1987) identifica sinais da crise no paradigma positivista, assentes em quatro condições teóricas. A primeira, refere-se à teoria da relatividade de Einstein, que pôs em causa o rigor de Newton no campo da astrofísica. A segunda condição teórica da crise aparece no campo da microfísica - a mecânica quântica - com os contributos de Bohr e de Heisenberg com o seu princípio da incerteza. A terceira condição teórica consiste nas investigações de Godel, nomeadamente com o seu teorema da incompletude, que vem demonstrar que o rigor matemático não apresenta ele próprio fundamento. A quarta condição teórica da crise é constituída pelos avanços verificados nos domínios da Microfísica, da Química e da Biologia, com novas teorias como a das estruturas dissipativas de Ilya Prigogine, e em conceitos como os de auto-organização e autopoiesis.

Fundamentando-se naquilo que identificou como sinais de crise no paradigma positivista e em componentes da vertente das ciências sociais que adoptou um modelo compreensivo, Sousa Santos (1987) apresenta algumas características do paradigma emergente, em torno de quatro teses fundamentais:

1. Todo o conhecimento científico-natural é científico-social;
2. Todo o conhecimento é local e total;
3. Todo o conhecimento é auto-conhecimento;
4. Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

Na visão deste autor, a ciência pós-moderna seria fundamentalmente analógica, com primazia para a utilização de analogias humanísticas, que poderiam definir novas categorias de inteligibilidade (1ª tese). Uma racionalidade analógica,

baseada na não hierarquização dos saberes, traduzir-se-ia na abordagem temática e não disciplinar dos objectos de estudo (2ª tese), o que implicaria o derrube da hierarquia da racionalidade moderna.

Com o novo paradigma emergiria o carácter auto-biográfico da ciência, que assim passaria a ser mais contemplativa que activa (3ª tese), o que implicaria uma nova relação sujeito-objecto, marcada pela não dualidade, que passaria a ser uma das principais características da ciência pós-moderna. Esta nova racionalidade científica, sustentada na não dualidade, implicaria não só a utilização de uma pluralidade de métodos, mas também a consideração dos objectos de estudo como totais, naturais e humanos, o que traria a necessidade de realizar estudos transversais, não disciplinares e temáticos.

Nesta nova organização dos saberes, o pano de fundo seria a valorização do senso comum que, elevado à categoria de saber, passaria a ser considerado a par com o conhecimento científico. A nova racionalidade do paradigma emergente estaria na conjugação de todas as formas de conhecimento (4ª tese).

Thomas Husén (1988) refere que “the paradigm determines how a problem is formulated and methodologically tackled” (p. 18), ao mesmo tempo que, dada a multiplicidade de formações académicas dos investigadores em ciências sociais e, nomeadamente, em Ciências de Educação, considera não haver um único paradigma que possa ser considerado como dominante.

Tal como nas restantes ciências sociais, também no âmbito das Ciências da Educação é possível identificar dois paradigmas mais usuais no âmbito dos quais decorre a investigação em Educação.

Um deles, que Sousa Santos (1987) identificou como paradigma dominante, tem um carácter positivista e o objectivo de procurar relações causais entre os fenómenos, bem como explicá-los. O outro paradigma, de carácter humanístico, assenta numa lógica investigativa qualitativa e holística dos fenómenos sociais, não tendo o objectivo de os explicar ou prever, mas de os compreender. Segundo Morin (1984) foi

“Max Weber, que operou (a) distinção entre compreensão e explicação. A compreensão é um modo imediato, empático, de inteligibilidade de um fenómeno humano, porque se baseia na relação intersubjectiva entre dois «egos» que se podem projectar-identificar um ao outro” (p. 21).

Husén (1988) apresenta o que, no seu entender, são três correntes distintas do paradigma humanístico em investigação educacional. Segundo este autor, uma corrente deste paradigma baseia-se no idealismo alemão do século XIX, tendo-se afirmado exactamente pela distinção que faz entre a lógica da investigação orientada para a explicação, característica do paradigma positivista e a lógica da investigação orientada para a compreensão, que seria a principal característica do paradigma humanístico.

Uma segunda corrente é identificada por T. Husén como sendo fenomenológica, preconizada por Edmund Husserl. Esta corrente evoluiu para uma hermenêutica, no sentido em que valoriza mais os contextos sociais, enquanto que a primeira está mais orientada para a experiência humana imediata, como os sentimentos e o pensamento (Odman, 1988).

A terceira corrente é identificada como sendo inspirada na filosofia crítica e desenvolvida por sociólogos neo-marxistas que, segundo T. Husén, aceitam pacificamente a fusão das abordagens hermenêuticas e dialécticas.

Em desacordo com o conceito de incomensurabilidade paradigmática, avançado por Thomas Kuhn, Husén (1988), aceita que “The two main paradigms are not exclusive, but complementary to each other” (p. 20).

Sobre o aspecto da incomensurabilidade entre paradigmas, Lessard-Hébert et al. (1994) salientam a não unanimidade de opiniões no seio dos investigadores em Ciências de Educação.

Lessard-Hébert et al. (1994) referem, por exemplo, a opinião de Frederick Erickson, segundo o qual os paradigmas positivista/behaviorista e interpretativo, não sendo incomensuráveis, são, contudo descontínuos.

De entre outros investigadores não partidários da distinção dicotómica entre estes paradigmas, Lessard-Hébert et al. (1994), referem a opinião de Matthew Miles e Michael Huberman, segundo os quais, os paradigmas, sendo irreconciliáveis ao nível do discurso, são complementares ao nível da prática, fazendo a defesa do continuum metodológico entre o “qualitativo” e o “quantitativo”. Segundo Lessard-Hébert et al. (1994),

“uma análise efectuada pelos investigadores que afirmavam pertencer a uma e outra perspectiva epistemológica permite constatar que, na prática, são poucos os investigadores que *não* recorrem à combinação das duas” (p. 34).

Gaston Pineau (1995), apoiando-se nos conceitos de transição paradigmática entre investigação ordinária e investigação não ordinária, expressas no pensamento Kuhniano, refere que o estado actual da investigação em educação só pode ser compreendida no contexto de incerteza paradigmática em que vivemos.

Pineau (1995) apresenta uma interpretação sistémica do conceito de paradigma, que entende ser

“une matrice disciplinaire comprenant un ensemble d’éléments pratiques (qui cherche quoi?), idéologiques (pourquoi?), méthodologiques et épistémologiques (comment?) qui structurent et légitime à un moment donné un champ scientifique” (p. 15).

Pineau (1995) caracteriza os novos elementos paradigmáticos da investigação não-ordinária, dos anos ‘90, da seguinte forma:

- Quem investiga? Investigadores, responsáveis de formação, etc.
- O quê? Práticas instituídas de formação profissional, escolar e popular e práticas não instituídas de formação experiencial.
- Como? No âmbito epistemológico de um saber sistémico, dialéctico e transdisciplinar, através do recurso a metodologias de investigação interactivas como, por exemplo, a investigação-acção.
- Porquê? Com um objectivo teórico de compreensão, um objectivo prático estratégico e um objectivo emancipatório de consciencialização.

Nesta última década do século XX e como refere Pineau (1995), "L'épistémologie disciplinaire positiviste n'est plus la seule référence. Des appels à des approches transdisciplinaires, dialectiques et systémiques du savoir, nourrissent ces recherches" (p. 21).

Apesar de não haver consenso quanto à incomensurabilidade ou complementaridade de diferentes paradigmas científicos, estamos em crer que, no âmbito das Ciências da Educação, a prudência aconselha a não descuidar os contributos teóricos e recursos metodológicos, que hoje se colocam ao dispor dos investigadores. Em época de incerteza e transição paradigmática, a diversidade de ofertas, sobretudo a nível metodológico, permite escolhas menos constrangedoras e mais adequadas aos objectivos de investigação dos investigadores, para que, assim, de forma mais completa e global, se possa compreender o complexo que constitui a realidade social e sócio-educativa.

Naturalmente que a nossa opção paradigmática deve ter subjacente a ideia fundamental de que será necessário ajustar o percurso heurístico ao fenómeno em estudo, às questões e aos objectivos da investigação.

Sendo o nosso principal objectivo de investigação compreender uma modalidade emergente de Orientação, a Orientação Não Formal, parece-nos que o percurso metodológico a percorrer deve valorizar, mais do que a explicação do fenómeno, a compreensão do mesmo. Ao optarmos pela análise interpretativa do nosso objecto de estudo - a Orientação Não Formal -, estamos a situar a nossa pesquisa no âmbito do paradigma compreensivo, interpretativo ou ainda humanista. No âmbito deste paradigma, parece-nos muito interessante a abordagem hermenêutica.

O significado original de hermenêutica refere-se à arte de interpretação de textos, especialmente de textos bíblicos. Odman (1988) propõe uma definição alternativa de hermenêutica, que apresenta como sendo "the theory and practice of interpretation and understanding (Verstehen) in different kinds of human contexts (religious as well as secular, scientific as well as those of everyday life)" (p. 63).

Segundo o mesmo autor, a abordagem hermenêutica encerra em si o conceito de círculo hermenêutico, em que se reconhece que para compreender um fenómeno é preciso, ainda que parcialmente, haver uma pré-compreensão sobre esse fenómeno. A pré-compreensão é um todo dentro de cujos limites é possível compreender algo de novo, sendo também possível que a nossa pré-compreensão de um fenómeno possa mudar através do desenvolvimento de uma nova estrutura de compreensão. Assim, "at the moment of understanding, pre-understanding and understanding thus are functioning as a dialectical entity, in which both parts are depending on each other" (Odman, 1988, p. 64). Por outras palavras, a abordagem hermenêutica requer que o investigador precise o que já conhece sobre o objecto a investigar e que construa um referencial ou uma estrutura teórica (pré-compreensão), dentro da qual opere a sua pesquisa e possa descobrir algo de novo, podendo mesmo suceder que uma mais profunda compreensão de um fenómeno (compreensão) possa originar uma nova estrutura teórica de compreensão (pré-compreensão).

2. Aspectos metodológicos: o estudo de caso

No nosso percurso heurístico, importa procurar um método de investigação adequado à presente investigação. Estamos em crer que o estudo de caso é uma metodologia apropriada ao nosso objecto de estudo, questões e objectivos desta investigação, sem contudo nos esquecermos de que "Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada." (Sousa Santos, 1987, p. 48).

O método de estudo de caso tem sido muito utilizado na investigação na área da antropologia, da psicologia, da gestão, das ciências sociais e até da medicina ou do direito, sendo que, a partir de finais do anos '60, começou igualmente a ser utilizado na investigação em educação (Yin, 1984; Merriam, 1991; Bogdan et al., 1994).

Entre vários autores (Yin, 1984; Merriam, 1991), parece haver algum consenso relativamente aos objectivos da utilização deste método de investigação, que é apresentado como sendo apropriado quando se pretende compreender um fenómeno social complexo, de forma holística. Merriam (1991) acrescenta ainda

que, além da compreensão profunda de um fenómeno ou situação, o estudo de caso é apropriado quando se pretende conhecer o significado que esse fenómeno tem para os que nele estão envolvidos. No entender deste autor, "The interest is in process rather than outcomes, in context rather than a specific variable, in discovery rather than confirmation" (p. xii).

No que se refere ao posicionamento desta metodologia face aos principais paradigmas de investigação, existem algumas divergências de opinião. Alguns autores (Merriam, 1991; Lessard-Hébert et al., 1994) defendem que o método de estudo de caso é o mais apropriado "das abordagens qualitativas situadas no âmbito do paradigma interpretativo" (Lessard-Hébert et al., 1994, p. 170).

Stenhouse (1988), apresenta o estudo de caso como método associado à investigação de carácter descritivo, interpretativo ou hermenêutico, mas admite que este método possa fazer uso de índices quantitativos, embora lhes atribua um papel subordinado.

Yin (1984) apresenta o método de estudo de caso, como estando para além da discussão de paradigmas, referindo-se a este método como uma estratégia de investigação que tanto pode utilizar informação qualitativa como quantitativa (p. 23).

Segundo Yin (1984) e De Bruyne et al., citado por Lessard-Hébert (1994), o estudo de caso é um método de investigação que:

- investiga fenómenos contemporâneos no seu contexto da vida real,
- em que as fronteiras entre o fenómeno e seu contexto não são claramente evidentes e,
- em que são utilizadas várias fontes de informação.

Para Yin (1984), um caso pode ser um indivíduo ou indivíduos, um acontecimento ou entidade, um programa ou um processo de implementação. Para Merriam (1991), todos estes objectos de investigação podem igualmente constituir um caso, acrescentando à lista de exemplos a referência de que um conceito, também, pode constituir um caso.

O nosso estudo de caso incide sobre uma determinada forma em que se pode apresentar a Orientação, o mesmo é dizer, uma determinada modalidade de Orientação, a Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, sendo um dos nossos objectivos gerais de investigação a compreensão ou clarificação do próprio conceito de Orientação Não Formal.

Yin (1984) considera o estudo de caso como uma estratégia de investigação apropriada tanto às investigações de carácter exploratório, como descritivo ou ainda às de carácter explicativo. Para este autor, o que distingue as várias estratégias de investigação, como o estudo de caso, a experimental e a histórica, são, fundamentalmente três condições:

- o tipo de questão colocada,
- o grau de controlo que o investigador exerce sobre o fenómeno,
- o grau de enfoque em realidades contemporâneas em oposição às históricas.

De acordo com Yin (1984), o estudo de caso é a estratégia de investigação mais adequada quando as questões colocadas são do tipo “como” e “porquê”, admitindo que questões do tipo “o quê” também possam requerer o estudo de caso, particularmente de tipo exploratório, quando o objectivo possa ser o desenvolvimento de hipóteses para futuras investigações.

O nosso estudo de caso envolve questões de investigação dos vários tipos. A questão que se prende com a avaliação da pertinência de uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, é do tipo “porquê”. Outra questão de investigação que se relaciona com a caracterização dos contextos e processos em que se realiza esta modalidade de Orientação, envolve uma questão do tipo “como”. A questão que nos conduz a procurar quais os domínios de Orientação subjacentes a esta modalidade de Orientação, encerra em si uma questão do tipo “o quê”.

Todas estas questões concorrem para completar a nossa questão de partida: qual é o conceito de Orientação Não Formal subjacente às práticas de intervenção junto de jovens em risco de exclusão social? Estamos em crer que se trata,

fundamentalmente, de uma questão do tipo “o quê”, pois só tentando compreender “o que é” esta modalidade de Orientação, podemos saber qual é o conceito de Orientação Não Formal.

Reconhecemos a dificuldade em limitar ou reduzir as nossas questões de investigação a um único tipo de pergunta. Contudo, e uma vez que é nosso objectivo compreender o conceito de Orientação Não Formal, e que este objectivo tem subjacente uma questão do tipo “o quê”, assumimos o nosso estudo de caso como tendo características exploratórias. O carácter exploratório do presente estudo de caso justifica-se, ainda, pelo estado incipiente do conhecimento relativamente ao nosso objecto de estudo, por se tratar de uma nova modalidade de Orientação dirigida a um grupo-alvo muito específico, como são os jovens em risco de exclusão social.

O estudo de caso como estratégia de investigação, terminologia que passaremos a adoptar, parece, ainda, ser especialmente adequada quando o investigador não pretende controlar as situações ou os fenómenos em estudo, como é o nosso caso. O facto de o fenómeno em estudo ser contemporâneo revela, também, a adequação da estratégia de estudo de caso à nossa investigação.

Yin (1984) apresenta quatro tipos de estudo de caso: “(1) single-case (holistic) designs, (2) single-case (embedded) designs, (3) multiple-case (holistic) designs, and (4) multiple-case (embedded) designs.” (pp. 41 e 42).

Tendo em consideração esta tipologia de estudos de caso, as nossas questões e objectivos de investigação, optámos pela estratégia de estudo de caso único composto por várias subunidades de análise (single-case embedded design).

Em primeiro lugar consideramos o nosso estudo de caso como único, por constituir um caso crítico. Segundo Yin (1984) “one rationale for a single case is when it represents the *critical case* in testing a well-formulated theory” (p. 42). Pretendemos com a presente investigação explorar as características de uma nova modalidade de Orientação, para melhor compreender o conceito de Orientação Não Formal e, embora não estejamos na posse de uma teoria bem formulada que pretendamos

testar, procurámos, no enquadramento teórico, apetrecharmo-nos de alguns pressupostos teóricos que, *à priori*, pudessem guiar o nosso percurso heurístico.

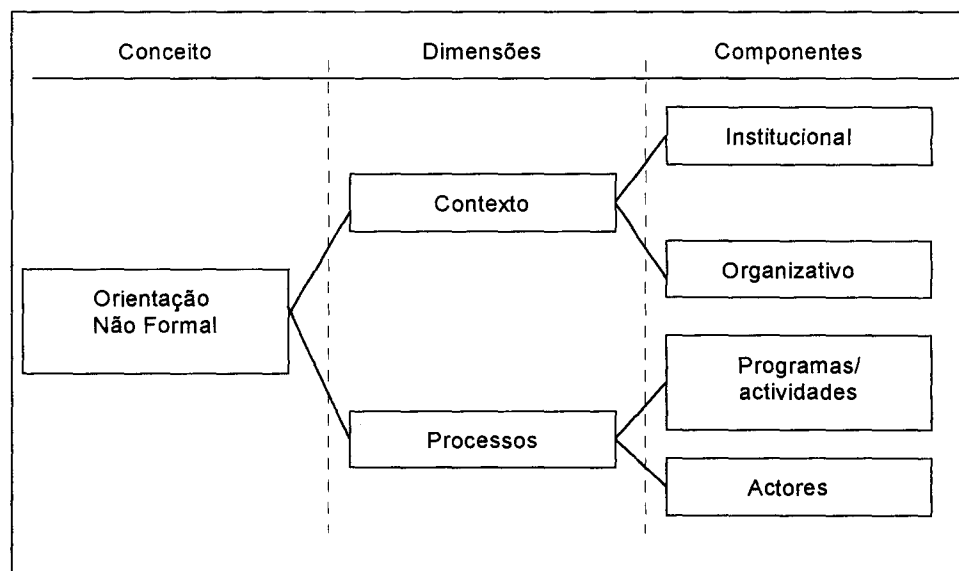
Foi neste sentido que estabelecemos uma analogia entre os conceitos de Educação Formal, de Educação Não Formal e de Educação Informal apresentados por Pain (1990) e os conceitos de Orientação Formal, de Orientação Não Formal e de Orientação Informal. Com o nosso estudo de caso não pretendemos testar, no sentido positivista do termo, a teoria de Educação de Pain (1990) aplicada ao universo da Orientação, embora seja incontornável o facto de termos disposto, *à priori*, de uma teoria que nos forneceu importantes pistas para a investigação.

Consideramos, ainda, o nosso estudo de caso como crítico, no sentido em que a Orientação Não Formal, se apresenta como uma modalidade de Orientação emergente, dirigida a jovens em risco de exclusão social e cujo estudo consideramos relevante para os actores nela envolvidos.

Em segundo lugar, a opção pelo estudo de caso único composto por várias subunidades de análise deve-se ao facto de termos considerado a nossa unidade de análise, a modalidade de Orientação Não Formal, subdividida em várias subunidades, como sejam os contextos e processos de Orientação Não Formal.

Em concordância com Quivy et al. (1992), considerámos o conceito de Orientação Não Formal como um “conceito sistémico” (p.126), construído *à priori*, por um processo de analogia com o conceito de Educação Não Formal, tendo-nos este último autor sugerido as “dimensões” e “componentes” (p. 135) que nos permitiriam, não só, operacionalizar, como tornar mais sistemática a nossa investigação no terreno.

Considerámos, para o conceito de Orientação Não Formal, as seguintes dimensões e componentes (Quadro 6.1):

Quadro 6.1 - Conceito, dimensões e componentes da investigação

A nossa opção pela compreensão do conceito de Orientação Não Formal sustenta-se, ainda, nos contributos de Smith et al. (1981), segundo os quais os conceitos “are essentially pattern-recognition devices” (p. 8). Neste sentido, encaramos o conceito de Orientação Não Formal, construído *à priori*, pelo processo de analogia que já referimos, como um possível dispositivo que, julgamos, nos permitirá reconhecer e caracterizar a Orientação Não Formal. Na linha de pensamento de Smith et al. (1981), os conceitos encerram determinadas propriedades, reconhecidas como o conhecimento contido num conceito. As propriedades de um conceito podem ser holísticas, as que dão a descrição completa do objecto, ou componentes, ou seja, as que nos ajudam a descrever um objecto, embora de forma não completa. No caso de se pretender representar o conceito de um objecto através de propriedades-componentes, será necessário optar entre as componentes quantitativas, designadas por dimensões, e as componentes qualitativas, designadas por atributos. No nosso caso, pensamos que o conceito de Orientação Não Formal pode ser caracterizado, ou descrito, por um conjunto de componentes qualitativas ou atributos, que correspondem às já referidas subunidades de análise, de acordo com a terminologia de Yin (1984).

De acordo com Smith et al. (1981), assumimos, ainda, uma visão probabilística de conceito, caracterizado por atributos probabilísticos. Quer isto dizer que, em primeiro lugar, “the featural approach is again that of a summary description for the concept” (p. 62) e que, em segundo lugar, “the features that represent a concept are salient ones that have a substantial probability of occurring in instances of the concept.” (p. 62).

Conciliando as perspectivas de Smith et al. (1981) e Quivy et al. (1992), assumimos o conceito de Orientação Não Formal como sistémico, probabilístico, construído *a priori* por um processo de analogia, passível de ser caracterizado por um conjunto de componentes qualitativas ou atributos, igualmente probabilísticos.

Uma vez clarificada a nossa visão de conceito e adoptando a terminologia de Yin (1984), temos um caso único, em que a unidade de análise, a modalidade de Orientação Não Formal, pode ser estudada considerando várias subunidades, que no nosso caso são os contextos e os processos de Orientação, que por seu turno podem ser descritas em função de sub-subunidades como sejam os aspectos institucionais, os organizativos, os programas/actividades e os actores.

Optámos por realizar o presente estudo sobre a modalidade de Orientação Não Formal, a três níveis, ou escalas de análise: a nível transnacional, a nível nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, em Almada e a nível das organizações que compõem esta rede local.

O nível de análise transnacional corresponde ao projecto “Non-Formal Guidance for Young People at Risk”, desenvolvido no âmbito do Programa Comunitário Petra II, Acção III (1994-95) e que envolveu os seguintes países: Bélgica, Espanha, Holanda, Irlanda, Portugal e Reino Unido.

Este projecto teve continuidade no âmbito do Programa Leonardo da Vinci, integrado no Action Programme for the Implementation of a European Community Vocational Training Policy, Transnational Pilot Projects, Strand I.I.I.C, com a designação de “Community Based Guidance Assistance” (1995-1998). Neste projecto envolveram-se a Holanda, a Irlanda, Portugal e o Reino Unido.

O nível de análise nacional corresponde ao projecto que, em Portugal tem sido desenvolvido sob a coordenação da Secção de Ciências de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), no Monte de Caparica, com a designação de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”. Em Portugal e, no âmbito deste projecto, foi constituída uma rede local composta por cinco organizações, além da FCT-UNL, com experiência no trabalho com jovens em risco de exclusão social, sediadas no concelho de Almada. Optámos por designar este nível de análise por Nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal de Almada.

O terceiro nível de análise por nós considerado, o nível local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, engloba as organizações que compõem a rede local de Orientação Não Formal, em Almada: a Assistência Médica Internacional (AMI), a Câmara Municipal de Almada (CMA), o Centro Social Paroquial do Cristo-Rei (CSPCR), o Instituto de Reinserção Social (IRS) e a Santa Casa de Misericórdia de Almada (SCMA), através do Centro Comunitário do PIA II (CC PIA II).

A realização do nosso estudo de caso a três níveis de análise tem como principais objectivos: (1) alargar as fontes de informação e, (2) aceder a realidades, leituras e/ou representações diferentes e complementares sobre a Orientação Não Formal a fim de realizar a triangulação vertical dos dados recolhidos.

3. Limitações do estudo de caso

Todos os métodos ou estratégias de investigação têm as suas potencialidades e limitações. No caso do estudo de caso qualitativo várias limitações têm sido apontadas e discutidas, como sejam a validade interna, a fiabilidade e a validade externa.

A questão da validade interna prende-se com a possibilidade de se saber até que ponto aquilo que o investigador encontra em resultado da sua pesquisa, condiz com a realidade. Merriam (1991), parte do princípio de que um dos pressupostos da investigação qualitativa é o facto de a “reality is holistic, multidimensional, and ever-changing: it is not a single, fixed, objective phenomena waiting to be discovered,

observed, and measured” (p. 167), e aponta algumas estratégias que podem ser utilizadas para garantir a validade interna de um estudo de caso qualitativo. São elas a triangulação, a confirmação da plausibilidade dos resultados obtidos junto das testemunhas privilegiadas, a observação prolongada no local de investigação, a discussão dos resultados com os pares do investigador, a utilização de técnicas de investigação participada e, a clarificação, por parte do investigador, dos seus pontos de vista, dos pressupostos teóricos da investigação e da explicitação dos processos através dos quais se conduziu o estudo de caso.

Relativamente à validade interna da investigação, e tomando em linha de conta as sugestões de Merriam (1991), tentámos, na medida do possível, clarificar os pressupostos teóricos que nortearam a investigação, explicitar as nossas opções paradigmáticas e metodológicas e ainda proceder à triangulação dos dados recolhidos durante a investigação.

O facto de se saber se os resultados de uma investigação de características qualitativas ou interpretativas podem ser replicados, reporta para a questão da fiabilidade do estudo. Merriam (1991) sugere a impossibilidade de garantir a fiabilidade de estudos qualitativos, no sentido positivista do termo e propõe que o investigador procure garantir a consistência dos dados, ou seja, que procure garantir que os resultados por si obtidos façam sentido a observadores externos à investigação.

Talvez pelo facto de a validade interna e a fiabilidade de uma investigação estarem intimamente ligados, Merriam (1991) sugere, como técnicas conducentes à garantia da fiabilidade de uma pesquisa, o recurso à triangulação e à explicitação, por parte do investigador, da sua posição paradigmática e do quadro teórico que sustenta a investigação.

A questão de se saber se é possível fazer generalizações a partir da investigação de um caso, é talvez uma das mais discutidas. Perante esta questão, a da validade externa, é possível assumir várias posições.

Uma posição possível, é assumir a impossibilidade de realizar generalizações a partir de um único caso, encarando esta realidade como uma limitação desta estratégia de investigação. Outra posição será a de tentar garantir a validade externa dos resultados mediante a utilização de processos de amostragem dentro de um estudo de caso. Ainda, outra posição possível, é assumir que a generalização, não sendo um objectivo do estudo de caso de características qualitativas, não deve ser encarada da mesma forma como o é no caso de outras estratégias de investigação.

Merriam (1991), refere a opinião de Cronbach, que propõe que na investigação em Ciências da Educação, a noção de generalização seja substituída pela de hipóteses de trabalho. Segundo Cronbach, citado por Merriam (1991) “When we give proper weight to local conditions, any generalization is a working hypothesis, not a conclusion” (p. 175).

Merriam (1991) refere, ainda, a opinião de Frederick Erickson, segundo o qual a produção de generalizações é um objectivo inadequado às investigações interpretativas e cita este autor quando afirma

“The search is not for *abstract universals* arrived at by statistical generalizations from a sample to a population,” (...) “but for *concrete universals* arrived at by studying a specific case (...)” (p. 175).

Aceitamos, assim, como interessante, em substituição da noção de generalização, a noção de hipóteses de trabalho com carácter orientador e às quais não se reconhece a capacidade de previsão. Estamos, ainda, de acordo com Merriam (1991), e admitindo que os resultados de um estudo de caso não são generalizáveis, segundo o qual é possível considerar que esses mesmos resultados possam ser transferíveis para outras situações, ou universos concretos.

4. Técnicas de recolha e de tratamento dos dados

Clarificada a nossa opção paradigmática e a estratégia de investigação, importa agora conhecer as técnicas de recolha de informação e de tratamento da mesma que possam ser mais adequadas aos objectivos da presente investigação.

4.1 Técnicas de recolha de informação

O estudo de caso permite a utilização de técnicas de recolha de informação qualitativa e quantitativa, sendo frequente a utilização de ambas numa mesma investigação. No nosso caso optámos pela recolha de informação qualitativa uma vez que nos parece a mais adequada à compreensão de um fenómeno emergente como é o caso da Orientação Não Formal.

Para a escolha das técnicas de recolha de informação tivemos, ainda, em consideração, o facto de a utilização de várias fontes de informação ser uma das linhas de força da estratégia de estudo de caso, permitindo a triangulação da informação e a confirmação da pertinência das questões em estudo e da exactidão dos resultados (Yin, 1984; Merriam, 1991).

Segundo Yin (1984) os estudos de caso podem ser baseados em várias fontes de informação como sejam: documentação, registos de arquivo, entrevistas, observação directa, observação participante e artefactos.

Optámos por utilizar as seguintes técnicas de recolha de informação: pesquisa documental, inquérito por questionário e por entrevista.

4.1.1 Pesquisa documental

A nossa pesquisa documental incidiu sobre “fontes escritas oficiais” (Albarelo et. al., 1997), emitidas pelas autoridades públicas responsáveis pela coordenação transnacional e nacional do projecto “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”, no âmbito dos já referidos Programas Petra II e Leonardo da Vinci. Dado o carácter do projecto, a documentação consultada foi, na quase totalidade, constituída por “documentos de arquivo” originais, não publicados, como relatórios e actas.

A pesquisa documental foi orientada pelas questões e objectivos gerais da investigação, tendo sido estabelecidos objectivos específicos para a pesquisa documental a nível transnacional e nacional/coordenação da rede local. Os

objectivos, que de seguida enunciamos, permitiram a selecção dos documentos a analisar e da informação a recolher.

Para o nível de análise transnacional e nacional/coordenação da rede local, estabelecemos os seguintes objectivos gerais da investigação e objectivos específicos da pesquisa documental:

1 - Avaliar as razões da necessidade e a pertinência de lançar, a nível da União Europeia, um projecto de "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social".

- Compreender as causas/problemas que conduziram aos projectos "Non-Formal Guidance for Young People at Risk"/"Community Based Guidance Assistance", no âmbito dos Programas Petra II e Leonardo da Vinci,
- Relacionar os objectivos gerais dos projectos com as causas/problemas identificados,
- Identificar as principais actividades desenvolvidas,
- Avaliar a evolução operada ao longo do processo de realização dos projectos.

2 - Clarificar o conceito de Orientação Não Formal.

- Compreender os principais aspectos inovadores relacionados com a modalidade de Orientação Não Formal, no que se refere:
 - ao quadro institucional
 - ao grau de organização
 - aos programas e actividades
 - aos actores envolvidos

3 - Identificar o(s) domínio(s) de Orientação subjacente(s) à modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

- Identificar o domínio ou domínios de Orientação que possam estar subjacentes à Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, de entre os seguintes: Orientação Escolar, Orientação Profissional e Orientação Pessoal e Social.

Dado o grande volume de documentação consultada (Anexo 1, A e B), e consequente impossibilidade de a apresentar no presente trabalho, optámos por apresentar em anexo as transcrições dos textos, ou partes de textos, que se revelaram significativos como fonte de informação para a nossa investigação tendo em consideração os respectivos objectivos (Anexo 2, A e B).

Os documentos consultados foram numerados por ordem cronológica de edição, tendo os excertos considerados relevantes sido transcritos. Os textos que estavam escritos em língua inglesa foram objecto de tradução para português.

A maior parte dos documentos consultados não se encontrava paginada o que impossibilitou a apresentação dessa referência no decorrer da nossa análise, motivo pelo qual mencionamos a página do anexo onde se encontra a transcrição.

Além da informação textual, qualitativa, que a pesquisa documental permite, foi também tida em conta a sua importância complementar face à informação recolhida através do inquérito por questionário e por entrevista (Quivy et al., 1992).

4.1.2 Inquérito por Questionário

A realização de um inquérito por questionário (Anexo 3), impôs-se pela necessidade de inquirir uma “testemunha privilegiada” (Albarello et al., 1997 e Quivy et al. 1992), estrangeira e pela impossibilidade física de realizar um inquérito por entrevista, o que teria sido a nossa primeira opção. Assim, o inquérito por questionário realizado a uma só pessoa, para o nível de análise transnacional, não teve o carácter geralmente atribuído a esta técnica de recolha de informação, muitas vezes utilizada em estudos de carácter extensivo. A testemunha privilegiada, alvo do inquérito por questionário, foi seleccionada por ter responsabilidades a nível da coordenação transnacional do projecto “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e do projecto “Community Based Guidance Assistance”, que lhe sucedeu.

Os tipos de questões utilizadas nos inquéritos por questionário podem ser classificadas quanto ao conteúdo e à forma (Ghiglione et al., 1993).

No que se refere ao conteúdo das questões, estas podem incidir sobre factos ou sobre opiniões. Optámos por realizar questões que englobassem factos e opiniões do inquirido relativamente às questões em investigação.

Relativamente à forma das questões, estas podem ser abertas ou fechadas. No caso das questões fechadas, o inquirido é confrontado com uma bateria de respostas sobre as quais selecciona a que mais se aproxima à que pretende dar. No nosso caso, optámos por realizar questões abertas, solicitando ao inquirido que respondesse pelas suas próprias palavras e realizando os comentários que achasse conveniente.

As perguntas colocadas no inquérito por questionário obedeceram às questões e aos objectivos gerais da investigação. Foram ainda estabelecidos objectivos gerais e específicos para esta recolha de informação, dos quais decorreram as questões propriamente ditas.

Para o nível de análise transnacional e para a construção do inquérito por questionário estabelecemos os mesmos objectivos gerais e específicos de investigação já referidos para a pesquisa documental. Excepção feita para o objectivo específico "Identificar as principais actividades desenvolvidas".

4.1.3 Inquérito por Entrevista

O inquérito por entrevista, enquanto técnica de recolha de informação, além de tornar acessíveis informações sobre práticas, é um instrumento adequado para "delimitar os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo" (Albarello et al., 1997, p. 89).

De acordo com a classificação das entrevistas em não-directivas, semi-directivas e directivas (Ghiglione et al., 1993), optámos pela realização de entrevistas semi-directivas. Esta escolha foi coerente com as opiniões de Ghiglione et al. (1993); Quivy et al. (1992) e Albarello et al. (1997), segundo os quais as entrevistas semi-directivas caracterizam-se pela existência de um conjunto de temas e aspectos pré-concebidos a serem abordados durante a realização do inquérito por entrevista. A

entrevista semi-directiva é “adequada para aprofundar um determinado domínio” explorando “livremente o pensamento do outro, permanecendo ao mesmo tempo no quadro do objecto de estudo” (Albarelo et al., 1997, pp. 97 e 111).

A técnica de recolha de informação através de entrevista semi-directiva pareceu-nos adequada à presente investigação tendo em conta que, além de tentarmos conhecer as práticas que possam ser consideradas de Orientação Não Formal, procurámos ainda aceder às representações dos entrevistados sobre o fenómeno em estudo.

A selecção das pessoas a inquirir por entrevista teve em consideração o seu potencial como “testemunhas privilegiadas” (Albarelo et al., 1997 e Quivy et al. 1992), consideradas como “pessoas que, pela sua posição, pela sua acção ou pelas suas responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema” (Quivy et al., 1992, p. 69).

Optámos por realizar um inquérito por entrevista para o nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada e um inquérito por entrevista para o nível de análise local/organizações da rede local, a realizar a representantes de três organizações.

Para o nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, realizamos um inquérito por entrevista a um dos elementos responsáveis pela coordenação do projecto, a nível da FCT-UNL.

A selecção das organizações, junto de cujos representantes na rede local de Orientação Não Formal realizámos inquéritos por entrevista, foi efectuada a partir da nossa compreensão, decorrente da pesquisa documental, sobre o papel das mesmas junto dos jovens em risco de exclusão social.

Seleccionamos as seguintes organizações: Câmara Municipal de Almada, Centro Social Paroquial do Cristo-Rei e Santa Casa da Misericórdia - Centro Comunitário do PIA II.

A partir das questões e dos objectivos gerais da investigação foram elaborados, para cada um dos dois níveis de análise em questão, os objectivos gerais e específicos dos inquéritos por entrevista a realizar que, por seu turno, deram origem aos respectivos guiões (Anexo 4, A e B). Nesses guiões tentámos contemplar os aspectos sobre os quais pretendíamos obter informação, tentando, na medida do possível, que estes concretizassem o nosso objecto de estudo (Albarello et al., 1997).

Para o nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada, estabelecemos os seguintes objectivos gerais e específicos do inquérito por entrevista:

1. Avaliar as razões da necessidade e a pertinência de aderir ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”

- Compreender os principais motivos que conduziram à adesão da FCT-UNL ao projecto de “Orientação Não Formal”, que se desenvolveu no âmbito dos Programas Petra II e Leonardo da Vinci.

2. Compreender o contexto institucional e organizativo da rede local de Orientação Não Formal

2.1 Quadro institucional

- Identificar as organizações que fazem parte da rede local de Orientação Não Formal,
- Compreender os critérios e metodologias que conduziram à selecção dessas organizações,
- Compreender o tipo de relações estabelecidas entre as organizações da rede local,
- Compreender o tipo de relações estabelecidas entre a rede local e a coordenação transnacional.

2.2 Grau organizativo

- Identificar os principais objectivos e metodologias utilizadas pela rede local,
- Compreender o grau de organização, ou seja, a forma como os objectivos e as metodologias foram estabelecidos pela rede local.

3. Compreender os processos, a nível das actividades e dos actores, da rede local de Orientação Não Formal

3.1 Actividades

- Identificar as principais actividades desenvolvidas pela rede local.

3.2 Actores

- Identificar os principais actores envolvidos nas actividades da rede local.

Para o nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada, estabelecemos os seguintes objectivos gerais e específicos do inquérito por entrevista:

1. Identificar e caracterizar a organização

- Identificar a organização,
- Compreender os principais objectivos gerais da organização,
- Identificar o seu espaço geográfico de intervenção,
- Averiguar a existência e o tipo de relações que a organização tem com instituições do poder central, como ministérios, institutos especializados ou outros,
- Compreender os motivos pelos quais a organização faz parte da rede local de Orientação Não Formal, de Almada.

2. Compreender o contexto institucional e organizativo da modalidade de Orientação Não Formal, a nível das práticas da organização

2.1 Quadro institucional

- Identificar os serviços/departamentos da organização directamente envolvidos na rede local de Orientação Não Formal, bem como a sua função principal e/ou outras,
- Identificar a população-alvo da acção do serviço (famílias carenciadas, jovens em risco, estudantes, desempregados, etc.),
- Inferir sobre o grau de dependência do serviço relativamente aos sistemas institucionais/formais, como os de educação, os de emprego, etc.

2.2 Grau organizativo

- Identificar os principais projectos dirigidos a jovens em risco de exclusão social (objectivos, âmbitos de intervenção, estratégias), bem como identificar por quem são delineados,
- Identificar a existência de relações com outras organizações,
- Compreender o tipo de relações estabelecidas com outras organizações.

3. Compreender os processos da modalidade de Orientação Não Formal, no que refere aos programas/actividades e aos actores envolvidos, a nível das práticas da organização

3.1 Programas/actividades

- Conhecer os programas/actividades dirigidas a jovens em risco de exclusão social,
- Compreender a relação entre estas actividades e a Orientação Não Formal,
- Averiguar o tipo de intervenção junto da população-alvo: a nível pessoal, a nível de grupo, a nível familiar,
- Compreender quais as principais metodologias utilizadas na acção junto de jovens em risco de exclusão social.

3.2 Actores

- Conhecer quais os actores envolvidos, por parte da organização, no que se refere à sua formação e o tipo de relação que têm com a organização,
- Identificar o grupo de destinatários, ou seja, quais os jovens que são considerados em risco (idade, sexo, características familiares, escolares, etc.),
- Compreender os critérios de selecção do grupo-alvo,
- Identificar outros actores (pessoas significativas e entidades), na rede social dos destinatários,
- Compreender a importância de outros actores junto do grupo-alvo.

Aos entrevistados e aos seus superiores hierárquicos, para o nível de análise local/organizações da rede local de Almada, foram explicitados os objectivos da investigação, tendo, em todos os casos, havido uma resposta favorável relativamente à realização dos inquéritos por entrevista (Anexo 7).

O guião do inquérito por entrevista a ser utilizado ao nível de análise das organizações da rede de Orientação Não Formal de Almada, foi pré-testado junto de um elemento de uma das organizações que não fez parte do estudo, no sentido de garantirmos a sua adequação face aos objectivos da investigação e de aferirmos a eficácia das questões a colocar aos entrevistados.

Os inquéritos por entrevista decorreram em local e horário escolhido pelos entrevistados e foram registados em suporte magnético audio, tendo posteriormente sido transcritos e, ainda, revistos pelos entrevistados.

A todos os inquiridos, por questionário e entrevista, foram atribuídos pseudónimos no sentido de garantir o anonimato possível. No decorrer da análise e interpretação, sempre que realizamos uma citação das respostas aos inquéritos por questionário e entrevista, indicamos a página do Anexo onde a respectiva citação pode ser localizada.

4.2 Técnicas de tratamento dos dados

Tendo em consideração que o tipo de dados recolhidos através da pesquisa documental, dos inquéritos por questionário e por entrevista assumiu um carácter textual, procurámos uma técnica de tratamento da informação adequada à mesma.

Ghiglione et al. (1993), citando Holst, refere que “A análise de conteúdo é uma técnica para fazer inferências pela identificação sistemática e objectiva das características específicas de uma mensagem” (p. 202).

Vala (1986) refere, ainda a propósito da análise de conteúdo, que esta se destina a “efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (p. 104). No entender deste autor, o papel do investigador é criar um “modelo” que permita realizar inferências a partir do material recolhido através “da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação” (p. 104).

Segundo Quivy et al. (1992) existem duas categorias de análise de conteúdo: uma que recorre a métodos de carácter quantitativo, extensivo e que tem “como unidade de informação de base a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo” e outra, de carácter qualitativo e intensivo, que utiliza “como unidade de informação de base a presença ou ausência de uma característica” (p. 225).

A propósito do carácter quantitativo e qualitativo da análise de conteúdo, Vala (1986) refere que “o rigor não é exclusivo da quantificação, nem tão pouco a quantificação garante por si a validade e a fiabilidade que se procura” (p. 103).

De facto outros autores, como Albarello et al. (1997) preferem referir-se à “análise qualitativa dos dados” como forma de se distanciarem da “análise de conteúdo”, no que se refere à utilização de grelhas de análise compostas por variáveis “predefinidas com precisão, mutuamente exclusivas, unívocas, exaustivas, exactamente como as diferentes variáveis que compõem um questionário fechado” (p. 129).

Os procedimentos da análise de conteúdo podem ser considerados como fechados ou como abertos. Ghiglione et al. (1995) explicitam estes procedimentos da seguinte forma: no caso do procedimento fechado, os textos são analisados à luz de um quadro teórico fixo, pré-determinado, que não pode ser alterado, sendo geralmente utilizado para testar hipóteses. Os procedimentos abertos consubstanciam-se na construção do quadro de análise a partir da análise dos textos, através da comparação das suas características, como diferenças e semelhanças, sem referência a qualquer quadro teórico pré-estabelecido.

Esta classificação dos procedimentos da análise de conteúdo remete para a questão do carácter mais dedutivo ou indutivo da investigação.

Sobre este aspecto Albarello et al. (1997) propõem uma abordagem menos radical que nos pareceu interessante, que designaram por “procedimento semi-indutivo” e que explicam da seguinte forma: “o investigador pode utilizar, a título provisório e heurístico, teorias ou hipóteses já produzidas na literatura” (p. 125), o que lhe

permite ganhar tempo, mesmo que essas hipóteses de trabalho se possam revelar inadequadas e vir mesmo a ser abandonadas no decurso da análise.

Esta proposta de um procedimento semi-indutivo na análise qualitativa dos dados está em íntima relação com a opinião dos mesmos autores, segundo os quais, mesmo nas investigações exploratórias, geralmente referenciadas como indutivas, é necessário “dispormos de referências teóricas antes de nos lançarmos na investigação dos dados” (Albarello et al., 1997, p. 98), sendo que estas referências teóricas podem, desde logo, orientar a própria recolha de informação, através da construção do guião do inquérito por entrevista.

Como foi esta a nossa opção de orientar a recolha dos dados empíricos, pareceu-nos adequada a proposta de Albarello et al. (1997) de seguir um procedimento semi-indutivo na realização da análise qualitativa dos dados recolhidos, em três etapas.

1ª Etapa

Realizámos uma imersão no material a analisar através de uma primeira leitura do *corpus* constituído pelos documentos seleccionados (Anexo 2 A e B), pelas transcrições dos inquéritos por questionário (Anexo 5) e por entrevista (Anexo 6 A, B e C), seguida de releitura e sublinhado das passagens consideradas mais interessantes, em função dos objectivos pré-definidos. Construímos uma grelha de leitura provisória que traduzia aqueles objectivos em categorias que, tendo um carácter provisório, nos permitiram realizar uma primeira redução dos dados em análise. Como referem Albarello et al. (1997), esta primeira grelha de leitura constituiu “o ponto de partida com base no qual se pode «interrogar» o material da entrevista em função da problemática” (p. 140).

2ª Etapa

Nesta segunda fase do trabalho de análise do material procedemos ao aperfeiçoamento da grelha de leitura definitiva, que foi produzida em resultado das categorias que, tendo sido definidas *à priori*, se revelaram pertinentes e ainda em função de novas categorias que resultaram do próprio *corpus* em análise. Todo o material considerado pertinente foi codificado segundo esta grelha de leitura

definitiva, o que resultou de um trabalho de leitura mais sistemático do *corpus*. Optámos por atribuir uma apresentação narrativa dos dados em análise onde, em simultâneo realizámos o trabalho de interpretação dos mesmos.

3ª Etapa

Nesta fase do trabalho aprofundámos a análise interpretativa em função da problemática de partida, dos objectivos da investigação e da triangulação dos dados recolhidos através dos inquéritos por entrevista, por questionário e da pesquisa documental.

Conclusão

Neste capítulo, consideramos o nosso objecto de estudo - a Orientação Não Formal - como um fenómeno emergente de uma realidade social complexa. Este facto, aliado à nossa intenção de tentar compreender o conceito de Orientação Não Formal, e não tanto de o explicar, orientou o nosso posicionamento epistemológico no sentido do paradigma humanista ou interpretativo. Neste referencial epistemológico interpretativo, a abordagem hermenêutica trouxe-nos a consciencialização sobre o carácter dialéctico do nosso percurso heurístico.

Em conformidade com a nossa opção paradigmática, questões e objectivos gerais de investigação, seleccionámos como estratégia de investigação o estudo de caso com características exploratórias e qualitativas.

Tendo identificado como unidade de análise a modalidade de Orientação Não Formal e como subunidades de análise os contextos (institucional e organizativo) e os processos (programas/actividade e actores) de Orientação Não Formal, optámos pela modalidade de estudo de caso único composto por várias subunidades de análise (single-case embedded).

Tivemos, ainda, a oportunidade de clarificar que a nossa unidade de análise será estudada a três níveis: ao nível transnacional, ao nível nacional/coordenação da

rede local de Orientação Não Formal, de Almada e ao nível local/organizações da rede local.

Tendo em consideração as limitações de um estudo de caso, procurámos clarificar os nossos pressupostos teóricos expressos na Primeira Parte do estudo e as nossas opções paradigmáticas e metodológicas. Explicámos como realizar a triangulação dos dados recolhidos no decorrer da análise dos mesmos, o que teve como objectivo garantir, não só, a validade interna, como também a fiabilidade da investigação. Assumimos a validade externa da investigação pela impossibilidade de generalizar os resultados obtidos, admitindo que os mesmos possam fornecer hipóteses de trabalho transferíveis a outras situações e/ou investigações.

Em conformidade com as características do nosso objecto de estudo, questões e objectivos de investigação e posicionamento paradigmático, optámos por utilizar técnicas de recolha de informação qualitativa, baseada em pesquisa documental, num inquérito por questionário de questões abertas e em entrevistas semi-directivas a realizar a testemunhas privilegiadas.

Relativamente às técnicas de tratamento dos dados recolhidos, optámos pela abordagem qualitativa da informação, segundo um procedimento semi-indutivo que nos pareceu adequado ao carácter hermenêutico e dialéctico do nosso percurso heurístico.

Capítulo 7

Leitura e interpretação dos dados

Introdução

Neste capítulo apresentamos os resultados da leitura dos dados recolhidos a três níveis de análise: transnacional, nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada e local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada.

Em primeiro lugar apresentamos os resultados da leitura dos dados a nível transnacional, obtidos por pesquisa documental e por inquérito por questionário, respectivamente seguidos de uma síntese dos aspectos considerados mais significativos. No final, apresentamos uma síntese dos resultados relativos a este nível de análise.

A apresentação dos resultados para o nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada, em que foram utilizadas como técnicas de recolha de informação, a pesquisa documental e uma entrevista semi-directiva, respeita uma metodologia idêntica à anterior.

Em último lugar, para o nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada, apresentamos os resultados da leitura e interpretação de cada um dos três inquéritos por entrevista, sendo no final realizada uma síntese dos resultados desses inquéritos.

1. Nível de análise transnacional

A este nível de análise, a nossa investigação divide-se em duas partes. Na primeira parte apresentamos a leitura e interpretação dos dados obtidos por pesquisa documental e, numa segunda parte, a leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por questionário realizado junto do coordenador transnacional dos projectos comunitários “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”, respectivamente no âmbito do Programa Petra II, Acção III e do Programa Leonardo da Vinci, Strand I.I.I.C.

Para cada uma das referidas partes da investigação, apresentamos a respectiva grelha de leitura construída (Quadros 7.1 e 7.3), seguida da leitura e interpretação dos dados.

1.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por pesquisa documental relativa aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”

A pesquisa documental foi realizada a partir da documentação relativa aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”, disponível na Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL, Monte de Caparica. Da documentação consultada, seleccionámos nove documentos cuja relação e transcrições em português se encontram, respectivamente, nos Anexos 1A e 2A. Os documentos foram numerados por ordem cronológica de edição.

Apresentamos a leitura e interpretação dos dados de duas formas distintas, mas, complementares. Numa primeira parte apresentamos os aspectos que considerámos mais significativos, em função dos nossos objectivos, em quadro, (Quadro 7.2), para que seja mais fácil a comparação entre os dois projectos já referidos. Numa segunda parte, procuramos sintetizar a nossa leitura e interpretação de ambos os projectos.

Quadro 7.1 - Grelha de leitura dos dados obtidos por pesquisa documental relativa aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”

Categorias	Subcategorias
1. Razões da necessidade e pertinência dos projectos de Orientação Não Formal	1.1 Problema a nível macrossocial 1.2 Problema microssocial
2. Finalidades e objectivos dos projectos	2.1 Finalidades dos projectos 2.2 Objectivos dos projectos
3. Estratégias e actividades dos projectos	3.1 Estratégias 3.2 Actividades
4. Aspectos inovadores relacionados com a Orientação Não Formal	4.1 Quadro institucional 4.2 Grau de organização 4.3 Programas/actividades 4.4 Actores
5. Domínios de Orientação	5.1 Orientação Escolar e Profissional 5.2 Orientação Pessoal e Social
6. Questões pertinentes levantadas ao longo dos projectos	6.1 Finalidades dos Projectos 6.2 Quadro institucional 6.3 Actores 6.4 Aspectos conceptuais
7. Referências ao desenvolvimento do projecto em Portugal	7.1 Actores: formação de agentes de Orientação Não Formal 7.2 Aspectos conceptuais

Quadro 7.2 - Leitura e interpretação comparativa dos dados dos projectos de “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”

Categorias e sub-categorias	Petra II – Projecto de “Non-Formal Guidance for Young People at Risk”, 1994-95 Países participantes: Bélgica, Espanha, Holanda, Irlanda, Portugal e Reino Unido	Leonardo da Vinci - “Community Based Guidance Assistance”, 1995-98 Países participantes: Holanda, Irlanda, Portugal e Reino Unido
1.	O problema a nível macrossocial que justifica a pertinência deste projecto prende-se com as transformações profundas que se têm vindo a operar a nível dos sistema económico e educativo, caracterizando-se por um aumento da “competição, das qualificações”, pela necessidade de desenvolver “aprendizagens ao longo da vida” e por novos padrões de desenvolvimento nas carreiras, caracterizados pela incertitude. Os cidadãos socialmente mais vulneráveis correm o risco serem económica e socialmente excluídos dos sistemas (Doc. 5, p. 5).	Preocupação com a exclusão social dos jovens desfavorecidos (Doc. 8, p. 8 e Doc. 9, p. 10).
1.1 Problema a nível macrossocial		
1.2 Problema a nível microssocial	Em situação de vulnerabilidade estão os jovens que abandonaram o sistema educativo sem qualificação, que se encontram fora dos sistemas formais de educação, formação profissional e emprego, tendo dessa forma perdido o acesso ao sistema formal de Orientação, sendo apontadas três razões: o facto de não existirem	O actual contexto económico macrossocial pode empurrar os jovens desfavorecidos para o isolamento (Doc. 4, p. 4). Estes jovens abandonaram os sistemas de educação, de formação profissional e emprego, podendo afastar-se totalmente das instituições e envolver-se em actividades a longo prazo destrutivas, quer para a vida do jovem, quer para a sociedade, como a droga,

	serviços de Orientação Formal que trabalhem com jovens fora dos sistemas formais, "a falta de recursos humanos e de competências dos serviços" para atender a essa situação e a descrença desses jovens face aos profissionais de Orientação Formal. Estes jovens correm o risco de incorrerem em situações de desemprego prolongado e em exclusão social e económica (Doc. 3, p. 3 e Doc. 5, p.5).	crime, etc. Estes jovens não só não têm acesso aos serviços de Orientação Formal como desconfiam deles, tal como de outras estruturas oficiais (Doc. 8, p. 8). Poucas vezes as comunidades são consideradas como "fontes de influência" junto dos jovens desfavorecidos. Os sistemas de Orientação Formal trabalham tradicionalmente de "cima para baixo" (Doc. 4, p. 4).
2. 2.1 Finalidades do projecto	A principal finalidade do projecto é a de tornar possível a reintegração dos jovens em risco nos sistemas de "educação, formação profissional e emprego", através da melhoria dos serviços de Orientação Formal, (Doc. 5, p. 7), ou seja, trazer esses jovens de novo aos sistemas formais (Doc. 2, p. 3).	Desenvolver uma abordagem de fornecimento de Orientação Escolar a jovens desfavorecidos, criando um "clima de Orientação" na comunidade do jovem que o traga de volta aos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego. Promover a igualdade de acesso à Orientação Escolar aos jovens desfavorecidos, através da inovação "dos serviços de Orientação Escolar" (Doc. 4, p. 4 e 5). Desenvolver "processos mais flexíveis" que possibilitem aos serviços de Orientação Formal trabalhar com os agentes de Orientação Não Formal, potenciais ou existentes dentro da comunidade (Doc. 8, p. 8 e Doc. 9, p. 10). Dar "formação vocacional inicial" aos jovens desfavorecidos e promover a "transição dos jovens para a vida activa" (Doc. 4, p. 5).
2.2 Objectivos do projecto	Melhorar o acesso dos jovens em risco à Orientação Profissional, "através do desenvolvimento de fontes não formais de orientação que correspondam às necessidades dos jovens desfavorecidos" (Doc. 1, p.	Adoptar métodos e contextos de Orientação Escolar indo ao "encontro das necessidades em Orientação Escolar dos jovens desfavorecidos". Estreitar a relação entre agentes de Orientação Formal e Não Formal. Ligar os serviços de

	3).	Orientação com a “educação vocacional e a formação profissional, escolas e jovens/grupos comunitários” (Doc. 4, p. 4). Dar formação em Orientação Escolar e Profissional a adultos significativos, pares, voluntários, na vida dos jovens, pessoas que têm acesso aos jovens e são por eles aceites (Doc. 4, p. 5 e Doc. 6, p. 7).
3. 3.1 Estratégias do projecto	As principais estratégias do projecto são o “desenvolvimento de fontes não formais de Orientação” em função das necessidades dos jovens em risco, centrando a actividade em “actores chave na vida dos jovens” e “dentro da sua comunidade”, em organizações sem experiência em matéria de Orientação, mas que possam contribuir para a inserção destes jovens, (Doc. 1, p. 1 e Doc. 3, p. 3) dando formação a orientadores/conselheiros não formais, de forma a que o sistema de Orientação Formal consiga alcançar directamente o grupo de jovens em risco, (Doc. 2, p. 3) e ainda desenvolver estratégias de ligação entre o trabalho da comunidade e o sistema formal de orientação (Doc. 3, p. 4).	Para reintegrar os jovens desfavorecidos, a principal estratégia passa por trabalhar com os agentes de Orientação Não Formal inseridos na comunidade (Doc. 9, p. 10). “As estratégias para ligar as estruturas de Orientação Formal e de Orientação Não Formal”, experimentadas no projecto, foram: ajudar os agentes de Orientação Não Formal a “agir como <u>pontos de referência</u> para o acesso do grupo-alvo ao sistema formal de Orientação”, ajudar os serviços de Orientação Não Formal a serem “ <u>fornecedores</u> iniciais de Orientação” e, ajudar os serviços de Orientação Formal a “desenvolver novos métodos para trabalhar” com agentes de “Orientação Não Formal e com o grupo alvo” (Doc. 8, p. 8 e Doc. 9, p. 10).
3.2 Actividades do projecto	As actividades do projecto incluíram o traçar do perfil da categoria dos jovens em risco/desfavorecidos, identificar as suas necessidades, identificar os “adultos significativos, pares” e organizações locais, sem experiência em Orientação Escolar e Profissional, que	Dar formação a adultos significativos, implementar a acção destes agentes junto dos jovens desfavorecidos, avaliar a implementação, fazer a revisão, difusão e transferência das inovações para o sistema de Orientação Formal (Doc. 4, p. 5).

	possam influenciar esses jovens, "identificar as suas necessidades de formação, desenvolver módulos de formação para esses agentes de orientação não formal, aplicar a formação", implementar a acção desses agentes e avaliar a implementação" (Doc. 2, p. 3 e Doc. 5, p. 6).	
4.	O desenvolvimento do projecto e dos aspectos inovadores que envolveu permite identificar algumas características da Orientação Não Formal: organizações centradas na comunidade local onde vivem os jovens em risco, assumindo o papel de parceiros na oferta de assistência aos jovens em risco (Doc. 3, p. 3).	Estão envolvidas no projecto Community Based Guidance Assistance, "instituições públicas e organizações não governamentais" (Doc. 4, p. 4). As organizações Não Governamentais estão inseridas nas comunidades onde vivem os jovens desfavorecidos (Doc. 4, p. 4 e 5), sem que seja especificado o tipo de organizações de que se trata. O próprio título do projecto, Community Based Guidance Assistance, aponta para a importância das organizações comunitárias na Orientação Não Formal (Doc. 4, p. 4 e Doc. 8, p. 8).
4.1 Quadro institucional		
4.2 Grau de organização	Não há indícios de como poderá funcionar a Orientação Não Formal a este nível.	Salienta-se a importância de se desenvolverem processos mais flexíveis de Orientação, nomeadamente a partir da Orientação Formal, que assim deverá trabalhar com agentes de orientação Não Formal inseridos na comunidade (Doc. 8, p. 8 e Doc. 9, p. 10). Não há elementos que indiquem as características do tipo de acção desses agentes, nem do tipo de organização do seu trabalho.
4.3 Programas – Actividades	Não há indícios de como poderá funcionar a Orientação Não Formal a este nível, excepto a ênfase que é colocada em ir ao	Não há indícios de como poderá funcionar a Orientação Não Formal a este nível, excepto a ênfase que é colocada em ir ao encontro das necessidades dos

4.4 Actores envolvidos	<p>encontro das necessidades dos jovens em risco (Doc. 1, p.3, Doc. 3, p. 3 e Doc. 5, p. 6).</p> <p>Os agentes de Orientação Não Formal foram identificados como sendo pessoas sem experiência em Orientação Escolar e Profissional mas em posição para identificar as suas necessidades: trabalhadores com jovens/comunitários e os chamados "intermediários" ou seja, adultos significativos, pares e pais, que funcionem como "role models" para os jovens em risco, aos quais se deve acrescentar elementos de Orientação Escolar e Profissional (Doc. 5, p. 5 e 6).</p>	<p>jovens em risco (Doc. 4, p. 4).</p> <p>Mantém-se a mesma identificação de agentes de Orientação Não Formal, que tinha sido feita no âmbito do programa Petra II (Doc. 8, p. 8 e Doc. 9, p. 10). Salienta-se como inovação na estrutura dos serviços de Orientação Escolar a utilização de adultos significativos, pares e grupos comunitários a nível local (Doc. 4, p. 5).</p>
5. 5.1 Orientação Escolar e Profissional 5.2 Orientação Pessoal e Social	<p>Todas as referências ao domínio de Orientação explicitam a Orientação Escolar e Profissional (vocational guidance, careear guidance), como sendo o domínio de Orientação para jovens em risco, na modalidade de Orientação Não Formal.</p> <p>Não foram encontradas referências ou pistas relativamente ao domínio de Orientação Pessoal e Social.</p>	<p>O projecto incide sobre a Informação e a Orientação Escolar (Doc. 4, p. 4). Todas as referências encontradas são relativas à Orientação Escolar e Profissional, o que é visível na formação dada aos agentes não formais de Orientação (Doc. 4, p. 4 e 5, Doc. 7, p. 7, Doc. 8, p. 8).</p> <p>As referências ao domínio de Orientação Pessoal e Social são feitas a propósito do projecto português, através dos conteúdos de formação dada aos agentes de Orientação Não Formal (Doc. 7, p. 7).</p>
6. 6.1 Finalidades dos projectos	<p>Fez-se referência ao facto de o projecto não ter, no seu desenvolvimento, questionado a capacidade de os sistemas educativo, de formação profissional e de emprego, em proporcionar oportunidades apropriadas</p>	<p>Não há referências.</p>

	<p>aos jovens em risco. É possível que projectos futuros "tenham que dar mais atenção" ao desenvolvimento de "alternativas positivas e construtivas", do ponto de vista daqueles sistemas (Doc. 5, p. 7).</p>	
6.2 Quadro institucional	<p>Refere-se o facto de as agências de Orientação Não Formal não serem alternativas ao sistema formal de Orientação (Doc.5, p. 6).</p>	<p>Não há referências.</p>
6.3 Actores	<p>O facto de dar formação em Orientação Escolar e Profissional aos não-profissionais coloca-os numa posição de para-profissionais. Coloca-se "a questão de se saber se deverão" estes agentes "ser remunerados e até que ponto esta formalização dos seus papeis" não reduzirá a sua aceitação junto dos jovens, uma vez que, até certo ponto, passam a fazer parte do sistema formal (Doc. 5, p. 6).</p>	<p>Os voluntários no trabalho de Orientação Não Formal não têm obrigações para com o sistema de Orientação Formal, pois não são remunerados, tendo sido levantada a questão sobre como os recompensar (Doc. 7, p. 7).</p> <p>Questionou-se se a Orientação é transversal a outros papéis como os dos "trabalhadores sociais/com jovens/comunitários" (Doc. 7, p. 7).</p>
6.4 Aspectos conceptuais	<p>Colocou-se a questão de se saber se os serviços de Orientação Formal deverão trabalhar só com os jovens em risco ou igualmente com o sistema social em que os jovens se inserem (Doc. 5, p. 6).</p>	<p>Constatou-se que diferentes países parceiros, utilizaram terminologias diferentes como "Orientação na comunidade", "Orientação informal", "Orientação centrada na comunidade" ou "Orientação Não Formal" (Doc. 7, p. 7 e Doc. 8, p. 8 e 9).</p> <p>Questionou-se o significado de Orientação: "Orientação versus trabalho com jovens" (Doc. 7, p. 7).</p> <p>O papel da orientação Formal no que se refere ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens coloca a questão de se saber se é possível "alcançar a cidadania</p>

		<p>sem inclusão económica" (Doc. 7, p. 8).</p> <p>O conceito de "informal" ou de "Não Formal" pode aplicar-se ao <u>papel</u> (pares, voluntários) e/ou ao "estatuto do <u>elemento de Orientação</u> dentro de si" (orientação oferecida pelos pais, pares) ou orientada por profissionais de outras áreas (trabalhadores com jovens/comunitários) e/ou aos "<u>contextos</u> em que se dá a Orientação" (Doc. 8, p. 9)</p>
<p>7.</p> <p>7.1 Actores: formação de Agentes de Orientação Não Formal</p>	<p>Não foram assinaladas questões significativas específicas do projecto português.</p>	<p>A formação dada aos agentes de Orientação Não Formal incidiu em conteúdos "psicossociais, culturais e de saúde". A formação incidiu na necessidade do grupo alvo, desmotivado e socialmente excluído, em desenvolvimento pessoal e social (Doc. 7, p. 7) e não tanto em "assuntos educacionais e vocacionais" (Doc. 8, p. 8).</p>
<p>7.2 Aspectos conceptuais</p>	<p>Não foram assinaladas questões significativas específicas do projecto português.</p>	<p>Refere-se que em Portugal a expressão "Não Formal" se refere "a novos métodos" (de Orientação?) bem como ao grupo alvo específico (Doc. 7, p. 7).</p> <p>As diferentes designações que a Orientação tomou nos vários países pode cobrir um conjunto de conceitos diferentes. Refere-se que em Portugal o projecto se centrou mais na Orientação oferecida por voluntários e no âmbito das relações de pais, pares, etc. (Doc. 8, p. 8 e 9). Relativamente às ligações entre o formal e o não formal, refere-se que em Portugal, o facto da Orientação Formal estar "fundamentalmente centrada nas escolas", dificulta a existência de um papel mais amplo na comunidade (Doc. 8, p. 9).</p>

		Referência ao facto de, em Portugal, se ter alargado o conceito de "adulto significativo" ao de "pessoa significativa" por se ter reconhecido a influência dos pares (não adultos) junto dos jovens em risco (Doc. 8, p. 8).
--	--	--

1.2 Síntese dos resultados

A realidade macro-económica e social europeia e a específica de cada país envolvido nos projectos parece justificar a emergência de uma nova modalidade de Orientação à qual tenham fácil acesso os jovens em risco de exclusão social. Mantém-se, pois, a coerência entre os projectos em análise.

Enquanto o desenvolvimento do projecto "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" no âmbito do Programa Petra II, se centrou, sobretudo, na investigação de terreno sobre o perfil e necessidades do grupo-alvo, identificação de adultos significativos, pares e organizações locais sem experiência em Orientação Escolar e Profissional e suas necessidades de formação, o projecto "Community Based Guidance Assistance", no âmbito do Programa Leonardo da Vinci, centrou-se na formação dos potenciais agentes de Orientação Não Formal.

Em ambos os projectos a filosofia de abordagem do problema manteve-se idêntica. Pretendeu-se partir do sistema de Orientação Formal para dar formação, a nível de conhecimentos e competências em Orientação Escolar e Profissional, a actores próximos da vida/rede social dos jovens em risco, com a finalidade de os manter e/ou reintegrar nos sistemas de educação, de formação profissional e de emprego.

Os principais elementos inovadores de uma modalidade emergente de Orientação Não Formal, revelaram-se nos seguintes aspectos:

- a valorização da realidade/necessidades dos jovens em risco de exclusão;
- o envolvimento de organizações centradas na comunidade local do grupo-alvo;

- o recurso a actores individuais/agentes, não profissionais de Orientação, com acesso aos jovens em risco e por eles aceites, sejam trabalhadores comunitários ou “intermediários”.

Parece-nos ser possível, a partir da análise dos títulos dos projectos, inferir sobre a evolução que se terá processado do Programa Petra II para o Programa Leonardo. Essa evolução parece espelhar a importância atribuída à intervenção em Orientação centrada na comunidade local, no que se refere aos actores colectivos e individuais.

No Programa Petra II, o título do projecto era “Non-Formal Guidance for Young People at Risk”, em que a ênfase é colocada numa modalidade emergente de Orientação sobre a qual se pretendia investigar e na especificidade dos destinatários.

No programa Leonardo, o título, “Community Based Guidance Assistance”, enfatiza uma especificidade dessa modalidade emergente de Orientação, ou seja, o facto de ser uma modalidade de Orientação centrada na comunidade local.

Parece-nos, ainda, que, ao longo do trabalho até agora desenvolvido em ambos os projectos, não se conseguiu alcançar uma caracterização completa de uma nova modalidade de Orientação, uma vez que os aspectos mais significativos revelados no processo de desenvolvimento dos projectos incidem sobretudo no quadro institucional - organizações centradas na comunidade - e nos actores - não profissionais de Orientação, sejam trabalhadores sociais ou intermediários. A informação por nós encontrada relativamente ao grau de organização e aos programas/actividades desta modalidade de Orientação, são escassos.

Sobre o grau de organização desta modalidade de Orientação foi possível identificar a necessidade de se utilizarem processos de trabalho mais flexíveis do que os utilizados em Orientação Formal. Sobre o tipo de programas ou actividades a desenvolver junto dos jovens em risco de exclusão social, só nos foi possível apurar sobre a necessidade de se ir ao encontro das necessidades dos destinatários.

O facto de não haver uma caracterização completa de Orientação Não Formal como um sistema de Orientação, talvez se deva ao facto de os projectos não terem evoluído no sentido de procurar uma modalidade de Orientação autónoma, embora complementar, relativamente ao sistema de Orientação Formal. Talvez possamos inferir que se procurou, avaliando os objectivos de ambos os projectos, uma melhoria e inovação dos próprios serviços de Orientação Formal através da utilização de novos agentes, ditos de Orientação Não Formal, existentes na comunidade dos jovens em risco, aos quais se deveria acrescentar a formação em elementos de Orientação Escolar e Profissional.

1.3 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" e "Community Based Guidance Assistance"

A resposta ao inquérito por questionário que obtivemos do coordenador transnacional dos projectos "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" e "Community Based Guidance Assistance", (Anexo 5) foi apresentada em duas partes distintas. Uma dessas partes, consiste em respostas sucintas às perguntas formuladas no questionário. A outra parte da resposta encontra-se num documento, redigido pelo inquirido na sua qualidade de Director do National Centre for Guidance in Education da Irlanda e apresentado num Seminário organizado pela DGXX11, sobre o tema "Mentoring and Mediation", realizado em Dezembro de 1998.

Este documento não foi concebido como resposta específica a qualquer pergunta por nós elaborada, mas o inquirido sugeriu a sua leitura a propósito de uma das perguntas do referido inquérito. Uma vez que o documento que nos foi enviado, junto com as restantes respostas, foi redigido pelo nosso inquirido, optámos por realizar a sua análise de forma integral, partindo do princípio de que reflecte a opinião desta testemunha privilegiada.

Quadro 7.3 - Grelha de leitura dos dados obtidos por inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”

Categorias	Subcategorias
1. Razões da necessidade e pertinência dos projectos de Orientação Não Formal	1.1 Problema de partida 1.2 Potencialidades 1.3 Evolução dos principais objectivos dos projectos
2. Aspectos inovadores relacionados com a Orientação Não Formal	2.1 Quadro institucional 2.2 Grau de organização 2.3 Programas/actividades 2.4 Actores 2.4.1 Destinatários 2.4.2 Agentes de Orientação
3. Domínios de Orientação	3.1 Orientação Pessoal e Social 3.2 Orientação Escolar e Profissional
4. Ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal	

1. Razões da necessidade e pertinência dos projectos de Orientação Não Formal

Sobre as razões da necessidade e pertinência dos projectos de Orientação Não Formal foi-nos possível compreender qual o problema de partida que conduz à necessidade desta modalidade de Orientação, bem como as potencialidades dos projectos que se desenvolveram no âmbito dos Programas Petra II e Leonardo da Vinci e, ainda, a evolução dos seus principais objectivos.

1.1 Problema de partida

O nosso inquirido, ao qual nos referiremos como Michael, referiu como principal problema, a existência, nos países da União Europeia, de jovens que abandonaram os sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego aliado ao facto de o sistema de Orientação formal não conseguir estabelecer contacto com estes jovens, considerados em risco de exclusão social.

Outro problema referido por Michael, foi o facto de os elevados custos sociais e financeiros da não integração social dos jovens em risco de exclusão social, gastos

em actividades de remediação, saírem mais caros do que as medidas preventivas. Como exemplos de actividades de remediação, Michael referiu as da polícia, dos tribunais, das prisões, entre outros. As medidas preventivas não foram especificadas por Michael, mas podemos inferir que as actividades de Orientação Não Formal poderão constituir um exemplo de medida preventiva relativamente à exclusão social dos jovens em risco.

Por parte dos serviços de Orientação formais existe dificuldade em proceder à reintegração dos jovens em risco de exclusão social uma vez que aqueles estão “confined to the life experience and opportunities of the formal system” (p. 25). Esta dificuldade em conseguir abranger os jovens em risco de exclusão e de os integrar nos sistemas formais, parece prender-se, na opinião de Michael, com o desconhecimento que os serviços de Orientação formais têm da realidade vivida por estes jovens uma vez que estes se movem em sistemas não formais, que foram caracterizados como tendo uma natureza muito variada, englobando desde as “criminal activities to black economy earnings, to ‘unpaid’ work in the household” (p. 25).

No nosso entender, talvez seja este desconhecimento que os sistemas de educação, de formação profissional e de emprego têm do modo de vida dos jovens em risco de exclusão social, que justifica aquilo que Michael referiu como sendo outro problema, nomeadamente, a dificuldade que estes sistemas têm em reconhecer e respeitar os pontos de vista e necessidades destes jovens.

Aos problemas acima referidos, que entendemos como limitações por parte dos sistemas formais, acresce um outro, igualmente atribuído ao sistema de Orientação Formal. Assim, Michael refere que o sistema de Orientação Formal não tem, ou tem poucos, conceitos, metodologias e até preocupação em abranger com a sua actividade, os jovens em risco de exclusão social.

1.2 Potencialidades dos projectos

Como potencialidades dos projectos de Orientação Não Formal, Michael referiu a possibilidade de, através destes projectos, se conhecer melhor em que medida o

apoio dado a pessoas significativas, através de formação em Orientação, pode ter efeitos positivos nos jovens em risco de exclusão social.

Michael reconhece explicitamente as potencialidades dos contextos sociais dos jovens em risco de exclusão social nos seus processos de tomada de decisão e nos seus comportamentos. Referiu, ainda, a importância de aproveitar, como agentes de Orientação Não Formal, as pessoas significativas que existam nesses contextos sociais, fornecendo-lhes formação em Orientação, para que melhor possam desempenhar esse papel, que foi também referido como sendo de intermediários de Orientação.

1.3 Evolução dos principais objectivos dos projectos

Michael referiu não ter havido alterações a nível dos principais objectivos dos projectos, nomeadamente do que decorreu no âmbito do Programa Petra II para o que se desenvolveu no âmbito do Programa Leonardo da Vinci. Na sua opinião, a principal evolução operou-se ao nível das metodologias utilizadas pelos projectos que se desenvolveram nos países envolvidos, não tendo especificado mais esta opinião.

Os principais objectivos dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”, referidos por Michael, são a integração social e económica dos jovens em risco de exclusão social, quer seja ajudando-os a manter-se nos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego, quer seja ajudando-os a se reintegrar nesses sistemas.

2. Aspectos inovadores relacionados com a Orientação Não Formal

Procurámos conhecer a opinião de Michael no que se refere a alguns aspectos inovadores relacionados com a Orientação Não Formal, nomeadamente face ao seu quadro institucional e grau de organização, que previamente identificámos como contextos de Orientação e, ainda, face aos programas/actividades e actores envolvidos, que identificámos como sendo aspectos reveladores dos processos de Orientação. As respostas que obtivemos de Michael não se organizam de acordo

com estas subcategorias, embora nos tivesse sido possível, mesmo assim, recolher elementos significativos na sua resposta.

2.1 Quadro institucional

Michael não se referiu especificamente ao quadro institucional em que se pode desenvolver a Orientação Não Formal, tendo somente referido a importância das associações de caridade, embora sem especificar o seu papel. Reconheceu a importância de pessoas significativas pertencentes ao contexto social dos jovens em risco de exclusão social, como sejam lojistas, clérigos, enfermeiros e polícias. A identificação destas pessoas como sendo potencialmente significativas na Orientação dos jovens do grupo-alvo permite-nos inferir que se consideram algumas organizações locais, com implantação em contexto comunitário, como tendo alguma importância na Orientação destes jovens, como sejam o posto de saúde ou a igreja local.

O nosso inquirido referiu-se apenas a espaços não formais, não especificados, em que as pessoas significativas podem trabalhar com os jovens em risco de exclusão social. Esta ideia é reforçada quando Michael refere que, nalguns casos, “the initiative is a bottom up approach by community activists” (p. 30), o que nos permite inferir que as organizações onde estes activistas trabalham poderão ser de carácter comunitário.

2.2 Grau de organização

Nas respostas que obtivemos de Michael só nos foi revelado que a Orientação Não Formal deve utilizar processos de trabalho mais flexíveis. cremos que, na opinião de Michael e, ainda que de forma implícita, o maior grau de flexibilidade referido, se estabelece por comparação com o grau de organização utilizado na modalidade de Orientação Formal.

2.3 Programas/actividades

Michael não se refere a quaisquer programas ou actividades que possam ser desenvolvidas no âmbito da Orientação Não Formal. Salienta, como fundamental, o facto de se dever ir ao encontro das necessidades dos jovens destinatários sem, contudo, explicitar como isso poderia ser realizado.

2.4 Actores

Relativamente à identificação dos actores envolvidos nos contextos e processos de Orientação Não Formal, foi-nos possível, a partir das respostas fornecidas por Michael, proceder à caracterização do grupo-alvo, os destinatários da Orientação Não Formal, e dos actores em Orientação ou agentes de Orientação Não Formal.

2.4.1 Destinatários

A referência aos custos sociais da não integração social dos jovens em risco de exclusão social foi exemplificada a nível de “ police, law courts, prison, health and many other remedial costs” (...) e a nível da “destruction/vandalism” (p. 24), o que nos permite inferir sobre algumas características dos jovens destinatários da modalidade de Orientação Não Formal. Assim, e a avaliar pelo tipo de custos sociais gastos com os jovens do grupo-alvo, estamos em crer que este é constituído por jovens não só em risco de exclusão social, mas já em situação de efectiva exclusão social e marginalização, com actividades ilícitas e envolvidos com o sistema policial e judicial.

2.4.2 Agentes de Orientação Não Formal

Michael refere que os agentes de Orientação poderão ser para-profissionais, que não especificou, e outras pessoas, que interpretamos como sendo pessoas significativas para os jovens em risco de exclusão social.

Foram por Michael identificadas como pessoas significativas “parents, friends, family, peers, local “heroes”, shop keepers” (...) “police, probation, doctors, charity associations, clergy, nurses...” (p. 24), aos quais o nosso inquirido se referiu como guias com potencialidades para serem “significant positive influences for social and economic integration of the young people” (p. 24).

Estas pessoas significativas que são do meio social dos jovens em risco de exclusão social deverão, na opinião de Michael, ser alvo de alguma formação em matéria de Orientação, embora não especifique em que domínio de Orientação.

O inquirido referiu como importante o facto de as pessoas a quem os jovens do grupo-alvo mais recorrerem serem as mães, outros familiares e, ainda, os pares,

baseando-se nos resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do projecto “Non Formal Guidance for Young People at Risk”, na cidade irlandesa de Cork.

Michael referiu-se aos agentes de Orientação Não Formal, como sendo intermediários no trabalho de Orientação, como voluntários, sejam eles não profissionais, ou profissionais não especialistas em Orientação, como “community workers” (p. 28) e, ainda, como “community activists” (p. 30).

3. Domínios de Orientação

Procurámos conhecer a opinião de Michael sobre quais os domínios de Orientação subjacentes à modalidade de Orientação Não Formal.

3.1 Orientação Pessoal e Social

A modalidade de Orientação Não Formal deve, numa primeira abordagem, trabalhar no domínio da Orientação Pessoal e Social, tendo Michael explicado que os jovens em risco de exclusão social precisam de ser “contacted, motivated, encouraged, behaviour modified” (p. 24).

3.2 Orientação Escolar e Profissional

Numa segunda abordagem, o domínio de Orientação subjacente à modalidade de Orientação Não Formal deverá ser Escolar e Profissional. Michael considerou que os jovens do grupo-alvo têm outras necessidades, a nível de formação e emprego que, com uma primeira abordagem de Orientação, já terão ganho visibilidade. No seu entender, para responder às necessidades de formação e de emprego destes jovens, eles precisam de apoio específico no domínio de Orientação Escolar e Profissional.

4. Ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal

A ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal é muito ténue e problemática, tendo Michael referido que “the starting point has to be the needs of

the target group and how they can best be met" (p. 30), o que, no seu entender, requer competências muito particulares por parte dos profissionais de Orientação e por parte dos intermediários ou agentes de Orientação Não Formal, como sejam as "negotiating skills, problem solving skills, listening skills, communication one to one, communication in groups" (p. 29).

Michael chamou a atenção para o papel que os serviços de Orientação Formal devem assumir nos processos de Orientação Não Formal, referindo que estes devem trabalhar através dos intermediários ou agentes de Orientação, o que, no seu entender, deverá requerer por parte dos serviços "a capacity for change, innovation, for a consumer orientation" (p. 29).

Outro aspecto que reforça a importância atribuída ao sistema de Orientação Formal é o facto de considerar que estes serviços devem contribuir para o processo de formação dos intermediários ou agentes de Orientação Não Formal.

1.4 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise transnacional

Nesta síntese dos resultados da investigação realizada ao nível de análise transnacional, tentaremos salientar os aspectos mais significativos revelados pela pesquisa documental e pelo inquérito por questionário, em função dos objectivos gerais estipulados para este nível de análise. Serão ainda tomados em consideração outros aspectos considerados como significativos ainda que, inicialmente, não fizessem parte dos objectivos da investigação.

Um dos principais motivos que justifica a pertinência de um projecto de Orientação Não Formal, é o facto de, nos países da União Europeia, existir uma categoria de jovens que estão em vias de abandonar ou já abandonaram os sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego, pelo que também estão fora do alcance dos serviços de Orientação Formal. Estes jovens, considerados em risco de exclusão social têm tendência a desconfiar da actuação de todos os serviços dos sistemas formais, incluindo os de Orientação.

Foi reconhecida a existência de algumas insuficiências ou inadequações do trabalho de Orientação Formal relativamente às características específicas da categoria de jovens em risco de exclusão social. Foram apontados alguns aspectos como o facto de os serviços não trabalharem com jovens que se encontram fora dos sistemas formais e o de estarem restritos às oportunidades que o próprio sistema oferece e que não são adequadas às necessidades dos jovens em risco de exclusão social. Outros aspectos apontados prendem-se com o desconhecimento que estes serviços têm dos modos de vida destes jovens bem como com a dificuldade em reconhecer e respeitar os seus pontos de vista ou necessidades. Foi, ainda, referida a falta de recursos humanos e serviços com competências dirigidas à realidade dos jovens em risco de exclusão social, o que poderá justificar outra insuficiência apontada e que foi a falta de conceitos e de metodologias adequadas ao trabalho de Orientação com os jovens em causa.

Parece, assim, que a pertinência de uma nova modalidade de Orientação, a Orientação Não Formal, se prende não só com a situação sócio-educativa e profissional dos jovens em risco de exclusão social, mas, também, com a dos próprios serviços de Orientação Formal.

O reconhecimento das limitações dos serviços de Orientação Formal, parece ter, assim, conduzido à necessidade de se olhar para fora do próprio sistema, nomeadamente, para as potencialidades dos contextos sociais em que vivem os jovens em risco de exclusão social.

Os objectivos que nortearam os projectos “Non Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance” são a integração e reintegração dos jovens em risco de exclusão social nos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego. Para isto foi reconhecida a necessidade os serviços de Orientação Formal recorrerem à utilização de fontes não formais, utilizando os recursos da comunidade dos jovens em risco de exclusão social, nomeadamente, agentes de Orientação Não Formal e, ainda, processos mais flexíveis de trabalho. Outro objectivo é dar formação em Orientação aos agentes de Orientação Não Formal. Para além destes objectivos, podemos inferir da resposta ao questionário, que a Orientação Não Formal pode ser considerada como um

modalidade que tem, também, o objectivo de prevenir a exclusão social dos jovens em risco.

Os objectivos gerais dos projectos “Non Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance” mantiveram-se os mesmos, à excepção dos de carácter mais operacional. Não podemos, contudo deixar de salientar, como facto significativo, a alteração operada nos nomes dos projectos. Enquanto, no âmbito do Programa Petra II, a designação do projecto como “Non Formal Guidance for Young People at Risk”, coloca a ênfase numa nova modalidade de Orientação sobre a qual se pretendia investigar e sobre o grupo-alvo ou destinatários desse tipo de Orientação, no âmbito do Programa Leonardo da Vinci, o projecto “Community Based Guidance Assistance” coloca a ênfase na especificidade da nova modalidade de Orientação, clarificando que se trata de uma Orientação centrada na comunidade local.

Estes aspectos parecem, assim, reflectir, não uma alteração de objectivos dos projectos, mas uma evolução na clarificação do conceito de Orientação Não Formal, o que nos parece significativo.

Na tentativa de clarificar o conceito de Orientação Não Formal, tentámos caracterizar a modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social. Procurámos informação que nos permitisse definir o contexto da Orientação, no que se refere ao seu quadro institucional e ao seu grau de organização, e os processos de Orientação, nomeadamente no que se refere aos programas ou actividades desenvolvidas e aos actores nelas envolvidos.

O quadro institucional de Orientação Não Formal, desenvolve-se em organizações locais ou comunitárias, sejam organizações públicas e não governamentais, como por exemplo, as associações de caridade/solidariedade ou outros espaços não formais, não especificados.

Constatamos como significativa a quase total ausência de informação sobre o grau de organização com que se pode desenvolver a modalidade de Orientação Não Formal. O único aspecto que pode indiciar algo sobre o grau de organização é a

referência à utilização de processos mais flexíveis de trabalho, de onde talvez possamos inferir que a Orientação Não Formal possa ser uma modalidade de Orientação com um menor grau de organização ou prescrição do que a Orientação ligada aos sistemas formais.

Notamos, igualmente, como significativa a quase total ausência de informação no que se refere aos programas ou actividades dirigidas aos jovens em risco de exclusão social. O único aspecto referido é a necessidade de ir ao encontro das necessidades dos jovens do grupo-alvo, embora sem que nunca se explicita através de que actividades isso pode ser conseguido.

Foram referidos aspectos que nos permitem caracterizar, quer o grupo-alvo ou destinatários, quer os agentes de Orientação Não Formal.

Os destinatários de Orientação Não Formal, ou seja, os jovens em risco de exclusão social, foram caracterizados como sendo jovens que estão em vias de abandonar os sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego ou que já os abandonaram, estando, assim, afastados das instituições ligadas aos sistemas formais. O grupo-alvo pode ser constituído por jovens em risco ou já em situação de exclusão social e económica e de marginalização, estando em posição favorável ao envolvimento em actividades ilícitas e destrutivas, como actividades criminais, vandalismo e consumo de droga que, de alguma forma, conduzem ao seu envolvimento com os sistemas policial e judicial.

Os agentes de Orientação Não Formal, também designados como intermediários de Orientação ou pessoas significativas, são caracterizados como pessoas que estão nas redes sociais dos jovens em risco de exclusão social e, assim, no contexto comunitário destes jovens e com acesso a eles, embora sem formação em matéria de Orientação. Como exemplo de agentes de Orientação Não Formal foram referidos trabalhadores comunitários, para-profissionais, profissionais de outras áreas como lojistas, polícias, médicos, enfermeiros e clérigos. Foram, ainda, referidos como pessoas significativas no trabalho de Orientação Não Formal, pais, outros familiares, pares, voluntários e activistas comunitários. Estes potenciais agentes de Orientação Não Formal deverão ser alvo de formação em Orientação

para que melhor possam desempenhar o seu papel. Como competências consideradas necessárias aos agentes ou intermediários de Orientação Não Formal, foram referidas as competência de negociação, de resolução de problemas, de saber ouvir, e de saber comunicar com os outros.

Gostaríamos, ainda, de salientar como significativos dois aspectos. Em primeiro, o facto de se assumir que a formação em Orientação a prestar aos agentes de Orientação Formal dever partir do sistema de Orientação Formal. Em segundo lugar, o facto de se ter adoptado a designação de 'pessoas significativas', o que é patente nas respostas ao inquérito por questionário enquanto a documentação consultada, só menciona este conceito, como constatação da sua utilização pelo projecto desenvolvido em Portugal. Parece, assim, ser possível afirmar que, a nível transnacional, houve o reconhecimento de que, a par dos adultos significativos, poderão ser envolvidos como agentes de Orientação Não Formal, jovens pares dos jovens do grupo-alvo.

Estamos em crer que nos foi possível compreender algumas características da modalidade de Orientação Não Formal, especialmente no que se refere ao quadro institucional e aos actores envolvidos, e, assim, clarificar o próprio conceito de Orientação Não Formal.

Existem alguns aspectos cujo grau de clarificação consideramos insuficiente, como sejam o grau de organização e os programas ou actividades de Orientação, o que pode dever-se ao facto de, pelo menos a nível transnacional, se ter partido do sistema de Orientação Formal, e das suas insuficiências, o que não terá proporcionado a consideração da Orientação Não Formal como uma modalidade autónoma e independente, embora complementar, da Orientação Formal.

Procurámos identificar quais os domínios de Orientação subjacentes à modalidade de Orientação Não Formal. Enquanto na documentação consultada não há referência ao domínio da Orientação Pessoal e Social, a não ser como menção ao projecto português, só sendo reconhecido o domínio de Orientação Escolar e Profissional, já na resposta ao inquérito por questionário se admitem dois domínios de Orientação. Da leitura e interpretação da referida documentação, registamos

como significativo o facto de não haver uma distinção entre domínio e modalidade de Orientação. O inquérito por questionário revela o domínio de Orientação Pessoal e Social como importante numa primeira fase de abordagem dos jovens. Numa segunda fase de abordagem, o domínio de Orientação Escolar e Profissional é referido como o domínio de Orientação que melhor poderá responder às necessidades de educação, de formação profissional e de emprego dos jovens em risco de exclusão social. Não ficou, contudo, esclarecido, se o domínio da Orientação Escolar e Profissional seria exercido no âmbito da modalidade de Orientação Não Formal ou no da Orientação Formal, após o (re)ingresso dos jovens em risco de exclusão social a este sistema.

Um outro aspecto que consideramos significativo, é o facto de se considerar que a ligação entre a Orientação Formal e Não Formal ser frágil. Para estreitar ou fortalecer esta relação, é referida a necessidade de promover formação que permita melhorar as competências, já referidas, dos profissionais de Orientação, ligados ao sistema formal, e dos agentes de Orientação Não Formal, com a particularidade de essa formação dever ser fornecida pelo sistema formal. Para que tal se possa concretizar, é referida a necessidade de o sistema de Orientação Formal se abrir à mudança e à inovação.

De alguma forma, parece haver uma contradição entre a importância que o sistema de Orientação Formal deve assumir no processo de formação dos agentes de Orientação Não Formal e o reconhecimento das limitações do próprio sistema, que já foram identificadas.

Talvez não seja abusivo concluir, nesta fase da investigação que, a nível transnacional, a Orientação Não Formal não é encarada como uma modalidade de Orientação diferente ou independente da Orientação Formal, havendo mesmo referência ao facto de a primeira não dever ser uma modalidade alternativa à segunda. De alguma forma, talvez possamos inferir que a viabilidade da Orientação Não Formal depende do sistema de Orientação Formal.

A este nível de análise, a Orientação Não Formal emerge como um conjunto de fontes não formais, nas quais se incluem organizações e pessoas significativas

presentes no contexto comunitário e nas redes sociais dos jovens em risco de exclusão social. Estas fontes não formais são, aparentemente, dependentes do sistema de Orientação Formal, pelo menos no que se refere à formação das pessoas significativas.

2. Nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada

A este nível de análise a nossa investigação divide-se em duas partes. Em primeiro lugar apresentamos a leitura e interpretação da pesquisa documental e, em segundo lugar, a leitura e interpretação do inquérito por entrevista realizado a um elemento da coordenação do projecto de "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social".

2.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por pesquisa documental relativa ao projecto de "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social"

Foram consultados os documentos disponíveis na Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL, Monte de Caparica. De uma primeira consulta seleccionámos 13 documentos, numerados de 10 a 22, cuja relação e transcrições se encontram, respectivamente, nos Anexos 1B e 2B. Os documentos encontram-se organizados por ordem cronológica.

Apresentamos, aqui, a grelha de leitura elaborada (Quadro 7.4), com a qual analisámos os documentos.

Quadro 7.4 - Grelha de leitura dos dados obtidos por pesquisa documental relativa ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”

Categorias	Subcategorias
1. Razões da necessidade e pertinência do projecto de Orientação Não Formal	1.1 Problema de partida
2. Finalidades e objectivos	2.1 Finalidades 2.2 Objectivos gerais 2.3 Objectivos operacionais
3. Estratégias e actividades do projecto	3.1 Estratégias 3.2 Actividades
4. Resultados da pesquisa realizada no âmbito do programa Petra II	4.1 Jovens em risco de exclusão social: grupo-alvo 4.2 Adultos significativos 4.3 Intervenções relevantes com jovens em risco
5. Rede local de Orientação Não Formal em Almada, no âmbito do programa Leonardo	5.1 Organizações da rede local 5.2 Coordenação da rede local
6. Formação de Orientadores Não Formais	6.1 Objectivos 6.2 Formandos 6.3 Módulos de Formação 6.4 Avaliação da formação
7. Aspectos inovadores relacionados com a Orientação Não Formal	7.1 Quadro institucional 7.2 Grau de organização 7.3 Programas/actividades 7.4 Actores
8. Domínios de Orientação	
9. Aspectos conceptuais	
10. Avaliação do trabalho da rede local	

1. Razões da necessidade e pertinência do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”

Relativamente a este aspecto, foi possível, através da leitura dos dados, compreender as causas e problemas que estiveram na origem deste projecto.

1.1 Problema de partida

O problema de partida, identificado no início do projecto no âmbito do Programa Petra II, que justifica a pertinência do projecto de “Orientação Não Formal” no concelho de Almada, prende-se com a situação dos jovens em risco de exclusão

social, genericamente caracterizados como jovens que abandonaram o sistema escolar, que consomem drogas, outros, provenientes de minorias étnicas e mães adolescentes. Perante a situação destes jovens, a Orientação Escolar e Profissional, considerada formal, que se exerce nas escolas, nos centros de emprego e nos centros de formação profissional, não dá resposta às necessidades dos jovens no que se refere à sua integração e adaptação escolar, profissional e social (Doc. 12, p. 15). A definição do problema é já decorrente do trabalho de pesquisa realizado no primeiro ano do projecto no âmbito do Programa Petra II, não tendo nós encontrado uma formulação do problema anterior a esta fase de trabalho.

2. Finalidades e objectivos do projecto

Identificámos as principais finalidades e objectivos do projecto de “Orientação Não Formal”, tendo optado por separar objectivos que considerámos como sendo mais gerais, de outros que considerámos como operacionais, tendo em conta o seu maior grau de especificidade.

2.1 Finalidades

O projecto de “Orientação Não Formal”, no âmbito do Programa Petra II definiu como finalidades: ir ao encontro das necessidades de jovens em risco de exclusão social; procurar dar respostas adequadas a estes jovens no intuito de promover a sua adaptação escolar, profissional e social; prevenir a exclusão social e reintegrar os jovens já excluídos dos sistemas formais (Doc. 13, pp. 16 e 17). A prevenção da exclusão social que aqui surge como uma finalidade, por nós identificada, no projecto português não foi por nós encontrada na documentação proveniente da coordenação transnacional, pelo que pode ser considerada como um aspecto original de alcance social.

2.2 Objectivos Gerais

Foram propostos como objectivos iniciais para o desenvolvimento do projecto de “Orientação Não Formal” em Almada, no âmbito do Programa Petra II, os seguintes: conhecer as “necessidades pessoais, profissionais e de formação dos jovens em risco”, conhecer as “dificuldades de intervenção sentidas pelos jovens em risco, através das instituições com actividade no Concelho”, “promover novas formas de

Orientação individualizada que forneçam” Orientação Profissional ao grupo alvo indo ao encontro das suas necessidades, motivações e capacidades, “facilitar o acesso à Informação e Orientação” Não Formal, fora dos sistemas de Orientação tradicionais, formais, aplicar “novos métodos de intervenção no domínio da Informação e Orientação Profissional”, “envolver as famílias e/ou pessoas significativas no processo de escolha profissional e tomada de decisão, integrar o sistema jovem/família/escola-comunidade no processo de informação/orientação, estabelecer relações com escolas profissionais”, outras instituições de ensino, autarquias, associações e empresas, mediante “protocolos específicos”, “promover o contacto e colaboração entre instituições que trabalham com jovens no âmbito da Orientação Não Formal, promover a formação de conselheiros de Orientação Não Formal” e ainda, “abrir novas perspectivas de realização profissional a jovens profissionalmente indecisos” (Doc. 13, p. 16).

A formulação destes objectivos parece colocar a ênfase no domínio da Orientação Escolar, embora sob novas formas o que pode ser interpretado como sendo a modalidade de Orientação Não Formal, objecto deste projecto.

Salientamos, ainda, a intenção de aplicar novos métodos no domínio da Informação e Orientação Profissional, como sejam o envolvimento de “pessoas significativas” e a intervenção no “sistema jovem/família/escola-comunidade” (Doc. 13, p. 16), o que é revelador da consciência da importância de actuar na rede social do jovem em risco.

São ainda referidos como objectivos: estruturar uma “rede de trabalho” que integre instituições de “Orientação Formal e Não Formal”; estabelecer os “objectivos e limites de intervenção das actividades de Orientação Formal e Não Formal”; cooperar no sentido de fazer a “prevenção da exclusão social” e reintegrar os jovens já excluídos (Doc. 13, p. 17). Parece-nos significativa a intenção de criar uma “rede de trabalho” com instituições que actuem em diferentes modalidades de Orientação. Esta intenção chama a atenção para a análise das organizações que viriam a integrar a rede local de Orientação Não Formal.

2.3 Objectivos operacionais

No âmbito do Programa Petra II, o projecto de “Orientação Não Formal” teve como objectivos operacionais: a caracterização das “instituições relevantes para o projecto no concelho de Almada”, a identificação e descrição do “perfil do grupo alvo, a identificação das suas necessidades pessoais e de formação”, a identificação e caracterização dos “adultos significativos” que pudessem ter influência na vida dos jovens em risco, a identificação das suas necessidades de formação como Orientadores Não Formais e a concepção da “formação para estes adultos significativos”, também designados como “conselheiros de Orientação Não Formal” (Doc. 10, p. 11 e Doc. 12, pp. 15 e 16). O facto de se pretender fazer uma caracterização das “instituições relevantes” para o projecto de “Orientação Não Formal” no concelho de Almada, remete-nos para a compreensão do que foi, na altura, reconhecido como “instituição relevante” para este projecto. Embora não sejam explicitados os critérios que permitiriam caracterizar uma instituição como sendo relevante, talvez possamos inferir que aqueles se prendam com o trabalho dessas instituições junto de jovens em risco de exclusão social.

3. Estratégias e actividades do projecto

Relativamente a este aspecto, apresentamos em separado aquilo que considerámos serem as estratégias e as actividades do projecto.

3.1 Estratégias

A principal estratégia, por nós identificada, do projecto de “Orientação Não Formal” foi dinamizar um grupo de conselheiros de Orientação, adultos significativos, com capacidade para dar respostas às necessidades pessoais e profissionais dos jovens em risco de exclusão social, ajudando-os a construir um “projecto de vida” (Doc. 12, p. 15), o que nós consideramos como significativo do que pode ser a intervenção dos adultos significativos. Salienta-se que esta intervenção de Orientação Não Formal pretende trabalhar em paralelo com o sistema de Orientação Formal (Doc. 12, p. 15).

3.2 Actividades

No âmbito do Programa Petra II, foram contactadas as seguintes organizações: “Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, Centro Social e Paroquial do Cristo Rei, Instituto de Reinserção Social, Centro de Bem Estar Social de Laranjeiro, Centro de Emprego de Almada, Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Câmara Municipal de Almada, Santa Casa da Misericórdia de Almada e Centro Social e Paroquial da Cova da Piedade” (Doc.15, p. 17). Das organizações contactadas no início do projecto, podemos encontrar dois tipos de entidades, as que podemos considerar como tendo actividades no âmbito da Orientação Formal e as que estão fora desse sistema. Assim, na primeira situação estão duas escolas e o Centro de Emprego de Almada. Das organizações que estão fora do sistema de Orientação Formal, encontram-se a Câmara Municipal de Almada e o Instituto de Reinserção Social, embora possam ser consideradas organizações formais (uma autarquia e um instituto dependente do Ministério da Justiça), e quatro organizações de implantação local, o Centro Social Paroquial do Cristo Rei, a Santa Casa da Misericórdia de Almada, o Centro Social Paroquial da Cova da Piedade e o Centro de Bem Estar Social do Laranjeiro.

Uma das actividades realizadas no âmbito do Programa Petra II foi um inquérito a algumas instituições. Este inquérito foi realizado junto de um número mais restrito de organizações, mantendo-se, contudo, a diversidade no que se refere à sua integração ou não no sistema formal de Orientação. As entidades inquiridas foram as seguintes: Centro de Emprego de Almada, Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Centro Social Paroquial da Cova da Piedade, Centro Social Paroquial do Cristo Rei, Escola Secundária Fernão Mendes Pinto e Instituto de Reinserção Social.

O inquérito teve como objectivos a caracterização dos jovens atendidos pelas referidas instituições, bem como o conhecimento das suas necessidades. Foi realizado um inquérito a alguns jovens, embora não seja explicitado o número de jovens inquiridos. Procedeu-se a um “levantamento de intervenções locais relevantes com grupos de jovens” (Doc. 10, p. 11) junto da Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, do Centro Social Paroquial do Cristo Rei e da Santa Casa da Misericórdia de Almada. Foi igualmente junto destas organizações

que se fez o levantamento dos adultos significativos que trabalham ou têm contacto próximo com os jovens em risco de exclusão social.

4. Resultados da pesquisa realizada no âmbito do Programa Petra II

Relativamente à pesquisa realizada pelo projecto de “Orientação Não Formal”, no âmbito do Programa Petra II, identificámos alguns aspectos diferentes, que apresentamos separadamente.

4.1 Jovens em risco de exclusão social: grupo-alvo

O inquérito realizado às instituições já referidas permitiu fazer a caracterização dos jovens atendidos como tendo entre os 12 e os 25 anos, pertencendo a agregados familiares extensos e desorganizados, mas também a famílias monoparentais, incluindo igualmente mães adolescentes. Alguns jovens são de famílias africanas que vivem em habitações precárias e com pouca integração social. Registou-se a existência de jovens com baixa escolaridade e abandono precoce da escola, havendo alguns casos de analfabetismo. Nalguns casos de abandono escolar desqualificado, os jovens começam a trabalhar em condições precárias, tendo dificuldade em frequentar programas de formação profissional e procurando uma rápida inserção no mercado de emprego (Doc. 10, p. 11).

A caracterização dos jovens atendidos pelas sete organizações inquiridas revela a existência no concelho de Almada de jovens em situação de vulnerabilidade à exclusão social com características de transversalidade relativamente a outras categorias em risco, nomeadamente, com características de multidimensionalidade no que se refere aos factores exclusógenos.

Destes factores, foram considerados como mais importantes nesta pesquisa, os relativos ao sistema económico e de emprego, ao sistema educativo e de formação profissional e ainda os relativos à situação sócio-familiar e étnica.

A caracterização das necessidades dos jovens retratados pelas instituições inquiridas foram tipificadas sob os seguintes aspectos:

- necessidades pessoais: desmotivação, dificuldades de expressão e de adaptação a novas situações educativas e sócio-profissionais, falta de regras sociais de base e dificuldade em traçar um projecto pessoal,
- necessidades de formação: falta de formação profissional e de programas alternativos com equivalência à escolaridade obrigatória,
- necessidades de emprego: emprego precário ou ilegal em áreas de trabalho não definidas. Desemprego,
- necessidade de apoios sociais e familiares: carências a nível de programas de prevenção primária para todos os grupos etários, falta de equipamentos de lazer para jovens, falta de apoio a grupos específicos como toxicodependentes e mães adolescentes. Falta de subsídios estatais.

Esta caracterização das necessidades dos jovens é reveladora de necessidades a nível do desenvolvimento pessoal dos jovens, da formação profissional e a nível de emprego.

A intervenção no “sistema familiar” foi identificada como sendo primordial, bem como a intervenção a nível da “prevenção primária e de reforço da ligação escola-família-comunidade”, tendo sido considerado como importante o trabalho a nível do “investimento relacional/afectivo na dinâmica familiar” (Doc. 10, p. 12), o que nos parece um diagnóstico da importância de intervir a nível das redes sociais dos jovens em risco de exclusão social. A inexistência deste tipo de programas tem conduzido a problemas como a “desocupação” o que conduz a “comportamentos de pré-marginalidade e à toxicodependência” (Doc. 10, p. 12). A falta de equipamentos dirigidos à ocupação dos tempos livres dos jovens foi identificada como propícia à desocupação dos jovens, sendo esta situação encarada como de risco à exclusão social por via do potencial desenvolvimento de comportamentos pré-marginais.

Como resultado das entrevistas realizadas a jovens, salientamos os seguintes aspectos: os jovens têm dificuldade em definir as suas necessidades de formação pessoal, ou o seu projecto de vida, com necessidade em se enquadrar no grupo de pares e em actividades lúdicas e desportivas. Sentem necessidade de um curso prático que lhes permita uma “inserção rápida no mercado de trabalho”, mas sem noção de um percurso sócio-profissional futuro, sendo o seu objectivo a satisfação

económica e não a pessoal. A vida quotidiana é passada no seu bairro, “sendo a rua o seu espaço preferencial de encontro”, o que parece estar ligado à falta de estruturas de apoio a jovens, colocando-os numa situação de risco uma vez que os bairros onde habitam são degradados e registam elevados “níveis de marginalidade e tráfico de drogas” (Doc. 10, p. 13). As informações obtidas junto dos jovens entrevistados vêm corroborar a caracterização dos jovens em risco, realizada pelas organizações inquiridas.

Em função deste levantamento foi definido o grupo-alvo de Orientação Não Formal como sendo “jovens consumidores de drogas, mães adolescentes e jovens de etnia africana, entre os 14 e os 20 anos, de ambos os sexos”, de baixo nível económico-social e cultural, com história de “insucesso escolar”, de famílias extensas ou monoparentais, desorganizadas, desempregados ou com trabalho precário (Doc. 10, p. 12).

4.2 Adultos significativos

No mesmo inquérito foram identificados os adultos significativos na altura a trabalhar com a população jovem já referenciada. São animadores sócio-culturais, monitores, coordenadores das equipas de monitores e outros técnicos. Estas pessoas desenvolvem com os jovens actividades lúdicas e desportivas tendo facilidade em estabelecer diálogo com os jovens. “Trabalham directamente com os jovens no seu próprio bairro” e são sentidas como figuras significativas uma vez que estabelecem “ligações entre o jovem, a sua família, a escola e restante comunidade” (Doc. 10, p. 13). Considerou-se que estes adultos significativos estão muito perto da realidade pessoal e social dos jovens e, sob orientação de “técnicos especializados” (?), “podem definir as necessidades” dos jovens em risco, podendo ser potenciais conselheiros de Orientação Não Formal (Doc. 12, p. 15). Os adultos significativos identificados não são especialistas em Orientação e parece-nos que, pelo facto de terem contacto muito próximo com os jovens em risco, poderão intervir nas suas redes sociais.

O conceito de “adulto significativo” viria mais tarde a ser alargado para o de “pessoa significativa”, por se ter achado que os jovens, pares dos jovens em risco, também poderiam desempenhar este papel (Doc. 13, p. 16).

Contudo, o perfil da “pessoa significativa” só viria a ser explicitado em 1997, tendo-se definido que “pessoas significativas” para a Orientação Não Formal, e além das já identificadas como “adultos significativos”, poderiam ser, a nível do concelho de Almada:

- “- jovens trabalhadores em instituições do concelho de Almada, empenhados em projectos de intervenção junto de jovens em risco,
- jovens voluntários, estudantes, a cumprir estágio em instituições que trabalham com crianças e jovens,
- jovens estudantes com cursos profissionais na área da animação sócio-cultural/comunitária, a viver em bairros problemáticos, no concelho de Almada,
- jovens voluntários à procura do primeiro emprego e com actividades de tempos livres/expressão plástica/animação nos centros sociais dos bairros” (Doc. 19, p. 18).

4.3 Intervenções relevantes com jovens em risco

Da pesquisa mais aprofundada sobre algumas intervenções relevantes com jovens em risco de exclusão social (Doc. 11, p. 13), destacamos as do Centro Social Paroquial do Cristo Rei e da Santa Casa de Misericórdia de Almada. A importância que atribuímos a este levantamento justifica-se pelo facto de terem, numa fase inicial do projecto de Orientação Não Formal, sido as organizações com intervenções consideradas relevantes para o projecto ou seja, para o estudo da Orientação Não Formal.

Ambas as organizações estão sediadas em bairros sociais, estando inseridas em contexto comunitário e trabalhando com a população já caracterizada. Os jovens considerados em risco de exclusão social foram identificados por ambas as instituições como sendo jovens de origem africana, mães adolescentes e jovens com história de abandono escolar. A coincidência entre esta categorização de jovens em risco de exclusão social e a adoptada como grupo-alvo do projecto de Orientação Não Formal é revelador da importância que estas organizações tiveram na fase de pesquisa do projecto.

O Centro Social e Paroquial do Cristo Rei tinha, na altura do inquérito, um projecto de intervenção comunitária, o “Raízes para um Futuro de Sucesso” com actividades

“desportivas, de animação de rua e intervenção junto de famílias”, realização de encontros e debates sobre planeamento familiar, cuidados com recém-nascidos e “acções de sensibilização/informação sobre cursos de formação profissional”. Estas actividades tinham como objectivos gerais a “animação e ocupação dos tempos livres dos jovens moradores no bairro” com o objectivo de promover o seu “desenvolvimento pessoal, social e cultural”, o auto-conhecimento das suas “motivações intrínsecas”, promoção do “espírito de iniciativa, de dinamismo, de decisão, responsabilidade e autonomia” (Doc. 11, pp. 13 e 14).

A Santa Casa da Misericórdia de Almada tinha na altura do inquérito um projecto de intervenção comunitária, o “Apoio Social a Jovens e Famílias em Situação de Risco de Exclusão Social”, com os seguintes tipos de actividades: “desportivas, de animação sócio-cultural, de intervenção junto das famílias dos jovens, de planeamento familiar/educação sexual, de formação profissional, ateliers ocupacionais e grupos de encontros” (Doc. 11, p. 14). Destas, as que os técnicos desta instituição salientaram como mais relevantes para os jovens em risco, “pela sua função socializante ou pelo nível de participação dos jovens”, foram as relacionadas com a formação do jovem, com a ocupação de tempos livres e com o apoio individual (Doc. 11, p. 14).

Este tipo de actividades de ambas as instituições, desenvolvidas em contexto comunitário, aproximam-se das actividades que designámos como potencialmente orientadoras e promotoras do desenvolvimento pessoal e social dos jovens em risco.

Esta instituição oferecia na altura “cursos de 1º e 2º Ciclo e de formação profissional” (Doc. 11, p. 15), o que é revelador de uma organização que, estando fora dos sistemas formais de educação e de formação profissional, actua nessa área, ou seja, em contexto não formal.

Os objectivos do projecto de intervenção comunitária da Santa Casa da Misericórdia de Almada são idênticos aos do Centro Social Paroquial do Cristo Rei. A maioria das actividades desenvolvidas por ambas as organizações com jovens em risco têm objectivos que se prendem com o desenvolvimento pessoal através do

desenvolvimento de competências transversais como sejam o “espírito de iniciativa”, de “decisão”, de “responsabilidade” e “autonomia”, sendo que estas competências são potencialmente transferíveis para outros contextos como os de educação e formação profissional, neste caso somente oferecidos pela Santa Casa da Misericórdia de Almada.

A avaliação que a instituição fez destas intervenções revela uma “melhoria do nível de escolaridade e de formação profissional”, de ocupação dos tempos livres “com aprendizagens específicas”, melhor capacidade de “expressão/organização, maior coesão dos grupos, melhor aceitação de regras” e melhor capacidade de adaptação dos jovens a novas situações (Doc. 11, p. 15).

5. Rede Local de Orientação Não Formal em Almada, no âmbito do Programa Leonardo

No âmbito do Programa Leonardo da Vinci, que sucedeu ao Programa Petra II, iniciou-se o projecto “Community Based Guidance Assistance”, que em Portugal se continuou a designar por projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”. No âmbito do Programa Leonardo deu-se a constituição da rede local de Orientação Não Formal. Além da identificação das organizações da rede local, foi possível clarificar o papel da Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL, neste projecto.

5.1 Organizações da rede local

Após a fase de levantamento e pesquisa realizada no âmbito do Programa Petra II e que envolveu variadas organizações e após contactos oficiais, constituiu-se, por iniciativa da coordenação nacional a cargo da Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL, a rede local de Almada de Orientação Não Formal, dela fazendo parte as seguintes organizações: Câmara Municipal de Almada, Instituto de Reinserção Social, Centro Social Paroquial do Cristo Rei, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Assistência Médica Internacional e Secção de Ciências de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (Doc. 14, p. 17 e Doc. 15, p. 17). Destas organizações, nenhuma pode ser considerada como estando integrada no sistema formal de Orientação. A documentação consultada

não nos revela os motivos que terão levado organizações como as escolas e o Centro de Emprego de Almada a não fazerem parte deste projecto. Assim, a rede local é constituída por duas organizações formais sem actividade no âmbito da Orientação Formal, por três organizações que se podem caracterizar como sendo de intervenção comunitária, o Centro Social Paroquial do Cristo Rei, a Santa Casa da Misericórdia de Almada e a Assistência Médica Internacional, sendo que as duas primeiras foram identificadas como tendo intervenções relevantes no âmbito da Orientação Não Formal e, pela Secção de Ciências de Educação da FCT, organização sem responsabilidades no âmbito da Orientação junto de jovens em risco, mas com actividades no campo da investigação em ciências sociais, nomeadamente em Ciências de Educação e de intervenção no âmbito dos serviços de apoio à comunidade.

5.2 Coordenação da rede local

A coordenação administrativa e científica ficou a cargo da Secção de Ciências de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Doc. 20, p. 19), por ser a organização contratante do projecto em Portugal e que integrou a parceria transnacional a nível do Programa Petra II e que actualmente integra a do Programa Leonardo.

6. Formação de Orientadores Não Formais

Embora as actividades, em concreto, da rede local de Almada de Orientação Não Formal, como a formação destinada a Orientadores Não Formais, não se integre nos nossos objectivos gerais de investigação sobre Orientação Não Formal, parece-nos importante compreender o tipo de formação que foi, pela rede local, considerada como importante para estes potenciais actores de Orientação Não Formal.

6.1 Objectivos

No âmbito do Programa Leonardo a rede local desenvolveu um programa de formação de Orientadores Não Formais para jovens em risco de exclusão social, tendo sido estipulados os seguintes objectivos: “compreender as questões fundamentais dos jovens em risco de exclusão social, desenvolver competências

nos formandos para a caracterização e despiste de situações de risco em jovens e desenvolvimento de competências nos formandos para organizarem projectos de intervenção com jovens em situação de risco, no âmbito da Orientação Não Formal” (Doc. 16, p. 18).

Assim, os objectivos da formação não integram o desenvolvimento de conhecimentos e de competências no domínio da Orientação Escolar e Profissional.

6.2 Formandos

Os formandos, num total de 22 (Doc. 16, p. 18), foram seleccionados pelas organizações que compõem a rede local de Orientação Não Formal de acordo com os seguintes critérios: jovens com um mínimo de 18 anos e com a escolaridade obrigatória, com “espírito de liderança e competências de comunicação, com residência no bairro de intervenção”, e/ou a desenvolver “actividades no âmbito da animação comunitária, sem estatuto profissional ou com emprego precário e com bom nível de inserção na comunidade” (Doc. 15, p. 17). O perfil dos formandos a seleccionar para a formação parece respeitar parcialmente os aspectos caracterizadores dos adultos significativos que foram anteriormente referidos, nomeadamente no que se refere à proximidade de contacto com os jovens em risco de exclusão social. Contudo, nos critérios de selecção dos formandos para o curso de Orientadores Não Formais, torna-se clara a opção pelo conceito alargado de “pessoas significativas”, que assim podem ser jovens, pares dos jovens em risco de exclusão (Doc. 13, p. 16), embora o conceito só tenha sido explicitado num documento de 1997 (Doc. 19, p. 18), ou seja, numa fase posterior ao início da formação.

6.3 Módulos de Formação

Os módulos de formação desenvolvidos foram da responsabilidade das organizações da rede local e coordenados pela FCT, depois de realizada a análise de necessidades de formação para as “pessoas significativas”, tendo sido delineado um curso 60 horas de formação teórico-prática, distribuídas por sete módulos: módulo 1- Questões de desenvolvimento na Adolescência, da responsabilidade da FCT-SCE; módulo 2 - Cuidados primários de Saúde, da responsabilidade da AMI; módulo 3 - Trabalho com Famílias, da responsabilidade do CSPCR; módulo 4 -

Aspectos Legais, a cargo do IRS; módulo 5 - Interculturalismo, organizado pela CMA; módulo 6 - Animação Sócio-cultural de Jovens, da responsabilidade da SCMA e, módulo 7 - Projectos de Intervenção, da responsabilidade da FCT-SCE (Doc. 16, p. 18).

A formação iniciou-se em Fevereiro de 1997 (Doc. 18, p. 18). Os módulos de formação criados para o curso de Orientadores Não Formais, não parecem integrar elementos de Orientação Escolar e Profissional, o que já era visível nos objectivos da formação, conforme já referido, o que pode ter relação com o facto de os módulos terem sido da responsabilidade das organizações integradas na rede local de Orientação Não Formal, onde não se encontram representadas organizações com experiência no domínio de Orientação Escolar e Profissional. Os módulos de formação parecem ter maior relação com as organizações e/ou técnicos por elas responsáveis, revelando as suas representações sobre os conhecimentos e competências julgados importantes na actividade de Orientação Não Formal e que nós pensamos estarem mais próximos do domínio de Orientação Pessoal e Social.

6.4 Avaliação da formação

A formação de Orientadores Não Formais teve os seguintes tipos de avaliação: auto-avaliação do desempenho dos formandos e avaliação global da formação realizada pelos formandos e pelos formadores (Doc. 17, p. 18).

7. Aspectos inovadores relacionados com a Orientação Não Formal

O projecto de "Orientação Não Formal", através da rede local de Almada não chegou à fase de implementação de actividades das pessoas significativas junto de jovens em risco de exclusão social. Contudo, consideramos que vários elementos recolhidos na documentação, nomeadamente sobre as actividades de organizações consideradas relevantes na modalidade da Orientação Não Formal e sobre a formação de Orientadores Não Formais, nos fornecem pistas sobre a referida modalidade, onde nos foi possível encontrar alguns elementos inovadores caracterizadores da modalidade de Orientação Não Formal.

7.1 Quadro institucional

As organizações que, de entre as sete inquiridas, foram consideradas como tendo actividades no âmbito da Orientação Não Formal foram o Centro Social e Paroquial do Cristo Rei e a Santa Casa da Misericórdia de Almada, ambas com intervenção junto de jovens em risco de exclusão social, com implantação local/comunitária, não estando na dependência de instituições dos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego.

7.2 Grau de organização

Considerando as actividades destas duas organizações e o facto de se desenvolverem no âmbito de programas e/ou projectos dirigidos a jovens em risco, parece-nos que o grau de organização possa ser maior a curto e médio prazo, embora não tenhamos informação concreta sobre a duração dos projectos (Doc. 11, p. 13 e 14). Talvez possamos, igualmente, inferir que o grau de prescrição seja relativamente reduzido, por comparação com as actividades dos sistemas formais.

7.3 Programas/actividades

As actividades destas duas organizações, consideradas como relevantes na modalidade de Orientação Não Formal pareceram-nos muito diversificadas, incluindo actividades desportivas, de animação sócio-cultural e de intervenção familiar, de ocupação de tempos livres, de informação e formação pessoal e ainda, no caso da Santa Casa da Misericórdia de Almada, de educação básica e de formação profissional, embora sobre estes dois tipos de actividades não tenhamos informação mais detalhada (Doc. 11, pp. 13, 14 e 15).

7.4 Actores

Relativamente aos actores e no que se refere aos destinatários, encontrámos jovens em situação de risco de exclusão social, bem caracterizados pelas duas organizações, e que frequentam as actividades que lhes são dirigidas. Por parte das organizações, trabalham com estes jovens, técnicos não especializados em Orientação, como sejam animadores sócio-culturais, monitores e outros técnicos, não explicitados (Doc. 11, pp. 13, 14 e 15).

Tendo em conta o perfil definido para os formandos no curso de formação para Orientadores Não Formais, e o conceito alargado de “pessoa significativa”, parece-nos possível que os actores envolvidos em actividades com jovens em risco, possam igualmente ser jovens, pares, que tal como os primeiros, constituam pessoas significativas na vida do grupo-alvo (Doc. 15, p. 17 e Doc. 21, p. 19), podendo ser jovens trabalhadores sociais, estudantes e voluntários (Doc. 19, p. 18).

8. Domínios de Orientação

A leitura da documentação consultada permitiu-nos fazer algumas inferências sobre os domínios de Orientação valorizados pelo projecto de “Orientação Não Formal”.

A pesquisa documental até agora realizada permite-nos constatar um aspecto interessante. Em primeiro lugar, na definição dos objectivos do projecto de “Orientação Não Formal”, o domínio da Orientação Profissional surge de forma explícita (Doc. 13, p. 16) e integrada nos objectivos gerais do projecto. Em segundo lugar, a restante documentação consultada aponta, embora implicitamente, para a valorização do domínio da Orientação Pessoal e Social, o que é visível através da selecção das organizações com actividades consideradas relevantes para o projecto de “Orientação Não Formal” (Doc. 11, pp. 13 e 14) e através dos elementos que recolhemos sobre a formação de Orientadores Não Formais, nomeadamente no que se refere aos objectivos e módulos de formação (Doc. 16, p. 18). Não é possível explicar esta aparente contradição, mas parece visível a existência de uma evolução conceptual que se terá operado no desenrolar das actividades do projecto, à qual talvez não seja estranha a influência de organizações experientes no trabalho com jovens em risco, presentes na rede local de Orientação Não Formal de Almada, onde não se incluem organizações do sistema formal de Orientação.

9. Aspectos conceptuais

Um aspecto conceptual que surge de forma explícita na documentação do projecto é o que se refere ao conceito de “adulto significativo”, que foi corrigido para o de “pessoa significativa” uma vez que a pesquisa realizada na fase inicial do projecto, no âmbito de Programa Petra II, tinha revelado como significativo o papel dos pares

(jovens) dos jovens em risco, uma vez que “de acordo com o seu papel e relação com o grupo, eles representam elementos significativos e podem, em certos casos, representar fortes elementos de ligação entre a estrutura dos grupos e a intervenção dos conselheiros de Orientação Não Formal” (Doc. 13, p. 17).

Outro aspecto conceptual, mas que desta vez surge implícito na documentação consultada, e ao qual já fizemos referência, é o relativo ao domínio de Orientação, sendo que todas as pistas que recolhemos vão no sentido da valorização do domínio da Orientação Pessoal e Social em detrimento do domínio da Orientação Escolar e Profissional, embora sempre no âmbito da modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

10. Avaliação do trabalho da rede local

Ao longo do desenvolvimento do projecto de “Orientação Não Formal” ao nível da rede local em Almada, no âmbito do Programa Leonardo, foram realizadas algumas avaliações. O nosso interesse neste aspecto prende-se com o facto de as conclusões a que chegaram os elementos da rede local espelharem as suas representações sobre o desenvolvimento do trabalho em que estiveram envolvidos.

Assim, salientamos como mais significativos os seguintes aspectos:

- o facto do projecto de “Orientação Não Formal” ter sido uma experiência inovadora em termos de Orientação, sobretudo pelas suas características não formais a nível local (Doc. 21, p. 19),
- o reconhecimento do papel e competências das “pessoas significativas” na intervenção na “área da Orientação Não Formal” (Doc. 21, p. 19),
- o facto de a formação ter tido uma abordagem inovadora uma vez que a sua concepção assentou na rede local, espelhando a “diversidade de abordagens das instituições locais” e por constituir um “mecanismo de qualificação e de reforço dos laços sociais” (Doc. 21, p. 19),
- a experiência constituiu uma “potenciação dos recursos endógenos da comunidade” (Doc. 21, p. 19) e,

- a valorização do processo de trabalho/formação em detrimento dos resultados obtidos (Doc. 22, p. 19).

Outros aspectos são reveladores da forma como os elementos da rede local perspectivam a continuação do trabalho no âmbito deste projecto:

- a possível transferência de conteúdos programáticos do curso de formação para planos curriculares a produzir pela escola/rede de escolas (Doc. 21, p. 19),
- o possível alargamento da rede local a outras organizações (Doc. 22, p. 19),
- a integração de formandos de outras organizações na formação de Orientadores Não Formais (Doc. 22, p. 19),
- a possibilidade de implementar os projectos realizados pelos formandos no âmbito da formação realizada (Doc. 22, p. 19).

Daqui se depreende que o trabalho realizado pela rede local foi por esta considerado positivo, havendo motivos para a sua continuação. Assim, sistematizando, realçamos os seguintes aspectos, a nível:

- da rede local: alargamento da rede a outras organizações locais, sem que se especifique se serão ligadas ao sistema formal de Orientação, como foi inicialmente previsto nos objectivos (Doc. 13, p. 16),
- da formação: concepção da formação a partir das organizações que compõem a rede local, nela retratando o seu conhecimento da realidade e práticas na intervenção junto de jovens em risco de exclusão social, o que revela a valorização implícita, não só pela modalidade de Orientação Não Formal como pelo domínio de Orientação Pessoal e Social, a implementação dos projectos de intervenção realizados pelos formandos no âmbito da formação, o que revela o facto de não se ter chegado à fase de implementação, a continuação da formação para formandos de outras organizações,
- do desenvolvimento local: a potenciação dos recursos locais, a transferência de conteúdos da formação para currículos produzidos a nível da escola,
- da Orientação Não Formal: inovação em termos de Orientação Não Formal a nível local e reconhecimento da importância das pessoas significativas.

O facto de não haver qualquer referência ao domínio de Orientação a praticar na modalidade de Orientação Não Formal pode revelar não só um certo distanciamento face aos objectivos iniciais mas, também, o reconhecimento do domínio de Orientação Pessoal e Social como domínio de Orientação relevante para o grupo-alvo de jovens em risco de exclusão social.

2.2 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal, de Almada.

Para o nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada, realizámos um inquérito por entrevista a Ana, uma das coordenadoras da referida rede e do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”, por parte da Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL, cuja transcrição se encontra no Anexo 6A. De seguida apresentamos a respectiva grelha de leitura (Quadro 7.5).

Quadro 7.5 - Grelha de leitura dos dados obtidos por inquérito por entrevista a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal, de Almada

Categorias	Subcategorias
1. Razões da necessidade e pertinência de aderir ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	1.1 Motivos de adesão da Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL 1.2 Problema de partida
2. Percurso do projecto de Orientação Não Formal antes da constituição da rede local em Almada, no âmbito do Programa Petra II, 1994-95	2.1 Área geográfica de implantação do projecto 2.2 Actividades desenvolvidas no âmbito do Programa Petra II
3. Contexto da rede local de Orientação Não Formal	3.1 Quadro institucional 3.1.1 Metodologias e critérios de selecção das organizações 3.1.2 Organizações da rede local 3.1.3 Tipo de relações estabelecidas entre as organizações da rede local 3.1.4 Tipo de relações estabelecidas entre a rede local e a coordenação transnacional 3.2 Grau organizativo 3.2.1 Objectivos da rede local 3.2.2 Metodologias utilizadas pela rede local 3.2.3 Forma como os objectivos e metodologias são estabelecidos pela rede local
4. Processos utilizados pela rede local de Orientação Não Formal	4.1 Actividades desenvolvidas 4.2 Actores envolvidos nas actividades da rede local 4.2.1 Por parte das organizações 4.2.2 Destinatários das actividades da rede local
5. Representações sobre os contextos e processos de Orientação Não Formal	5.1 Contextos de Orientação Não Formal 5.1.1 Quadro institucional 5.1.2 Grau organizativo 5.2 Processos de Orientação Não Formal 5.2.1 Programas/actividades 5.2.2 Actores
6. Representações de Orientação para jovens em risco de exclusão social	6.1 Ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal 6.2 Domínios de Orientação

1. Razões da necessidade e pertinência de aderir ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”.

Sobre este aspecto, foi-nos possível identificar alguns motivos que levaram a FCT-UNL, através da Secção de Ciências de Educação, a aderir ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”, no âmbito do Programa Petra II, Acção III e, ainda, compreender o que foi considerado como problema de partida que fundamentou as razões da necessidade e pertinência do referido projecto.

1.1 Motivos de adesão da Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL

A adesão da Secção de Ciências de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (SCE-FCT-UNL), prende-se com a experiência tida anteriormente em projectos comunitários, no âmbito do Programa Petra II e outros, nomeadamente relacionados com a criação de uma escola profissional e com a realização de intercâmbios de professores e de alunos do ensino profissional.

1.2 Problema de partida

A pertinência da Orientação Não Formal resulta do desfasamento entre as necessidades dos jovens e as respostas que são dadas a essas mesmas necessidades, sobretudo a nível escolar e profissional, constatação que Ana recolheu por via de entrevistas realizadas a responsáveis de algumas instituições que trabalham com jovens, no concelho de Amada, bem como outras entrevistas realizadas a jovens do Concelho. Por não se identificarem com a escola, muitos jovens saem sem habilitações e tentam encontrar trabalho, não qualificado. Alguns jovens que tentam fazer cursos no centro de emprego, desistem antes de os finalizar, o que, na opinião de Ana, se pode atribuir ao facto de a organização dos cursos não responder às necessidades desses jovens.

As escolas e os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), também, não têm resposta para estes jovens, nomeadamente para os que a abandonaram, pois esses serviços estão mais vocacionados para os jovens que querem prosseguir os estudos depois do 9º ano. Parte do abandono escolar faz-se antes dos jovens

obterem a escolaridade obrigatória, tratando-se de um abandono escolar desqualificado. Assim, e segundo informações recolhidas por Ana, nem a escola secundária, nem o centro de emprego, onde foram realizados inquéritos, têm soluções que respondam às necessidades de educação e formação profissional destes jovens que abandonam a escola sem a escolaridade obrigatória. Em síntese, Ana, reconhece como principal problema, que justifica a pertinência da Orientação Não Formal, o desfazamento entre as necessidades dos jovens em risco e as respostas que os sistemas formais têm para lhes dar.

2. Percurso do projecto de Orientação Não Formal antes da constituição da rede local em Almada, no âmbito do Programa Petra II, 1994-95

A informação que obtivemos sobre a fase inicial do projecto de “Orientação Não Formal”, que decorreu entre 1994 e 1995, permitiu-nos compreender as razões da escolha da área geográfica para implantação do mesmo e, ainda, conhecer as actividades desenvolvidas no decorrer desse período.

2.1 Área geográfica de implantação do projecto

A área geográfica escolhida para a implantação do projecto de “Orientação Não Formal”, no âmbito do Programa Petra II, foi o concelho de Almada. A escolha por este Concelho justifica-se porque a exclusão social é nele um fenómeno já identificado, ao que se alia o facto de neste Concelho estar sediada a Secção de Ciências de Educação da FCT-UNL. Outro motivo que justifica esta escolha prende-se com o facto de Ana já ter, na altura, conhecimento e contactos com algumas instituições do Concelho que trabalhavam com jovens. Este conhecimento foi adquirido ao longo do seu exercício de funções como responsável pelo Gabinete de Orientação Escolar e Profissional da Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, igualmente sediada no concelho de Almada.

2.2 Actividades desenvolvidas no âmbito do Programa Petra II

No primeiro ano em que decorreu o projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”, no âmbito do Programa Petra II, Acção III, entre 1994 e 1995, a equipa portuguesa era constituída por várias pessoas, entre as quais a própria Ana. Ao longo deste ano de trabalho as actividades foram

essencialmente análise da situação, de investigação e de levantamento de informação no terreno. Foi um levantamento de algumas instituições que, em Almada, faziam um trabalho com jovens, não exclusivamente com jovens em risco, tendo sido referidas como instituições formais contactadas, o Centro de Emprego de Almada, a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, a Câmara Municipal de Almada e o Instituto de Reinserção Social.

Foram realizadas entrevistas com elementos responsáveis das instituições acima referidas com vista a se conhecerem as necessidades dos jovens a nível profissional, pessoal e escolar bem como as respostas que no Concelho eram dadas a essas necessidades. Foram, ainda, realizadas entrevistas a jovens com o objectivo de conhecer a sua opinião sobre as necessidades sentidas, também a nível profissional, escolar e pessoal.

3. Contexto da rede local de Orientação Não Formal

Relativamente ao contexto em que se desenvolveu a rede local de Orientação Não Formal, foi possível compreender alguns aspectos relativos ao seu quadro institucional e ao seu grau organizativo.

3.1 Quadro institucional

Foi possível compreender alguns aspectos sobre o quadro institucional da rede local de Orientação Não Formal, de Almada, nomeadamente, os que se referem às metodologias e critérios de selecção das organizações da referida rede; à identificação destas organizações; ao tipo de relações estabelecidas entre as organizações e entre a rede local e a coordenação transnacional.

3.1.1 Metodologias e critérios de selecção das organizações

No âmbito do Programa Leonardo da Vinci, que cronologicamente deu sequência ao Programa Petra II, foi dirigido um convite a todas as organizações que tinham sido contactadas no âmbito deste Programa, para participar numa primeira reunião. De acordo com a opinião de Ana, o Centro de Emprego e a Escola Secundária não foram receptivas à integração na rede local de Orientação Não Formal por saberem que não tinham estruturas para acolher os jovens em risco de exclusão social.

Assim, auto-excluíram-se do novo Programa, embora sejam organizações com experiência no domínio da Orientação Escolar e Profissional.

3.1.2 Organizações da rede local

Aceitaram fazer parte da rede local de Orientação Não Formal as seguintes organizações: Câmara Municipal de Almada, através do Departamento de Educação, o Instituto de Reinserção Social de Almada, o Centro Social Paroquial do Cristo Rei, o Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia no bairro do Plano Integrado de Almada (PIA II) e a AMI, que recentemente se tinha instalado no referido bairro. A Secção de Ciências da Educação da FCT-UNL, assegurou a coordenação da rede local.

3.1.3 Tipo de relações estabelecidas entre as organizações da rede local

As organizações da rede local já tinham relações de trabalho entre si, no âmbito de outras actividades e projectos, antes de se reunirem na rede local de Orientação Não Formal, pelo que esta, por si só, não veio iniciar, mas promover o alargamento de relações entre elas.

As relações de trabalho foram informais, tendo sido consideradas por Ana, como sendo de parceria, de cooperação, uma vez que as decisões sobre os objectivos e as actividades foram tomadas em conjunto, tal como foram elaborados os relatórios de actividades. O papel da coordenação foi dinamizar a equipa e “centralizar a informação e não a decisão” (p. 38). O reforço do espírito de parceria, ou pelo menos de cooperação entre a própria coordenação e as organizações da rede local, também foi visível pelo facto de a maioria dos outros elementos da rede, além de Ana, terem participado nas reuniões transnacionais de coordenação e planificação de actividades.

3.1.4 Tipo de relações estabelecidas entre a rede local e a coordenação transnacional

As relações estabelecidas entre a rede local e a coordenação transnacional foram caracterizadas por Ana como sendo sem constrangimentos. A coordenação transnacional integrou redes locais que trabalhavam nos vários países, que aderiram ao projecto, e que, pretendendo atingir os mesmos objectivos gerais,

tinham liberdade de “delinear os objectivos específicos, as actividades, as metodologias de trabalho” (p. 39). Este aspecto é comprovado pelo facto de os outros projectos serem muito diferentes do português, uma vez que estavam muito ligados ao sistema formal de Orientação. Segundo Ana, em Portugal a rede local não estava ligada à Orientação Formal, Escolar e Profissional, tendo entrado, desde o início do projecto, “logo no âmbito da Orientação Não Formal” (p. 39). Assim, o projecto português foi diferente dos outros no que se refere à “metodologia e em termos de respostas desenvolvidas à própria população alvo” (p. 39). Além desta margem de liberdade em termos de desenvolvimento do projecto, as reuniões transnacionais foram consideradas um espaço de troca de ideias e de experiências.

3.2 Grau organizativo

Sobre este aspecto identificámos os objectivos e metodologias utilizadas pela rede local bem como a forma como estes foram estabelecidos.

3.2.1 Objectivos da rede local

Os principais objectivos do trabalho da rede local foram a identificação de adultos significativos, das suas necessidades de formação e a formação destes agentes de Orientação Não Formal. Sobre a formação destes agentes, constatamos a ausência de referência explícita quanto ao domínio de Orientação. Mais recentemente, foi objectivo da rede local, a difusão do trabalho realizado e a ligação entre a Orientação Formal e a Não Formal.

3.2.2 Metodologias utilizadas pela rede local

O aspecto mais significativo relativo às metodologias de trabalho da rede local está expresso na seguinte expressão: “Nada foi criado sem ser a partir da experiência e do conhecimento do terreno e da realidade social” (p. 42), o que não só revela a grande margem de liberdade com que o projecto se desenvolveu em Portugal, mas também pode indiciar um elevado grau de participação e cooperação entre os membros da rede local. Assim, o recurso ao conhecimento que as organizações da rede local têm da realidade social e a sua experiência de trabalho com jovens em risco de exclusão, parece ter sido um princípio orientador em que assentou a metodologia de trabalho.

3.2.3 Forma como os objectivos e metodologias são estabelecidos pela rede local

Apesar dos objectivos gerais do projecto serem estipulados anualmente e revistos de seis em seis meses, nas reuniões realizadas a nível transnacional, o desenvolvimento do projecto em Portugal teve algumas diferenças relativamente aos projectos de outros países, como já foi referido, sendo provável que tal se deva a um elevado grau de participação das organizações da rede local. Como Ana refere, um dos aspectos positivos do trabalho desenvolvido foi a liberdade com que a rede local trabalhou, a nível da metodologia, da troca de ideias, da reflexão e até da coordenação, salientando ainda que o funcionamento da rede local tem que ser feito em moldes não formais. No seu entender, para trabalhar no âmbito da Orientação Não Formal, o trabalho das organizações requer “uma relação nova, que não é institucionalizada, não é hierarquizada, mas que tem os seus objectivos, as suas actividades a cumprir” (p. 51), tendo concluído que “a própria forma de trabalho (da rede) já serve como que um espelho de trabalho para fora da rede” (p. 51). De facto esta opinião parece ser reveladora de um reduzido grau de prescrição na organização do trabalho, considerado como desejável neste tipo de intervenção em Orientação Não Formal.

4. Processos utilizados pela rede local

Relativamente aos processos utilizados pela rede local de Orientação Não Formal, a informação recolhida permitiu-nos conhecer, não só as actividades do projecto, mas, também, o conjunto diversificado de actores envolvidos.

4.1 Actividades desenvolvidas

No âmbito do Programa Leonardo, a rede local desenvolveu actividades, centradas na formação de agentes de Orientação Não Formal.

A primeira actividade foi a identificação dos adultos significativos, cujo conceito foi alargado para o de pessoas significativas, que desenvolvessem um trabalho directo no terreno com jovens em risco de exclusão social. Esta identificação de pessoas significativas foi realizada por todas as organizações da rede local, uma vez que todas têm trabalho directo ou indirecto com jovens em risco, e conheciam “pessoas significativas que já tinham até à altura desenvolvido algum trabalho ou que tinham

experiência e conhecimento desta realidade dos jovens em risco de exclusão” (p. 42).

A formação organizada para as pessoas significativas, previamente identificadas e seleccionadas, teve a duração de 60 horas e decorreu ao longo de seis meses em regime pós-laboral, aos sábados de manhã.

O programa de formação foi planeado e concretizado pela rede local tendo cada organização ficado responsável por um módulo de formação. Os módulos foram criados pelos técnicos representantes das organizações da rede local, tendo a selecção dos conteúdos partido da experiência de trabalho e dos conhecimentos científicos e técnicos específicos, ou seja, os conteúdos e metodologias seguidas foram em função do que os técnicos julgaram ser pertinente e pudesse “vir a colmatar algumas lacunas no trabalho das pessoas significativas com os jovens em risco” (p. 42).

Constatamos que não houve nenhum módulo relativo à problemática e a elementos de Orientação Escolar e Profissional.

Os formadores foram os próprios técnicos representantes das organizações na rede local que conceberam os módulos de formação, pelo que se pode concluir que os próprios elementos da rede se constituíram como principal recurso do programa de formação.

Os formandos foram convidados por cada instituição, tendo sido decidida uma cota paritária de formandos por cada organização. Os formandos foram convidados pelo seu trabalho no terreno ser conhecido das organizações e por poderem vir a ser pessoas significativas para os jovens em risco de exclusão social.

A avaliação da formação foi outra actividade desenvolvida, tendo sido realizada no fim de cada módulo, pelos formandos e no fim da formação pelos formandos e pelos formadores. Segundo Ana, os resultados destas avaliações permitiram concluir que a actividade correspondeu às expectativas iniciais. Não foi referido se houve avaliação dos formandos por parte dos formadores.

Mais recentemente e na actualidade, as actividades da rede local prendem-se com a difusão de informação através de artigos, comunicações e por apresentação do trabalho desenvolvido, nomeadamente do curso de formação para pessoas significativas, a outras organizações que dele possam beneficiar, como o Centro de Emprego e escolas. A nível das escolas, pretende-se que estas possam aproveitar o trabalho de formação da rede local a nível dos currículos alternativos, na área/disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social e, ainda, a nível da formação de professores potencialmente interessados, como os dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), ou outros.

4.2 Actores envolvidos nas actividades

Sobre os actores envolvidos nas actividades, foi possível identificar os actores individuais por parte das organizações. Como actores, considerámos ainda os destinatários das actividades da rede local.

4.2.1 Por parte das organizações

Além dos actores colectivos que são as organizações que constituem a rede local de Orientação Não Formal, os actores individuais são, na sua maioria, os representantes das organizações na rede, havendo uma única excepção, na pessoa da mestranda que realiza a presente investigação, tendo a sua participação na rede local um carácter voluntário.

4.2.2 Destinatários das actividades da rede local

Os destinatários das actividades da rede foram sobretudo as pessoas significativas identificadas e seleccionadas para frequentar a formação de Orientadores Não Formais.

A nossa leitura dos dados permite-nos ainda identificar outros destinatários do trabalho desenvolvido. Estão neste caso os próprios elementos da rede local, uma vez que a experiência de conceber, organizar e implementar a formação, certamente comportou aspectos que podem ser considerados como auto-formativos. Talvez possamos, ainda, considerar como destinatários, outros actores, individuais ou colectivos, que possam vir, de alguma forma, a beneficiar do trabalho

desenvolvido, seja em termos do aproveitamento de módulos de formação ou de próprio, eventual, alargamento da rede local.

5. Representações sobre contextos e processos de Orientação Não Formal

Ainda que a recolha de elementos sobre a Orientação Não Formal, enquanto modalidade emergente de Orientação, não figurasse nos objectivos deste inquérito por entrevista, parece ser possível analisar alguns aspectos relativos ao assunto, a partir do discurso de Ana uma vez que, como a própria referiu: "... tivemos também a sorte de, pelo facto de não pertencermos a um centro de formação ou... Talvez nos tivéssemos apercebido disto que é a Orientação Não Formal..." (p. 50). É exactamente essa percepção que procuraremos analisar.

Globalmente, a Orientação Não Formal foi caracterizada por Ana como sendo uma Orientação vocacionada para dar respostas aos jovens em risco de exclusão social, podendo ajudá-los a, eventualmente, se reintegrarem nos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego, tendo sempre em conta a realidade e necessidades dos jovens.

5.1 Contextos de Orientação Não Formal

Sobre as representações da nossa inquirida relativamente aos contextos de Orientação Não Formal, foi possível compreender a sua visão sobre o quadro institucional e o grau organizativo desta modalidade de Orientação.

5.1.1 Quadro institucional

Ana refere que as instituições e organizações que poderão estar ligadas à modalidade de Orientação Não Formal, podem ser: "(...) instituições não governamentais ou outras, mas que não trabalham tão directamente ligadas ao sistema formal..." (p. 45).

Refere, ainda, que as escolas, em caso de suspeita de progressivo abandono escolar deveriam: "contactar instituições que existem no local onde os jovens habitam, vivem..." (p. 45) e ainda: "Porque o jovem, se sai da escola... anda no bairro" (p. 46).

Parece, assim, que um elemento relevante no que se refere ao tipo de organizações ligadas à Orientação Não Formal se prende com as características locais, comunitárias e não governamentais dessas organizações, ou seja organizações muito próximas das redes sociais do jovem, ou até fazendo parte delas. Um outro aspecto que parece importante é o facto de, na opinião da inquirida, referindo-se ao sistema de Orientação Formal, estas organizações não terem que estar directamente ligadas ao sistema formal.

O facto de, em Portugal, a rede local não estar ligada à Orientação Formal, Escolar e Profissional, é por nós interpretado, não só como uma referência aos processos desenvolvidos pela rede local, mas, também, como indicador de que as organizações potencialmente ligadas ou vocacionadas para a Orientação Não Formal serem organizações locais não dependentes dos sistemas formais, de educação, de formação profissional, de orientação ou de emprego.

5.1.2 Grau organizativo

Relativamente ao grau organizativo em que se poderão desenvolver os processos de Orientação Não Formal, parece ser possível constatar, que, na opinião de Ana, este não deverá ser muito elevado, ou seja, não deverá ter um elevado grau de prescrição. Segundo Ana, as organizações formais oferecem alguma resistência ao desenvolvimento de “um novo tipo de trabalho, com novas metodologias, que impliquem mudança, que impliquem uma nova formação” (p. 49), caracterizando-as como tendo necessidade de obter resultados quantificáveis, talvez por estarem “pressionadas pelos resultados que tem que apresentar” (p. 50), ao contrário das organizações de implantação local.

Ana salienta a importância que a “mudança” deve assumir neste tipo de trabalho, referindo: “para trabalhar num sistema de Orientação Não Formal a mudança é constante...” (p. 50). Parece-nos que a “mudança” a nível do tipo de trabalho, das metodologias, ou de outros aspectos, não é naturalmente compatível com um grau de organização e de prescrição muito elevado, pelo menos a longo prazo.

5.2 Processos de Orientação Não Formal

No que se refere aos processos de Orientação Não Formal, foi-nos possível conhecer as representações da inquirida sobre os programas/actividades e os actores envolvidos nesta modalidade de Orientação.

5.2.1 Programas/actividades

Podemos salientar o facto de os programas e/ou actividades de Orientação Não Formal, na opinião de Ana, deverem incidir no trabalho de rua, na caracterização da situação do jovem e da sua família, das suas necessidades, ajudando o jovem a conhecer as suas habilitações, capacidades e competências para, a partir daí o ajudar a construir o seu projecto de vida.

Se considerarmos que o conhecimento e auto-conhecimento pessoal do jovem em risco requererem uma grande aproximação entre o próprio e uma pessoa significativa, poderemos inferir que as actividades dirigidas a estes jovens em risco deverão propiciar situações de aprendizagem, o que requer um mínimo de empenhamento pessoal por parte dos jovens. Este empenhamento poderá acontecer, potencialmente, em actividades que vão ao encontro dos seus gostos e motivações, como por exemplo as actividades de tempos livres.

5.2.2 Actores

Relativamente aos actores envolvidos nas práticas de Orientação Não Formal, salientamos a importância que foi atribuída às pessoas significativas. Tendo como referência a actividade inicial do projecto, ainda no âmbito do Programa Petra II, que consistiu na caracterização de adultos significativos enquanto potenciais actores de Orientação Não Formal, o respectivo processo de pesquisa revelou haver outras pessoas, que não adultos, mas jovens, pares dos jovens em risco, que provavelmente poderiam intervir como agentes de Orientação Não Formal. O conceito de adulto significativo foi alargado para o de pessoa significativa. Desta forma, os actores que, por parte das organizações, poderão ser considerados como pessoas significativas, são adultos ou jovens-adultos com organização pessoal, que possam servir como pessoas de referência, como mediadores, figuras de identificação ou modelos para os jovens em risco, que tenham com estes um

contacto próximo bem como o conhecimento da sua realidade e que possam realizar um trabalho directo no terreno com os jovens do grupo-alvo.

A ênfase que a rede local colocou nos jovens, pares dos jovens em risco, como pessoas significativas no trabalho de Orientação Não Formal, talvez possa ser reforçada pela seguinte ideia avançada por Ana: “para se trabalhar com a pessoa em questão, com a pessoa-alvo, tem que haver uma abertura e bastante flexibilidade de pensamento, de relacionamento...” (p. 51). Assim sendo, é possível que pessoas mais jovens, pares dos jovens em risco de exclusão social, possam ter competências, nalguns casos, apropriadas para o trabalho de Orientação Não Formal.

Não houve referências a técnicos, com experiência ou não, em matéria de Orientação.

O grupo alvo, identificado em Almada como actores-destinatários das práticas de Orientação Não Formal, foi caracterizado por Ana como sendo jovens que se encontram fora do sistema escolar, a partir dos 14 anos de idade e até aos 25 anos, mães adolescentes e jovens de minorias étnicas, tendo estas categorias de jovens em risco de exclusão sido a referência do desenvolvimento do projecto em Portugal/rede local de Almada.

6. Representações de Orientação para jovens em risco de exclusão social

Através do seu discurso, Ana, emitiu algumas opiniões que podemos considerar como sendo as suas representações sobre alguns aspectos relacionados com a Orientação. Foi-nos possível conhecer a sua ideia sobre a relação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal e ainda os domínios de Orientação subjacentes à modalidade de Orientação Não Formal.

6.1 Ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal

A ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal é vista como desejável, tendo já sido estabelecido novo contacto com o Centro de Emprego de Almada. Esta ligação entre sistemas diferentes de Orientação, que não existiu no

seio da rede local de Almada caracterizada neste estudo, poderá beneficiar os jovens que abandonaram o sistema de educação formal. Estes jovens poderão, através da actuação de organizações não governamentais centradas na comunidade, ser ajudados a construir um projecto de vida, escolar ou profissional, podendo até as próprias escolas contactar este tipo de organizações para acompanharem os jovens em risco de abandono escolar, como já foi referido anteriormente.

6.2 Domínios de Orientação

Ana considerou que a Orientação Não Formal pode ser mais centrada numa Orientação Pessoal e Social, por ser mais adequada ao jovem em risco de exclusão social do que a Orientação Escolar e Profissional, tendo referido que “os jovens em risco de exclusão, são jovens com dificuldades a nível pessoal, com dificuldades a nível familiar e social e portanto, eles não podem ser enquadrados no mesmo sistema que os jovens que, de certa forma, têm alguma organização e até referências e modelos.” (p. 47), tendo mais à frente prosseguido: “esta orientação é mais pessoal e social, embora a outra não deixe de o ser, mas é uma Orientação virada para o jovem em questão.” (p. 47). Talvez possamos interpretar esta última ideia sobre os domínios de Orientação como sendo a Orientação Pessoal e Social. Sendo este um domínio mais amplo de Orientação e mais centrado nas necessidades pessoais dos jovens em risco, poderia, ainda, conter elementos do domínio de Orientação Escolar e Profissional. Logo a seguir afirma que: “É isso que é a Orientação Não Formal. Não é mais específica, não é mais pessoalizada, não é mais social. É, tendo como primeiro objectivo a pessoa do jovem.” (p. 48).

Parece não haver uma distinção clara entre domínio e modalidade de Orientação, mas, talvez não seja abusivo interpretar as palavras de Ana no sentido de que na modalidade de Orientação Não Formal, a Orientação Pessoal e Social poderá ser um domínio de Orientação privilegiado, permitindo assim a sobreposição entre uma modalidade e um domínio de Orientação, particularmente vocacionados para as necessidades dos jovens em risco. Em ambas o primeiro alvo deverá ser a “pessoa do jovem”.

Salientamos, ainda, uma outra ideia de Ana que nos parece poder reforçar esta nossa interpretação: “Qualquer jovem, seja ele excluído, em risco de exclusão ou perfeitamente integrado no sistema escolar, tem o seu valor, as suas capacidades e competências e portanto isso tem que ser rebuscado no jovem quando está a ser atrapalhado por problemáticas e dificuldades, que na escola há-de ser muito difícil de despistar.” (p. 48).

2.3 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada

Nesta síntese dos resultados relativos à investigação realizada ao nível de análise nacional/rede local de Orientação Não Formal procuramos salientar o que de mais significativo nos foi revelado pela pesquisa documental e pelo inquérito por entrevista a um elemento da coordenação da referida rede local, o que faremos, tendo em consideração os objectivos gerais da investigação comuns para este nível de análise.

As razões da necessidade e pertinência do projecto de “Orientação Não Formal” fundamentam-se na existência de uma categoria de jovens em risco de exclusão social. Esta categoria de jovens foi caracterizada, em Almada, como sendo constituída por jovens entre os 14 e os 20/25 anos, que já abandonaram o sistema educativo, sem o cumprimento da escolaridade obrigatória ou que estão em vias de o abandonar. Esta categoria de jovens inclui ainda jovens consumidores de drogas, mães adolescentes e jovens de minorias étnicas.

Estes jovens, ao estarem fora do sistema educativo, dificilmente têm acesso ao sistema de formação profissional e de emprego, dado o seu baixo nível de qualificações. A sua exclusão dos sistemas formais de ensino, de formação profissional e de emprego coloca-os, igualmente, numa situação de exclusão face ao sistema formal de Orientação Escolar e Profissional, que, assim, não tem formas de os ajudar.

Segundo a investigação levada a cabo no concelho de Almada, as principais necessidades destes jovens são de nível escolar e profissional.

Esta categoria de jovens constitui o grupo-alvo da modalidade de Orientação Não Formal. Esta modalidade de Orientação, tendo em consideração as necessidades destes jovens, tem como principal objectivo contribuir para a sua reintegração nos sistemas formais de ensino, de formação profissional e de emprego.

O que nos foi possível apurar sobre esta nova modalidade de Orientação, permite-nos referir, como aspecto significativo, a concordância entre o conteúdo da documentação consultada e as representações da entrevistada, sobre alguns aspectos que parecem caracterizar a Orientação Não Formal, para jovens em risco de exclusão social. Assim, a Orientação Não Formal parece desenhar-se num contexto cujo quadro institucional pode ser caracterizado por organizações de implantação local, comunitárias, não governamentais e não dependentes dos sistemas formais de educação, de formação profissional, de emprego e de orientação e, com um grau organizativo e prescritivo a longo prazo, reduzidos, assente na intervenção por projectos dirigidos ao grupo-alvo e em novas metodologias caracterizadas pela abertura à “mudança”.

Os processos de Orientação Não Formal, para a categoria de jovens em risco de exclusão social, parecem assentar em actividades motivadoras para estes jovens, como sejam as actividades de ocupação de tempos livres, de animação sócio-cultural e desportiva, as de trabalho de rua, de intervenção na família do jovem e, ainda, as de educação básica e de formação profissional em contexto não formal. Estas actividades, que se pretendem de Orientação Não Formal, podem ser animadas por técnicos/trabalhadores comunitários, não especialistas em Orientação e por pessoas significativas, sejam adultos ou pares dos jovens em risco de exclusão, mediadores, que possam servir de figuras de identificação ou modelos para o grupo-alvo e que com eles possam trabalhar no terreno.

Esta caracterização dos contextos e processos de Orientação Não Formal parece desenhar uma modalidade de Orientação independente do sistema de Orientação Formal, mas com a qual se deseja que haja alguma relação ou articulação, tendo

em consideração o objectivo de reintegrar os jovens em risco de exclusão social nos sistemas formais.

Sobre o domínio ou domínios de Orientação subjacentes à modalidade de Orientação Não Formal, salientamos como aspecto significativo a contradição entre os objectivos iniciais e explícitos do projecto de “Orientação Não Formal” e os aspectos valorizados ao longo do seu desenvolvimento.

Se, inicialmente, os objectivos do projecto apontavam claramente para a Informação e Orientação Profissional, como domínio de Orientação privilegiado, o desenvolvimento do projecto parece ter sido reorientado no sentido de valorizar o domínio da Orientação Pessoal e Social. Os dados do inquérito por entrevista revelaram não haver uma distinção clara entre “domínio” e “modalidade” de Orientação, embora indiciem a valorização das abordagens de carácter global, junto do grupo-alvo, tendo em conta as suas necessidades e dificuldades, que foram caracterizadas como sendo a nível escolar e profissional, mas, também, a nível pessoal e sócio-familiar.

Sobre o desfasamento entre as necessidades escolares e profissionais dos jovens do grupo-alvo e as respostas oferecidas pelos sistemas formais, não encontramos, pistas para a solução deste problema, a não ser a intenção de ainda vir a estabelecer contactos com escolas e centros de emprego.

Estamos em crer que a não participação de organizações formais com responsabilidade no domínio da Orientação Escolar e Profissional e as características de intervenção social e comunitária de uma parte significativa das organizações da rede local, terão tido um efeito importante na orientação imprimida ao projecto, no que se refere ao domínio da Orientação Pessoal e Social na modalidade de Orientação Não Formal, o que é visível através dos conteúdos da formação realizada junto de pessoas significativas como potenciais Orientadores Não Formais.

3. Nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada

Para este nível de análise a nossa investigação consistiu na realização de um inquérito por entrevista a três testemunhas privilegiadas. Cada inquérito por entrevista foi realizada junto do representante de cada organização na rede local de Orientação Não Formal, de Almada. Optámos por investigar as práticas de Orientação Não Formal junto de três das cinco organizações que compõem a rede local, à excepção da FCT-UNL, com o objectivo de recolher informação mais diversificada e de tornar possível a comparação entre resultados obtidos junto de organizações diferentes, dadas as suas características institucionais. As organizações que seleccionámos foram a Câmara Municipal de Almada (CMA), o Centro Social Paroquial do Cristo Rei (CSPCR) e o Centro Comunitário do bairro do Plano Integrado de Almada II, da Santa Casa da Misericórdia de Almada (CC PIA II).

Por este motivo os objectivos do inquérito por entrevista às três testemunhas são comuns, tal como foi comum o guião do referido inquérito (Anexo 4B). A grelha de leitura deste inquérito por entrevista (Quadro 7.6), às três testemunhas é, igualmente, a mesma.

Quadro 7.6 - Grelha de leitura dos dados obtidos por inquérito por entrevista às representantes da Câmara Municipal de Almada, do Centro Social Paroquial do Cristo Rei e do Centro Comunitário do PIA II

Categorias	Subcategorias
1. Identificação e características da organização	1.1 Identificação da organização 1.2 Âmbitos de intervenção 1.3 Relações com instituições/organizações dos sistemas formais 1.4 Motivos de integração na rede local
2. Contextos de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social	2.1 Quadro institucional 2.1.1 Serviços envolvidos na rede local 2.1.2 Âmbitos de intervenção 2.1.3 Relações com organizações dos sistemas formais 2.2 Grau organizativo 2.2.1 Características da organização do trabalho 2.2.2 Relações com outras organizações
3. Processos de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social	3.1 Programas/actividades 3.1.1 Actividades 3.1.2 Objectivos das actividades 3.1.3 Tipos de intervenção/metodologias 3.2 Actores 3.2.1 Actores por parte da organização 3.2.2 Destinatários: características e condições de acesso à organização 3.2.3 Outros actores
4. Representações de Orientação para jovens em risco de exclusão social	4.1 Orientação Não Formal 4.2 Ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal 4.3 Domínios de Orientação

3.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada

Este inquérito por entrevista foi realizado com Berta, representante da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal, de Almada, cuja transcrição se encontra no Anexo 6B.

1. Identificação e características da organização

A caracterização da organização, foi realizada distinguindo os âmbitos de intervenção da mesma, bem como as relações estabelecidas entre a organização e instituições formais. Foi possível compreender os motivos que levaram a organização a aderir à rede local de Orientação Não Formal.

1.1 Identificação da organização

Berta trabalha na Câmara Municipal de Almada, no Departamento de Acção Sócio-Cultural/Divisão de Educação e Juventude, exercendo as suas funções no sector de Educação.

A Câmara Municipal de Almada é uma instituição de Poder Local e foi considerada uma “instituição formal, com competências atribuídas” (p. 52) pelo governo central. Contudo, Berta identificou áreas de intervenção não formal, uma vez que não resultam da atribuição de competências a nível central, mas das necessidades e solicitações da população, referindo-se à Divisão da Educação e Juventude. Estas áreas de intervenção não formal ou informal resultam, no seu entender, dos objectivos do poder local, tendo referido a necessidade de “contribuir para a qualidade de vida dos seus munícipes.” (p. 53).

1.2 Âmbitos de intervenção

A Câmara Municipal intervém em todo o município, ou área territorial do concelho de Almada.

É o sector da Acção Social que tem a maior intervenção com a população em risco de exclusão social, embora essa competência não resulte de uma atribuição formal do poder central. O sector da Educação intervém junto de populações carenciadas através da Acção Social Escolar, o que implica abranger a população escolar mais carenciada.

1.3 Relações com instituições/organizações dos sistemas formais

A Câmara Municipal tem relações formais com o Governo Central, dependendo financeiramente do Orçamento Geral do Estado para as atribuições que lhe são

formalmente atribuídas. Tem, contudo, a possibilidade de obter fundos para investimentos específicos, através de processos de candidatura a programas diversos, tendo Berta considerado haver grande autonomia neste campo.

1.4 Motivos de integração na rede local de Orientação Não Formal

A integração da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal deveu-se ao facto de, na área de trabalho que resulta das competências não atribuídas pelo Estado, haver “apoio e estímulo ao desenvolvimento de actividades de complemento curricular, ou fomentando projectos educativos que aglutinem vários parceiros” (p.54), nomeadamente naquilo que Berta designou por “orientações não formais”(p. 54). Foi por curiosidade e “vontade de partilhar um projecto” (p. 54), que a Câmara entrou na rede local.

Berta considerou que a existência da rede local pode ter continuidade para além da existência do Programa Leonardo, tendo, contudo, salientado como aspectos a serem considerados: uma maior responsabilização de cada uma das instituições que integram a rede local, a possibilidade de continuação da formação para pessoas significativas, embora noutros moldes e o facto de dever ser a Faculdade a assegurar a coordenação da rede que, no seu entender deve ser alargada.

Referiu, ainda, o facto de a rede local existir independentemente deste projecto, sendo fundamental “rentabilizar esse mesmo trabalho a nível das várias parcerias que estão instaladas no terreno. E, se pensarmos no Monte de Caparica, as instituições são sempre exactamente as mesmas que estão agora na rede” (p. 69), referindo-se à Câmara Municipal, ao Centro Comunitário do PIA II, da Santa Casa da Misericórdia de Almada, ao Centro Social Paroquial de Cristo Rei e à AMI.

Parece haver a ideia de que, com a rede local de Orientação Não Formal, se criou uma situação de quase sobreposição de parcerias diferentes e ainda de que, de facto, quer a coordenação do projecto, quer o desenvolvimento da rede, se baseou no reconhecimento que as actividades de instituições como as acima referidas, são actividades de Orientação Não Formal.

Tendo ainda ido mais longe na sua ideia, avançou com a possibilidade de se constituir um Observatório, à semelhança do que existe a nível da Comissão de Protecção de Menores. Este Observatório teria a função de recolher informação a vários níveis, junto de instituições como a Comissão de Protecção de Menores, e organizações como o Fórum Municipal de Juventude e outras organizações locais como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), com o objectivo de “depois pensar em algumas propostas e soluções concretas” (p. 70). Este trabalho poderia ser desenvolvido por um grupo informal e, no seu entender, sob orientação da própria Faculdade.

2. Contextos de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social

Relativamente às práticas da organização, consideradas como de Orientação Não Formal, tentámos caracterizar os contextos em que essa modalidade de Orientação se opera, distinguindo o seu quadro institucional e o seu grau organizativo

2.1 Quadro Institucional

Sobre o quadro institucional da modalidade de Orientação Não Formal, foi possível recolher informação sobre diferentes aspectos, como sejam os serviços que, por parte da organização, estão envolvidos na rede local, os âmbitos de intervenção e ainda o tipo de relações com organizações dos sistemas formais.

2.1.1 Serviços envolvidos na rede local

Inicialmente foi o sector de Acção Social que se envolveu no projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”, uma vez que é o sector que actua mais junto de grupos carenciados. Como o trabalho da rede local se centrou na formação, foi depois o sector da Educação que integrou a rede, embora sempre tenha havido contactos entre os dois sectores no que se refere a este projecto, no âmbito do Programa Leonardo.

Estes dois serviços não têm intervenção directa junto de jovens em risco de exclusão social tendo Berta reconhecido a importância e competência que algumas organizações locais têm a este nível. Sobre a possibilidade de a Câmara Municipal desenvolver uma acção directa no terreno, Berta referiu: “Penso que não há

necessidade, porque as IPSS's têm dado mostras de um trabalho muito louvável no terreno" (...) "Penso que não faz sentido a Câmara aparecer com este tipo de resposta quando ela já existe no terreno" (p. 60), podendo sim apoiar ou fomentar o aparecimento de novos projectos.

Parece-nos haver o reconhecimento de que organizações como as IPSS's estão particularmente vocacionadas para a intervenção junto de jovens em risco, dada a sua implantação nas comunidades e bairros mais carenciados, onde o grupo-alvo pode ter um peso mais significativo.

2.1.2 Âmbitos de intervenção

A área geográfica de intervenção do sector de Educação é todo o município de Almada. Contudo, o sector da Educação trabalha com algumas IPSS's e apoia "projectos de animação sócio-educativa", a nível da gestão dos equipamentos, trabalhando sempre "em articulação com o sector da Acção Social" (p. 55). No que se refere ao apoio a projectos que envolvam escolas, este sector tenta privilegiar a intervenção em escolas inseridas em comunidades/bairros "onde há um maior número de jovens em risco" (p. 62), independentemente do grau de ensino. Ambos os sectores desenvolvem trabalho articulado com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), sendo que os projectos de intervenção dessas instituições são "analisados conjuntamente pelos sectores de Educação e de Acção Social" (p. 58), o que revela uma certa focalização em áreas ou bairros carenciados do ponto de vista sócio-económico, a nível da sua intervenção "não formal".

2.1.3 Relações com organizações dos sistemas formais

O sector de Educação da CMA não tem quaisquer responsabilidades em matéria de Orientação Escolar e Profissional, nem relações formais com os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO's) das escolas, embora por vezes haja contactos da iniciativa desses serviços. Tem actividades de colaboração com as escolas da rede pública, das IPSS's, Escolas Profissionais, com a extensão educativa de Almada, com as estruturas do ensino recorrente e com as antigas equipas de educação especial, ou seja, com organizações ou serviços tutelados pelo Ministério da Educação. Tem, ainda, alguns contactos com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, que se encontra sediada no Concelho. Tem,

ainda, contactos pontuais com o Centro de Emprego de Almada “a nível dos currículos alternativos, do trabalho infantil e também, agora, pela via do Leonardo.” (p. 60).

O facto de a Câmara ser parceira no projecto de “Luta contra a Pobreza”, no concelho de Almada, revela a existência de contactos com variadas organizações dos sistemas formais, embora Berta não tenha referido se esses contactos se materializam num relacionamento formal.

2.2 Grau organizativo

Sobre este aspecto, foi possível compreender as características da organização do trabalho e o tipo de relações estabelecidas com outras organizações.

2.2.1 Características da organização do trabalho

A principal característica do trabalho do sector da Educação nas intervenções junto dos jovens em risco, parece assentar no desenvolvimento de projectos. A intervenção deste sector junto destes jovens é indirecta tendo Berta referido que essa intervenção se faz “sempre pela via das instituições e das parcerias entretanto constituídas.” (p. 58). É o caso da intervenção do sector de Educação junto de minorias ciganas, através do projecto “Nómada”, em parceria, entre outros, com o Instituto das Comunidades Educativas.

Como Berta referiu, a propósito do sucesso do trabalho do seu sector com as escolas: “nós começámos com 30 ou 40 projectos, aí há quatro anos e neste momento temos 120!” (p. 56).

Parece que, muitas vezes, o sector não é chamado a participar na elaboração dos projectos, sendo muitas vezes a Câmara entendida somente como mais um recurso. Sobre este aspecto Berta referiu: “Quando chegam à Câmara têm um projecto acabado e vêm solicitar apoio para esse mesmo projecto.” (p. 60).

Foi manifestada vontade em participar na elaboração dos projectos em fase precoce, tendo Berta referido que “o nosso entendimento é que nós deveríamos estar também nessa fase, porque achamos importante, por vezes, ajudar à

discussão e à reflexão e a propor alguns trabalhos específicos. De certa forma, tentar enriquecer esses mesmos projectos.” (p. 61).

2.2.2 Relações com outras organizações

Naquilo que poderíamos designar por intervenções indirectas em Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, o sector de Educação da Câmara Municipal de Almada, mantém relações de parceria a nível dos projectos em que participa, na maioria das vezes por solicitação de outras entidades. Contudo, Berta revelou alguma crítica relativamente à forma como se tem desenvolvido essa colaboração de trabalho, em parte porque, como já referimos a Câmara não é, na maioria das vezes, chamada a participar na elaboração dos projectos: “Fala-se muito na parceria, mas não tem sido bem assim.” (p. 61). Referiu ainda que, apesar de tudo, se tem vindo a fazer um esforço no sentido de melhorar este aspecto, embora isso seja mais significativo a nível dos projectos com escolas.

3. Processos de Orientação Não Formal

Sobre os processos da modalidade de Orientação Não Formal, distinguimos os programas e/ou actividades da organização e os actores nelas envolvidos.

3.1 Programas/actividades

Relativamente a este aspecto, foi possível identificar algumas actividades da organização, bem como os objectivos que as orientam e as metodologias de intervenção utilizadas.

3.1.1 Actividades

Existem algumas actividades organizadas pelo sector de Educação, que podemos considerar como de ocupação de tempos livres, como sejam as “Férias Artísticas”, as “Férias Arqueológicas” e as “Férias Inter-municipais”, que decorrem no período de férias escolares. Embora estas actividades não sejam específicas para jovens em risco de exclusão, existe a ideia de que, “gradualmente, se consiga reservar uma parte desses mesmos lugares para esses jovens” (p. 64). Para isso, Berta pensa contar com a colaboração das organizações que, no terreno, trabalham e conhecem os jovens deste grupo-alvo.

O sector da Educação tem apoiado actividades que promovam a relação inter-pessoal e o convívio concelhio e inter-concelhio entre os formandos, nomeadamente, a nível do ensino recorrente, frequentado também por jovens em risco de exclusão social.

De entre as actividades que o sector de Educação organiza, como o “Carnaval das Escolas” ou as “Marchas das Escolas”, embora abertas a todas as escolas que queiram participar, não deixam de ser actividades que possibilitam a participação, também, de escolas de bairros carenciados e com uma população jovem que pode incluir jovens em risco.

O sector de Educação tem trabalho articulado com o sector da Acção Social e com algumas IPSS's, que se concretiza em acções como sejam a “Special Ludus”, com actividades desportivas para crianças deficientes, assegurando ainda formação ao nível da expressão físico-motora e promovendo encontros de reflexão entre professores que trabalham na área da deficiência.

A nível dos toxicodependentes, considerado como grupo de risco, existe um projecto em fase inicial, que incluirá outras organizações e que está a ser acompanhado pelo sector da Acção Social.

3.1.2 Objectivos das actividades

A nível das actividades que podem envolver jovens em risco de exclusão social, é possível reconhecer no discurso de Berta alguns elementos que podemos considerar como objectivos gerais da acção como sejam: apoiar e estimular o “desenvolvimento de actividades de complemento curricular” (p. 54), apoiar “projectos de animação sócio-educativa” (p. 55), dar formação e promover encontros de professores do ensino especial, apoiar as actividades das IPSS's, “contribuir para a discriminação positiva em algumas áreas muito concretas do Concelho” (p. 58), apoiar a construção de instalações para “a realização de actividades de tempos livres” (p. 62), contribuir para a ocupação dos tempos livres dos jovens em áreas/bairros mais carenciados, dar apoio financeiro a escolas para realização de “actividades complementares” (p. 63) como visitas de estudo, apoiar iniciativas que estimulam os jovens para aprendizagens não-escolares, criar “programas de férias

para jovens onde se incluíam os jovens em risco” (p. 63), apoiar actividades do ensino recorrente que “promovam a relação inter-pessoal entre os formandos, quer a nível concelhio como inter-concelhio” (p. 64), rentabilizar os recursos “em função dos recursos que existem no terreno e com entidades que existem a trabalhar no terreno” (p. 65).

Referindo-se à tentativa de procurar respostas para a ocupação dos tempos livres dos jovens, prevenindo o risco, Berta referiu: “Não sei se lhe podemos chamar um trabalho de prevenção, mas é nessa linha que se está a actuar.” (p. 62). Parece, de facto, ser este o pano de fundo dos objectivos e das actividades já anteriormente enunciadas. O facto de a CMA ter como objectivos de intervenção a criação e/ou melhoramento de infra-estruturas locais, ou outras condições que possibilitem o desenvolvimento de actividades de tempos livres, parece ser um reconhecimento explícito da importância da ocupação dos tempos livres enquanto contexto significativo onde possam decorrer situações potencialmente formativas e orientadoras para jovens em risco.

3.1.3 Tipos de intervenção/metodologias

Uma vez que não há, por parte do sector de Educação da Câmara Municipal de Almada, intervenção directa no terreno, não é possível, através do discurso de Berta recolher dados sobre esse tipo de informação.

3.2 Actores

Relativamente aos actores envolvidos nas actividades de Orientação Não Formal, foi possível identificar aqueles que fazem parte da organização, os destinatários e, ainda, outros actores.

3.2.1 Actores por parte da organização

O facto de o sector de Educação não ter intervenção directa junto de jovens em risco, justifica o facto de não haver elementos da organização a trabalhar no terreno. Existem técnicos camarários a trabalhar em alguns projectos dirigidos a jovens em risco de exclusão social.

3.2.2 Destinatários: características e condições de acesso à organização

Podemos considerar que os destinatários da acção do sector de Educação é toda a população escolar do município, do pré-escolar ao ensino secundário e profissional e não exclusivamente a população em risco de exclusão social. Contudo, e tendo em conta a filosofia de “discriminação positiva” e a participação em parceria nalguns projectos de intervenção local, podemos considerar que o sector tem dado alguma atenção e apoio indirecto às actividades especificamente dirigidas para os jovens em risco de exclusão social.

Nesta lógica de apoio, existe a perspectiva de reservar “vagas” para jovens identificados por instituições, como estando em risco, que com eles trabalham no terreno, em actividades de ocupação de tempos livres promovidas pela Câmara Municipal de Almada, através do seu sector de Educação.

3.2.3 Outros actores

Uma vez que não há, por parte do sector de Educação da Câmara Municipal de Almada, intervenção directa no terreno, não é possível, através do discurso de Berta recolher dados sobre esse tipo de informação.

4. Representações de Orientação para jovens em risco de exclusão social

No decorrer do inquérito por entrevista, foi possível recolher a opinião da inquirida sobre a Orientação para jovens em risco de exclusão social, nomeadamente sobre a modalidade de Orientação Não Formal, sobre as ligações entre esta e a Orientação Formal e, ainda, sobre os domínios de Orientação.

4.1 Orientação Não Formal

No entender de Berta, a Orientação Não Formal são “todos os mecanismos que existam no terreno, que não se enquadram nos contextos formais, quer na escola, quer em algumas modalidades de ensino recorrente, quer nos centros de emprego. No fundo são mecanismos de resposta que localmente as várias instituições ou as várias pessoas, individualmente, encontram para poder orientar as pessoas do ponto de vista da sua formação pessoal e social.”(p. 66).

Segundo Berta, a Orientação Não Formal é uma modalidade de Orientação contextualizada em instituições locais onde podem ocorrer situações de orientação e formação pessoal e social.

4.2 Ligação entre Orientação Formal e a Orientação Não Formal

Na opinião de Berta, uma ligação mais estreita entre as entidades com responsabilidades na Orientação Formal e na Orientação Não Formal é desejável, embora com objectivos mais amplos que os que foram efectivamente assumidos pela rede local de Orientação Não Formal de Almada, ou seja, procurando dar respostas a problemas concretos como o insucesso escolar e a formação profissional, o que significa “encontrar-se os mecanismos para solucionar esses mesmos problemas e isso passa pelo centro de emprego, ou por uma estrutura similar” (p. 69).

Parece visível que, no entender de Berta, as respostas às necessidades dos jovens passam, não só por uma Orientação Pessoal e Social, no âmbito da ocupação dos tempos livres, mas também por uma Orientação e formação profissionais. Embora, actualmente, não existam mecanismos para esse tipo de resposta mais global às necessidades pessoais e sócio-profissionais dos jovens em risco de exclusão social, Berta reconhece que a criação desses mecanismos passa por uma ligação mais estreita entre a Orientação Não Formal e a Orientação Formal.

4.3 Domínios de Orientação

Berta revelou o domínio de Orientação que parece privilegiar quando refere que a Orientação Não Formal pode não ser especificamente só para jovens em risco de exclusão social, encarando-a de “uma forma um pouco mais alargada. Mais de educação... ou de Orientação permanente (...) Digamos que são as aprendizagens constantes ao longo da vida” (p. 66), tendo, ainda, esclarecido de que não se tratam de aprendizagens escolares. Notamos no seu discurso, nomeadamente na frase acima citada, uma certa sobreposição ou coincidência relativamente aos conceitos de Educação e de Orientação Não Formal. No seu entender, é o “evoluir a nível social que nos permite exactamente encontrarmos as nossas respostas, onde é que nós nos podemos encaixar e onde é que nós podemos nortearmo-nos em termos

dos nossos objectivos, em termos dos nossos valores” (p. 66), o que podemos considerar uma alusão ao domínio da Orientação Pessoal e Social.

Berta, aliou o conceito de Orientação aos de Educação e de Formação permanentes, ao longo da vida, numa lógica de desenvolvimento pessoal e social.

Referiu, ainda, a falta de respostas a nível dos sistemas de orientação formais que, mesmo para os jovens que a eles têm acesso, “têm-na, mas só orientada para a vida profissional. Não propriamente para a orientação da sua própria vida pessoal e social” (p. 67), o que revela a sua valorização do que designámos por domínio de Orientação Pessoal e Social e que pode, talvez, integrar a Orientação Profissional, que foi por Berta, igualmente reconhecida como importante para os jovens em risco de exclusão social.

3.2 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial do Cristo Rei

Este inquérito por entrevista foi realizado com Carla, representante do Centro Social Paroquial de Cristo Rei, na rede local de Orientação Não Formal, de Almada, cuja transcrição se encontra no Anexo 6C.

1. Identificação e características da organização

A caracterização da organização foi realizada através da identificação dos seus âmbitos de intervenção e das relações que estabelece com organizações dos sistemas formais. Foi, ainda, possível compreender os motivos que levaram a organização a aderir à rede local de Orientação Não Formal.

1.1 Identificação da organização

O Centro Social Paroquial do Cristo Rei (CSPCR) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com aproximadamente dez anos. Há cerca de dois anos tornou-se num Centro Comunitário.

1.2 Âmbitos de intervenção

Do ponto de vista geográfico, o CSPCR intervém na zona da encosta sul do Plano Integrado de Almada, abrangendo a população dos bairros “rosa” e “branco” ali existentes, construídos entre finais dos anos ‘70, princípios de ‘80. Recentemente tem havido novas construções habitacionais, no designado “2º terço sul”, para realojamento de população da Costa da Caparica.

Globalmente, esta organização tem dois âmbitos de intervenção: um, que resulta de acordos típicos com a Segurança Social e que abrange a valência dirigida à infância, a pré-adolescentes e a jovens (serviço de amas, creche e jardim infantil e ATL, apoio escolar, ensino recorrente), Acção Social e, outro que resulta de acordos atípicos, também com a Segurança Social, nas valências dirigidas a jovens, famílias e desempregados, relativamente aos quais existem actividades de articulação com o Centro de Emprego de Almada, no âmbito de Rendimento Mínimo Garantido.

1.3 Relações com instituições/organizações dos sistemas formais

O CSPCR é uma entidade independente dos organismos públicos centrais, tendo “vários protocolos de colaboração” (p. 71) com algumas entidades dos sistemas formais, tendo Carla referido não haver relações de dependência entre eles. Além da Segurança Social e relativamente às valências típicas, tem protocolos com o Ministério do Emprego e Solidariedade Social e com o Ministério da Educação. Nas valências atípicas tem protocolos com o Ministério do Emprego e Solidariedade Social, tem trabalho articulado com o Instituto Português da Juventude e com o Centro de Emprego de Almada, tem relações de parceria com a Comissão de Protecção de Menores e contactos com o Tribunal de Menores.

1.4 Motivos de integração na rede local

A Carla integrou a equipa portuguesa do Programa Petra II, no projecto de “Orientação Não Formal”, na sua fase inicial, tendo identificado o CSPCR, através de informações recolhidas junto da Segurança Social, como “instituição significativa no trabalho com jovens” (p. 72). O trabalho com jovens estava em fase inicial, sendo as únicas actividades os Ateliers Desportivos. A adesão do CSPCR ao projecto de “Orientação Não Formal” foi, no entender de Carla, facilitada pelo facto de estar já ligada ao Petra II, mesmo antes da constituição da rede local de Orientação Não

Formal. A integração nesta na rede local foi um processo natural, muito ligado à sua pessoa, e ainda, porque, na instituição, havia “jovens significativos identificados na comunidade” (p. 72).

2. Contextos de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social

Para compreendermos os contextos de Orientação Não Formal da organização, procurámos caracterizar o quadro institucional e o grau organizativo das suas práticas de Orientação Não Formal.

2.1 Quadro institucional

Para a caracterização do quadro institucional das actividades de Orientação Não Formal, identificámos os serviços que, por parte da organização, estiveram envolvidos na rede local, os seus âmbitos de intervenção e as relações estabelecidas com outras organizações dos sistemas formais.

2.1.1 Serviços envolvidos na rede local

A valência mais envolvida na rede local de Orientação Não Formal é a do trabalho com jovens e inclui o “Espaço Jovem”, o apoio escolar, Ateliers Desportivos e de Informática e actividades para jovens adolescentes em risco de maternidade precoce e encaminhamento a toxicodependentes.

2.1.2 Âmbitos de intervenção

Sendo o CSPCR uma IPSS de implantação local a nível de bairros sociais, o trabalho que desenvolve com jovens em risco é, naturalmente, de intervenção local e comunitária, junto de população jovem dos bairros “rosa”, “branco” e do “2º terço sul” do Plano Integrado de Almada.

Perante a questão de identificar o trabalho que pudesse ser considerado como de Orientação Não Formal, Carla referiu: “todo o trabalho com jovens!” (p. 72), tendo exemplificado o trabalho do “Espaço Jovem”, o recente trabalho com “as raparigas em risco de maternidade precoce” (p. 72) e as actividades do apoio escolar.

2.1.3 Relações com organizações dos sistemas formais

No trabalho com jovens em risco de exclusão social, as relações com organizações dos sistemas formais são estabelecidas através de protocolos, de colaborações e de contactos, não tendo Carla feito a distinção entre eles. As entidades com quem o CSPCR estabeleceu relações no âmbito do trabalho com o grupo-alvo são a Segurança Social, o Ministério do Emprego e Solidariedade Social, o Instituto Português da Juventude, a Comissão de Protecção de Menores, o Tribunal de Menores e Escolas Básicas e Secundárias.

2.2 Grau Organizativo

Para caracterizarmos o grau organizativo das práticas de Orientação Não Formal, procurámos identificar as características da organização do trabalho e a existência de relações com outras organizações.

2.2.1 Características da organização do trabalho

As actividades desenvolvidas pelo CSPCR relativamente aos jovens em risco são previamente concebidas em projectos, havendo alguma flexibilidade para os adequar ou ajustar à realidade. Carla salientou que isto é possível a nível dos acordos atípicos ou seja “tudo o que é trabalho com jovens, trabalho comunitário” (p. 76), visto que as entidades com quem estabelece protocolos não fazem quaisquer tipos de imposições. Os projectos são concebidos com alguma antecedência, são revistos anualmente, sendo necessário apresentar um relatório final sobre o desenvolvimento das actividades previstas no projecto.

Os projectos são elaborados pelos técnicos do CSPCR “tentando envolver o mais possível os próprios jovens nessa própria organização” (...) “Agora está-se a tentar que com os jovens se pensem as coisas, no sentido de os envolver e de os organizar nas actividades aqui do Centro” (p. 76), tendo Carla esclarecido que se referia a jovens da comunidade que colaboram com o CSPCR, não se tratando exclusivamente de jovens em risco.

2.2.2 Relações com outras organizações

Existem contactos entre o CSPCR e as escolas do 1º Ciclo, nº1 e nº2 do Pragal e com o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) da Escola 2/3 do Monte de

Caparica, que também dá apoio às escolas nº2 e nº3, do 1º Ciclo, do Monte, tendo Carla referido que acaba “por apanhar quase todos os miúdos da área” (p. 82). Em situações especiais, Carla entra em contacto directo com o Conselho Directivo ou com o Director de Turma, quando os jovens frequentam a Escola António da Costa (2/3 em Almada), a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto (com 3º Ciclo, no Pragal) ou a Escola Secundária do Monte (com 3º Ciclo).

Estes contactos foram considerados por Carla como sendo uma pequena “rede informal” (p. 82), estando nos seus planos criar uma rede de escolas com ligação ao CSPCR.

Relativamente à actualidade, considerou que “Há contactos e há articulações” (p. 83), com implicações a nível das metodologias de intervenção junto dos jovens, não tendo Carla feito a distinção entre o que considera ser um “contacto” e uma “articulação”.

O CSPCR tem “algum trabalho de parceria” (p. 80) com a Comissão de Protecção de Menores.

Prevê-se uma actividade de colaboração com o Centro Comunitário do PIA II, a nível da “organização de um grupo de ensino recorrente, com currículo alternativo, para os jovens que abandonaram a escola sem completarem a escolaridade obrigatória” (p. 77).

3. Processos de Orientação Não Formal

Para compreendermos os processos de Orientação Não Formal, procurámos identificar os principais programas e/ou actividades desenvolvidas para jovens em risco de exclusão social bem como os actores nelas envolvidos.

3.1 Programas/Actividades

Além de identificarmos as actividades de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão, foi, ainda, possível, identificar os respectivos objectivos e principais tipos de intervenção.

3.1.1 Actividades

O “Espaço Jovem” é um dos programas onde se desenvolvem actividades para jovens em risco de exclusão social, tendo estas sido consideradas por Carla, como sendo actividades de ocupação de tempos livres. Neste espaço desenvolvem-se actividades como jogos de salão (ping-pong, snooker e matraquilhos), que tiveram boa receptividade junto dos jovens dos bairros. É neste “Espaço Jovem” que se pensam e organizam outras actividades de animação como festas ou saídas de fim-de-semana, sendo estas actividades acompanhadas pelos monitores, como referiu Carla: “Essas coisas depois são trabalhadas com os animadores” (p. 77).

No âmbito do “Espaço Jovem” funciona, também, o Apoio Escolar, frequentado por crianças e pré-adolescentes que, quando “saem da escola e não têm onde ficar” (p. 78), ali encontram espaço e apoio para a realização dos trabalhos de casa. Os que não o desejam fazer, a isso não são obrigados porque o Apoio Escolar funciona em regime aberto, com mais flexibilidade que o ATL, sendo que as crianças e pré-adolescentes “têm liberdade de entrar e sair quando quiserem” (p. 78).

Existe um grupo de danças africanas, um Atelier de Informática e Ateliers Desportivos, tendo Carla salientado o Atelier de Judo a propósito daquilo que considerou ser um bom trabalho de aprendizagem de regras sociais, além das desportivas. Foi possível averiguar que, no âmbito deste Atelier, os jovens têm a oportunidade de estabelecer contactos exteriores à comunidade, através da participação em combates de judo que se realizam noutras localidades.

O CSPCR tenta integrar alguns jovens em cursos de aprendizagem, nomeadamente na Casa Pia, “em esquemas alternativos de ensino, mas que lhes dê a qualificação do 9º ano” (p. 73). Relativamente a outros jovens, com mais de 16 anos, Carla tenta integrá-los em empregos, mesmo que de carácter precário, salientando que “é melhor estar a trabalhar num emprego precário do que estar sem fazer nada...” (p. 73).

O CSPCR tem um projecto para com os jovens toxicodependentes, que se consubstancia no seu encaminhamento para entidades que lhes possam dar ajuda específica, podendo ainda o Centro estabelecer contactos com outras entidades

que possam apoiar a família do jovem em termos sócio-económicos. A filosofia deste projecto baseia-se na aceitação do projecto de vida do toxicodependente pois, como referiu Carla: "eles têm o seu próprio projecto de vida, quer dizer... quando eles vêm, nós encaminhamos, mas... é o percurso deles, é a escolha deles. Quando eles escolhem fazer um movimento de saída, nós damos algum apoio" (p. 80), tendo explicado que "movimento de saída" é quando o jovem se dispõe a realizar um tratamento específico para tentar resolver o problema da toxicodependência.

Não foi possível apurar o tipo de actividades que se realizam com as jovens em risco de maternidade precoce, além de estarem a realizar reuniões de jovens, talvez porque esta actividade está ainda no seu início.

3.1.2 Objectivos das actividades

O discurso de Carla revelou muitos dos que serão os objectivos das actividades desenvolvidas com os jovens em risco de exclusão social, como sejam: ajudar os jovens a construir um projecto de vida, ajudar a enquadrar os jovens nas escolas, a integrá-los em cursos de formação profissional e no mercado de emprego, "prevenir comportamentos a nível de risco, promover a inserção sócio-profissional" (p. 73), promover a ligação escola-comunidade, o encaminhamento e o apoio a toxicodependentes e desenvolvimento de competências pessoais e sociais nos jovens.

Carla considerou que as actividades desenvolvidas com os jovens são actividades de Orientação, tendo referido que "nós tentamos dar alguma orientação aos miúdos. Orientação no projecto de vida, orientação na inserção profissional, orientação para a escola" (p. 82). Contudo, também reconheceu que o termo "Orientação" não aparece explicitado nos objectivos dos projectos. Relativamente a este aspecto, Carla referiu ser mais comum a utilização da expressão "encaminhar" ou "encaminhamento", tendo ainda acrescentado que isso pode acontecer "por tradição" (p. 82), uma vez que, na prática, desenvolvem "trabalho comunitário, que é um trabalho social" (p. 82), estando, assim, relacionada esta questão com a própria formação dos técnicos. Considerou, ainda, que este aspecto pode estar relacionado com a representação que, no seu caso, tem da palavra "Orientação", tendo referido:

“Para mim orientação é uma coisa muito escolar. Está muito ligada à escola. Eu não faço orientação. Quem faz orientação são os professores da escola!” (p. 82).

3.1.3 Tipos de intervenção/metodologias

O tipo de intervenção junto dos jovens depende da situação particular de cada um. Salientamos a referência que Carla fez relativamente à ideia de ajudar os jovens a construir um projecto de vida, como sendo “ajudá-los a terem armas, armas interiores e exteriores, no sentido de se conseguirem organizar nesse sentido” (p. 73). Esta é uma metodologia de abordagem global que pode implicar “uma intervenção com a família” (p. 73), o que foi considerado como sendo difícil.

Podem existir casos em que a abordagem do jovem obedece a “planos de intervenção comuns” (p. 83), tendo Carla exemplificado: “a escola anda a tentar sensibilizar os professores para (...) Eu tento sensibilizar a família ou o jovem para (...) Depende de qual é o parceiro na intervenção. O parceiro na intervenção em situação de risco pode ser um elemento da família, ou pode ser o próprio jovem” (p. 83).

Com alguns jovens em risco, “funciona bem o trabalho individual” (p. 80), sendo esse trabalho realizado pelo técnico ou outro elemento da escolha do próprio jovem.

Além de intervir nas redes sociais dos jovens a partir do seu contexto comunitário, podendo envolver professores, familiares e outros técnicos, este tipo de abordagem pode envolver simultaneamente, entre outras, organizações como a Escola, a Comissão de Protecção de Menores, a Acção Social, além do CSPCR.

3.2 Actores

A identificação dos actores envolvidos nas actividades para jovens em risco de exclusão social foi realizada distinguindo entre os actores individuais por parte da organização, os próprios destinatários das actividades e outros actores exteriores à organização.

3.2.1 Actores por parte da organização

Foi possível detectar o envolvimento de vários actores no trabalho com jovens em risco em risco de exclusão social, além da própria Carla que é psicóloga educacional com funções de coordenação no CSPCR.

Assim, o CSPCR dispõe de outra psicóloga, de assistentes sociais, de um animador de rua com estatuto de técnico, de um voluntário dinamizador do grupo de danças africanas, de monitores nos Ateliers Desportivos e no Atelier de Informática. Existem ainda outros animadores, jovens integrados no projecto “Jovens Voluntários para a Solidariedade” do Instituto Português da Juventude. Estes jovens animadores, voluntários, não fazem parte do CSPCR, tal como outros voluntários, e foram identificados como pessoas significativas, alguns dos quais frequentaram o programa de formação para Orientadores Não Formais, organizado pela rede local de Orientação Não Formal. Contudo a sua intervenção é enquadrada nos projectos do CSPCR, pelo que os considerámos como actores fazendo parte da organização.

As educadoras desenvolvem o seu trabalho num âmbito mais formal, integrado nos acordos típicos com a Segurança Social.

Quando acontecem situações de intervenção individual junto de um jovem em risco, esse trabalho é realizado “com a pessoa com quem ele se dá melhor. Poderá ser algum dos animadores, poderá ser alguma das assistentes sociais, poderei ser eu ou a R. (psicóloga). Eles é que normalmente elegem a pessoa que gostariam que os acompanhasse” (p. 80), o que revela, não só a diversidade de intervenientes por parte da organização, como a flexibilidade, baixo grau de prescrição e não formalidade com que são geridas as funções dos actores.

3.2.2 Destinatários: características e condições de acesso à organização

O grupo de jovens em risco de exclusão social foi globalmente caracterizado por Carla como sendo um grupo heterogéneo com “má ligação às estruturas formais” (p. 74), como escolas e empregos, “com uma grande dificuldade em cumprir regras. Com um projecto de vida ou inexistente ou irrealista... e muito imediatistas”(...)“com muita dificuldade em lidar com emoções fortes” e com “pouca capacidade de reacção à frustração” (p. 74). No seu entender, a situação económica familiar não é determinante para o risco de exclusão nos jovens, estando este mais relacionado

com a sua “organização pessoal e familiar” (p. 75), condicionada por famílias desorganizadas onde possam existir problemas como o alcoolismo, toxicod dependência, violência, negligência ou até problemas a nível da saúde mental dos familiares.

A título exemplificativo, foi referido o caso de crianças e/ou adolescentes com actividades como “arrumadores de carros” ou de “correios”, ou seja, transportadores de drogas ilícitas. Foram, ainda, referidos jovens toxicod dependentes, menores ou tendo já atingido a maioridade, alguns desenvolvendo actividades ilícitas para obtenção de dinheiro. Carla considerou que as solicitações do meio, neste caso as que se podem considerar como marginais, constituem um risco para os jovens com as características acima descritas.

Não há propriamente limite de idade para começar o trabalho com os jovens em risco, podendo estes ser pré-adolescentes ou jovens que já tenham atingido a maioridade. Contudo, a intervenção pode começar mais cedo, na infância, quando há identificação de uma situação de risco.

No que se refere às condições de acesso dos jovens à organização, na maioria das vezes, são os próprios jovens que se dirigem ao CSPCR, uma vez que os seus serviços e actividades são conhecidos pela população dos bairros, havendo nas iniciativas de animação de rua, como os santos populares, uma “grande divulgação das actividades do Centro” (p. 75), como referiu Carla. Além disso, alguns técnicos são já conhecidos da população, como as assistentes sociais e os jovens animadores, o que parece facilitar o acesso da população ao Centro, nomeadamente do grupo-alvo.

Nalguns casos, quando é detectada uma situação de risco, é o Centro que tenta entrar em contacto com os jovens.

Ao longo do inquérito por entrevista não foram reveladas informações que nos permitam conhecer limitações ao acesso do grupo-alvo às actividades, como por exemplo inscrições em algumas actividades, tendo Carla, confirmado que não há selecção dos jovens que queiram frequentar, por exemplo, o “Espaço Jovem”.

3.2.3 Outros actores

Podemos considerar como outros actores intervenientes no trabalho com os jovens em risco de exclusão social, todas as pessoas significativas como professores, familiares, ou técnicos de outras organizações que trabalham em parceria com o CSPCR.

4. Representações de Orientação para jovens em risco de exclusão social

Ao longo do inquérito por entrevista foi-nos possível aceder às representações de Carla sobre Orientação Não Formal, sobre as ligações entre esta e a Orientação Formal e, ainda, sobre domínios de Orientação.

4.1 Orientação Não Formal

Tal como referimos anteriormente, Carla reconhece que as actividades e intervenções do CSPCR junto dos jovens em risco, são práticas de Orientação Não Formal, embora tenha admitido que a palavra “Orientação” não faça parte do seu vocabulário de trabalho.

Se no entender de Carla, o CSPCR desenvolve actividades de Orientação Não Formal para jovens em risco e se, ao mesmo tempo considerou que o Centro desenvolve “trabalho comunitário, que é um trabalho social” (p. 82), talvez possamos concluir que no entender desta técnica, os conceitos de “trabalho comunitário”, “trabalho social” e “Orientação Não Formal” estão muito próximos.

4.2 Ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal

Reconhecendo as práticas do CSPCR como de Orientação Não Formal, Carla revelou no seu discurso, atribuir importância à articulação entre a Orientação Não Formal e a Orientação Formal, visível nos contactos regulares, nalguns casos pontuais, com algumas escolas, seja com os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO's) ou com professores, podendo, nalguns casos haver “planos de intervenção comuns” (p. 83). Como referiu Carla: “Se nós queremos trabalhar o jovem para ele ter a escolaridade obrigatória, terá que se trabalhar com ele na escola também” (p. 83).

4.3 Domínios de Orientação

Tendo em conta as actividades do CSPCR junto de jovens em risco e considerando que Carla as reconheceu como sendo de Orientação Não Formal, é possível tentar averiguar os domínios de Orientação presentes no trabalho do Centro.

Parece haver uma valorização do domínio de Orientação Pessoal e Social, visível no tipo de abordagem global dos jovens em risco, tendo em conta o seu quadro pessoal, familiar, educativo e sócio-profissional.

As metodologias de intervenção incidem, quando necessário, nas redes sociais dos jovens, a partir do seu contexto comunitário. Também, parece ser um facto que a intervenção parte de uma organização local, sediada na comunidade onde os jovens em risco estão inseridos e, ainda, que os actores intervenientes, além de diversificados, não são especialistas em Orientação Escolar e Profissional.

É possível, também, verificar algumas actividades de Orientação Escolar e Profissional, como sejam as acções conducentes ao incentivo para que o jovem se mantenha na escola ou ingresse em cursos de formação profissional e no mercado de emprego. Parece, assim, haver o reconhecimento da importância das dimensões educativas e sócio-profissionais na vida dos jovens do grupo-alvo.

3.3 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista à representante do Centro Comunitário do PIA II, da Santa Casa da Misericórdia de Almada

Este inquérito por entrevista foi-nos concedido por Deolinda, representante da Santa Casa da Misericórdia de Almada - Centro Comunitário do PIA II, no Monte de Caparica, na rede local de Orientação Não Formal, de Almada, cuja transcrição se encontra no Anexo 6D.

1. Identificação e características da organização

Além de identificar a organização procurámos realizar a sua caracterização através dos seus âmbitos de intervenção, das relações que estabelece com organizações dos sistemas formais e dos motivos que a levaram a integrar a rede local de Orientação Não Formal.

1.1 Identificação da organização

A organização onde Deolinda trabalha como animadora sócio-cultural é o Centro Comunitário (C.C.) do Plano Integrado de Almada (PIA II), uma valência da Santa Casa da Misericórdia de Almada (SCMA), que, por seu turno, é uma IPSS.

1.2 Âmbitos de intervenção

O espaço geográfico de intervenção da SCMA é todo o concelho de Almada, abrangendo população carenciada desde os três meses até 3ª idade. A SCMA disponibiliza à população carenciada vários serviços como sejam: serviço de amas, creches familiares, jardins de infância, lar para jovens em risco, centro de jovens, apoio domiciliário, desenvolvendo, ainda, trabalho com mulheres e famílias.

1.3 Relações com instituições/organizações dos sistemas formais

A SCMA é promotora do projecto de “Luta contra a Pobreza” no concelho de Almada. Neste projecto, a SCMA tem parceria “com a autarquia, com a Saúde, com o Centro de Emprego, com a extensão educativa, com o ensino recorrente, com escolas (...) Segurança Social e com outras associações e instituições locais” (pp. 86 e 87).

1.4 Motivos de integração na rede local de Orientação Não Formal

A integração na rede local de Orientação Não Formal, segundo Deolinda “fazia sentido nesta valência e no trabalho nesta zona” (p. 87), referindo-se ao C.C., uma vez que trabalham “de uma forma informal e sobretudo para jovens em risco de exclusão social” (p. 87).

2. Contextos de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social

Para a compreensão dos contextos de Orientação Não Formal, procurámos caracterizar o quadro institucional e o grau organizativo das práticas de Orientação Não Formal.

2.1 Quadro institucional

A caracterização do quadro institucional das práticas de Orientação Não Formal foi realizada através da identificação dos serviços directamente envolvidos na rede local, seus âmbitos de intervenção e tipo de relações estabelecidas com organizações dos sistemas formais.

2.1.1 Serviços envolvidos na rede local

A valência envolvida na rede local é o próprio C.C.. Dada a extensão das actividades desenvolvidas pelo C.C. e o amplo leque de destinatários, optámos por concentrar a nossa atenção no trabalho que o Centro desenvolve, directa ou indirectamente, com jovens em risco de exclusão social.

2.1.2 Âmbitos de intervenção

O C.C. localiza-se num bairro social de construção vertical conhecido por “Pica-Pau Amarelo”, situado na zona do Plano Integrado de Almada (PIA). Este Centro abrange a população do bairro onde se localiza e, ainda, a de outros bairros da zona do PIA, que se estende da freguesia do Pragal à do Monte de Caparica, no concelho de Almada. É o segundo C.C. da SCMA na zona e resultou do projecto de “Luta contra a Pobreza” em Almada, em 1992.

A zona de intervenção do C.C. é considerada uma bolsa de pobreza, sendo a população, na sua maioria, realojada, nacional ou imigrante, com predominância da população africana natural de Cabo Verde, Guiné, Angola, e Moçambique. Existe ainda população de etnia indiana e cigana.

O bairro onde se localiza o C.C. foi considerada por Deolinda como um bairro estigmatizado “sobretudo em termos dos jovens negros” (p. 89)

2.1.3 Relações com organizações dos sistemas formais

O C.C., como valência da SCMA, integra os projectos que esta instituição tem com as organizações dos sistemas formais já referidas, como sejam a Câmara Municipal de Almada, o Centro de Emprego de Almada, o Ministério da Educação - extensão educativa, ensino recorrente, escolas, com o Ministério da Saúde e com a Segurança Social. Outras organizações formais referidas por Deolinda foram o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), o Instituto Jean Piaget (ensino politécnico), empresas locais e o Instituto de Reinserção Social, com quem o C.C. tem relações de trabalho "no terreno e em articulação" (p. 87).

2.2 Grau organizativo

A caracterização do grau organizativo das práticas de Orientação Não Formal foi realizado através do conhecimento das características de organização do trabalho desenvolvido e das relações estabelecidas com outras organizações.

2.2.1 Características da organização do trabalho

A principal característica da organização do trabalho parece ser o facto de este se conceber por projectos. O próprio C.C. surgiu como resultado do projecto de "Luta contra a Pobreza", em Almada.

Os projectos resultam do conhecimento que os técnicos têm da realidade e necessidades da população-alvo, como referiu Deolinda: "Os nossos projectos aparecem sempre da necessidade dos nossos utentes, da nossa população-alvo" (p. 95), tendo ainda acrescentado, "Nós não trabalhamos com projectos impostos" (p. 95), o que parece revelar a importância que é dada ao conhecimento da realidade de trabalho no terreno.

Os projectos podem ser elaborados por técnicos variados, como a coordenadora técnica ou um técnico social exercendo a sua actividade no terreno, como os animadores, tendo Deolinda salientado que os projectos são elaborados sempre em equipa, beneficiando da diversidade de formações académicas e experienciais.

Os projectos são elaborados tendo em conta prazos variáveis, que podem ser de 2 até 4 anos, havendo a possibilidade de serem reformulados em função da avaliação sistemática que é realizada de seis em seis meses. A equipa do C.C. que intervém na zona do PIA II e a do Laranjeiro (Centro de Bem Estar Social do Laranjeiro), reúnem-se com frequência bimensal para realizar a avaliação dos projectos que se encontram em desenvolvimento.

O C.C. parece valorizar o envolvimento da população-alvo na organização das actividades, nomeadamente dos jovens em risco. Só a título exemplificativo, Deolinda referiu que as visitas à Expo-92, em Espanha e à Eurodisney, em França, foram solicitações dos jovens que “Mostraram interesse e que nos apoiaram. Mais do que nós a eles, eles é que nos tiveram que apoiar!” (p. 100), como referiu Deolinda a propósito das actividades que tiveram que realizar com vista à angariação de fundos para custear as despesas.

2.2.2 Relações com outras organizações

As relações que o C.C. mantém com outras organizações, dos sistemas formais ou outras, parecem assentar no trabalho em parceria. Como referiu Deolinda : “Independentemente do projecto, nós estamos constantemente a trabalhar em parceria com outras instituições, associações e organizações” (p. 91).

Foi referido o facto de o C.C. também trabalhar em rede, embora não tenha sido feita uma distinção entre o trabalho em parceria e em rede. Uma referência ao trabalho em rede e em parceria acentuou o carácter informal do contacto entre o C.C. e outras organizações, nomeadamente quando Deolinda refere: “Se eu sei que estão com problemas com um miúdo, contacto imediatamente a colega do IRS (Instituto de Reinserção Social) e falamos abertamente. Com o Hospital (Garcia da Orta) trabalhamos muito em parceria, sobretudo por causa das nossas mães adolescentes. Temos ali uma rede impecável. Com a AMI! (Assistência Médica Internacional). Se temos um problema com um utente que precisa de banho, roupa ou medicamentos...” (p. 91).

O C.C. tem projectos com escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos, jardins de infância e centros comunitários da zona, tendo Deolinda revelado que o trabalho em parceria tem melhorado ao longo do tempo embora, por vezes, ainda haja descoordenação,

verificando-se alguma sobreposição de actividades promovidas pelos vários parceiros.

3. Processos de Orientação Não Formal

Para a compreensão dos processos da modalidade de Orientação Não Formal, procurámos identificar os programas e/ou actividades da organização e os actores nelas envolvidos.

3.1 Programas/actividades

Além de identificarmos os principais programas e/ou actividades de Orientação Não Formal, procurámos conhecer os seus objectivos bem como os tipos de intervenção ou metodologias de abordagem.

3.1.1 Actividades

As actividades que envolvem jovens em risco de exclusão social são variadas, havendo umas que são especificamente dirigidas ao grupo-alvo e outras que, não o sendo, acabam por envolver jovens em risco. As actividades que são especificamente dirigidas a estes jovens, são muito viradas “Para a ocupação dos tempos livres e para a formação profissional” (p. 88).

As actividades mais viradas para a ocupação de tempos livres são a realização de “Colónias de Férias”, visitas de estudo e idas à praia, bem como actividades relacionadas com o Carnaval, com as Marchas Populares e com o Natal.

O C.C. tem uma “Sala Aberta”, “espaço aberto, informal” (p. 98) de convívio para jovens, com jogos de salão, televisão e jornais. A “Sala Aberta” funciona como ponto de encontro e tem dois monitores que acompanham os jovens. É a partir deste espaço que, os jovens que se interessem, são canalizados para outras actividades, designadas por “Ateliers”.

O C.C. tem um Atelier de Informática, outro de apoio escolar até ao 3º Ciclo, designado por “Clube de Actividades”, onde, além do apoio à realização dos trabalhos escolares, se desenvolvem outras iniciativas como visitas de estudo.

Existe ainda um Atelier de Audio-visuais e Ateliers de rua, que Deolinda não especificou.

Existem actividades desportivas como o futebol, a natação, ginástica aeróbica e de manutenção. O C.C. tem uma sala destinada à prática de dança.

Algumas actividades estão relacionadas ou integram-se em projectos que envolvem a comunidade educativa. É o caso do projecto “Arisco”, integrado no Projecto Vida, que se subdivide no projecto “Prevenir em Colecção”, dirigido às crianças das escolas locais do 1º Ciclo e no projecto “Aventura na Cidade”, que envolve a população das escolas locais dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

Para os jovens que abandonaram o sistema educativo formal, o C.C. oferece a possibilidade de frequência do ensino recorrente ao nível do 1º e 2º Ciclos e tem a perspectiva de o poder alargar ao 3º Ciclo de escolaridade.

Algumas actividades são mais viradas para a formação profissional, integradas no projecto “À Medida”, dirigidas a jovens sem a escolaridade obrigatória que, por isso, não são aceites nos cursos do Centro de Emprego. Deolinda revelou já ter havido formação profissional em “Reparação de Electrodomésticos”, que incluiu componentes teórica, prática e um estágio em empresas locais. Actualmente está a decorrer um curso de “Hortofloricultura”. O C.C. tem em perspectiva a realização de um curso de “Mediadores Sociais”.

Existe, ainda, uma outra modalidade de formação, designada “formação em exercício”. Segundo Deolinda, trata-se de uma formação sem currículo formal, em que o jovem desenvolve algumas competências como resultado da frequência da formação e acompanhamento técnico realizados no próprio C.C.. Como referiu Deolinda, este tipo de formação faz-se “no local. É formação não formal e em exercício, é prática” (p. 105).

Um dos Ateliers, o de Informática, foi referido como tendo um carácter “profissionalizante” (p. 107), tendo Deolinda exemplificado com o caso de “jovens que frequentaram o nosso Atelier e que hoje trabalham em caixas de supermercado”

(p. 107). Estamos em crer que este será um exemplo de um “Atelier de Experimentação, pré-profissionalizante” (p. 88), como inicialmente Deolinda referiu.

Outras actividades que o C.C. oferece à população desempregada, incluindo jovens, são proporcionadas através do Clube de Emprego e da Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA), que funcionam em parceria com o Centro de Emprego de Almada. Com o auxílio de uma técnica de emprego, os jovens que procuram emprego podem consultar anúncios de jornal, fazer o seu currículo e chamadas telefónicas gratuitas. É, também, através do Clube de Emprego que se faz o encaminhamento para os cursos de formação profissional do Centro de Emprego.

Para os jovens toxicodependentes não há actividades específicas, sendo feito algum acompanhamento pessoal e familiar e, em caso de ser possível, um encaminhamento para um Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT).

As actividades específicas para mães adolescentes não foram exemplificadas em pormenor, sendo somente possível conhecer que se desenvolve trabalho com o apoio do Hospital Garcia de Orta.

3.1.2 Objectivos das actividades

O discurso de Deolinda, revelou alguns objectivos das actividades do C.C., dirigidas a jovens em risco de exclusão social, como sejam: favorecer a integração escolar, melhorar o nível de escolaridade e de qualificação profissional, encaminhar para os cursos de formação profissional e para o emprego, promover a inserção familiar e económica, prevenir a toxicodependência e encaminhar os toxicodependentes e mães adolescentes para apoio especializado, promover a mobilidade e o conhecimento de outras realidades geográficas e sociais, promover o convívio com outros jovens, responsabilizar os “jovens da comunidade a trabalhar para a comunidade” (p. 93), promover a ocupação de tempos livres e envolver o grupo-alvo na organização das actividades, apoiar o desenvolvimento de projectos de vida, promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, promover o desenvolvimento de competências técnicas e não técnicas, promover o desenvolvimento da auto-estima, da autonomia e do espírito de equipa.

Segundo Deolinda, as actividades desenvolvidas pelo C.C., têm como principal finalidade a prevenção e o combate à exclusão social, a inserção e a integração social. Relativamente à prevenção, Deolinda referiu: “quanto mais cedo nós actuarmos, melhor (...) estamos a encaminhar cada vez mais cedo as crianças para equipamentos de infância, para a Escola” (p. 90).

3.1.3 Tipos de intervenção/metodologias

Segundo Deolinda, é importante a intervenção junto do jovem e da sua “família, sempre que possível” (p. 107). Referiu ainda: “Como é que nós vamos trabalhar um jovem, em termos de projecto de vida, todo o seu percurso, se não soubermos o que é que se passa com a família e se não estamos em parceria com a família?” (p. 90). Ainda, relativamente à intervenção na família, Deolinda referiu a necessidade de “conhecer bem a realidade” (p. 108) para que se possa intervir, nomeadamente no caso de um jovem toxicodependente, tendo reconhecido de que se trata de uma intervenção multidisciplinar na rede social do jovem, podendo envolver várias organizações, em rede, técnicos variados, a família e outras pessoas significativas, para além do próprio C.C.

Este tipo de metodologia revela-se como uma intervenção nas redes sociais dos jovens, a partir do seu contexto comunitário.

A intervenção junto dos jovens em risco parece privilegiar o contacto destes com realidades e pessoas exteriores ao bairro de residência. Este tipo de abordagem vai desde a realização de actividades em que participam outras organizações e jovens, até às colónias de férias, visitas de estudo e passeios, de que são exemplos a ida à Expo-92, em Sevilha e à Eurodisney, em França, por vontade dos próprios jovens.

Parece-nos que o C.C. valoriza a realização de actividades que, apesar de partirem do contexto comunitário, estejam viradas para o conhecimento de realidades exteriores a ele, como referiu Deolinda: “Nós cada vez mais estamos virados para fora do bairro” (p. 101), o que considerou ser positivo no sentido de poder aumentar as expectativas dos jovens.

Um aspecto que podemos considerar relativo à metodologia da intervenção prende-se com o que a Deolinda designou por trabalho “no sistema aberto: o jovem entra e sai quando quer, não há matrículas, não há muitos horários a cumprir” (p. 91). A este tipo de intervenção, Deolinda atribuiu o sucesso do C.C. junto dos jovens, ao referir: “acabamos por ter mais gente do que outras organizações onde há horários a cumprir” (p. 91).

Significativo, também, em termos do tipo de intervenção, é o que se refere ao envolvimento e participação do grupo-alvo nas actividades promovidas pelo C.C.. Este aspecto, parece-nos também ser uma metodologia de intervenção que valoriza o desenvolvimento de competências transversais nos jovens, que, além de destinatários, se elevam ao papel de actores. Como referiu Deolinda: “Eu não poderia fazer um plano de acção sem falar com eles” (p. 100).

3.2 Actores

Para a caracterização dos actores envolvidos nas actividades de Orientação Não Formal distinguimos entre os actores da organização, os destinatários das actividades desta modalidade de Orientação e outros actores individuais.

3.2.1 Actores por parte da organização

Os intervenientes nas actividades, pertencentes ao do C.C. são diversificadas. Não há voluntários, tendo Deolinda referido que “esta é a valência que tem mais técnicos” (p. 109), tendo ao longo do inquérito por entrevista referenciado os seguintes: animadores sócio-culturais/animadores comunitários, educadores sócio-profissionais/técnica de emprego/animadoras familiares, ajudantes familiares, monitores, psicóloga, assistentes sociais e uma directora técnica.

No C.C. existe um conjunto de pessoas significativas para os jovens que frequentam o Centro, não tendo necessariamente que ser técnicos e/ou trabalhadores sociais. Segundo Deolinda, as pessoas significativas são pessoas com as quais os jovens têm uma relação de confiança tendo referido “Eles (os jovens) é que os elegem!” (p. 114), tendo acrescentado: “Eu posso ser significativa para um jovem e não ser para outro!” (p. 114), ou ainda, “Tivemos uma mulher da limpeza, que era uma pessoa significativa para os jovens” (p. 114).

3.2.2. Destinatários: características e condições de acesso à organização

O grupo-alvo das actividades do C.C. são jovens entre os 12 e os 18 anos, que se encontram dentro ou fora do sistema formal de educação, embora os limites de idade não sejam considerados com rigidez até por que, ao entrar na idade adulta, as pessoas continuam muito ligadas à organização e aos técnicos, podendo mesmo envolver-se noutras actividades desenvolvidas pelo C.C.

As actividades do C.C. são dirigidas aos jovens da comunidade, mas, “se aparecer um jovem doutra zona do Concelho, também pode frequentar o C.C.” (p. 88).

De acordo com a composição étnica da população dos bairros do PIA, depreendemos que muitos dos jovens que frequentam o Centro são de origem africana e cigana.

Alguns jovens são toxicodependentes, para os quais não há actividades específicas no C.C., pelo que os técnicos tentam uma abordagem familiar e o encaminhamento para um CAT. Outros jovens do grupo-alvo são mães adolescentes com quem existe algum trabalho que passa pelo encaminhamento para apoio hospitalar.

Na opinião de Deolinda, um jovem mostra sinais de risco à exclusão quando “não está na escola, quando não está a trabalhar, quando tem muito tempo que não é ‘tempo livre’, mas de ócio” (p. 110). Parece que a desocupação, associada à falta de qualificações e às solicitações da rua, nomeadamente as que se referem ao “negócio da droga”, constituem um sinal de risco à exclusão, tendo Deolinda referido casos de crianças que, com cerca de oito anos, são portadoras de droga ou incitadas a realizar assaltos, dada a sua pequena estatura e ao facto de serem inimputáveis.

Considerou que as carências sócio-económicas não são determinantes enquanto factor de risco à exclusão, “porque um jovem pode vir de uma família com várias carências económicas e conseguir dar o pulo, trabalhar e estruturar-se” (p. 112). No entender de Deolinda, o ambiente familiar é um importante factor de risco à exclusão de um jovem, por apatia e/ou desestruturação, tendo afirmado: “Ele, (o jovem) por mais que queira, é como se estivesse a nadar em mar alto” (p. 111).

Vinca de novo a ideia da desocupação como factor de risco à exclusão, ao que aliou o “próprio desenvolvimento psicológico de jovem” (p. 112).

O acesso dos jovens às actividades do C.C. é livre, gratuito, funcionando em regime aberto, como já referimos. A participação dos jovens, quer em actividades de ocupação de tempos livres, quer em actividades de educação ou de formação profissional é voluntária, não havendo selecção prévia.

3.2.3 Outros actores

Ao longo do inquérito por entrevista foram surgindo referências a outros actores individuais que, de alguma forma, intervêm junto dos jovens que frequentam o C.C., não sendo trabalhadores da própria organização. É o caso dos formadores dos cursos de formação profissional e do ensino recorrente, de outros técnicos sociais, de técnicos de saúde e de professores de outras organizações que têm parceria e/ou trabalham em rede ou em colaboração com o C.C. e alunos de vários cursos do Instituto Jean Piaget a realizar estágio profissional no Centro.

Outros actores com intervenção junto dos jovens em risco e que sejam exteriores à organização podem ser, por exemplo familiares, considerados como pessoas significativas.

4. Representações de Orientação para jovens em risco de exclusão social

Ao longo do inquérito por entrevista foi-nos possível conhecer as representações de Deolinda sobre Orientação Não Formal, sobre a ligação entre esta modalidade de Orientação e a Orientação Formal e, ainda, sobre domínios de Orientação.

4.1 Orientação Não Formal

No C.C. não existem técnicos conselheiros de Orientação, mas Deolinda tem a convicção de que o trabalho que se desenvolve no Centro é de Orientação Não Formal, o que demonstrou ao afirmar: “Nós trabalhamos mesmo nessa área. Não tenho qualquer dúvida!” (p. 115).

Mais que uma vez, ao longo do inquérito por entrevista, Deolinda afirmou que “orientar” faz parte das suas funções, tendo associado os conceitos de “orientação”, “encaminhamento” (p. 102) e “formação” (p. 103).

No seu entender, “formação constante” (p. 103), orientação para a vida e projecto de vida parecem ser conceitos muito próximos, tendo referido: “É mesmo nesse sentido. Nós ajudamo-los muito a construir um projecto de vida” (p. 103)

Sobre o conceito de Orientação, Deolinda referiu que, do seu ponto de vista “Qualquer conversa pode ser Orientação” (p. 103). Após ter exemplificado com uma situação de aconselhamento, acrescentou: “Eu estou a dar-lhe Orientação. Mas tudo na base informal. Porque no fundo, não passa de uma conversa informal” (p. 103). Referiu ainda que, por vezes, são os jovens que a procuram pedindo conselho tendo afirmado: “Eu acho que eles procuram a orientação informalmente” (p. 103).

Explicitamente solicitada para dar a sua opinião sobre Orientação Não Formal, Deolinda referiu: “Não faz sentido para mim haver aqui um gabinete de Orientação Não Formal!” (...) “conversamos... dá-se Orientação Não Formal! Há uma troca, mas não há aqui cariz formal, institucional” (p. 114).

4.2 Ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal

As actividades que o C.C. desenvolve com jovens em risco de exclusão social, são de Orientação Não Formal. Não fazendo a organização parte do sistema formal de Orientação, tem, contudo, relações de trabalho com o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) da escola 2/3 do Monte de Caparica, sendo a ligação feita por uma psicóloga do Centro. Com o Centro de Emprego de Almada, também, existem relações de trabalho, sendo a ligação feita através da técnica do Clube de Emprego do C.C.

As relações de trabalho com o SPO da escola 2/3 do Monte de Caparica e com o Centro de Emprego de Almada são estabelecidas no âmbito de projectos de parceria, o que parece revelar o reconhecimento da importância da ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal.

4.3 Domínios de Orientação

As actividades do C.C. dirigidas para jovens em risco, são actividades de Orientação Não Formal, parecendo-nos possível identificar vários domínios de Orientação, que o Centro desenvolve nesta modalidade.

O tipo de abordagem do jovem em vários domínios da sua vida, como o pessoal, o educativo e o sócio-profissional, parece-nos ser uma abordagem global, através de metodologias de intervenção que incidem nas redes sociais do jovem em risco, a partir do seu contexto comunitário, o que é possível pelo facto de o C.C. ser uma organização de implantação local e comunitária. Todos estes aspectos, aliados ao facto de os actores serem diversificados e não-técnicos de Orientação, parece revelar a valorização do domínio de uma Orientação Pessoal e Social.

A existência de ensino recorrente e de formação profissional e, ainda, o facto de o C.C. ter um Clube de Emprego e uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) parece ser revelador da importância que é dada ao domínio da Orientação Escolar e Profissional, neste caso, em contexto Não Formal

3.4 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise local/organizações de rede local de Orientação Não Formal, de Almada

Das três organizações cujas representantes na rede local de Orientação Não Formal de Almada inquirimos, constatamos que uma, a Câmara Municipal de Almada (CMA), como instituição de poder local com competências atribuídas pelo poder central e dependente do financiamento atribuído pelo Orçamento Geral do Estado, tem características de uma organização formal. As outras duas organizações, o Centro Social Paroquial de Cristo Rei (CSPCR) e a Santa Casa da Misericórdia de Almada (SCMA), têm o estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), independentes dos poderes públicos, embora tenham acordos e protocolos com algumas instituições do poder central, junto dos quais obtêm financiamento e/ou colaboração. Estas duas organizações estão particularmente vocacionadas para o apoio a populações carenciadas.

Enquanto a CMA tem, naturalmente, responsabilidades de gestão do território do município de Almada, as outras duas organizações desenvolvem um trabalho mais específico a nível do apoio social aos mais carenciados, sendo que o CSPCR actua junto da população de dois bairros sociais, no Monte de Caparica e, a SCMA, potencialmente, junto de toda a população carenciada do município.

Os motivos de adesão à rede local de Orientação Não Formal, de Almada, não foram muito diferentes. A CMA, porque tem áreas de intervenção que não resultam das competências atribuídas pelo Estado, e entre as quais se inclui o trabalho com populações em risco de exclusão social. O trabalho junto destas populações é desenvolvido através dos sectores municipais de Acção Social e de Educação, nomeadamente, por via do apoio prestado a projectos desenvolvidos em parceria com outras organizações, dependentes dos sistemas formais e IPSS's.

A adesão do CSPCR deve-se, não só, ao facto de desenvolver trabalho directo junto de jovens em risco de exclusão social, residentes nos bairros onde está sediada a organização mas, também, devido ao facto de o elemento que veio a representar a organização na rede local de Orientação Não Formal, ter estado a trabalhar no projecto de "Orientação Não Formal", no âmbito do Programa Petra II, ou seja, antes da constituição da rede local.

A SCMA integrou a rede local de Orientação Não Formal, através do Centro Comunitário (C.C.) do Plano Integrado de Almada (PIA II) igualmente, por este Centro desenvolver trabalho junto de jovens em risco de exclusão social.

No que se refere às práticas destas organizações em matéria de Orientação Não Formal registamos como principal diferença entre elas, o facto de a CMA, nomeadamente através do sector da Educação e, também, do sector de Acção Social, não desenvolver uma intervenção directa, no terreno, junto de jovens em risco de exclusão social. O papel destes sectores da CMA é, fundamentalmente, de fomento e apoio a este tipo de projectos de intervenção, onde participem IPSS's. O papel de intervenção junto de jovens em risco de exclusão deve continuar a ser desempenhado pelas IPSS's, não havendo motivo para que a Câmara o faça. Assim sendo, a CMA, através dos sectores da Educação e Acção Social, não desenvolve,

directamente, actividades de Orientação Não Formal, nem os seus projectos e actividades se destinam especificamente à categoria dos jovens em risco de exclusão social, pelo que a análise das suas práticas, só de forma limitada nos poderá ajudar a compreender os contextos e processos de Orientação Não Formal.

Não podemos, contudo, deixar de registar alguns aspectos que considerámos mais significativos para a nossa investigação. São eles, o facto de a CMA ter uma intervenção, ainda que indirecta, em Orientação Não Formal, através da sua presença em parcerias, nomeadamente com algumas IPSS's; o facto de tentar, através do apoio ao ensino recorrente, a actividades desportivas e de ocupação de tempos livres de carácter sócio-educativo, desenvolver uma acção de prevenção à exclusão social; o facto de este tipo de actuação assentar numa lógica de discriminação positiva, dirigida para áreas concretas do Concelho, onde o problema da exclusão social se faz sentir de forma mais aguda e, o facto de disponibilizar técnicos que dão apoio ao desenvolvimento de projectos dirigidos a jovens em risco de exclusão social.

O trabalho desenvolvido pelo CSPCR e pelo C.C. do PIA II, junto de jovens em risco de exclusão social foi assumido como sendo um trabalho de Orientação Não Formal, pelo que a informação que nos veicularam é muito significativa para a nossa tentativa de compreensão dos contextos e processos desta nova modalidade de Orientação.

Sobre o quadro institucional em que se desenvolvem as práticas de Orientação Não Formal, do CSPCR e do C.C. do PIA II, constatamos que estas organizações actuam como centros comunitários com implantação local nos bairros onde desenvolvem o seu trabalho, no Monte de Caparica, com actividades específicas com jovens em risco de exclusão social, embora a sua actuação abranja toda a população carenciada dos respectivos bairros. As suas actividades junto dos jovens em risco, não dependem de organizações dos sistemas formais de educação e de emprego, embora tenham relações com algumas destas, como sejam a Segurança Social, o Ministério de Emprego e Solidariedade Social, o Ministério da Educação (jardins de infância, escolas dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Recorrente), organizações de saúde, como o Hospital Garcia de Horta, o Centro de

Emprego de Almada, a CMA, o Instituto Português de Juventude, a Comissão de Protecção de Menores, o Tribunal de Menores, o IGAPHE e empresas locais. O grau de colaboração com estas organizações é variável, pois foram referidas diferentes expressões como “protocolos”, “parcerias”, “articulações” e “contactos”, sem que tivéssemos apurado as diferenças entre elas.

Em ambas as organizações, a intervenção dirigida aos jovens em risco de exclusão, é concebida sob a forma de projectos, elaborados pelos vários técnicos das organizações, em equipa, onde se tenta ir ao encontro das necessidades dos jovens, e onde se tenta, igualmente, que haja o envolvimento de pessoas significativas ou até dos próprios destinatários, como no caso do C.C. do PIA II. Estes projectos, com duração variável (de 2 a 4 anos), têm alguma flexibilidade de execução, sendo periodicamente avaliados e eventualmente revistos. Estes projectos podem envolver outras organizações, com as quais se estabelece uma relação de parceria, não havendo imposições por parte das outras organizações.

No que se refere aos processos de Orientação Não Formal, quer o CSPCR, quer o C.C. do PIA II apresentam programas/actividades para jovens em risco de exclusão social, com aspectos muito idênticos, o mesmo se podendo dizer sobre os objectivos das mesmas.

Ambas as organizações proporcionam aos jovens em risco de exclusão, actividades para a ocupação dos tempos livres de carácter desportivo, sócio-cultural e recreativo e de apoio escolar até ao 3º Ciclo do Ensino Básico.

O tipo de actividades desenvolvidas indicia uma grande preocupação com a educação, formação profissional e Orientação Escolar e Profissional do grupo-alvo. Ambas as organizações têm programas de encaminhamento de toxicodependentes para entidades especializadas, e encaminhamento de mães adolescentes ou jovens em risco de maternidade precoce para os serviços hospitalares. Salientamos, como significativo, o facto de o C.C. do PIA II ter um Clube de Emprego e uma UNIVA.

Os objectivos destes programas e actividades, são muito semelhantes: combater a exclusão social, promover a inserção e integração sócio-educativa e profissional

dos jovens em risco e da família, promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e de competências técnicas, promover o desenvolvimento de projectos de vida e promover o encaminhamento de jovens toxicodependentes e de mães adolescentes para serviços especializados.

Nas duas organizações privilegia-se um tipo de intervenção, ou de metodologias, que incidem na abordagem global e multidisciplinar do jovem e da sua família, envolvendo uma rede de organizações e actores diversos, procurando o envolvimento do jovem-alvo ao respeitar a sua escolha sobre o técnico ou outra pessoa significativa de acompanhamento.

Os actores envolvidos nos processos de Orientação Não Formal são, por parte das organizações em causa, técnicos com formação especializada, como psicólogos e assistentes sociais. No CSPCR existe um animador de rua e vários monitores, voluntários. No C.C. do PIA II, existe maior número e diversidade de técnicos como sejam animadores sócio-culturais e comunitários, educadores sócio-profissionais/técnicos de emprego, animadores e ajudantes familiares e monitores. Foi referido não existirem técnicos especialistas em Orientação Escolar e Profissional.

Os destinatários das actividades consideradas como de Orientação Não Formal, são jovens em risco de exclusão social. Relativamente ao C.C. do PIA II, foi feita referência a jovens entre os 12 e os 18 anos, que se encontrem dentro ou fora do sistema escolar formal, embora em ambas as organizações não se imponham limites rígidos de idade.

Os destinatários ou jovens do grupo-alvo foram considerados como uma categoria heterogénea, tendo famílias desorganizadas. Os aspectos económicos não foram considerados determinantes, ao contrário de outros aspectos como a difícil relação que estes jovens têm com os sistemas formais, a nível escolar e profissional, as dificuldades a nível relacional e emocional e, ainda, as dificuldades em organizar um projecto de vida realista. Constituem-se como destinatários, os jovens de minorias étnicas, os jovens com problemas de toxicodependência e as jovens em risco de maternidade precoce.

Em ambas as organizações o acesso aos programas e actividades consideradas como de Orientação Não Formal é livre, voluntário, gratuito e sem selecção prévia. No C.C. do PIA II, as actividades desenrolam-se em regime aberto, com pouca rigidez de horários.

Foram referidas como pessoas significativas, não pertencentes às organizações em causa, familiares, professores, formadores e técnicos de outras organizações.

As representações sobre Orientação Não Formal são diferentes. Assim, para as representantes do CSPCR e do C.C. do PIA II, o trabalho que as organizações realizam com os jovens em risco de exclusão social, é um trabalho de Orientação Não Formal. Enquanto que a representante da primeira organização aliou as práticas de trabalho comunitário e social às de Orientação Não Formal, a representante da segunda organização referiu que a Orientação Não Formal é uma orientação ou encaminhamento para a vida, é formação constante para construção de uma projecto de vida. Para a representante da CMA, a modalidade de Orientação Não Formal é o conjunto de respostas que, organizações locais que não se enquadram nos sistemas formais, oferecem no sentido de orientar os jovens na sua formação pessoal e social.

Nas três organizações, a ligação entre as modalidades de Orientação Formal e Não Formal, é considerada necessária e importante, dadas as necessidades de formação profissional dos jovens em risco de exclusão social. O CSPCR e o C.C. do PIA II valorizam a Orientação Pessoal e Social bem como a Orientação Escolar e Profissional.

Os aspectos que indiciam a valorização do domínio de Orientação Pessoal e Social estão patentes no tipo de metodologia de abordagem dos jovens, que é global, abrangendo todas as dimensões da vida a nível pessoal, familiar, educativo e sócio-profissional, através da intervenção nas redes sociais dos jovens a partir do seu contexto comunitário, mediante a acção de actores diversificados e não especialistas em Orientação Escolar e Profissional.

O domínio da Orientação Escolar e Profissional surge valorizado nas actividades de encaminhamento para as actividades educativas e de formação profissional, sejam

em contexto formal ou em contexto não formal e, ainda, nas actividades de encaminhamento para o mercado de emprego. A representante da CMA também valoriza ambos os domínios ao sintetizar que a Orientação é educação e formação permanente, numa lógica de desenvolvimento pessoal e social.

4. Síntese dos resultados da investigação

O facto de a presente investigação ter sido conduzida a três níveis de análise - transnacional, nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada e, local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada -, coloca a necessidade de se realizar uma síntese final que englobe todos os resultados obtidos através da análise dos dados recolhidos.

O objectivo desta síntese é proceder a uma triangulação vertical dos resultados obtidos, o que será realizado em função das questões e dos objectivos gerais da investigação. Tentaremos salientar os principais aspectos comuns, complementares, convergentes e divergentes, resultantes da comparação do conjunto dos resultados obtidos.

É possível identificar aspectos comuns e complementares nos três níveis de análise, no que se refere às razões da necessidade e pertinência da Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

A existência de uma categoria de jovens considerados em risco de exclusão social, parece ser a principal razão que justifica a necessidade de uma nova modalidade de Orientação. Globalmente, trata-se de jovens que estão em vias de abandonar ou que já abandonaram os sistemas formais de educação, de formação profissional, de emprego e de Orientação e com difícil acesso a esses mesmos sistemas, dado o seu baixo nível de qualificações.

A caracterização desta categoria de jovens, considerados como grupo-alvo ou destinatários de Orientação Não Formal, é apresentada com diferentes graus de pormenor, embora seja complementar. Trata-se de jovens entre os 12 e os 25 anos, oriundos de famílias desorganizadas, com dificuldades relacionais e emocionais,

com dificuldade em organizar um projecto de vida coerente e realista, com desconfiança face aos serviços dos sistemas formais, incluindo o de Orientação. De entre estes jovens, cujas necessidades são a nível pessoal, sócio-familiar, educativo e profissional, destacam-se jovens com problemas de toxicodependência, jovens em risco de maternidade precoce/mães adolescentes e jovens de minorias étnicas. A nível transnacional, considerou-se, ainda, a existência de jovens a viver situações de exclusão social efectiva e de marginalização, com modos de vida que incluem actividades destrutivas, ilícitas e criminais e com envolvimento com os sistemas policial e judicial.

Uma outra causa que justifica a pertinência da Orientação Não Formal, é atribuída ao próprio sistema de Orientação Formal. Contudo, a caracterização das causas oriundas deste sistema só é realizada com algum pormenor a nível transnacional o que se pode explicar pelo facto de ambos os projectos, "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" e "Community Based Guidance Assistance", terem partido de organizações ou estruturas do sistema de Orientação Formal.

A nível transnacional identificaram-se como insuficiências do sistema de Orientação Formal, o facto de os serviços não trabalharem com jovens que já estão fora dos sistemas formais, o facto de estes serviços desconhecerem os modos de vida do grupo-alvo, tendo dificuldade em respeitar os seus pontos de vista e necessidades; o facto de, quer os serviços, quer os recursos humanos, terem insuficiências a nível das competências necessárias à Orientação destes jovens e, ainda, o facto de terem conceitos e metodologias desadequados ao trabalho com os jovens em risco de exclusão social.

O facto de na rede local de Orientação Não Formal de Almada, não estarem organizações ligadas ao sistema formal de Orientação, poderá justificar a não identificação das insuficiências deste sistema, de forma pormenorizada, para além do reconhecimento de que este não tem resposta para as necessidades dos jovens em risco de exclusão social.

Na caracterização dos contextos e processos de uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, é possível encontrar alguns

aspectos comuns aos três níveis de análise. Contudo, a concepção de Orientação Não Formal surge com algumas divergências que consideramos significativas entre os resultados da leitura e interpretação dos dados obtidos a nível transnacional, por um lado, e a nível nacional/coordenação da rede local e a nível local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada, por outro.

Os resultados sobre o quadro institucional em que se pode desenvolver a modalidade de Orientação Não Formal, apontam para que esta se desenvolva em organizações locais, de implantação comunitária, podendo ser públicas ou privadas, como é o caso das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS's) em Portugal e noutras organizações não governamentais. A nível transnacional foram ainda referidos espaços informais, não caracterizados, pelo que consideramos que, a este nível, a identificação do quadro institucional é clara, mas pouco especificada.

Os resultados da investigação a nível nacional/coordenação da rede local e a nível local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, apontam para organizações não dependentes dos sistemas formais de educação, de formação profissional, emprego e Orientação, mas que com eles tenham relações identificadas como protocolares, de parceria, de articulação e de contacto, embora não se tivesse clarificado a distinção entre estas diferentes modalidades de relacionamento institucional.

A nível local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, não há motivo para que as organizações formais trabalhem no terreno porque o papel destas entidades é fomentar e apoiar os projectos que as organizações locais e comunitárias desenvolvem no terreno, por ser essa a sua vocação.

Os resultados ao nível de análise transnacional forneceu informação escassa no que se refere ao grau organizativo do trabalho de Orientação Não Formal. Conseguimos somente apurar que o trabalho em Orientação Não Formal deve ser mais flexível do que no quadro da Orientação Formal. Esta ideia é confirmada e, sobretudo, concretizada nos outros níveis de análise. Assim, é defendida a ideia de que o trabalho em Orientação Não Formal para jovens em risco exclusão social pode assentar em projectos com duração de dois a quatro anos, de execução

flexível, sistematicamente avaliados e revistos, podendo envolver várias organizações, formais ou não. Estes projectos serão elaborados pelos técnicos das organizações que no terreno trabalham com os jovens do grupo-alvo, em função das necessidades destes jovens, podendo na sua elaboração ser envolvidas pessoas significativas e até os próprios destinatários, quando possível. Este resultado sobre como se elabora e processa o trabalho em Orientação Não Formal, leva-nos a afirmar que o seu grau organizativo e prescritivo deverá ser inferior ao do trabalho realizado pelos sistemas formais. O facto de o trabalho ser organizado por projectos e a partir do terreno pode ter a vantagem de haver uma proximidade entre o que se pretende fazer e as reais necessidades dos jovens em risco de exclusão social, já que esta é uma das principais preocupações que surgiram explicitamente em todos os níveis de análise.

Outro facto que é concordante com um menor grau de organização comparativamente ao da Orientação Formal é o que se prende com o tipo de acesso que os jovens têm aos programas/actividades de Orientação Não Formal. Para as duas organizações comunitárias investigadas, esse acesso é livre, voluntário, gratuito e sem selecção prévia. O perfil do que se considera como jovem destinatário das actividades de Orientação Não Formal, também, é considerado com flexibilidade, o mesmo se verificando com a utilização de metodologias de abordagem dos jovens do grupo-alvo.

Os resultados obtidos no decorrer da investigação sobre os programas e/ou actividades a desenvolver para os jovens em risco de exclusão social, são tanto mais ricos quanto mais nos aproximamos da realidade no terreno, apesar de apresentarem, em todos os casos, aspectos comuns. Assim, a nível transnacional somente se refere que as actividades devem ir ao encontro das necessidades dos jovens, ideia que é igualmente referida nos outros níveis de análise, como já referimos. A nível nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal de Almada, referem-se um conjunto de actividades que, em comum, têm o facto de deverem ser motivadoras para os jovens destinatários e que podem ser no âmbito da ocupação dos tempos livres, da animação sócio-cultural e desportiva, da intervenção na família dos jovens, de educação e de formação profissional em contexto não formal.

Nas organizações locais e comunitárias foi possível identificar os tipos de actividades a desenvolver no âmbito da Orientação Não Formal, como sejam as de ocupação de tempos livres, as de educação e de formação profissional em contexto não formal para jovens sem a escolaridade obrigatória e as de encaminhamento de jovens para organizações especializadas (hospital, CAT's, centro de emprego). Uma das organizações tem um Clube de Emprego e uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) que trabalham com os jovens em risco de exclusão social, para além de outros destinatários.

Os resultados obtidos nos três níveis de análise sobre os actores envolvidos na Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social são concordantes, embora, por vezes, surjam especificações diferentes. Comum, é a opinião de que os actores individuais, envolvidos no trabalho de Orientação Não Formal com jovens em risco de exclusão social, poderem ser pessoas sem formação em Orientação Escolar e Profissional, mas que vivem ou trabalham no contexto comunitário dos jovens do grupo-alvo, que conhecem a sua realidade de vida, necessidades e junto dos quais têm credibilidade e que, por isso, a eles têm acesso. Estes actores podem ser profissionais de áreas diversas como trabalhadores sociais e comunitários com vários tipos e níveis de formação, professores, médicos, clérigos, etc., ou outras pessoas que fazem parte das redes sociais destes jovens como pais, outros familiares, pares e voluntários.

As designações pelas quais são referidos os actores individuais em Orientação Não Formal são diversas mas com o mesmo significado: pessoas significativas, mediadores, intermediários de Orientação, agentes de Orientação Não Formal ou Orientadores Não Formais.

A ideia de que estes actores, além de viverem ou trabalharem no contexto comunitário em que vivem os jovens, deverem ter alguma formação em Orientação Não Formal, é um resultado comum, tendo sido reconhecida a importância de, através de formação, se desenvolverem competências como as de: negociação; resolução de problemas; ouvir e comunicar; despiste de situações de risco; compreensão e empatia pelos problemas dos jovens em causa; organização de projectos de intervenção para jovens em risco.

A nível transnacional é assumida a ideia de que a formação dos actores individuais em Orientação Não Formal deve ficar a cargo do sistema de Orientação Formal, ideia que, consideramos, não ter tido muito eco a nível do projecto português, pois a formação dada a potenciais Orientadores Não Formais não envolveu profissionais em Orientação Escolar e Profissional, mas sim pessoas directa ou indirectamente envolvidas no terreno com os jovens do grupo-alvo.

Todos os resultados confirmam a ideia de que estes actores individuais devem funcionar como figuras de identificação ou 'role-models' para os jovens do grupo-alvo. A ideia de designar estes actores como 'pessoas significativas' partiu do projecto português e veio a ser adoptado a nível transnacional, uma vez que se reconheceu a importância dos pares juntos dos jovens em risco de exclusão social. Assim, o conceito de 'pessoa significativa' ganhou peso em detrimento do conceito de 'adulto significativo', inicialmente utilizado pelos projectos a nível transnacional e nacional/local.

Os resultados do que considerámos serem os contextos e processos de Orientação Não Formal, permite-nos identificar um aspecto divergente no que se refere à concepção que foi sendo criada sobre o que pode ser a Orientação Não Formal, entre o nível transnacional e os restantes dois níveis de análise. Assim, a nível transnacional, o resultado permite-nos inferir sobre o não reconhecimento da Orientação Não Formal enquanto modalidade autónoma de Orientação para os jovens em risco de exclusão social. A este nível de análise a Orientação Não Formal é concebida como um conjunto de fontes não formais, porque não dependentes do sistema formal de Orientação, cujo papel é de intermediar o trabalho dos serviços de Orientação Formal, junto dos jovens do grupo-alvo. A nível nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal e a nível local/organizações da rede local de Almada, a Orientação Não Formal foi caracterizada com bastante pormenor e coerência. Esta coerência foi patente entre todas as fontes consultadas e para todas as nossas subunidades e sub-subunidades de análise, como sejam os contextos, a nível institucional e organizativo e os processos, a nível de programas/actividades e actores. Esta constatação leva-nos a afirmar que, pelo menos a nível do projecto português, existe uma concepção de Orientação Não Formal distinta da Orientação Formal que, contudo, surge com alguma sobreposição

àquilo que é o trabalho de intervenção social comunitária, como o provam as representações que, particularmente, as nossas inquiridas das organizações comunitárias, demonstraram ter sobre o que pode ser a Orientação Não Formal.

Um outro elemento de análise que nos permite compreender o conceito de Orientação Não Formal é o resultado obtido quanto aos objectivos desta modalidade de Orientação.

O aspecto comum aos três níveis de análise, relativamente aos objectivos da Orientação Não Formal, é o facto de esta dever contribuir para a manutenção nos sistemas formais dos jovens que ainda não os abandonaram, mas que são considerados como estando em risco de o fazer, nomeadamente no que refere ao sistema de educativo. Também um resultado comum é a ideia de que a Orientação Não Formal deve promover a reinserção e reintegração a nível educativo, de formação profissional e de emprego dos jovens do grupo-alvo, numa lógica de combate à exclusão social. A nível das organizações locais e comunitárias estudadas foram, ainda, referidos como objectivos da Orientação Não Formal, o combate à exclusão social, o desenvolvimento de competências transversais e técnicas, o desenvolvimento de projectos de vida e encaminhamento dos jovens em risco de exclusão social para outras instituições.

A nível transnacional, não encontramos, nos objectivos, referências ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, ou seja, transversais. Contudo, detectámos uma evolução a esse nível, o que se prende com os domínios de Orientação e o conceito de Orientação Não Formal.

Verificámos que as diferenças inicialmente detectadas se tornaram convergentes, quanto aos domínios de Orientação, tendo essas diferenças ficado um pouco esbatidas. Na fase inicial do projecto de "Orientação Não Formal", antes da rede se ter constituído a nível nacional/coordenação da rede local, os objectivos explicitados na documentação só referiam o domínio da Informação e Orientação Profissional. Depois da constituição da rede local de Orientação Não Formal, e para os dois níveis de análise que integram o projecto português, encontrámos uma tendência para valorizar o domínio de Orientação Pessoal e Social. Este aspecto está patente

nas metodologias de abordagem utilizadas com os jovens do grupo-alvo: abordagem global do jovem, considerando todas as vertentes da sua vida, como sejam a pessoal, familiar, sócio-educativa e sócio-profissional, intervenção multidisciplinar, por parte dos diversos actores intervenientes e, na intenção de promover o desenvolvimento de competências transversais.

Outro aspecto significativo que indica a valorização do domínio de Orientação Pessoal e Social refere-se aos conteúdos da formação dada pela equipa do projecto português, a potenciais Orientadores Não Formais, conteúdos esses, particularmente virados para o desenvolvimento de competências não técnicas.

O domínio de Orientação Escolar e Profissional não é, contudo, posto de parte, o que se prova pelo facto de duas das organizações investigadas terem actividades educativas, de formação profissional e de encaminhamento para o centro de emprego e, ainda, pelos objectivos de reintegração educativa e profissional dos jovens em risco de exclusão social. Consideramos como muito significativo a existência de um Clube de Emprego e de uma Unidade de Inserção na Vida Activa numa das organizações locais e comunitárias que, por isso, pode constituir um caso paradigmático do domínio da Orientação Escolar e Profissional em contexto não formal.

A nível transnacional, o domínio de Orientação mais valorizado, no âmbito da modalidade de Orientação Não Formal foi, manifestamente, o da Orientação Escolar e Profissional. Contudo, e por isso podemos falar em convergência de opiniões, os resultados obtidos por inquérito por questionário revelaram o reconhecimento da importância que uma Orientação Pessoal e Social assume numa primeira fase, ou abordagem, no âmbito da Orientação Não Formal. Numa segunda fase, foi valorizada a importância da Orientação Escolar e Profissional com o objectivo de dar respostas adequadas às necessidades que os jovens destinatários têm em matéria educativa, de formação profissional e de emprego.

Talvez possamos afirmar que todos os domínios de Orientação foram valorizados, embora em momentos diferentes e com diferentes graus de intensidade.

Todos os resultados indicam a importância da ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal, embora a este reconhecimento se possam atribuir significados um pouco diferentes em função da concepção do que é a Orientação Não Formal.

A nível transnacional, a necessidade de ligação entre a Orientação Formal e a Não Formal prende-se com a necessidade de melhor utilização, por parte dos serviços de Orientação Formal, das fontes não formais de Orientação, nomeadamente, dos designados intermediários de Orientação.

No projecto português, o reconhecimento da necessidade de ligação entre as duas modalidades de Orientação prende-se mais com a noção de que os serviços formais de Orientação são importantes para a reintegração dos jovens do grupo-alvo no sistema de formação profissional e de emprego. A evolução mais recente do projecto em Portugal, aponta no sentido de reiniciar contactos com escolas e centros de emprego, uma vez que, aquele tipo de organizações não sentiu, inicialmente, motivação para aderir à rede local de Orientação Não Formal. Os resultados da nossa investigação ilustram a necessidade de que os serviços de Orientação Formal, por um lado, e os de Orientação Não Formal, por outro, deveriam trabalhar em conjunto, uma vez que foram considerados como complementares, apesar de, podemos afirmar, autónomos.

CONCLUSÃO GERAL

Conclusão

O presente estudo sobre uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, a Orientação Não Formal, desenvolveu-se a partir da seguinte questão inicial de investigação: qual é o conceito de Orientação Não Formal subjacente às práticas de intervenção junto de jovens em risco de exclusão social?

A tentativa de procurar uma nova modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social, designada de Orientação Não Formal, é resultante de duas situações existentes actualmente a nível europeu.

Uma situação identificada como problemática tem por base a constatação que as entidades que prestam serviços de Orientação e que estão ligados ou dependentes dos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego não têm capacidade de abranger e dar resposta às necessidades dos jovens que estão em vias de abandonar ou que já abandonaram esses sistemas.

Outra situação problemática está relacionada com os jovens que estão em vias de abandonar ou que já abandonaram os sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego, ou seja, os jovens em risco de exclusão social, que não têm acesso, ou têm um acesso muito difícil aos serviços formais de Orientação.

Trata-se de um duplo problema, que identificámos na investigação teórica e pudemos confirmar na investigação empírica, tendo ambas as situações problemáticas referidas a mesma origem, ou seja, a dissociação entre um fenómeno de oferta e de procura. O que os serviços de Orientação Formal podem oferecer não se ajusta à realidade de quem tem necessidades específicas a nível pessoal,

educativo, de formação profissional e de Orientação, como os jovens em risco de exclusão social.

Parece, assim, ser possível afirmar que a necessidade e pertinência de uma modalidade de Orientação Não Formal reside tanto na existência de jovens em risco de exclusão social, ou já vivendo em situação de exclusão social e marginalização, como na inadequação dos serviços de Orientação Formal face às necessidades destes jovens.

Os jovens em risco de exclusão social, que no enquadramento teórico identificámos como sendo, genericamente, jovens com baixas qualificações à procura do primeiro emprego, apresentam características de transversalidade face a outras categorias em situação de vulnerabilidade à exclusão social, apresentando um complexo quadro de factores exclusógenos. Destes, destacámos como mais significativos o sistema económico e de emprego, o sistema educativo e de formação profissional, a situação sócio-familiar e étnica.

A investigação no terreno contribuiu para compreender melhor a forma como estes factores exclusógenos se materializam na vida dos jovens. Assim, foi possível constatar que os jovens em risco de exclusão social apresentam um quadro complexo caracterizado por trajectórias de insucesso e de abandono escolar desqualificado, com um baixo nível de qualificações escolares e profissionais. Podemos, ainda, constatar a existência de jovens já em situação de exclusão social e de marginalização, fazendo recurso a actividades económicas informais e até ilícitas. Outro aspecto presente nesta categoria de jovens é a situação sócio-familiar marcada pela desestruturação e dificuldade de integração social, particularmente para jovens de origem étnica minoritária no nosso país. A um nível psicossocial, a investigação empírica revelou que alguns jovens em risco de exclusão social apresentam um desenvolvimento identitário pouco harmonioso, caracterizado por dificuldades emocionais e relacionais que dificultam o desenvolvimento de projectos de vida coerentes e ajustados à sua realidade de vida. O quadro de vida destes jovens pode potenciar o desenvolvimento de identidades marcadas pelo sentimento da exclusão, tal como identificámos no enquadramento teórico e que, na investigação empírica se evidenciou na desconfiança com que encaram os sistemas

formais, com os quais, eventualmente, já tiveram dificuldades de relacionamento que os poderão, até, ter conduzido à exclusão desses mesmos sistemas. Da situação de risco de exclusão social à situação de real exclusão e marginalização vai, para muitos jovens, a distância do abandono a que os sistemas formais os têm votado.

Parece-nos, assim, ter sido possível compreender as razões da necessidade e a pertinência de uma nova modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social.

A preocupação com que as entidades europeias têm encarado o problema do difícil acesso à Orientação por parte dos jovens em risco de exclusão social, conduziu à procura de novas formas de garantir a estes jovens o direito à (re)integração sócio-educativa e sócio-profissional. A procura de novas formas de Orientação parece ser uma maneira possível de atingir esses objectivos, tendo sido o ponto de partida para dois importantes projectos comunitários de “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance” que se desenrolaram no âmbito, respectivamente, dos programas Petra II, Acção III e Leonardo da Vinci, que Portugal integrou com o projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”.

Subjacente a esta necessidade de encontrar uma nova modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social parece estar, para além dos problemas até agora identificados, a não aceitação de modelos de exclusão como mecanismos permanentes de reprodução social e intergeracional da vulnerabilidade à precarização, à exclusão social e à marginalização. Outro motivo que parece justificar a procura de novas formas de Orientação, prende-se com o desenvolvimento de uma atitude de discriminação positiva face aos jovens em risco de exclusão social, patente na necessidade de procurar uma modalidade de Orientação adequada às suas características.

Foi, ainda, objectivo desta investigação inferir sobre os domínios de Orientação subjacentes à modalidade de Orientação Não Formal.

No decorrer da investigação teórica, o aprofundamento da compreensão sobre o domínio da Orientação Pessoal e Social revelou-se fundamental para equacionar a própria modalidade de Orientação Não Formal.

No percurso da pesquisa teórica e na ausência de referências sobre o domínio de Orientação Pessoal e Social, fundamentámo-nos no que designámos por condições de emergência deste domínio de Orientação e nas mais recentes tendências de Orientação Escolar e Profissional. Assim, definimos o domínio de Orientação Pessoal e Social como sendo o que considera o jovem no contexto global da sua vida, passada, presente e com expectativas de futuro, em todas as suas dimensões, como sejam a pessoal, educativa, profissional, de tempos livres, etc., numa lógica de desenvolvimento pessoal e social. Considerámos a Orientação Pessoal e Social como um domínio de Orientação holístico.

A investigação empírica revelou a importância dos domínios de Orientação Pessoal e Social, de Orientação Escolar e de Orientação Profissional, estarem presentes na modalidade de Orientação Não Formal. Todos os domínios de Orientação foram considerados válidos e necessários, pois podem fornecer respostas adequadas às diferentes necessidades dos jovens em risco de exclusão social. Este aspecto constitui mais um motivo que justifica a necessidade de articulação entre a Orientação Não Formal e a Orientação Formal.

Numa lógica e atitude de discriminação positiva, o acesso, no quadro da Orientação Não Formal, aos vários domínios de Orientação, pode ser mesmo considerado como um direito dos jovens em risco de exclusão social. Consideramos, neste caso, discriminação positiva como a mobilização de recursos educativos, formativos, sociais, económicos e culturais do contexto local, em articulação com idênticos recursos no âmbito dos sistemas formais, com a finalidade de combater a situação de risco de exclusão social, de exclusão social e de marginalização em que se encontram muitos jovens.

A procura de uma nova modalidade de Orientação - Orientação Não Formal -, pode seguir vários caminhos. Um deles pode ser tomar como ponto de partida os serviços de Orientação Formal e procurar novas metodologias de trabalho adequadas à

realidade e necessidades dos jovens em risco de exclusão social, novas fontes ou recursos de Orientação, novos actores ou intervenientes nos processos de Orientação. Outro caminho pode ser partir da realidade próxima dos jovens em risco de exclusão social, procurando os recursos a mobilizar para essa nova modalidade de Orientação, como um conjunto de práticas capazes de os reorientar tanto no sentido do seu desenvolvimento pessoal e social como, também, no sentido da sua (re)integração nos sistemas formais. Foi nesta direcção que orientámos a nossa investigação empírica.

A pesquisa teórica que nos conduziu a uma definição preliminar de um quadro geral de Orientação, constituído por três modalidades de Orientação - formal, não formal e informal - estabelecida por analogia com três modalidades de Educação, revelou-se pertinente e profícua. Da mesma forma, o conceito de Orientação Não Formal, tal como o definimos *à priori* e que nos orientou a investigação no terreno, também se revelou pertinente.

Ao centrar a investigação empírica naquilo que inicialmente designámos e antecipámos como sendo os contextos e processos de Orientação Não Formal, procurámos construir um quadro de inteligibilidade que nos permitisse encontrar algumas ideias e práticas do que pode ser considerado uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, exterior aos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego.

A partir da realidade por nós investigada no terreno, cremos poder afirmar que a Orientação Não Formal se pode desenrolar num quadro institucional assente em organizações locais de implantação comunitária, ou seja, com intervenção no contexto onde vivem jovens em risco de exclusão social. Estas organizações, como Instituições Particulares de Solidariedade Social, centros comunitários e associações locais, podem ser de carácter não governamental ou, pelo menos, não dependentes dos sistemas formais. Estas organizações podem actuar em rede com outras similares e podem ter relações com organismos ou serviços dependentes dos sistemas formais, embora funcionem de forma descentralizada.

Dado o carácter de intervenção comunitária e a proximidade à realidade social dos jovens em risco de exclusão social, as organizações locais e comunitárias podem desenvolver um trabalho adequado às necessidades destes jovens. Este pode ser caracterizado por um grau de organização flexível, maior a curto e médio prazo, sustentado no desenvolvimento de projectos concebidos especificamente para os jovens em risco de exclusão social. Estes projectos são elaborados por técnicos de formações diversas aos quais se pode acrescentar a participação de outras pessoas consideradas significativas para os jovens destinatários e, até, os próprios destinatários, quando isso for possível. O grau de organização do trabalho com os jovens destinatários pode caracterizar-se por um baixo nível de prescrição e baixo grau de formalização face aos seus objectivos, visível na avaliação e reformulação dos projectos de trabalho, por forma a se manterem adequados à realidade onde se pretende que intervenham. O acesso livre, voluntário e gratuito dos jovens que desejem participar nas actividades promovidas é outra característica de um quadro organizativo flexível.

A Orientação Não Formal pode ser realizada através de actividades formativas a desenvolver especificamente para os jovens em risco de exclusão social, podendo ser variadas, mas tendo em comum o facto de irem ao encontro de algumas das suas necessidades e de serem suficientemente aliciantes para que os destinatários a elas queiram aderir. Essas actividades podem ser de ocupação de tempos livres, de animação sócio-cultural, desportiva ou recreativa e deverão proporcionar aos jovens destinatários o desenvolvimento de competências transversais e promover o seu desenvolvimento pessoal e social. Outras actividades poderão ser de educação e de formação profissional em contexto não formal, devendo, contudo, ser adequadas à realidade e necessidades dos jovens destinatários. Estas actividades podem promover o desenvolvimento de competências técnicas nos jovens em risco de exclusão social. Ainda, outras actividades poderão ser de encaminhamento e Orientação Escolar e/ou Profissional, em contexto não formal. O quadro institucional em que se podem desenvolver os processos de Orientação Não Formal deverá permitir e, até, privilegiar a intervenção junto da família do jovem em risco, sempre que essa intervenção seja considerada necessária.

Os actores intervenientes nos processos de Orientação Não Formal poderão ser muito diversificados, desde técnicos de trabalho social e comunitário, até técnicos de outras áreas como as do ensino e saúde. Em ambos os casos, sem formação específica no domínio da Orientação Escolar e Profissional. cremos, contudo, que a participação de técnicos especialistas, ou conselheiros de Orientação podem e devem ser incluídos no universo dos potenciais actores em Orientação Não Formal e actuar em contexto local e comunitário de forma articulada com outros técnicos. Isto porque os jovens em risco de exclusão social também têm necessidades que são especificamente de âmbito escolar e profissional.

Outras pessoas, consideradas significativas para os jovens em risco de exclusão social, poderão ser envolvidas no trabalho de Orientação Não Formal, como pais e outros familiares, pares, voluntários e outras pessoas que façam parte das redes sociais dos jovens ou que, pela sua actividade, passem a fazer parte dessas redes sociais.

A designação pela qual podemos identificar estes actores pode parecer pouco importante. De qualquer forma, a nossa investigação revelou um conjunto de designações possíveis como sejam as de pessoas significativas, de mediadores, de intermediários de Orientação, de agentes de Orientação Não Formal ou, ainda, de Orientadores Não Formais. Contudo, parece-nos que a expressão de “mediadores”, tal como identificámos no enquadramento teórico, clarifica, de certa forma, o papel que se pretende dos actores envolvidos na Orientação Não Formal. A designação de “mediador” parece, também, ter a vantagem de ser já utilizada noutros contextos, nomeadamente o educativo, embora ainda não de uma forma generalizada.

Um aspecto que nos parece muito significativo e que foi revelado pela investigação empírica, prende-se com a necessidade de articulação entre a Orientação desenvolvida num quadro não formal e a Orientação desenvolvida no âmbito dos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego. A necessidade de articulação entre as modalidades de Orientação Não Formal e de Orientação Formal justifica-se em função dos objectivos de (re)integração dos jovens em risco de exclusão social nos sistemas formais.

Outro aspecto que consideramos importante e que nos foi revelado na investigação de terreno, é o da vantagem de uma intervenção precoce no âmbito da Orientação Não Formal. Ou seja, uma vez detectada uma situação de risco numa criança ou jovem, dado, por exemplo, o seu quadro familiar, uma intervenção por parte de uma organização local, no terreno, que englobe a família, o jovem ou criança e, ainda, a escola, pode contribuir para um adequado desenvolvimento pessoal e social devidamente acompanhado.

As vantagens de uma intervenção precoce já foram reconhecidas pelo sistema educativo através de um conjunto de medidas a que fizemos referência no enquadramento teórico, com particular destaque para o alargamento da rede do ensino pré-escolar e para a criação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Ou seja, cremos que, por parte do sistema educativo tem havido o reconhecimento da importância de as escolas desenvolverem um trabalho articulado com as organizações locais e comunitárias, o que pode favorecer, quer o trabalho das escolas, quer o trabalho de Orientação Não Formal que algumas organizações locais levam a cabo no terreno, como constatámos na investigação empírica.

A nossa investigação revelou, ainda, que a Orientação Não Formal actua num terreno já ocupado pelas actividades do trabalho social de intervenção comunitária, podendo mobilizar recursos por este disponibilizados e beneficiar dos processos microglobais de prevenção e combate à exclusão social. Contudo, parece-nos ser possível isolar a modalidade de Orientação Não Formal do trabalho social mais vasto, não só pela sua especificidade enquanto sistema, como pela intencionalidade de Orientar jovens em risco de exclusão social.

O percurso da investigação teórica e empírica que desenvolvemos permitiu-nos, estamos em crer, desenvolver um quadro de inteligibilidade que possibilita o reconhecimento de uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social, como um sistema complexo composto por um conjunto de elementos específicos como sejam o quadro institucional, o grau organizativo, os programas/actividades e os actores.

A caracterização dos contextos e processos da modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social teve como objectivo conduzir-nos à compreensão do conceito de Orientação Não Formal.

Os contextos e processos de Orientação Não Formal investigados e revelados neste estudo permitem-nos realizar uma aproximação ao que pensamos ser um conceito possível de Orientação Não Formal. Um conceito ao qual está subjacente a necessidade de intensificar as medidas de prevenção à exclusão social dos jovens, promovendo o seu desenvolvimento identitário e a (re)integração nos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego. Um conceito sistémico, preliminar, construído a partir de um conjunto de atributos probabilísticos, mas que encerre em si uma capacidade heurística que nos ajude a compreender de que falamos quando nos referimos a uma modalidade de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

No nosso entender, conseguimos chegar a um conceito de Orientação Não Formal como sendo um conjunto de iniciativas que se desenvolvem em organizações locais e comunitárias que, em parceria com organizações dos sistemas formais, desenvolvem projectos de carácter flexível, através dos quais se realizam actividades formativas (de ocupação de tempos livres, de educação, de formação profissional e de Orientação) que vão ao encontro das necessidades e interesses dos destinatários. A ajuda e intervenção de equipas multidisciplinares de técnicos, de pessoas significativas e de mediadores sociais, tem o objectivo de proporcionar a (re)orientação de projectos de vida pessoal, escolar e profissional e o desenvolvimento de competências transversais e técnicas transferíveis para contextos formais.

Limitações do processo da investigação

Ao longo do percurso desta investigação deparámo-nos com algumas dificuldades. Umas terão sido ultrapassadas. Contudo, gostaríamos de referir outras que, talvez por sentirmos que não foram resolvidas, encaramos como limitações à presente investigação.

A primeira limitação com que nos deparámos, prende-se com o próprio objecto de estudo. A Orientação Não Formal é, de facto, uma modalidade recente, sobre o qual não foi possível encontrar referências teóricas, além das que foram sendo produzidas pela coordenação transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”. Os relatórios produzidos pela referida coordenação transnacional, reflectem, sobretudo, as experiências que se foram realizando nos vários países que aderiram àqueles projectos e que foram sendo sistematicamente acompanhadas e avaliadas. Além das muitas e pertinentes questões que equacionam, não constituem em si um quadro teórico consistente.

Outra limitação que se prende com o facto de a Orientação Não Formal ser uma modalidade recente, relaciona-se com as representações que alguns dos nossos inquiridos manifestaram ter a seu respeito. A forte associação entre as actividades da modalidade de Orientação Não Formal e as actividades do trabalho, genericamente, referido como de intervenção social comunitária e entre as primeiras e a educação não formal, dificultou-nos a tarefa de tentar isolar o conceito em questão.

A intenção inicial de realizar a investigação no terreno a quatro níveis de análise não teve concretização. Além dos três níveis de análise em que realizámos a investigação, considerámos importante um outro, nomeadamente, o nível de análise individual, que talvez nos permitisse compreender o impacto das práticas de Orientação Não Formal em jovens em risco de exclusão social. A procura e compreensão de ‘efeitos orientadores’ junto de dois jovens do grupo-alvo era um outro objectivo inicial da investigação, tendo chegado a estabelecer contactos com

dois jovens, que se disponibilizaram em nos responder a um inquérito por entrevista. A falta de tempo para trabalhar o acréscimo de volume de informação que este nível de análise acarretaria, foi o principal factor que nos levou a equacionar a exequibilidade da intenção. Assim, abandonámos a ideia de seguir essa linha de pesquisa apesar de estarmos conscientes de que esta decisão se traduz num hiato relevante na nossa investigação.

A realidade temporal para a realização deste trabalho aliada ao volume de registos documentais a analisar foram, igualmente, os motivos pelos quais optámos por não considerar como fontes de informação da nossa investigação a documentação oriunda das organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada. Esta nossa opção é uma limitação à triangulação da informação ao nível de análise local, nomeadamente, entre os resultados dos inquéritos por entrevista e os referidos documentos.

A estratégia de investigação por nós escolhida, o estudo de caso qualitativo, não possibilita a realização de generalizações. Aceitámos este facto, com a consciência de que não foi nosso objectivo obter resultados generalizáveis com características de previsibilidade estatística (determinística ou probabilística). A nossa intenção de contribuir para a compreensão de um conceito, o de Orientação Não Formal, assentou no pressuposto de que os resultados desta investigação se pudessem constituir como hipóteses de trabalho, localmente contextualizadas, transferíveis para outras situações ou realidades concretas.

Uma dificuldade que não conseguimos obviar, foi a impossibilidade de realizar um inquérito por entrevista ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”, uma vez que a testemunha privilegiada a este nível de análise reside num outro país da União Europeia. A opção de realizar um inquérito por questionário contribuiu para contornar a distância física, mas não permitiu aprofundar o pensamento da nossa fonte de informação, o que teria, seguramente, constituído uma significativa mais valia para os resultados da investigação.

Uma outra limitação ao processo de investigação, relativa aos instrumentos de recolha de informação, prende-se com o facto de não termos pré-testado o questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance” e o inquérito por entrevista a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Almada. Esta nossa opção justifica-se por considerarmos as duas testemunhas privilegiadas em causa como tendo um posicionamento único face aos referidos projectos. A coordenadora do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Almada, não sendo a única pessoa com tarefas de coordenação, era, contudo, a única com funções de coordenação executiva. Tendo os instrumentos de recolha de informação sido preparados em função das suas responsabilidades específicas nos projectos acima referidos, a pré-testagem destes instrumentos pareceu-nos ter pouca relevância, uma vez que teria que ser realizada junto de pessoas com um conhecimento e visões dos projectos necessariamente diferentes. No caso do inquérito por entrevista e por este ter características semi-directivas, tentámos, no decorrer da mesma, corrigir ou esclarecer melhor as nossas questões. No caso do questionário tal não foi possível, por motivos que já explicámos. Limitámo-nos a formular questões abertas com vista a possibilitar uma maior amplitude de resposta ao inquirido.

Uma outra questão, prende-se com o envolvimento do investigador no projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e, concretamente, com a sua participação na rede local de Orientação Não Formal, de Almada. A grande vantagem de acompanhar e de participar no desenvolvimento do referido projecto e que, na prática, nos permitiu estar próximos da informação e equacionar o nosso objecto de estudo em termos científicos, pode ter-se tornado numa limitação. O facto de estarmos demasiado perto do problema e do objecto de estudo e a pouca experiência em investigação, pode ter-nos impedido de ver mais além e de ter enviesado as nossas interpretações e conclusões, o que, contudo, tentámos evitar.

Pistas para estudos futuros

Ao longo desta investigação sobre uma nova modalidade de Orientação para jovens em risco de exclusão social, a Orientação Não Formal, algumas novas questões foram surgindo. Algumas delas, pela pertinência da problemática em que estão envolvidas, poderão constituir um ponto de partida para novos estudos. As questões, que de seguida referimos, podem ser agrupadas em torno de três eixos temáticos: a modalidade de Orientação Não Formal, a ligação entre a Orientação Formal e a Não Formal e, ainda, novos agentes sociais locais em Orientação Não Formal

Modalidade de Orientação Não Formal

Reconhecemos a modalidade de Orientação Não Formal como um sistema de Orientação complexo especialmente dirigido para jovens em risco de exclusão social. A investigação no terreno permitiu-nos identificar esta modalidade de Orientação como sendo distinta da Orientação Formal, desenvolvendo-se em organizações locais com vocação e intervenção na área do trabalho social comunitário, podendo constituir mais uma vertente ou valência deste tipo de organizações. Contudo, alguns contornos entre o que é a Orientação Não Formal e o trabalho social comunitário, genericamente considerado, podem surgir com pouca nitidez.

Tendo em conta esta problemática consideramos como pertinente o estudo mais aprofundado de organizações locais com intervenção na área do trabalho social comunitário, dirigido a jovens em risco de exclusão social e que possam constituir casos paradigmáticos. Será o caso de organizações locais e comunitárias que disponham de serviços ou actividades como sejam as de educação e formação profissional ou profissionalizante de carácter não formal, de clubes de emprego e de Unidades de Inserção na Vida Activa em resultado da implementação de protocolos com organizações do sistema formal, como centros de emprego e escolas.

Outro aspecto que se prende directamente com a Orientação Não Formal, diz respeito à formação dos actores que constituem potenciais pessoas significativas ou mediadores no trabalho com os jovens em risco de exclusão social. Cremos ser pertinente, não só uma melhor definição dos perfis de pessoa significativa e/ou mediador social, mas também dos conteúdos da formação e das entidades formadoras, estejam estas ligadas, ou não, aos sistemas formais.

O aprofundamento do estudo da modalidade de Orientação Não Formal poderá, ainda, passar pela compreensão dos impactos deste tipo de Orientação nos jovens do grupo-alvo. Este tipo de estudo, desenvolvido a nível dos destinatários de Orientação Não Formal poderá contribuir para um conhecimento mais profundo, não só dos 'efeitos orientadores' desta modalidade de Orientação, como da pertinência e eficácia da intervenção tendo em conta os objectivos de (re)inserção e de (re)integração dos jovens em risco de exclusão social nos sistemas formais de educação, de formação profissional e de emprego.

Ligação entre Orientação Formal e Não Formal

Ao longo do nosso estudo, ficou clara a necessidade de ligação entre a Orientação Formal e a Orientação Não Formal. Parece-nos pertinente a realização do estudo do tipo de relações já existentes, nomeadamente a partir das organizações que constituam casos paradigmáticos, como já referimos.

A importância que parece assumir a ligação entre Orientação Formal e Não Formal justifica o estudo dos elementos do sistema de Orientação Formal, pois a identificação das suas insuficiências ou inadequações face às necessidades específicas dos jovens em risco de exclusão social poderá contribuir para a compreensão das vantagens de uma ligação eficaz entre as duas modalidades de Orientação. O estudo dos tipos de ligação que se podem estabelecer entre elas parece ser, também, um campo aberto à investigação dentro desta problemática.

Novos agentes sociais locais em Orientação Não Formal

A nossa investigação limitou o estudo da Orientação Não Formal a dois tipos de organizações: uma organização formal sem intervenção directa em matéria de Orientação e duas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS'S).

Existem outros agentes sociais locais, como sejam as associações populares, as colectividades de cultura e recreio, que trabalham com jovens em áreas como o desporto e a cultura. Estas organizações, não estando directamente vocacionadas para o trabalho com a categoria dos jovens em risco de exclusão social, são na ordem dos milhares e encontram-se espalhadas por todo o país. Ainda, o tipo de actividades que desenvolvem com jovens é favorável ao desenvolvimento de competências transversais e emocionais, ao desenvolvimento pessoal e social e à integração na comunidade. Embora na actualidade este tipo de organizações estejam muito vocacionadas para as actividades de ocupação de tempos livres dos jovens, tiveram já, na primeira metade do século XX, experiência em matéria de educação básica e de formação profissional ou profissionalizante.

Em áreas onde não existam organizações locais com intervenção na área do trabalho social comunitário e, na presença de associações populares ou colectividades, parece pertinente perguntar se estas não poderão realizar um trabalho de Orientação Não Formal com jovens em risco de exclusão social que vivam na sua área de influência. Mesmo considerando a existência na comunidade de organizações com trabalho na modalidade de Orientação Não Formal, parece interessante compreender se haverá possibilidade de articulação entre os dois tipos de organizações, se é que ela ainda não existe.

BIBLIOGRAFIA

Abrantes, J. C. (1998). Acontece(u) no País. *Noesis*. (47), pp. 71-75.

Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D., Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Edições Gradiva. Col. Trajectos. Lisboa.

Almeida, J. F., Capucha, L., Costa, A. F., Machado, F. L., Nicolau, I., Reia, E. (1994). *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Celta Editores. Oeiras.

Álvarez-Uria, F. (1995). En Torno a la Crisis de los Modelos de Intervención Social. In Vários Autores. *Desigualdad y Pobreza Hoy*. Talasa Ediciones. S.L. Madrid.

Alverca, C., Gaboleiro, C., Lemos, J. B. (1993). *Determinação das Necessidades em Orientação Escolar e Profissional de Diferentes Grupos Alvo de Jovens entre 15 e 27 Anos na União Europeia: O Caso da Península de Setúbal*. Relatório Nacional. Versão Final. Lisboa.

Alves, N. (1998). Escola e Trabalho: Atitudes, Projectos e Trajectórias. In M. V. Cabral, M. Pais. (coords). *Jovens Portugueses de Hoje*. Secretaria de Estado da Juventude. Estudos sobre a Juventude/1. Observatório Permanente da Juventude Portuguesa. Ed. Celta. Oeiras.

Ambrósio, T. (1986-a). Resultados e Avaliação Crítica de um Projecto. *Desenvolvimento*. II, Número Especial: Os Jovens e Nós, pp. 7-14.

Ambrósio, T. (1986-b). Efeitos da Socialização Escolar nos Valores e Comportamentos dos Jovens - A Mobilidade Escolar e Social da Amostra. *Desenvolvimento*. II, Número Especial: Os Jovens e Nós, pp. 145-162.

Ambrósio, T., Oliveira, T., Ambrósio, S. (1995). *Relatório de Actividades de Novembro de 1994 a Janeiro de 1995, Petra - Action III, Non-Formal Guidance, Portugal.*

Ambrósio, T., Oliveira, T., Ambrósio, S. (1995). *Levantamento das Necessidades de Formação de Conselheiros de Orientação Não Formal no Concelho de Almada, Petra II - Acção III, Orientação Não Formal.*

Ambrósio, T., Oliveira, T., Ambrósio, S. (1995). *Non- Formal Guidance for Youth at Risk of Social Exclusion, Final Report, Petra II, Acção III, 1994/95, UNL,FCT,SCE.*

Ambrósio, T., Oliveira, T., Ambrósio, S. (sd). *Intervenções relevantes com grupos de jovens em risco, Petra Action III, Non-Formal Guidance, Portugal.*

Ambrósio, T., Oliveira, T., Ambrósio, S., Martins, M. J., Ramos, L., Pinho, F. (1994). *Caracterização dos Grupos de Jovens Atendidos por Instituições do Concelho de Almada.* FCT-UNL. Secção de Ciências de Educação.

Archer, S. L. (Ed.) (1994). *Interventions for Adolescent Identity Development.* Sage Focus Edition. London.

Ariès, P. (1986). Para uma História da Adolescência. *Alter/Ego*, (1), pp. 5-16.

Bariaud, F., Bourcet, C. (1994). Le Sentiment de la Valeur de Soi. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 23, (3), pp. 271-290.

Barreto, A. (org.). (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995.* Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa. Lisboa.

Benavente, A., Campiche, J., Seabra, T., Sebastião, J. (1994). *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico.* Fim de Século. Lisboa.

Blanché, R. (1988). *A Epistemologia.* Editorial Presença. Lisboa.

Bogdan, R., Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto Editora. Col. Ciências. Porto.

Bosma, H. (1994). Le Développement de L'Identité a L'Adolescence. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 23, (3), pp. 291-311.

Branco, F. (1998). *Municípios e Políticas Sociais em Portugal, 1977-1989*. Instituto Superior de Serviço Social. Departamento Editorial. Lisboa.

Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Cadernos Democráticos. Fundação Mário Soares. Gradiva Publicações Lda. Lisboa.

Burhan, L. (1997). *Transnacional Training in Complementary with Youthstart Projects*, NICEC, UK.

Cabral, M. V., Pais, J. M. (coords). (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*. Secretaria de Estado da Juventude. Estudos sobre a Juventude/1. Observatório Permanente da Juventude Portuguesa. Ed. Celta. Oeiras.

Campos, B. P. (1991). *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*. Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem. Porto.

Campos, B. P. (sd). *Information in Career Guidance*. CENOR. Ministério da Educação. Lisboa.

Canário, Rui (1994). ECO: Um Processo Estratégico de Mudança. In Rui de Espiney, Rui Canário, (orgs), *Uma Escola em Mudança com a Comunidade. Projecto ECO, 1986-1992. Experiências e Reflexões*. Instituto de Inovação Educacional. Ciências da Educação. Lisboa.

Carrilho, M. M. (1989). *Itinerários da Racionalidade*. Publicações Dom Quixote. Col. Biblioteca Dom Quixote. Lisboa.

Carrilho, M. M. (1994). *A Filosofia das Ciências. De Bacon a Feyerabend*. Editorial Presença.

Carvalho, A. D. (1988). *Epistemologia das Ciências da Educação*. Edições Afrontamento. Porto.

Carvalho, J. N. (1990). Comportamentos Desviantes. In B. P. Campos. (coord). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*. Universidade Aberta. Lisboa.

Castells, M. (1984). *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Editorial Presença. Lisboa.

Chisholm, L. (1994). *Young Europeans and Vocational Counseling: What Do Which Young People Need and Want? Determining the Need for Vocational Counselling Among Different Target Groups of Young People Under 28 Years of Age in the European Community*. Synthesis Report. CEDEFOP. Project N° 060094. Berlin.

Claes, M. (1985). *Os Problemas da Adolescência*. Editorial Verbo. Lisboa.

Comissão Europeia. (1995). *Ensinar e Aprender, Rumo à Sociedade Cognitiva*. Livro Branco. Luxemburgo. Bruxelas.

Commission Européenne (1994). *Manuel Européen des Conseillers d'Orientation*. Office des publications officielles des Communautés Européennes. Bruxelles.

Commission of the European Communities (1993). *Growth, Competitiveness, Employment. The Challenges and Ways Forward into the 21 st Century*. White Paper. Brussels.

Commission of the European Communities (1994). *Catalogue of National Guidance Resource Centres*. Petra.

Cordeiro, J. C. D. (1982). *A Saúde Mental e a Vida*. Moraes Editora. Lisboa.

Costa, H. V. (1996). A Educação Extra-Escolar como Paradigma Genuíno de Educação Permanente. In *Funções, Estilos, Parceiros e Lugares da Educação Extra-Escolar*. Editora do Ministério da Educação. Coleção Educação/Formação, Caderno nº 1. Lisboa.

Costa, M. E. (1990). Desenvolvimento da Identidade. In B. P. Campos. (coord). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*. Universidade Aberta. Lisboa.

Delors, J. (coord). (1996). Educação: *Um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão International sobre Educação para o Século XXI. Edições Asa. Coleção Perspectivas Actuais/Educação.

Duarte, A. M. (1996). Desemprego e Reconstrução de Identidade. O Caso dos Mineiros do Pejão. *Cadernos de Ciências Sociais*, (17), pp. 105-134, Ed. Afrontamento.

Dubar, C. (1991). *La Socialisation. Constrution des Identités Sociales et Professionnelles*. Armand Colin Éditeur. Paris.

Equipa Coordenadora do projecto de "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social" (1998). Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social - Uma Experiência de Formação em Rede Local. Projecto Leonardo. CBGA. *Jornal Escola em Festa*, (9-10), p. 3. CMA. Almada.

Erikson, E. H. (1981). *The Life Cycle Completed. A Review*. W. W. Norton & Company. New York - London.

Formosinho, J. O., Alves-Pinto, C. (1986). Auto-Estima, Auto-Conceito Académico, Alienação e Sucesso Escolar. *Desenvolvimento*. II, Número Especial, pp. 129-144. IED.

Fournier, G. Pelletier, R. Pelletier, D. (1993). Typologie des Croyances Entrenues par les Jeunes de 16 à 25 Ans sans Emploi à L'Égarde de L'Insertion Sócio-professionnelle. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 22, (1), pp. 65-83.

Gallarín, J. (1978). *Adolescência e Individualidade*. Harbra. S. Paulo.

Gaviria, M., Laparra, M., Aguilar, M. (1995). Aproximación Teórica al Concepto de Exclusion. In Vários Autores. *Desigualdad y Pobreza Hoy*. Talasa Ediciones. S.L. Madrid.

Ghiglione, R., Matalon, B. (1993). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Edições Celta. Oeiras.

Giddens, A. (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta Editora. Oeiras.

Giddens, A., (1995). *As Consequências da Modernidade*. Celta Editora. Oeiras.

Goleman, D. (1997). *Inteligência Emocional*. Editora Temas e Debates.

Gonçalves, H. S. (1994). Processos de (re)construção de Identidades culturais num bairro de habitação social. *Sociologia-Problemas e Práticas*, (16), pp. 135-149.

Husén, T. (1988). Research Paradigms in Education. In *Educational Research, Methodology and Measurement*. An International Handbook. University of Melbourn. Pergemon Press. Victória. Australia.

Imaginário, L. (1990). Desenvolvimento Vocacional. In B. P. Campos. (coord). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*. Universidade Aberta. Lisboa.

Josselson, R. L. (1994). The Theory of Identity Development and the Questions of Intervention. An Introduction. In Archer S. L. (ed.). *Interventions for Adolescent Identity Development*. Sage Publications. USA.

Kroger, J. (1996). *Identity in Adolescence. The Balance Between Self and Other*. Second Edition. Routledge. London.

Kuhn, T. (1992). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 3ª Edição Editora Perspectiva. Col. Debates. São Paulo. Brasil.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Instituto Piaget. Col. Epistemologia e Sociedade. Lisboa.

Lima, L., Silva, P. (1986). Os Jovens, o Trabalho e a Escola. *Desenvolvimento*. II, Número Especial: Os Jovens e Nós, pp. 165-186.

Lopes, H., Grilo, E. M., Nazareth, J. M., Aguiar, J., Gomes, J. A., Amaral, J. P. (1989). *Portugal: O Desafio dos Anos Noventa*. Editorial Presença. Lisboa.

Mace, G. (1991). *Guide D'Elaboration d'un Projet de Recherche*. DeBoeck. Bruxelles.

Machado, F. L. (1994). Luso-africanos em Portugal: nas Margens da Etnicidade. *Sociologia-Problemas e Práticas*, (16). pp. 111-134.

Martin, H-P., Schuman, H. (1998) *A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*. Terramar. Actualidades. Lisboa.

McCarthy, J. (1994). *Non-Formal Guidande Project Managment Meeting*, Petra II Acção III, Leargas, Dublin.

McCarthy, J. (1995). *Formulário de candidatura do Projecto Piloto Community Based Non-Formal Guidance for Disadvantaged Young People ao Programa Leonardo da Vinci*.

McCarthy, J. (1995). *Non-Formal Guidance 1994-95*, Petra II Acção III Development Project.

McCarthy, J. (1998). *Acta da Transnational Project Managment Meeting*, Lisbon, October 2 & 3 1997, Community Based Guidance Assistance, Galway.

Merriam, S. B. (1991). *Case Study Research in Education. A Qualitative Approach*. Jossey-Bass Publishers. San Francisco. Oxford.

Michel, S., Mallen, M-C. (1990). *Le Bilan Personnel. Outil de votre Réussite*. Les Éditions D'Organization. Paris.

Morin, E. (1998). Complexidade e Liberdade. In E. Morin, I. Prigogine. *A Sociedade em Busca de Valores. Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo*. Instituto Piaget. Col. Epistemologia e Sociedade. Lisboa.

Morin, Edgar (1984). *Sociologia. A Sociologia do Microsocial ao Planetário*. Publicações Europa-América. Col. Biblioteca Universitária. Lisboa.

Mure, J. L. (1996). Les Représentations des Enseignants du Second Degré Face aux Exigences du Nouveau Contexte Éducatif de L'Orientation. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 25, (2), pp. 267-284.

Nunes, J. S. (1998). Perfis Sociais Juvenis. In M. V. Cabral, J. M. Pais. (coords). *Jovens Portugueses de Hoje*. Secretaria de Estado da Juventude. Estudos sobre a Juventude/1. Observatório Permanente da Juventude Portuguesa. Ed. Celta. Oeiras.

O'Farrel, U. (1995). *First Steps in Counselling*. Veritas. Dublin.

Odman, P-J. (1988). Hermeneutics. In *Educational Research, Methodology and Measurement*. An International Handbook. University of Melbourn. Pergemon Press. Victória. Australia.

Oliveira, T. (1994). Intervenção Social num Contexto de Exclusão. Práticas de Intervenção Social em Dois Bairros Sociais da Malha de Chelas. *Fórum Sociológico*, (5), pp. 99-110.

Oliveira, T., Ambrósio, S. (1996). *Progress Report*, Portugal, December 1995-November 1996, Leonardo da Vinci Programme, CBGA.

Oliveira, T., Ambrósio, S. (1997). *Final Report*, Pilot Project Leonardo da Vinci Project, 1/12/95 to 30/11/97, FCT, SCE.

Oliveira, T., Ambrósio, S. (1997). *Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social - Organização da Formação*, Programa Leonardo, FCT, SCE.

Oliveira, T., Ambrósio, S., Martins, M^a J., Ramos, L. (1996). *Progress Report*, Portugal, Maio 1996 a Outubro 1996, Leonardo da Vinci Project (CBGA).

Oliveira, T., Ambrósio, S., Martins, M^a J., Ramos, L. (1997). *Report on Activities/Results* (1/12/95 to 31/7/97). Leonardo da Vinci Project (CBGA).

Oliveira, T., Ambrósio, S., Ramos, L. (1997). *Progress Report and Future Plans*, Portugal, October 1996 - March 1997, Leonardo da Vinci Project (CBGA), UNL, FCT, SCE.

Oliveira, T., Ambrósio, S., Ramos, L. (1997). *Report of Training Programme*, Portugal. Leonardo da Vinci Project (CBGA), UNL, FCT, SCE.

Oliveira, T., Ambrósio, S., Sousa, P., Martins, M^a J., Ramos, L. (1997). *Programa Leonardo (1995-98), Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social*. Comunicação apresentada no encontro sobre o Ano Europeu contra o Racismo. Ministério da Educação.

Oliveira, T., Ambrósio, S., Sousa, P., Ramos, L. (1998). *Leonardo Project (1995-98), Non-Formal Guidance for Young People in Risk of Social Exclusion*, Galway Meeting, Ireland.

Pain, A. (1990). *Education Informelle. Les Effects Formateurs dans le Quotidien*. Ed. L'Harmattan. Paris.

Pais, J. M. (1996). Levantamento Bibliográfico de Pesquisas sobre a Juventude Portuguesa - Tradições e Mudanças (1985-1995). *Sociologia, Problemas e Práticas*, (21), pp. 197-221. ISCTE.

Pais, J. M. (1998). Grupos Juvenis e Modelos de Comportamento em Relação à Escola e ao Trabalho: Resultados de Análises Factoriais. In M. V. Cabral, J. M. Pais. (coords). *Jovens Portugueses de Hoje*. Secretaria de Estado da Juventude. Estudos sobre a Juventude/1. Observatório Permanente da Juventude Portuguesa. Ed. Celta. Oeiras.

Pereira, F. (1991). Auto-Conceito e Resultados Escolares na Adolescência. *Análise Psicológica*, 2 (IX), pp. 145-150.

Pereirinha, J. (1996). Pobreza e Exclusão Social. Algumas Reflexões sobre o Conceitos e Aspectos de Medição. In J. M. Carvalho Ferreira, R. Marques, J. Peixoto, R. Raposo. (orgs) *Entre a Economia e a Sociologia*. Celta Editora. Oeiras.

Perista, H., Pimenta, M. (1994). A Pobreza Urbana. Algumas situações tipo. *Mediterrânico*, (4), pp. 33-51.

Permatin, D., Legres, J. (1988). *Les Projects Chez les Jeunes. La Psychopedagogie des Projects Personneles*. Edition EAP. Collection Orientation. France.

Pineau, G. (1995). Vers un Paradigme de Recherche-Formation en Réseau. *Estado Actual da Investigação em Formação*. Actas do Colóquio. Maio 1994. Edição da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Porto.

Pires, A. L. (1995). *Desenvolvimento Pessoal e Profissional. Um Estudo dos Contextos e Processos de Formação das Novas Competências Profissionais*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências de Educação/Educação e Desenvolvimento. FCT-UNL.

Portugal, G. (1992). *Ecologia e Desenvolvimento Humano em Bronfenbrenner*. Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional. Aveiro.

Queiroz, M. C., Gros, M. C. (1996). Das Condições Sociais da Exclusão às Condições da Sociabilidade. *Cadernos de Ciências Sociais*, (15-16), pp. 5-10. Edições Afrontamento.

Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Edições Gradiva. Col. Trajectos. Lisboa.

Régnier, D. (1994). Les Valeurs à L'Adolescence. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 23, (3), pp. 329-353.

Rodrigues, M. J. (1992). *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*. Publicações D. Quixote. Lisboa.

Rodrigues, M. J. (1994). *Competitividade e Recursos Humanos*. Biblioteca de Economia. Publicações D. Quixote.

Santos, F. R. (1994). *Amigos y Redes Sociales. Elementos para uma Sociologia de la Amistad*. Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid.

Silva, M. (1996). A Exclusão Social: Um Fenómeno Inevitável?. *Brotéria. Cultura e Informação*. 142 (2), pp. 229-238.

Silva, M. L. R. (1992). *Personalidade e Escolha Profissional. Subsídios de Keirsey e Bates para a Dinâmica Vocacional*. Editora Pedagógica e Universitária. São Paulo.

Smith, E. E., Medin, D. L. (1981). *Categories and Concepts*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts e London, England.

Soares, I. (1990). O Grupo de Pares e a Amizade. In B. P. Campos. (coord). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*. Universidade Aberta. Lisboa.

Sousa Santos, B. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*. Edições Afrontamento. Porto.

Sousa Santos, B. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Edições Afrontamento. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto.

Sousa Santos, B. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Edições Afrontamento.

Sprinthall, N. A., Collins, W. A. (1994). *Psicologia do Adolescente. Uma Abordagem Desenvolvimentista*. F.C.G. Lisboa.

Stenhouse, L. (1988). Case Study Methods. In *Educational Research, Methodology and Measurement*. An International Handbook. University of Melbourn. Pergemon Press. Victória. Australia.

Svendsen, S. (1994). *Innovation dans les Systèmes Nationaux d'Orientation Professionnelle*. Document de travail. Conference de Rome.

Torrens, F.J.A. (1995). Reflexiones en Torno a las Investigaciones sobre Pobreza y Marginación en España. In Vários Autores. *Desigualdad y Pobreza Hoy*. Talasa Ediciones. S.L. Madrid.

Vala, J. (1986). A Análise de Conteúdo, In A. S. Silva, J. M. Pinto. (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto.

Vala, J. (1990). Identidade e Participação Social dos Jovens Desempregados. *Desenvolvimento*. III, (5-6), pp. 9-22.

Vasconcelos, T. (1998). Da Exclusão à Flexibilização do Currículo. *Noesis*. (48). pp. 19-21.

Vassileff, J. (1991). *La Pegagogie du Project en Formation Jeunes et Adultes*. Chronique Sociale. Collection L'Essentiel.

Veiga da Cunha, R. (1994). *Première Reunion du Project de Development sur "Un modele de services non formels"*, Bruxelles.

Watts, A. G. (1994). *Orientação Escolar e Profissional na Comunidade Europeia*. Relatório-síntese de um estudo encomendado pela Comissão das Comunidades Europeias. Luxemburgo, Bruxelas.

Watts, A. G. (coord). (1993). *Linkages Between Formal and Informal Guidance*. Extracts from Ten National Studies and the Synthesis Report on Educational and Vocational Guidance Services. CEDEFOP. Brussels.

Watts, A. G., Dartois, C., Plant, P. (1988). Les Services D'Orientation dans la Communauté Européenne: Différences et tendances Communes. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 17, (3), pp. 183-192.

Watts, A. G., McCarthy, J. (1996). *Non-Formal Guidance for Young People at Risk*, Report of a development programme involving six Member States of the European Union, Petra, Dublin.

Watts, A. G., McCarthy, J. (1998). *Community-Based Guidance and Social Exclusion*, NCGE-NICEC Briefing, Cambridge.

Watts, A. G., McCarthy, J. (1998). *Training in Community-Based Guidance, A Formative Evaluation of a Development Programm in Four European Countries under the European Commission's Leonardo programme*, NCGE, Dublin.

Yin, R. K. (1984). *Case Study Research. Design and Methods*. Sage Publications. Col. Applied Social Research Methods Series. U.K.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**Faculdade de Ciências e Tecnologia
Secção Autónoma das Ciências Sociais Aplicadas
Ciências da Educação**

**ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL
Estudo de Caso sobre uma Modalidade de Orientação para Jovens
em Risco de Exclusão Social**

2 Volumes (Vol. II)

Luísa Maria de Carvalho Pereira Ramos

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade
Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação,
Educação e Desenvolvimento, sob a orientação científica da Professora Doutora
Maria Teresa Oliveira

Lisboa
1999

Índice de Matérias (Vol. I)

• INTRODUÇÃO GERAL DO ESTUDO	14
1. Apresentação Geral do Estudo	15
1.1 Pertinência	15
1.2 Objecto de estudo, questões e objectivos da investigação	16
1.3 Estrutura do trabalho	19
• PRIMEIRA PARTE – ABORDAGEM TEÓRICA À MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL PARA JOVENS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL	24
<u>Capítulo 1</u> - A Orientação no actual contexto económico e educativo	24
Introdução	24
1. A Orientação como subsistema de interface entre os sistemas educativo e económico	25
2. Contexto económico: os três “Choques Motores”	28
3. Sistema educativo: situação e tendências	30
4. O Sistema de Orientação em Portugal	34
Conclusão	40
<u>Capítulo 2</u> - Os jovens em risco de exclusão social	42
Introdução	42
1. Pobreza ou exclusão social?	42
2. Precarização, exclusão e marginalização	47
3. Factores exclusógenos e categorias de excluídos	49
Conclusão	52
<u>Capítulo 3</u> - Os jovens e os processos de formação de identidade	54
Introdução	54
1. Da “invenção” ao estudo da adolescência: a formação da identidade	55
2. Alguns contributos da teoria de desenvolvimento da personalidade de Erik Erikson	57
3. Factores de desenvolvimento da identidade e de risco na adolescência	59
4. Jovens em risco de exclusão social e formação de identidades sociais	65

	iii
Conclusão	70
<u>Capítulo 4</u> – Um domínio emergente de Orientação: A Orientação Pessoal e Social	72
Introdução	72
1. Condições de emergência de uma Orientação Pessoal e Social	73
2. Orientação Escolar e Profissional: evolução e principais tendências	74
3. Domínio e âmbitos de intervenção de uma Orientação Pessoal e Social	78
Conclusão	83
<u>Capítulo 5</u> – Contextos e Processos de Orientação Não Formal	85
Introdução	85
1. Orientação como acto educativo/formativo	86
2. As modalidades de Educação: Formal, Não Formal e Informal	88
3. Diferentes modalidades de Orientação: Formal, Não Formal e Informal	92
4. Contextos e Processos de Orientação Não Formal	96
Conclusão	103
• SEGUNDA PARTE – CONTEXTOS E PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO NÃO FORMAL PARA JOVENS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL	106
<u>Capítulo 6</u> – Metodologia Geral da Investigação	106
Introdução	106
1. Aspectos epistemológicos	107
2. Aspectos metodológicos: o estudo de caso	114
3. Limitações do estudo de caso	121
4. Técnicas de recolha e de tratamento dos dados	123
4.1 Técnicas de recolha de informação	124
4.1.1 Pesquisa Documental	124
4.1.2 Inquérito por Questionário	126
4.1.3 Inquérito por Entrevista	127
4.2 Técnicas de tratamento dos dados	132
Conclusão	135
<u>Capítulo 7</u> - Leitura e interpretação dos dados	137
Introdução	137
1. Nível de análise transnacional	138
1.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por pesquisa documental	

relativa aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	138
1.2 Síntese dos resultados	147
1.3 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	149
1.4 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise transnacional	156
2. Nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	162
2.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por pesquisa documental relativa ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	162
2.2 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	181
2.3 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	196
3. Nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	199
3.1 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada	200
3.2 Leitura e interpretação dos dados do inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial de Cristo Rei	211
3.3 Leitura e interpretação dos dados obtidos por inquérito por entrevista à representante do Centro Comunitário do PIA II, da Santa Casa da Misericórdia de Almada	222
3.4 Síntese dos resultados relativos ao nível de análise local/organizações da rede local de Orientação Não Formal, de Almada	235
4. Síntese dos resultados da investigação	241
• CONCLUSÃO GERAL	250
Conclusão	250
Limitações do processo da investigação	259
Pistas para estudos futuros	262
Bibliografia	265

Índice de Matérias (Vol. II)

• Introdução ao Vol. II – <u>ANEXOS</u>	Vii
• <u>ANEXO 1</u> - Relação de documentos consultados	1
• A. Documentos relativos aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	1
• B. Documentos relativos ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	2
• <u>ANEXO 2</u> – Transcrição dos textos mais significativos da documentação consultada	3
• A. Transcrição dos textos mais significativos da documentação relativa aos projectos “Non – Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	3
• B. Transcrição dos textos mais significativos da documentação relativa ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	11
• <u>ANEXO 3</u> - Inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non -Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	20
• <u>ANEXO 4</u> - Guiões dos inquéritos por entrevista	21
• A. Guião do inquérito por entrevista realizado a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal de Almada: nível de análise nacional.	21
• B. Guião do inquérito por entrevista realizado às representantes da Câmara Municipal de Almada, do Centro Social Paroquial do Cristo Rei e do Centro Comunitário do PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada: nível de análise local/ organizações da rede local.	22
• <u>ANEXO 5</u> - Resultado do inquérito por questionário realizado ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	24
• <u>ANEXO 6</u> - Transcrição total dos inquéritos por entrevista	32

• A. Transcrição do inquérito por entrevista realizado a uma das coordenadoras do projecto de “orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 22/07/98	32
• B. Transcrição do inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 22/07/98	52
• C. Transcrição do inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial do Cristo Rei na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 13/07/98	71
• D. Transcrição do inquérito por entrevista realizado à representante do Centro Comunitário do PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 17/07/98	86
• <u>ANEXO 7</u> - Solicitação para a realização de inquéritos	118
• A. Solicitação para a realização de um inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”	118
• B. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à coordenadora do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”	119
• C. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada	120
• D. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante do Centro Comunitário do PIA II na rede local de Orientação Não Formal de Almada	121
• E. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial do Cristo Rei na rede local de Orientação Não Formal de Almada.	122

Introdução ao Volume II (Anexos)

Neste Volume II, de Anexos, apresentamos os documentos que considerámos importante revelar aos leitores do nosso estudo sobre a modalidade de Orientação Não Formal.

O Anexo 1 contém a relação de documentos consultados na pesquisa documental, relativos aos projectos transnacionais “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance” (Anexo 1A) e ao projecto português de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” (Anexo 1B). Nesta relação, os documentos estão ordenados por ordem cronológica e numerados de um a nove, para o nível de análise transnacional, e de dez a vinte e dois, para o nível de análise nacional/coordenação da rede local de Orientação Não Formal de Almada.

No segundo Anexo apresentamos a transcrição de textos extraídos dos já referidos documentos e que considerámos significativos para a nossa investigação. As transcrições dos textos relativos aos projectos transnacionais (Anexo 2A) e dos relativos ao projecto português (Anexo 2B), que se encontravam em língua inglesa foram objecto de tradução livre para português. A maioria dos documentos consultados não se encontrava paginada, pelo que, aquando da sua referência no decorrer da análise e interpretação, apresentamos o número do documento seguido da página do Anexo onde o mesmo pode ser localizado.

No Anexo 3 apresentamos o inquérito por questionário realizado ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”, em língua inglesa, tal como foi de facto realizado.

O quarto Anexo contém os guiões dos inquéritos por entrevista realizados a um elemento da coordenação do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal de Almada (Anexo 4A) e às representantes de três organizações da referida rede local (Anexo 4B).

O Anexo 5 contém a resposta ao inquérito por questionário realizado ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”.

No Anexo 6, apresentamos a transcrição total das respostas aos inquéritos por entrevista, num total de quatro e que correspondem ao Anexo seis, de A a D.

A todos os inquiridos, por questionário e entrevista, foram atribuídos pseudónimos no sentido de garantir o anonimato possível. No decorrer da leitura e interpretação dos dados (Vol. I), sempre que realizamos uma citação das respostas aos inquéritos por questionário e entrevista, indicamos a página do Anexo onde a respectiva citação pode ser localizada.

Finalmente, no Anexo 7 apresentamos as cartas que dirigimos aos nossos inquiridos ou aos seus superiores hierárquicos, solicitando autorização para a realização dos inquéritos por questionário e entrevista, num total de cinco e que correspondem ao Anexo 7, de A a E.

ANEXO 1

Relação de documentos consultados

ANEXO 1
Relação de documentos consultados

A. Documentos relativos aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”

Doc. 1 - VEIGA DA CUNHA, R. (1994). *Première Reunion du Project de Development sur “Un modele de services non formels”*, Bruxelles.

Doc. 2 - MCCARTHY, J. (1994). *Non-Formal Guidance Project Managment Meeting*, Petra II Acção III, Leargas, Dublin.

Doc. 3 - MCCARTHY, J. (1995). *Non-Formal Guidance 1994-95*, Petra II Acção III Development Project.

Doc. 4 - MCCARTHY, J. (1995). *Formulário de candidatura do Projecto Piloto Community Based Non-Formal Guidance for Disadvantaged Young People ao Programa Leonardo da Vinci*.

Doc. 5 - WATTS, A. G., MCCARTHY, J. (1996). *Non-Formal Guidance for Young People at Risk*, Report of a development programme involving six Member States of the European Union, Petra, Dublin.

Doc. 6 - BURHAN, LYNN (1997). *Transnacional Training in Complementary with Youthstart Projects*, NICEC, UK.

Doc. 7 - MCCARTHY, J. (1998). *Acta da Transnational Project Managment Meeting*, Lisbon, October 2 & 3 1997, Community Based Guidance Assistance, Galway.

Doc. 8 - WATTS, A. G., MCCARTHY, J. (1998). *Training in Community-Based Guidance, A formative evaluation of a development programm in four European countries under the European Commission's Leonardo programme*, NCGE, Dublin.

Doc. 9 - WATTS, A. G., MCCARTHY, J. (1998). *Community-Based Guidance and Social Exclusion*, NCGE-NICEC Briefing, Cambridge.

B. Documentos relativos ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”

Doc. 10 - AMBRÓSIO, T., OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S. (1995). *Relatório de Actividades de Novembro de 1994 a Janeiro de 1995, Petra - Action III*, Non-Formal Guidance, Portugal.

Doc. 11- AMBRÓSIO, T., OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S. (s/d). *Intervenções relevantes com grupos de jovens em risco*, Petra Action III, Non-Formal Guidance, Portugal.

Doc. 12 - AMBRÓSIO, T., OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S. (1995). *Levantamento das Necessidades de Formação de Conselheiros de Orientação Não Formal no Concelho de Almada*, Petra II - Acção III, Orientação Não Formal.

Doc. 13 - AMBRÓSIO, T., OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S. (1995). *Non- Formal Guidance for Youth at risk of Social Exclusion*, Final Report, Petra II, Acção III, 1994/95, UNL,FCT,SCE.

Doc. 14 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S., MARTINS, Mª J., RAMOS, L. (1996). *Progress Report*, Portugal, Maio 1996 a Outubro 1996, Leonardo da Vinci Project (CBGA).

Doc. 15 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S. (1996). *Progress Report*, Portugal, December 1995- November 1996, Leonardo da Vinci Programme, CBGA.

Doc. 16 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S. (1997). *Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social - Organização da Formação*, Programa Leonardo, FCT, SCE.

Doc. 17 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S., RAMOS, L. (1997). *Report of Training Programme*, Portugal. Leonardo da Vinci Projecto (CBGA), UNL, FCT, SCE.

Doc. 18 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S., RAMOS, L. (1997). *Progress Report and Future Plans*, Portugal, October 1996 - March 1997, Leonardo da Vinci Project (CBGA), UNL, FCT, SCE.

Doc. 19 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S., MARTINS, Mª J., RAMOS, L. (1997). *Report on Activities/Results* (1/12/95 to 31/7/97).

Doc. 20 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S. (1997). *Final Report*, Pilot Project Leonardo da Vinci Project, 1/12/95 to 30/11/97, Leonardo da Vinci Project (CBGA).

Doc. 21 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S., SOUSA, P., MARTINS, Mª J., RAMOS, L. (1997). *Programa Leonardo (1995-98), Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social*. Comunicação apresentada no encontro sobre o Ano Europeu contra o Racismo, Ministério da Educação.

Doc. 22 - OLIVEIRA, T., AMBRÓSIO, S., SOUSA, P., RAMOS, L. (1998). *Leonardo Project (1995-98), Non-Formal Guidance for Young People in Risk of Social Exclusion*, Galway Meeting, Ireland.

ANEXO 2

***Transcrição dos textos mais
significativos da documentação
consultada***

ANEXO 2
Transcrição dos textos mais significativos da documentação consultada

A. Transcrição dos textos mais significativos da documentação relativa aos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”

Doc. 1 O objectivo deste projecto é melhorar o acesso à orientação profissional através do desenvolvimento de fontes não formais de orientação que correspondam às necessidades dos jovens desfavorecidos que não têm acesso aos serviços formais de orientação.
 Centrar o projecto em instituições que possam contribuir para a inserção de jovens em risco de exclusão social que tenham experiência no domínio da orientação.

Doc. 2 Sendo o grupo alvo os jovens excluídos dos sistemas formais de orientação, o objectivo último é trazê-los de volta ao sistema formal. Ainda, dar formação a orientadores/conselheiros de orientação não formal, por técnicos do sistema formal e tentar com que o sistema de orientação formal consiga alcançar directamente o grupo alvo.

Actividades a desenvolver no âmbito deste projecto:

- traçar o perfil do grupo alvo de jovens desfavorecidos,
- identificação das suas necessidades,
- identificação de adultos significativos, pares, associações, desenvolvimentos locais e grupos de parceiros que possam directa ou indirectamente influenciar os jovens desfavorecidos,
- identificar as suas necessidades de formação,
- Desenvolver módulos de formação para agentes de orientação não formal,

Doc. 3 Existe um número significativo de jovens que abandonaram precocemente e sem qualificação a escola e que, por isso, correm o risco de sofrerem situações de desemprego de longa duração e de exclusão económica e social. Os jovens fazem parte de comunidades económica e socialmente desfavorecidas localizadas em determinadas áreas geográficas dos países parceiros.

A estratégia inovadora assentou na identificação de actores chave nas vidas dos jovens em risco, dentro da sua comunidade, o que passou por:

- examinar o seu papel, indo ao encontro das necessidades dos jovens em risco,
- identificar as suas necessidades de formação e apoio,
- proporcionar-lhes a devida formação.

Isto representa uma resposta baseada/centrada na comunidade local, no sentido em que a comunidade se torna um pleno parceiro na oferta de assistência aos jovens em risco.

Outro elemento chave do projecto será o desenvolvimento de estratégias para ligar o trabalho da comunidade aos sistemas formais de orientação. Foi proposto que os modelos inovadores desenvolvidos sejam transferidos para a provisão principal, influenciando o modo como é realizada a orientação formal.

Os modelos inovadores do projecto serão transferidos para o sistema de orientação formal.

Doc. 4 Título proposto: Community Based Non-Formal Guidance for Disadvantage Young People, sendo o campo de actividade o de Informação e Orientação Escolar (vocational guidance), com duração de 3 anos. Os Estados membros propostos para fazer parte da equipa transnacional foram a Holanda, a Espanha, Portugal, Irlanda e Reino Unido.

O tipo de parceiros previstos seriam instituições públicas e organizações não governamentais.

Existe a tradição de as intervenções do sistema formal de orientação nos jovens desfavorecidos virem de cima para baixo. Raras vezes, as comunidades onde eles vivem são consideradas como pontes, como fontes de influência nos jovens desfavorecidos. No actual contexto económico e social e com as mudanças no mundo do trabalho existe o perigo real de os jovens desfavorecidos ficarem isolados. É de extrema importância criar um clima de orientação para eles nas suas áreas de vivência, que os traga de volta à formação e educação vocacional.

Objectivos do projecto:

- promover a igualdade de acesso à orientação escolar aos jovens desfavorecidos, através da inovação no desenvolvimento dos serviços de orientação escolar.

Principais prioridades:

- adaptação dos métodos e contextos de orientação escolar,
- ir ao encontro das necessidades em orientação escolar dos jovens desfavorecidos,
- estreitar a ligação entre os fornecedores de orientação formal e não formal,
- ligar os serviços fornecedores de orientação com a educação vocacional e a formação, escolas e jovens/grupos comunitários,
- formação de adultos significativos, implementação da formação em jovens do grupo alvo e avaliação, revisão, difusão e transferência.

O projecto tem como preocupação primária a formação vocacional inicial e a transição dos jovens para a vida activa.

O projecto prende-se ainda com os seguintes temas: aconselhamento/orientação profissional e com a promoção da igualdade de oportunidades/acesso.

Objectivos operacionais:

- Conteúdos e temas: formação vocacional inicial, desenvolvimento de planos de formação, melhoramento da orientação escolar e de competências.

Com o projecto pretende-se: o desenvolvimento de uma abordagem do fornecimento de orientação escolar para jovens desfavorecidos; o reforço dos adultos significativos, etc., na assistência aos jovens desfavorecidos; através da orientação escolar, trazer os jovens desfavorecidos de volta ao sistema formal de educação vocacional e de formação profissional e em última análise, ao sistema de emprego.

Será dada formação em orientação escolar e profissional a adultos significativos, pares, etc., nas vidas dos jovens desfavorecidos. Serão implementadas as aprendizagens com o grupo alvo, avaliada a efectividades da metodologia. Será feita a difusão e transferência dos resultados, especialmente para os principais serviços (sistemas formais de orientação).

As parcerias serão múltiplas, de instituições públicas e organizações não governamentais. Inovação na estrutura dos serviços de orientação escolar, usando por exemplo, adultos significativos, pares e grupos comunitários, a nível local.

Os grupos que beneficiarão do projecto serão: jovens desfavorecidos, adultos significativos, pares, pessoal de organizações comunitárias em comunidades desfavorecidas, formadores em orientação.

As organizações que beneficiarão do projecto são: organizações de desenvolvimento local em áreas rurais e urbanas, fornecedores de orientação formal e organizações de jovens e comunitárias.

- Doc. 5** Vivemos num mundo caracterizado por rápidas mudanças na natureza do trabalho e estilos de vida. Cada vez mais a ênfase se coloca em questões como a competição, qualificações, aprendizagem ao longo da vida, padrões de carreira incertos. Daqui decorre o perigo de que os mais vulneráveis na sociedade sejam excluídos social e economicamente. (...) A preocupação maior é para com os jovens que saíram das estruturas formais de educação, de formação profissional e de emprego e que, dessa forma, perderam acesso aos sistemas formais de orientação. As razões para esse não acesso incluem a ausência de serviços de orientação formal para jovens fora das estruturas de educação formais e a falta de recursos humanos e de competências dos serviços de orientação formais para trabalhar com esses jovens e ainda o facto de que os jovens não confiam nos profissionais de orientação (p.4)

O grupo alvo do projecto não foram os jovens em risco, mas os agentes de orientação não formal que com eles pudessem trabalhar (p.7).

Os agentes de orientação não formal são pessoas com acesso ao grupo alvo, com competências para trabalhar com eles, sendo por eles aceites. Mas não têm experiência em orientação escolar e profissional. Partiu-se do princípio de que os agentes não formais estariam em melhor posição para identificar as necessidades dos jovens em risco e para lhes dar resposta. Esses agentes foram:

- trabalhadores com jovens/comunidade (youth and community workers), habituados a trabalhar com jovens em risco mas sem formação específica em orientação escolar e profissional,
- "intermediários" (por exemplo adultos significativos, pares, pais) com relações com os jovens em risco, com acesso e credibilidade junto destes, que sejam modelos positivos no que se refere à reintegração social dos jovens, vistos como mentores.

O projecto pretendia saber se a este seu papel se podia acrescentar elementos de orientação escolar e profissional (p.7).

A participação dos sistemas formais de orientação no desenvolvimento do projecto de orientação não formal tiveram diferentes papéis:

- gestão: parceiros na estrutura do projecto,
- apoio à formação: activamente envolvidos na formação de agentes de orientação não formal,
- ponto de referência: à qual recorrer para uma ajuda mais especializada,
- observadores dos desenvolvimentos do projecto para aprender com a sua experiência e métodos (p.8).

As agências de orientação não formal não são alternativas ao sistema formal de orientação (p. 15).

Um aspecto amplo é colocado. É o de se saber se os serviços de orientação formais deverão trabalhar exclusivamente com os indivíduos ou se deverão também trabalhar com o sistema social em que o indivíduo se insere.

Uma questão é o nível apropriado de "formalização" do papel dos agentes de orientação não formal. Esta questão coloca-se tendo em conta o conceito de agente de orientação não formal, uma vez que podem ser trabalhadores com jovens/comunitários sem formação em orientação escolar e profissional e os "intermediários" sem relação profissional com os jovens em risco. Por vezes o papel destes dois tipos confunde-se. Este aspecto pode ser significativo quando se oferece formação aos não-profissionais que, assim, se tornam, pelo menos em princípio, em para-profissionais. Coloca-se ainda a questão de se deverão ser remunerados e até que ponto esta formalização dos seus papéis pode reduzir a sua aceitação junto do grupo alvo, pois passam, até certo ponto, a fazer parte do sistema formal (p.15).

O programa partiu da premissa de que se se conseguisse melhorar os sistemas de orientação, isso tornaria possível a reintegração nos sistemas de educação, de formação profissional e de emprego, dos jovens em risco. O programa não questionou a capacidade desses sistemas de lhes proporcionar oportunidades suficientes e apropriadas.

Como a maior parte dos projectos foram sediados em áreas de elevado desemprego, a menos que se consiga reduzir significativamente o desemprego é possível que projectos futuros nesta área tenham que dar mais atenção não só à reintegração dos jovens nas estruturas de oportunidades formais, mas que tenham também que desenvolver alternativas positivas e construtivas (p.15).

Doc. 6 A formação em orientação não formal tem como características a formação de não profissionais em orientação, que não têm um papel formal em orientação, pessoas que têm acesso aos jovens e são por eles aceites; voluntários.

Doc. 7 Em Portugal a formação em orientação centrou-se em questões psico-sociais, culturais e de saúde. A formação responde às reais necessidades expressas, sendo que os conteúdos de formação incidiram na necessidade do grupo alvo em desenvolvimento pessoal e social.

Será que a orientação é transversal a outros papéis como os dos trabalhadores sociais/jovens/comunitários?

Quanto à terminologia, alguns parceiros usam a expressão "orientação na comunidade", "orientação centrada na comunidade" ou "orientação não formal".

Para Portugal, "não formal" refere-se a novos métodos e a um diferente grupo alvo na comunidade.

Os voluntários no trabalho de orientação não formal não têm obrigações para com o sistema formal, pois não recebem pagamento. A questão que se coloca é a de saber que recompensa e apoio lhes podem ser dados?

O significado de orientação: orientação versus trabalho com jovens, etc. A própria definição de orientação difere de país para país.

As razões para dar formação a outros, como por exemplo a trabalhadores com jovens/comunitários, em orientação, são:

- a obscuridade do conceito de orientação,
- a crença de que todos pensam que eles podem dar conselho.

O projecto é focado na formação em orientação, cuja substância é um continuum no que se refere aos conteúdos e competências:

- aspectos psico-sociais, culturais e de saúde (P)
- competências no aconselhamento em orientação e infirmação sobre carreiras (Irl)

- informação sobre carreiras (RU e Hol)

A formação responde às reais necessidades expressas e revelam um movimento contínuo em direcção ao grupo alvo, como por exemplo:

- desmotivados e socialmente excluídos – necessitam de desenvolvimento pessoal e social (P)
- focagem na colocação em emprego (Hol)

Pode colocar-se um dilema aos serviços de orientação formal no que se refere ao seu papel no desenvolvimento pessoal e social dos seus utentes. Será possível alcançar a cidadania sem inclusão económica?

Doc. 8 Fizeram parte do projecto 4 países: a Irlanda, a Holanda, Portugal e o Reino Unido. O projecto adoptou a designação de Community-Based Guidance Assistance (CBGA). O projecto iniciou-se em Novembro de 1995 e deverá desenvolver-se até Novembro de 1998 (p.4).

Existe grande preocupação em toda a União Europeia com a exclusão social dos jovens, nomeadamente com o elevado número de jovens que abandonam o sistema de educação, de formação profissional e de emprego, que são as instituições que estruturam a vida dos jovens e os integram no tecido social. O receio é de que estes jovens de “estatuto zero”, se possam afastar totalmente destas instituições e abraçar actividades de formas anti-sociais, como as drogas, o crime, etc. - que terão efeitos destrutivos a longo prazo, quer nas vidas dos jovens, quer no conjunto da sociedade. Muitos destes jovens não têm rápido acesso aos serviços de orientação formais, podendo até desconfiar deles, como desconfiam das restantes estruturas oficiais.

Deste problema decorre a necessidade de se desenvolverem processos mais flexíveis sob os quais os serviços de orientação formal possam trabalhar com os existentes ou potenciais agentes de orientação não formal dentro da comunidade (p.5)

As estratégias para ligar as estruturas de orientação formal e de orientação não formal foram:

- ajudar os agentes de orientação não formal a agir como pontos de referência para o acesso do grupo alvo ao sistema formal de orientação,
- ajudar as agências/serviços de orientação não formal a serem os fornecedores iniciais de orientação ao grupo alvo,
- ajudar os fornecedores de orientação formal a desenvolver novos métodos para trabalhar com os fornecedores de orientação não formal e com o grupo alvo (p.5).

No processo (de identificação dos adultos significativos), o termo de “adulto significativo” foi mudado para “pessoas significativas” (role models) pelo reconhecimento de que os indivíduos próximos da idade dos jovens em risco terem, provavelmente, mais influência sobre eles (p.29).

Em Portugal o projecto de formação focou-se mais nas questões pessoais e sociais do que em assuntos educacionais e vocacionais (p.32).

Nos vários projectos foram usados vários conceitos como os de "orientação informal", "orientação não formal" e "orientação centrada na comunidade". Estes termos parecem cobrir um conjunto de conceitos diferentes:

- (a) orientação oferecida no âmbito das relações de pais, pares, etc.,
- (b) orientação oferecida por voluntários,
- (c) orientação oferecida por profissionais de outras áreas (trabalhadores com jovens/comunitários),
- (d) trabalhadores de orientação formal, trabalhando através de agentes de orientação não formal(a e c),
- (e) trabalhadores de orientação formal, trabalhando em contextos não formais, com os clientes.

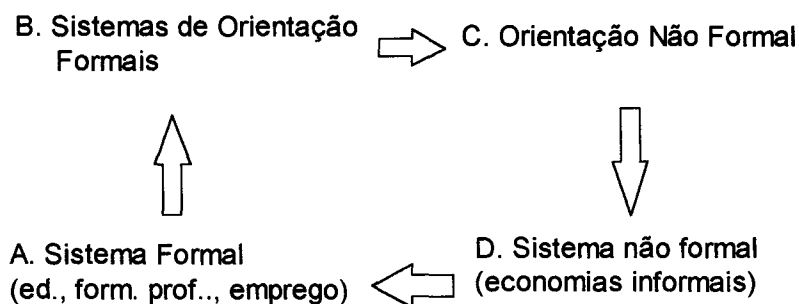
O conceito de "informal" ou de "não formal" pode aplicar-se ao papel em geral (pares, voluntários) e/ou ao estatuto do elemento de orientação dentro de si (categorias a e c), e/ou aos contextos em que se dá orientação.

O projecto português focou-se mais nas categorias a e b (p.44).

Voluntariado versus para-profissionalização: será legítimo usar voluntários que estão desempregados? Não serão eles também excluídos? (p.45).

Ligações entre o formal e o não formal: o facto de em Portugal a orientação formal ser fundamentalmente centrada na escola, torna difícil a estes serviços terem um papel mais amplo no âmbito da comunidade (p.47).

Possível modelo de enquadramento:



Neste modelo, os responsáveis pelo sistema formal (A) têm uma preocupação para com os jovens que saíram deste sistema e entraram no sistema não formal (D), ou estão em risco de nele entrar. Esperam

que os sistemas de orientação formais (B) ajudem estes jovens a manter-se ou a serem reintegrados no sistema formal (A). Estes serviços de orientação estão, contudo, confinados ao sistema formal e têm falta de contacto e/ou credibilidade junto dos jovens, em parte porque estes sistemas sabem muito pouco acerca do sistema não formal que, por seu turno é a referência imediata para o grupo alvo. Os serviços (B) esperam que os agentes de orientação não formal, “intermediários” ou métodos (C), desenvolvam meios eficazes de trabalhar com os jovens em questão. Contudo, a finalidade é apoiar os jovens a ficar ou a reintegrar o sistema formal (p.50)

A reintegração também é problemática por 2 razões: porque o sistema formal pode não ter capacidade para os receber e/ou porque os jovens podem não o desejar (p.51).

Doc. 9 Perante o problema de base, as estratégias de orientação têm um importante papel em reintegrar os jovens desfavorecidos. Estas estratégias têm que incluir apoio a agentes de orientação não formal na comunidade.

Agentes de orientação não formal, potenciais ou existentes na comunidade:

- jovens/trabalhadores sociais que estão habituados a trabalhar com os jovens desfavorecidos mas que não têm formação específica em orientação profissional (career guidance).
- Adultos significativos: os pares e pais que já têm um relacionamento mais estreito com os jovens ou que podem desenvolver relações numa base informal.

B. Transcrição dos textos mais significativos da documentação relativa ao projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social”

Doc. 10 Objectivos planeados para o período de Novembro de 1994 a Janeiro de 1995:

- caracterizar as instituições relevantes para o projecto no concelho de Almada,
- definir e caracterizar o grupo alvo,
- descrever o perfil do grupo alvo,
- identificar e caracterizar os adultos significativos.

Inquérito às instituições: Centro de Emprego de Almada, EPED, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Centro Paroquial da Cova da Piedade, Centro Social Paroquial de Cristo Rei, Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Instituto de Reinserção Social (7 instituições).

Inquérito sobre jovens feito aos próprios jovens.

Levantamento de intervenções locais relevantes com grupos de jovens. Caracterização dos grupos de jovens atendidos pelas instituições: Jovens dos 12 aos 25 anos (com flexibilidade), de agregados familiares extensos, desorganizados, conflituosos. Famílias monoparentais, mães adolescentes. Famílias oriundas das ex-colónias a viver em condições de habitação precária, com pouca integração social. A população jovem com quem estas instituições trabalham sofrem carências a vários níveis: escolaridade, formação profissional, emprego-trabalho, assistência social, acompanhamento familiar, vivência em bairros precários, entre outros.

Situação escolar: elevada percentagem de abandono precoce, casos de analfabetismo. Insucesso escolar, absentismo, que em alguns casos poderá levar ao abandono escolar. Casos de abandono escolar em consequência de carências económicas graves. Esta situação implica que o jovem comece a trabalhar desde muito cedo, sempre em condições precárias, para ajudar a sua família a subsistir. Dificuldade em frequentar programas de formação profissional, por não terem o 9º ano de escolaridade, a longa duração dos cursos e a reduzida oferta. Todos estes jovens procuram inserção rápida no mercado de emprego.

Caraterização das necessidades dos jovens retratados pelas instituições: Podem dividir-se em 5 grupos: necessidades pessoais, de formação, de emprego, de apoios sociais e familiares.

- Pessoais: falta de interesse, desmotivação, dificuldade de expressão, de adaptação a novas situações como a escola e emprego, regras de base, dificuldade em traçar um projecto pessoal.

- Formação: falta de formação profissional. A formação na área da construção civil é vista como fundamental, uma vez que muitos jovens

trabalham neste campo de forma muito precária. A formação de base (aprendizagem de regras e valores sociais e programas alternativos com equivalência à escolaridade obrigatória), surgiu durante o levantamento feito ao longo deste trabalho.

- Emprego: o desemprego ou emprego em situação precária ou ilegal é bastante referido e sentido por todos como um problema para o futuro profissional dos jovens. As áreas de trabalho não são definidas.

- Apoios sociais e familiares: todos consideraram que existe uma grande carência de apoios sociais, nomeadamente em programas de prevenção primária para todos os grupos etários e não exclusivamente para os jovens, apoios específicos à infância (ensino pré-escolar), equipamentos diversificados para os jovens (espaços de convívio, ginásios, etc.) e subsídios estatais que melhorem a qualidade de vida dos jovens e das suas famílias. Torna-se importante a ligação com a comunidade e em particular com as instituições educativas. É de salientar a falta de apoio a grupos específicos como é o caso da população toxicodependente e das mães adolescentes, não existindo neste local (?) programas próprios para estas populações. Uma vez que o jovem não se encontra isolado, e tendo em vista uma integração social saudável, a intervenção no sistema familiar é também vista como primordial. Como forma de intervenção, são referidos programas de prevenção primária, reforço na ligação escola-família-comunidade e um trabalho exaustivo que vise o investimento relacional/afectivo na dinâmica familiar. Toda esta vivência conduz a problemas adjacentes, como a desocupação, a comportamentos de pré-marginalidade e à toxicodependência.

Perfil do Grupo Alvo:

- jovens consumidores de drogas
- mães adolescentes
- jovens de etnia africana

Jovens entre os 14 e os 20 anos de ambos os sexos, de classe social com nível económico e cultural considerado deficiente, de nacionalidade portuguesa (embora alguns sejam oriundos de famílias africanas). Acentuado insucesso escolar, descontentamento com a vida escolar (falta de condições e de expectativas). Muitos destes jovens iniciam a actividade profissional precocemente com o objectivo de ganhar dinheiro rapidamente, por motivação intrínseca ou necessidade da família, trabalho precário. No que diz respeito à situação familiar encontramos, ou famílias muito extensas, ou famílias monoparentais. Em comum há o facto de serem desorganizados, com dinâmicas conflituosas, frequentemente patológicas. A organização destas famílias não é convencional.

Das entrevistas feitas aos jovens:

Existe grande dificuldade em definir quais são as necessidades para a sua formação pessoal e conseqüente projecto de vida. Reparámos que o jovem necessita de um enquadramento estável num grupo de pares,

nascendo nestes grupos as motivações para actividades lúdicas de grupo, preferencialmente as desportivas. Foi verbalizada a necessidade de um maior acompanhamento familiar, o que poderá evitar muitos comportamentos marginais como os casos de organização de gangs, consumo de drogas e outras formas de violência.

Necessidades de formação: os jovens consideram importante um curso fundamentalmente prático com vista a uma inserção rápida no mercado de trabalho. A profissão para a maioria dos jovens não está ligada a um percurso profissional que implique um projecto pessoal futuro. A motivação do jovem em encontrar um emprego é apenas a remuneração económica e não a satisfação pessoal ou a tradição familiar. A vida quotidiana passa-se no bairro onde moram, sendo a rua o seu espaço preferencial de encontro. Este facto, aliado à falta de estruturas de apoio a jovens (familiares e/ou sociais) torna-se uma situação de risco para o próprio jovem. É necessário referir que estes bairros (?) são degradados, com condições de habitação precária e com grandes níveis de marginalidade e tráfico de drogas.

Características dos Adultos Significativos

Os adultos que nesta altura trabalham com esta população jovem têm na sua maioria formação de animadores sócio-culturais promovendo junto dos jovens actividades lúdicas que lhes permite o desenvolvimento de relações em grupo e a apreensão de normas sociais. Os monitores de actividades, nomeadamente as desportivas são referenciados pelos jovens como elementos de diálogo e de entendimento preferencial. Este facto torna-os particularmente importantes no que respeita à construção e enquadramento pessoal dos jovens. Os coordenadores das equipas de monitores e outros técnicos que trabalham directamente com os jovens no seu próprio bairro, são sentidas como figuras importantes uma vez que estabelecem contactos e ligações entre o jovem e a sua família, a escola e restante comunidade. Tanto os monitores, animadores sócio-culturais como os técnicos com funções de coordenação e orientação de equipas são, até ao momento, os adultos significativos por nós considerados.

Doc. 11 Intervenções relevantes com grupos de jovens em risco

Centro Social Paroquial Cristo Rei

Situa-se num bairro de habitação social, com uma população com diversas carências. Uma percentagem considerável desta população é de origem africana ou descende de africanos. A intervenção do CSPCR é tradicionalmente dirigida à população idosa e à infância com programas de animação de tempos livres (ATL). O CSPCR começou a pouco mais de um ano a avaliar a situação dos jovens. Eram jovens que na sua maioria tinham abandonado a escola e estavam a maior parte do seu dia sem nenhuma ocupação (lúdica, escolar ou profissional). Hoje o CSPCR recebe jovens entre os 12 e os 18 anos. Os técnicos referem 3 grupos de jovens em risco de exclusão social: jovens de origem africana, jovens mães adolescentes e jovens com

história de abandono escolar.

O projecto Raízes para um Futuro de Sucesso - projecto de intervenção comunitária desta instituição, basea-se nos seguintes objectivos gerais:

- 1) animação e ocupação dos Tempos Livres dos jovens moradores no bairro propondo-lhes diversas actividades dirigidas ao seu desenvolvimento pessoal, social e cultural;
- 3) Conduzir os jovens, através de actividades lúdicas, a conhecerem as suas motivações intrínsecas;
- 4) Criar nos jovens um espírito de iniciativa, de dinamismo, de decisão, responsabilidade e autonomia.

Tipos de intervenções para o corrente ano: desportivas, animação de rua e intervenção junto de famílias. Para jovens mães adolescentes tem um projecto de intervenção em fase de implementação (higiene, alimentação, etc.). Encontros, debates (planeamento familiar, cuidados com o recém nascido, alimentação do bebé, entre outros). Acções de sensibilização/informação sobre cursos de formação profissional existentes.

Santa Casa da Misericórdia de Almada: trabalha com jovens há cerca de 5 anos. São consumidores de drogas (toxicodependentes ou ainda não), jovens com história de abandono escolar, jovens mães adolescentes e jovens de etnia africana. Estes são grupos de jovens em risco de exclusão social mais pelos técnicos desta instituição. O grupo que mais procura a instituição é o grupo de jovens de origem africana.

O projecto de intervenção comunitária da SCMA baseia-se nos seguintes objectivos gerais:

- 1) Animação e ocupação dos tempos livres dos jovens entre os 12 e os 18 anos propondo-lhes diversas actividades dirigidas ao seu desenvolvimento pessoal, social e cultural;
- 3) Conduzir os jovens, através de actividades lúdicas, a conhecerem as suas próprias motivações;
- 4) Criar nos jovens um espírito de iniciativa, de dinamismo, de decisão, desenvolvendo a sua responsabilidade e capacidade de autonomia.

Este projecto – Apoio Social a Jovens e Famílias em situação de Risco de Exclusão Social - conta com vários tipos de intervenção: as actividades desportivas, de animação sócio-cultural, intervenção junto das famílias dos jovens, planeamento familiar/educação sexual, formação profissional, ateliers ocupacionais e grupos de encontros. Destas intervenções aquelas que, pelos técnicos da instituição, são consideradas mais relevantes, ou pela sua função socializante, ou pelo nível de participação dos jovens, estão ligadas à formação do jovem, à ocupação de tempos livres e ao apoio individual ao jovem. Assim organizam ateliers lúdico-pedagógicos (com actividades desportivas, de animação e ocupação, cerâmica, audio-visuais, informática e cestaria), criarem um espaço socializante (espaço permanente de encontro e convívio, com actividades de expressão plástica, e com

monitores que apoiam a organização de grupo estimulando-os através, por exemplo, da dança. Apostaram em ateliers abertos de experimentação e sensibilização onde pretendem esclarecer os jovens sobre assuntos que os preocupam, nomeadamente na área da saúde e do emprego (convidam profissionais com actividades diversas e pedem-lhes que falem sobre o seu trabalho e respondam às dúvidas dos jovens). Mantêm cursos do 1º e 2º Ciclo (ensino primário e preparatório), e de formação profissional. Estes técnicos ainda conseguem acompanhar individualmente os jovens e as famílias sempre que necessário. Estas intervenções no seio da comunidade têm sido avaliadas periodicamente pelo que é possível enunciar as seguintes evoluções:

- Melhoria do nível de escolaridade e formação profissional,
- Ocupação qualitativa dos tempos livres, com aprendizagens específicas,
- Aumento do poder de expressão/organização,
- Maior coesão de grupos,
- Melhor aceitação de regras/melhoria dos comportamentos em situações novas (maior capacidade de adaptação a situações diferentes das quotidianas).

Doc. 12 O projecto de Orientação Não Formal visa ir ao encontro das necessidades de grupos de jovens em risco de exclusão social. Sabemos que muitos destes jovens abandonaram o sistema escolar, são consumidores de drogas, provenientes de minorias étnicas, mães adolescentes, entre outros. Perante esta realidade a Orientação Escolar e Profissional formal que se exerce em Escolas, Centros de Emprego e Centros de formação profissional, através dos seus Conselheiros de Orientação, não têm as respostas adequadas à sua integração e adaptação escolar, profissional e social.

Não pretendendo de forma alguma ultrapassar a intervenção do sistema de Orientação Formal mas sim trabalhar com este em paralelo a Orientação Não Formal tem como objectivos dinamizar um novo grupo de conselheiros de Orientação que dêem respostas às necessidades pessoais e profissionais destes jovens, encaminhando-os na construção do seu projecto de vida.

Estes conselheiros de Orientação Não Formal podem ser adultos ditos significativos que interagem quotidiana e localmente com estes jovens. São estes que, sob a orientação de técnicos especializados, melhor podem definir as necessidades deste grupo de jovens uma vez que têm um vasto conhecimento da sua realidade pessoal e social.

Metodologia do Projecto:

Sabemos que o termo “jovens em risco de exclusão social” é vago pois podemos encontrar vários grupos alvo com características específicas. Deste modo a metodologia adoptada neste projecto pode ser assim resumida:

- 1 – identificação de grupos de jovens em risco de exclusão social (grupos alvo)

- 2 – identificação das necessidades pessoais e de formação dos grupos alvo existentes no concelho de Almada
- 3 – identificação de adultos significativos que são, ou podem ter influência como conselheiros de orientação não-formal na vida destes jovens
- 4 – identificação das necessidades de formação para estes adultos significativos capacitados para intervir junto destes jovens
- 5 – preparação da formação para estes adultos significativos (conselheiros de orientação não-formal).

Doc. 13 Abordagem inovadora em Portugal: juntar diferentes entidades como escolas profissionais, empresas, autarquias, associações de jovens e outras associações socialmente intervenientes (cívicas, religiosas e culturais), como resposta às necessidades locais e nacionais em informação e orientação não formais. O modelo de intervenção fará uso de novos procedimentos intensivos de Orientação. O projecto está focado em jovens homens e mulheres e seu sistema social.

Os objectivos iniciais propostos para o desenvolvimento do nosso projecto são os seguintes:

- 1- Ganhar consciência das necessidades pessoais, profissionais e em formação dos jovens em risco de exclusão social no concelho de Almada,
- 2- Ganhar consciência das dificuldades de intervenção sentidas pelos jovens em risco de exclusão social, através das instituições com actividade no concelho de Almada,
- 3- Promover novas formas de Orientação individualizada, que forneçam aos jovens orientação Profissional e satisfaçam as suas necessidades de acordo com as suas motivações e capacidades,
- 4- Facilitar o acesso à Informação e Orientação não formais, fora dos sistemas de Orientação tradicionais, aos jovens em risco de exclusão social,
- 5- Praticar novos métodos de intervenção, quer sejam relativos ao domínio de informação e orientação profissional,
- 6- Envolver as famílias e/ou outras pessoas significativas - role models (a serem determinadas) no processo de escolha profissional e tomada de decisão,
- 7- Integrar o sistema "jovem/família/escola-comunidade" no processo de informação/orientação,
- 8- Estabelecer relações relevantes com escolas profissionais em actividade e estender estas relações a autarquias, outras instituições de ensino, organizações associativas e empresas, através do estabelecimento de protocolos específicos,
- 9- Promover o contacto e colaboração em rede entre as instituições que trabalham com jovens no âmbito da Orientação Não Formal,
- 10- Promover a formação de conselheiros de Orientação Não Formal,
- 11- Abrir novas perspectivas de realização profissional a jovens profissionalmente indecisos.

Um dos elementos conceptuais que achámos prioritário corrigir, refere-se à modificação do conceito de adulto significativo. Como os

procedimentos de investigação que desenvolvemos foram dirigidos para a inclusão, com vantagem para elementos como os pares dos jovens em risco de exclusão social, preferimos a extensão do conceito para peças significativas. De acordo com o seu papel e relação com o grupo, eles representam elementos significativos e podem, em certos casos, representar fortes elementos de ligação entre a estrutura dos grupos e a intervenção dos conselheiros de Orientação Não Formal.

Assim, vemos a criação e estruturação de uma rede de trabalho e colaboração entre as instituições que fornecem orientação Formal e Não Formal como necessária. Uma vez estabelecida esta rede e uma vez definidos os objectivos e limites de intervenção das actividades de Orientação Formal e Não Formal, poderemos investir na prevenção do risco de muitos destes jovens bem como na reintegração daqueles que já foram excluídos do sistema social normal (formal?) (os que abandonaram a escola, consumidores de drogas, mães solteiras, etc.). O principal objectivo desta rede será a prevenção da exclusão social destes jovens e a criação de mais métodos de abordagem dos problemas sociais do mesmo grupo.

Doc. 14 Os parceiros locais envolvidos no projecto são: Câmara Municipal de Almada, Instituto de Reinserção Social, Centro Social Paroquial de Cristo Rei, Santa Casa da Misericórdia de Almada e Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências de Educação.

Doc. 15 Instituições locais contactadas no âmbito do Petra II, Acção III: Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, Centro Social Paroquial do Cristo Rei, Instituto de Reinserção Social, Centro de Bem Estar Social do Laranjeiro, Centro de Emprego de Almada, Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Câmara Municipal de Almada, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Centro Social Paroquial da Cova da Piedade.

As actividades do projecto (Dezº 95-Novº 96): Após contactos oficiais com as instituições mencionadas, prosseguimos com a organização de uma rede local. Nesta altura, as instituições oficialmente envolvidas neste projecto são: Câmara Municipal de Almada, Instituto de Reinserção Social, Centro Social Paroquial do Cristo Rei, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências de Educação, Assistência Médica Internacional.

Perfil dos Formandos:

- jovens com pelo menos 18 anos
- com a escolaridade obrigatória completa
- espírito de liderança e competências de comunicação
- residência no bairro de intervenção e/ou com desenvolvimento de actividades no âmbito da animação comunitária
- sem estatuto profissional ou com emprego precário
- bom nível de inserção na comunidade.

Doc. 16 A formação de Orientadores Não Formais para jovens em risco de exclusão social no âmbito do Programa Leonardo tem os seguintes objectivos:

- 1 – Compreender as questões fundamentais dos jovens em risco de exclusão social,
- 2 – Desenvolver competências nos formandos para a caracterização e despiste de situações de risco em jovens,
- 3 – Desenvolver competências nos formandos para organizarem projectos de intervenção com jovens em situação de risco, no âmbito da Orientação Não Formal (p.2).

As sessões de formação terão lugar na FCT (p.2)

Módulos de Formação, da responsabilidade de:

- 1 - Questões de desenvolvimento na adolescência (8horas), FCT-SCE
- 2 - Cuidados primários de Saúde (3 horas), AMI
- 3 - Trabalho com famílias (6 horas), SCPCR
- 4 - Aspectos Legais (6 horas), IRS
- 5 - Interculturalismo (6 horas), CMA
- 6 - Animação Sócio-cultural de jovens (4 horas) SCMA
- 7 - Projectos de intervenção (20 horas), FCT-SCE. Este módulo será intercalado entre as sessões de trabalho dos outros módulos de formação, e de acordo com as necessidades dos formandos para a realização dos seus projectos. A sua finalidade é a orientação teórica e prática dos projectos de intervenção dos formandos (pp. 2, 3).

Total de 60 horas de formação teórico-prática.

Inscritos 22 formandos convidados pelas seguintes organizações:

CMA - 1; SCMA - 4; SCPCR - 5; AMI - 6; EPED – 6

No final da formação será entregue um Diploma de Frequência (p.4).

Doc. 17 Avaliação da Formação:

- autoavaliação do desempenho dos formandos e da formação
- avaliação global da formação pelos formandos
- avaliação global da formação pelos formadores

Doc. 18 A Formação de Orientadores Não Formais iniciou-se em Fevereiro de 1997.

Doc. 19 Identificação das pessoas significativas (role model) que têm ou podem ter influência como conselheiros de Orientação Não Formal: os jovens do concelho de Almada, considerados como pessoas significativas para a Orientação Não Formal, cumprem o seguintes requisitos:

- jovens trabalhadores em instituições do concelho de Almada, empenhados em projectos de intervenção junto de jovens em risco,
- jovens voluntários, estudantes, a cumprir estágio em instituições que trabalham com crianças e jovens,
- jovens estudantes com cursos profissionais na área da animação sócio-cultural/comunitária, a viver em bairros problemáticos, no

concelho de Almada.,

- jovens voluntários à procura do primeiro emprego e com actividades de tempos livres/expressão plástica/animação nos centros sociais dos bairros.

Doc. 20 Coordenação administrativa, científica e apoio da Secção de Ciências de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doc. 21 Considerações Finais: Dos momentos de avaliação ocorridos importa salientar que o presente projecto de "Orientação Não Formal" constituiu:

- uma experiência inovadora no âmbito da Orientação, com características não formais a nível local,
- reconhecimento da importância do papel das "pessoas significativas" enquanto elementos detentores de competências (sociais/culturais) para intervir na área da Orientação Não Formal,
- uma abordagem inovadora a nível da concepção de um plano de formação assente em "network" e representativo da diversidade de abordagens das instituições "locais",
- uma potenciação dos recursos endógenos da comunidade,
- uma possível integração de alguns conteúdos programáticos em planos curriculares produzidos pela escola/ou rede de escolas (curriculares locais),
- um mecanismo de qualificação e reforço dos laços sociais locais numa perspectiva inclusiva.

Doc. 22 Uma avaliação formal realizou-se a 27 de Março (1998) e contou com a presença de responsáveis pelas instituições que compõem a rede local. Desta avaliação sublinhamos:

- a valorização do processo independentemente dos resultados obtidos,
- o interesse em alargar a rede local a outras instituições locais,
- a possibilidade de integrar formandos de outras instituições neste tipo de projectos,
- a necessidade de aplicar os projectos de intervenção desenvolvidos pelos formandos e encontrar as instituições que possam apoiar o desenvolvimento desses projectos.

ANEXO 3

***Inquérito por questionário ao
coordenador transnacional dos
projectos “Non-Formal Guidance for
Young People at Risk” e “Community
Based Guidance Assistance”***

ANEXO 3

Inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”

The following questionnaire is part of a field research on the subject of Non Formal Guidance for Young People at Risk of Social Exclusion, in order to obtain a Master degree.

As transnational project manager of the Community Based Guidance Assistance project, which runs under Leonardo da Vinci Program, your opinion on Non-Formal Guidance for young people at risk is of great significance.

QUESTIONNAIRE

1. What are, in your opinion, the main problems and potentialities which led to the project of Non-Formal Guidance for young people at risk of social exclusion?
2. Was there any evolution in what concerns to the main goals of the project, namely from Petra II to Leonardo da Vinci Program? Which?
3. Which are, in your opinion, the main innovating aspects related to the concept of Non-Formal Guidance for young people at risk, preferably by comparison with Formal Guidance, in what concerns to:
 - institutional frame
 - degree of organisation
 - programs and/or activities
 - actors involved
 - other aspects
4. How would you precise, synthetically, the concept of Non-Formal Guidance for young people at risk?
5. Considering 3 major domains/fields of guidance, such as vocational guidance, career guidance and personal and social guidance, in which of these (one or more) would you include Non-Formal Guidance practices? Why?

Thank you very much for your contribution.

ANEXO 4

Guiões dos inquéritos por entrevista

ANEXO 4
Guiões dos inquéritos por entrevista

A. Guião do inquérito por entrevista realizado a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal de Almada: nível de análise nacional.

1. Pertinência do projecto de Orientação Não Formal
 - Principais motivos que conduziram à adesão da Secção de Ciências de Educação da FCT/UNL ao Projecto de ONF, no âmbito do Programa Leonardo
2. Contexto da rede local de ONF
 - 2.1 Quadro institucional
 - As organizações que compõem a rede local de ONF
 - Metodologias utilizadas para selecção dessas organizações
 - Tipo de relações estabelecidas entre as organizações da rede local
 - hierarquia
 - cooperação
 - formalidade/informalidade
 - Tipo de relações estabelecidas com a coordenação internacional
 - 2.2 Grau organizativo
 - Principais objectivos da rede local
 - Principais metodologias utilizadas pela rede local
 - A forma como são estabelecidos os objectivos e metodologias
 - a longo, médio ou curto prazo
 - com maior ou menor rigidez
3. Processos utilizados pela rede local
 - 3.1 Programas/actividades
 - os principais programas e actividades desenvolvidos pela rede local
 - 3.2 Actores
 - Principais actores envolvidos nas actividades da rede local
 - por parte das organizações
 - destinatários das actividades da rede local de ONF
 - outros, exteriores à rede local

B. Guião do inquérito por entrevista realizado às representantes da Câmara Municipal de Almada, do Centro Social Paroquial do Cristo Rei e do Centro Comunitário do PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada: nível de análise local/organizações da rede local

1. Identificação da organização

- De que organização se trata
- Finalidades/objectivos da organização
- Espaço geográfico de intervenção
- Existência de relações entre a organização e instituições de poder central:
 - Ministérios
 - Institutos especializados
 - outros
- Motivos pelos quais aceitou fazer parte da rede local de ONF

2. Contexto de Orientação Não Formal

2.1 Quadro institucional

- Serviços, departamentos da organização directamente envolvidos na rede local de ONF
- Seus principais objectivos
- Suas principais funções
- População alvo desse serviço/departamento
 - famílias carênciadas
 - jovens em risco de exclusão social (precisar idades)
 - desempregados
 - escolas/professores/alunos
 - outros
- Existência de relações com instituições do sistema formal de educação e emprego, etc
- O tipo de relação estabelecido/grau de dependência

2.2 Grau organizativo

- Que projectos existem dirigidos a jovens em risco
- Que objectivos têm esses projectos
- Como são delineados:
 - por quem
 - a que prazo
 - grau de flexibilidade
- Relações com outras organizações: quais e de que tipo

3. Processos de Orientação Não Formal

3.1 Programas/actividades

- Que tipo de actividades existem para jovens em risco de exclusão social:
 - OTL, ATL
 - alfabetização
 - formação profissional
 - orientação escolar e profissional
 - orientação pessoal e social

- acompanhamento familiar
- intervenção de rua
- outros
- Que objectivos têm estas actividades:
 - projectos de vida
 - desenvolvimento pessoal
 - desenvolvimento de competências
 - relação entre estas actividades e as de Orientação
- Metodologias utilizadas na acção/intervenção junto de jovens em risco de exclusão social
 - intervenção isolada no jovem
 - intervenção na rede social do jovem: pessoas significativas
 - intervenção conjunta com outras organizações/serviços: escolas, SPO, Centro de Emprego, etc.

3.2 Actores envolvidos

- Principais actores envolvidos na acção junto de jovens em risco de exclusão social, por parte da organização:
 - funções
 - formação
 - relação com a organização
- Caracterização dos jovens em risco de exclusão social
 - idade
 - sexo
 - escolarização
 - quadro familiar
 - outros aspectos
- Acesso dos jovens em risco à organização e actividades
- Selecção dos jovens em risco de exclusão social que são acompanhados pelo serviço
- Principais actores envolvidos na acção junto de jovens em risco de exclusão social, que façam parte da rede social desse jovens:
 - pessoas significativas, da rede social do jovem
 - outros fora da rede social do jovem (de entidades, ou outros actores)

ANEXO 5

***Resultado do inquérito por
questionário realizado ao coordenador
transnacional dos projectos “Non-
Formal Guidance for Young People at
Risk” e “Community Based Guidance
Assistance”***

ANEXO 5

Resultado do inquérito por questionário realizado ao coordenador transnacional dos projectos "Non-Formal Guidance for Young People at Risk" e "Community Based Guidance Assistance"

Answers!

1.1 Problems

=Formal guidance system not reaching young people at risk; has few/no concepts or methodology or concern to reach them
 =Such young people and their children are major economic losses to the society in terms their potential to contribute and to social cohesion
 =The cost of their non integration can be measured in police, law courts, prison, probation, health and many other remedial costs which are always more expensive than preventive measure; and in costs of destruction/vandalism
 =Lack of recognition and respect for the world view of these young people by the formal system of educational training and employment

1.2 Potentialities

=these young people have a very strong social context for decision making and behaviour: parents, friends, family, peers, local "heroes", shop keepers whom they do not rob, police, probation, doctors, charity associations, clergy, nurses..all of these are guides or signposts for their future..and have the potential to be significant positive influences for social and economic integration of the young people
 =the project gives the opportunity to explore how supporting these significant people with guidance training can have downstream effects with the young people themselves.

2. Evolution

No evolution of main goals...most evolution in methodologies in different countries...and in the influence of transnational joint training and meetings to enrich each countries approach

3. Innovation

=use of paraprofessionals and others to deliver guidance..unique in Europe
 =training provided by traditional providers: universities..Almada, Cork
 =community development approach/bottom up IRL, PT
 =formal guidance services adapt to new situation: UK

4. Concept of Non-Formal guidance

See attached file...it explains it better than [redacted] and also interprets the data differently...you should read it all <<mentoring.doc>>

5.Domain

At the first level it is personal/social...because these young people need to be contacted, motivated, encouraged, behaviour modified...after that it is educational, vocational/career because their other needs become apparent once they have been motivated and they need learner and other support to assist them on their way ..

Luisa, sorry for the long delay...hope you come out with flying colours..best way to contact me is by e-mail...kind regards...[redacted]

 mentoring.doc

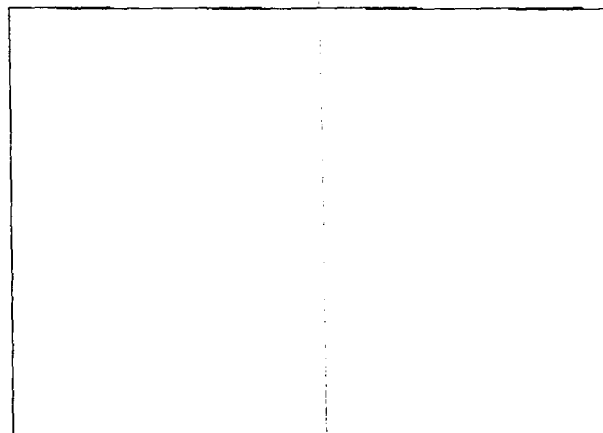
GUIDANCE AND SOCIAL EXCLUSION: Training Community Agents in Non-Formal Guidance

Paper presented by [REDACTED], Director of the National Centre for Guidance in Education, Ireland, at the seminar 'Mentoring and Mediation' organised by DGXX11, December 1998, based on previous publications by [REDACTED] and [REDACTED]

1. INTRODUCTION

The European Commission and national governments are concerned about the number of young people who have dropped out of the formal education, training and employment systems, or are at risk of doing so. They look to the formal guidance services to help these young people to remain in or be re-integrated in these systems. However the knowledge base of these services tends to be confined to the life experience and opportunities of the formal system. They lack contact and/or credibility with the young people, partly because they know little about the non-formal system (informal economies) which is the immediate point of reference and world view of many of the young people concerned. This non-formal system is varied in nature: it ranges from criminal activities to black economy earnings, to 'unpaid' work in the household. The challenge for the formal guidance services is how to reach these young people so that these can retain or regain access to the formal systems of education, training and employment. Figure One below presents the dilemma and a possible solution through the use of intermediaries or 'non-formal' guidance agents.

**Figure One: Model of Intervention by Formal Guidance Services to Reach
Young People at Risk**



2. SIGNIFICANT INFLUENCES IN THE LIVES OF YOUNG PEOPLE AT RISK

In the pilot project supported by the EU PETRA project, entitled 'Non-Formal Guidance For Young People at Risk' (██████████, 1996), the significant influences in the lives of the young people were identified through interview and survey. The following table summarises the results of the research in one project site in Cork, Ireland.

Table One (a) : Most Frequently Used Source of Information and Advice

MOST FREQUENT	MODERATE USAGE
Mother	Father
Friends	Other Relatives
Siblings	

Table One (b) : Most Useful Source of Information and Advice

MOST USEFUL	MODERATE	OTHERS
Mother	Friends	Priest
Father	Siblings	Teacher
	Doctor	Guidance Counsellor
	Other Relatives	

Table One (c) : Easier Sources of Information and Advice

EASIER	MODERATE	OTHERS
Mother	Friends	Doctor
	Siblings	Teacher
	Father	Priest
	Other Relatives	

Young people report a range of significant people in their lives to whom they turn for information and advice. They discriminate between these sources in terms of frequency of referral, usefulness and the ease they feel in using a source. Mothers consistently top the list in terms of these dimensions. Other family members and peers receive strong mention. The formal system, as represented by teachers and guidance counsellors, is viewed very much as being at a distance from the hub of

information and advice giving. This is not surprising given the relatively small amount of time spent in contact with the formal system by these young people. Is such a finding particular only to this project site? An examination of the Young Europeans surveys (1991 - 97) shows that parents, family and friends are the most significant influences in the decision making of young people in all of the European countries surveyed.

The young people in the Cork project site were asked to identify the most important factors that make it easy for them to talk to the significant people in their lives. Table Two summarizes the results:

Table Two: Most Important Factors Facilitating Ease in Talking with Significant People.

<input type="checkbox"/> Trust / Confidentiality
<input type="checkbox"/> Knowing the Person
<input type="checkbox"/> Being Listened To
<input type="checkbox"/> Able to Get On with the Person
<input type="checkbox"/> An Understanding Person.

Four of these factors – trust, listening, relationship, understanding – are all ingredients for successful counselling and help for professionals and lay people. The fifth factor – knowing the person – taken in conjunction with data from Table One – explains in part the distance at which formal guidance services can be viewed by these young people.

3. THE MEANING OF NON-FORMAL GUIDANCE AND ITS IMPLICATIONS FOR TRAINING

In the LEONARDO DA VINCI pilot project 'Community Based Guidance Assistance' (■■■■■■■■■■, 1998 (a), 1998 (b)), partners in Ireland, Netherlands, Portugal and UK used complementary 'non-formal' guidance approaches to reach the target group of young people. These approaches fit within the model presented in Figure One above. The various interpretations given by the projects to the term non-formal are outlined in Table Three.

Table Three: Project Interpretation of Non-Formal Guidance

ROLE:	Parents, peers, volunteers, professionals in other fields.
STATUS OF GUIDANCE:	Guidance given the categories of persons listed above under ROLE.
SETTINGS:	Working in non-formal settings with clients

METHOD:	Formal guidance services working through non-formal guidance agents.
----------------	--

The complexity of the challenge facing formal guidance services in attempting to reach the target group are reflected in the range of interpretations of non-formal guidance attributed by the project partners.

The Irish and Portuguese projects focused mainly on the roles, with the Portuguese project focusing more on peers and young volunteers, and the Irish project more on older 'significant adults'. The Netherlands and UK projects, by contrast, mainly concentrated on working through professionals in other fields e.g. youth and community workers. The settings and the status of guidance were common to all of the projects. These different approaches had implications for the method and content of training of the non-formal guidance agents.

Given the background of participants in the Irish and Portuguese projects, the training tended to be longer (60-100 teaching hours) and the content to be broader – social, personal, educational and career – with the educational and career elements found mainly in the Irish programmes. In the Netherlands and UK the training ranged from 3-4 days, with the UK focusing on careers education and the Netherlands on group intervention methods. There was significant variation in training methods. The Irish (Cork) and Netherlands programmes were experientially based. In the case of the Cork project, the content of the programme was negotiated with the participants and was owned by them. In the UK and Portugal, a more formal presentational approach was used. Where the training programme was evaluated less positively e.g. Conamara site in Ireland, one of the contributing factors identified was the lack of attention by the trainers to the group process and psychological maintenance of the participants. In terms of the location, training was provided in the local geographical area of disadvantage by all partners except the Netherlands. This was favorably commented upon in the Cork site (Ireland). The background and skills of the trainers also varied considerably. In Portugal, the trainers were mainly psychologists; in the UK careers officers were the trainers; in Netherlands, the task was undertaken by professional trainers; in Ireland a mix of information and guidance workers was used (Conamara) and trainers with a gestalt counselling background (Cork).

Since the completion of the development phase of the project (1995-97) the training has been repeated in the UK (once) and in the Cork (Ireland) site three times with a fourth currently in the process of selection of participants. While financial and other resources for the continuance of training are important for all the partners, the replication of the training does merit some comment. It is evident that the organisations concerned – Careers Europe, Bradford Ltd., and the Cork City Partnership Ltd. – are responding to the success of what has been achieved and delivered through the training and its relevance to the communities – ethnic, disadvantaged – in which the significant persons work. It reflects the enthusiastic responses of the participants to the training being offered. Key aspects of such training have already been identified – experiential, negotiated learning, group process as important as task, relevant content and location, trainers with a background in participative learning (gestalt) approach.

Key competencies required by significant persons to engage with young people in non-formal settings have been identified as:

- Negotiating Skills.
- Problem Solving Skills.
- Listening Skills.
- Communicating One to One.
- Communication in Groups.

These skills form part of all of the training programmes, with varying degrees of emphasis and time. They mirror the factors identified by the young people (see Table Two above) that make it easy to talk to significant people in their lives.

4. CONDITIONS FOR IMPLEMENTATION

4.1 Role of Formal Guidance Services

Formal guidance services through their expertise / knowledge base can contribute significantly in the process of reaching out to the target group of young people at risk. To assist in this contribution, these services require a capacity for change, innovation; for a consumer orientation; the ability to think and reach out, working through intermediaries. For formal guidance services this presents a challenge both in terms of the conceptual framework in which they view their work and their willingness to entrust some of their magic to intermediaries.

4.2 Volunteers

The intermediaries referred to above are volunteers. These can be either non-professional or other professional. All of the projects depended on volunteers to a great extent. It is very difficult to envisage a successful outreach strategy in their absence. Thus the method of training (preferably participative and negotiated learning) and the quality of training are critical in harnessing the existing good will.

4.3 Certification & Progression

From a volunteer's perspective, the value of training is enhanced through it being a means to a qualification. Where the training programmes have been repeated (Ireland- Cork, and UK), formal certification / accreditation through recognised systems (University, Open College) was pursued. In the case of the Cork site (Ireland), successful participants in subsequent evaluation were very concerned at progression possibilities, both in terms of further training and employment opportunities. A necessary risk in this situation is that the disadvantaged communities may ultimately lose the benefit of the volunteers in the roles they currently play.

4.4 Gender Issues

In most of the project sites, there was a predominance of female participants among the volunteers. This may be viewed on the one hand as less positive given as males tend to be predominant among youth at risk. It may be argued that lack of suitable male role models in volunteerism may reinforce the attitudes and behaviours of the target group. On the other hand, if one examines the findings in Table One above, the mother is the most consistent support identified by both young males and females. Thus the obvious gender imbalance among the volunteers could be viewed in a positive rather than a negative light.

4.5 Managing Links between Formal Guidance Services and the Intermediaries

Links between formal guidance providers and intermediaries exist in very tenuous circumstances. If formal guidance services take the initiative and approach the intermediaries for their help, there is a risk attached that the volunteers may feel dumped upon. On the other hand, if the intermediaries take the initiative and approach the formal guidance services, the latter may feel threatened by perceived and real inadequacies. The starting point has to be the needs of the target group and how they can best be met. The management of the process of having the professionals and the intermediaries working in tandem requires particular skill.

4.6 Sustainability

Given the ebb and flow of the time span for volunteerism, the sustainability of the non-formal guidance approach is problematic, particularly where the initiative is a bottom up approach by community activists. There is a need for continuous training for volunteers and further training for replacement volunteers. The formal guidance services have much to contribute to this process.

REFERENCES

DG XX11 (1997) The Young Europeans – Eurobarometer 47.2
Brussels: DG XX11

Watts, A. G & Mc Carthy, J. (1998) Community Based Guidance and Social Exclusion. Cambridge: NICEC, and Dublin: NCGE

Watts, A.G. & Mc Carthy, J (1998) Training in Community-Based Guidance. Dublin : National Centre for Guidance in Education.

Watts, A.G. & Mc Carthy, J (1996) Non-Formal Guidance for Young People at Risk. Dublin : National Centre for Guidance in Education.

OTHERELEVANTPUBLICATIONS

Ford, G. (1998) Career Guidance Mentoring for Disengaged Young People
Cambridge: NICEC, and Stourbridge: ICG

Barham, L. & Hoffbrand, J. (1998) Advocacy in Career Guidance
Cambridge:NICEC

National Centre for Guidance in Education
189 – 193 Parnell St. Dublin 1, Ireland
Tel: 353 1 873 1411
Fax: 353 1 873 1316
Email: { HYPERLINK mailto:ncge@leargas.ie }
URL: <http://www.iol.ie/ncge>

ANEXO 6

***Transcrição total dos inquéritos por
entrevista***

ANEXO 6

Transcrição total dos inquéritos por entrevista

A. Transcrição do inquérito por entrevista realizado a uma das coordenadoras do projecto de “Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social” e da rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 22/7/98.

Entrevistadora (E) - Boa tarde, Ana! Tu és coordenadora, por parte da FCT-UNL, de um projecto que funciona no âmbito do Programa Leonardo, que é o projecto de “Orientação Não Formal”. Gostaria que começasses por me dizer o que é que terá levado, neste caso a Faculdade, a aderir a este projecto de Orientação Não Formal?

Ana (A) - Quando surgiu o convite para ser coordenadora deste projecto, a Faculdade já tinha uma larga experiência de trabalho em projectos comunitários, nomeadamente o Petra, cujo objectivo era essencialmente promover intercâmbios entre jovens, ligado também a um projecto que era o da Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento. Esses projectos correram bem e, isto tudo, para fazermos o seguimento para o Programa Leonardo, que nasceu de um outro Programa que era o Petra II, Acção III, que foi quase como que por convite à Faculdade, vindo da DG 12, que é o departamento ligado à Educação, ligado à Comunidade Europeia, portanto Bruxelas. Nessa altura, como eu já tinha tabalhado nos outros projectos de intercâmbios, surgiu esta hipótese muito engraçada que foi explorar através de todo o corpo científico e técnico da Faculdade, aquilo que eram as novas formas de Orientação. Portanto, este era o objectivo, o grande objectivo do Petra II, Acção III. Nessa altura, que foi no espaço de um ano, 1994-95, com uma equipa muito pequena, que era eu e a Carla, que na altura estava a trabalhar no Centro Social Paroquial do Cristo Rei, fomos fazer um levantamento da pertinência do que era isto da Orientação Não Formal. Foi um trabalho essencialmente teórico, de investigação-acção, para ver até que ponto, de facto, esta questão de Orientação Não Formal teria algum cabimento no concelho de Almada. Há aqui duas coisas, isto também para chegar ao Leonardo. Este projecto surgiu do Petra II, Acção III e porquê no concelho de Almada? No concelho de Almada, foi única e exclusivamente por a Faculdade estar ali sediada, ou pelo menos por a Secção de Ciências de Educação estar ali sediada e por já haver alguns contactos no concelho. Como é um projecto piloto e como era para fazer um levantamento das necessidades de Orientação Não Formal, achámos por bem confinar o projecto ao concelho de Almada. Porque era, de facto, um espaço geográfico onde nós já manobrávamos por contactos e por saber das instituições que ali trabalhavam. Feito esse levantamento, de que falaremos mais à frente, penso que vais perguntar isso, e ao inserirmo-nos numa equipa transnacional, da qual faziam parte na altura a Espanha, a Holanda, a Inglaterra, a Irlanda e Portugal...

E - E a Bélgica?

A - A Bélgica, não. Portanto era a Espanha, a Holanda, a Irlanda, a Inglaterra e Portugal. Findo em '95, o Petra II, Acção III, fomos convidados pelo coordenador do Leonardo a nível irlandês, para nos candidatarmos ao tal projecto Leonardo, aí sim,

Orientação Não Formal, por 2 anos. E esses 2 anos depois foram alargados para um terceiro ano em que continuou a mesma equipa, excepto a Espanha.

E - Que saíu entretanto?

A - Exactamente. Portanto o Petra II, Acção III foi como uma selecção dos países para depois podermos aceder ao projecto Leonardo, cuja coordenação foi orientada pela Irlanda, pelo Leargas.

E - Leargas...

A - Leargas, pelo Michael. Portanto, perguntas-me tu... Qual foi o interesse da Faculdade em participar nisso...?

E - Hum, hum...

A - O interesse foi um bocadinho o desenvolvimento dos outros projectos e também o experimentar isto do que eram os projectos comunitários. Porque, de facto, na altura, foi quando começaram a surgir estes projectos comunitários, ou pelo menos estavam muito em voga, não é? E havendo já uma larga experiência da Secção de Ciências de Educação... perante um convite, havendo pessoal para trabalhar e por poder desenvolver trabalho, aceitámos.

E - Aceitou-se...

A - Aceitámos. Não foi uma procura, foi como consequência do desenvolvimento de um trabalho que tinha vindo a ser feito há 3 ou 4 anos anteriores a '94 e que fez surgir a Escola Profissional e que deu à Secção um contacto transnacional. Foi isso.

E - No âmbito do Petra...

A - No âmbito do Petra e de outros programas que eu não conheço porque não estava lá.

E - O projecto de "Orientação Não Formal" é uma rede local constituída por várias organizações. Até à constituição da rede local, qual foi o percurso que fizeste? Falaste à bocadinho que tinham feito pesquisa no terreno. O que é que fizeram? Que informação andaram a levantar para para chegar à conclusão se havia espaço para este projecto piloto?

A - O primeiro passo a ser dado, foi ver quais as instituições que existiam no concelho de Almada que fizessem um trabalho directo com jovens.

E - Com jovens em risco de exclusão social?

A - Não, não.

E - Não?

A - Não. Numa primeira fase não foi exclusivamente para jovens em risco. Tanto que alargámos o âmbito das instituições que fomos procurar, desde as escolas dali, nomeadamente a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, que foi a escola seleccionada, porque era uma escola bastante alargada no concelho de Almada... Soubemos que era aquela escola que tinha mais população. Não estava directamente ligada aos jovens em risco. E depois fomos à procura de outras instituições que nós sabíamos que desenvolviam trabalho no terreno, com jovens. Como é que foi a procura dessas instituições? A procura dessas instituições foi um pouco também pela minha experiência de trabalho na Escola profissional, uma vez que...

E - Desculpa interromper... O que fazias na EPED?

A - Era responsável pelo Gabinete de Orientação Escolar e Profissional. A procura dessas instituições também veio pela minha experiência, pelo contacto que eu tinha iniciado na Escola Profissional, nomeadamente com o PIA II, com o Centro de Bem Estar Social do Laranjeiro, a Esc. Sec. Fernão Mendes Pinto, uma vez que também conhecia a orientadora escolar, a Câmara Municipal de Almada, claro... Depois foi também o Centro Social Paroquial de Cristo Rei e o Centro de Emprego de Almada. Portanto, em termos de instituições, há instituições formais como o Centro de Emprego e a escola secundária, que não trabalham directamente com os jovens em risco. A Câmara, como sendo uma instituição bastante alargada no concelho...

E - De poder local...

A - Exactamente. E ainda outra, também formal, o Instituto de Reinserção Social. Portanto, como é que foi a procura destas instituições? Vem pela experiência e pelos contactos já tidos no Gabinete de Orientação e a partir do contacto com essas instituições, nomeadamente com a Câmara Municipal de Almada, com a escola secundária e com o Centro de Bem Estar Social do Laranjeiro. Em conversa com os responsáveis pelas instituições também nos foram dando informação de outras instituições que também, já desenvolviam trabalho directamente com os jovens. Nomeadamente, apareceu aí o PIA II, o Centro Social Paroquial do Cristo Rei e depois mais tarde a AMI.

E - A metodologia que usaste foi a entrevista, o inquérito...?

A - Exacto. Nesse primeiro ano tentámos fazer qualquer coisa de inovador. Ou seja, da minha experiência de trabalho, uma das grandes lacunas que eu via, e uma vez que se tratava de Orientação não escolar, Não Formal, fizemos entrevistas, mas fizemos entrevistas em 2 âmbitos. Ou seja, fizemos entrevistas a nível institucional, com os responsáveis de cada uma das instituições, que consistia no levantamento das necessidades dos jovens do concelho a nível profissional, pessoal e escolar, portanto não tinha que ser só dos jovens em risco... queríamos saber quais eram as necessidades destes jovens, uma vez que as instituições trabalhavam com jovens. E depois, a partir das necessidades que eles identificaram, quisemos saber que respostas haviam no concelho, para estas necessidades. Isto era o 1º e 2º bloco de questões. E depois, era fazer o levantamento dos projectos que havia ali na zona. Isto era uma das orientações das entrevistas. À bocado eu estava a dizer por que é que era inovador. Era inovador porque para além de nós irmos entrevistar os responsáveis pelas instituições, fomos também ouvir os jovens. E daqui a tal

metodologia inovadora, que se faz pouco nos trabalhos de investigação. E para isso fomos fazer as mesmas perguntas que fizemos aos responsáveis das instituições, que eram quais as necessidades que vocês sentem a nível profissional, escolar e pessoal. Que respostas é que verificam para as vossas necessidades e estão ou não essas respostas adaptadas às vossas necessidade. E portanto, confrontámos estas duas opiniões, uma vinda de cima para baixo, das instituições e depois de baixo para cima, dos jovens. E confrontámos e então é que formámos o nosso âmbito e o nosso terrenos de estudo. O que verificámos, e daí a pertinência disto que se chama de Orientação Não Formal, é que havia grandes desfazamentos entre aquilo que eram as necessidades dos jovens, não pela identificação das necessidades dos jovens, aí não havia grande desfazamento, mas sim nas respostas a dar a essas necessidades que foram identificadas.

E - E que eram essencialmente...?

A - E que eram essencialmente a nível escolar e profissional. A nível pessoal foi de facto a área mais difícil de trabalhar e que... por acaso até era giro, para um trabalho de investigação, estava agora a lembrar-me... Porque nem as instituições, pelo pouco contacto que elas têm com os jovens, conseguiram identificar muito bem... a não ser o que socialmente pode ser organizativo, como o casar e ter filhos e ter família e portanto, ter aquela estabilidade a nível familiar. Os jovens, por serem jovens, ainda idealizam um projecto pessoal, também não saíram deste contexto. E a nível pessoal nós sabemos que não passa só por aí. Mas as necessidades mais sentidas foram de facto a nível escolar e profissional. Ou seja, por exemplo, as escolas chegaram a ponto de não serem o meio em que os jovens se identificavam como sendo propício para construir um projecto profissional futuro. E daí muitos deles saírem, muitos deles depois tentarem imediatamente um trabalho... e por não terem habilitações escolares, um trabalho...

E - Mal remunerado?

A - Exactamente. E sem qualificação. A nível profissional, a mesma coisa, por eles não terem qualificações necessárias, não conseguem arranjar o tal emprego que pudesse dar-lhes uma visão de futuro e em que eles pudessem investir e aperfeiçoar-se e... Uma coisa interessante, por exemplo, a nível do Centro de Emprego, uma vez que eles já na altura desenvolviam os cursos de Aprendizagem e que eram para jovens que tinham acabado o 6º ano e que portanto dar-lhes-ia o 7º, 8º e 9º anos, poderiam ser possíveis respostas a estes jovens que estavam desmotivados da escola, uma das grandes queixas do Centro de Emprego é que os jovens desistiam e não se aguentavam. Daí algumas questões se levantam, organização do curso, as metodologias aí utilizadas, o não corresponder às necessidades.

E - Desses jovens?

A - Exactamente. A nível escolar e profissional eram onde existiam os grandes desfazamentos entre aquilo que eram as necessidades dos jovens e entre aquilo que lhes ofereciam.

E - No fundo, um desfazamento entre a oferta e a procura...?

A - Claro! A nível da escola, claro que eles não podiam oferecer na altura, apesar de já existirem alguns técnico-profissionais, mas ainda não muito desenvolvidos no concelho. Penso que só hoje em dia é que estão a começar a desenvolver, mas ainda não são suficientes. E só agora é que as escolas começaram a perceber que de facto os técnico-profissionais podem ser uma das saídas. Mas ainda não são suficientes e portanto, a escola chegou a um certo ponto em que esgotou e que não tinha resposta.

E - Não tinha resposta para dar a determinado tipo de jovens, nomeadamente àqueles que saíam da escola, não é?

A - Exactamente.

E - Então o que será do jovem depois de já não estar na escola? O que é que pode fazer o Serviço de Psicologia e Orientação no sentido de orientar um jovem que está em risco de abandonar o sistema de ensino?

A - Pois aí é que está a questão. Aí é que se põe a pertinência da Orientação Não Formal. De facto a escola não tem resposta para os jovens que, por algum motivo, vão abandonando a escola gradualmente. A escola, ou o SPO, está orientado para os jovens que querem prosseguir estudos ou querem, no fundo, passar o 9º ano e continuarem a estudar. E o problema que se põe é que o problema é ainda mais grave porque este abandono progressivo não se dá ao 9º ano, dá-se muito antes do 9º ano.

E - Ou seja, há muitos jovens que não chegam a completar a escolaridade obrigatória, o 9º ano, não é?

A - Exacto.

E - E essa realidade foi-te reconhecida pelo orientador do SPO da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto?

A - Foi sim. Foi reconhecido por todas as instituições, nomeadamente pelo Centro de Emprego. Também, são estas as instituições que recebem mais jovens que não têm a escolaridade obrigatória. De facto foi reconhecida esta realidade, mas sem resposta para lhes dar. Portanto não era esse o âmbito de intervenção quer dos SPO's quer do Centro de Emprego.

E - Como é que chegaste à selecção das organizações que hoje fazem parte da rede local de Orientação Não Formal?

A - A selecção não foi feita pela Secção de Ciências de Educação. A selecção foi feita pelas próprias instituições. Ou seja, perante a apresentação deste projecto de "Orientação Não Formal", que foi apresentado a todas as instituições, foram as próprias instituições que mostraram interesse em vir pertencer a uma rede de trabalho a ser desenvolvida no Programa Leonardo.

E - Será que o teu trabalho de entrevista junto das organizações poderá ter sido motivante no sentido de elas próprias aderirem a uma iniciativa ou a um projecto piloto como este?

A - Eventualmente.

E - Houve alguma curiosidade? Notaste isso?

A - Sim, sim. Tanto que foram depois as instituições que fizeram parte da rede local. Exactamente. Agora, há uma coisa curiosa, é que as instituições formais, o Centro de Emprego e a escola secundária, claro que não fecharam as portas, mas talvez por serem instituições que trabalham no âmbito formal e de Orientação Escolar e Profissional e portanto para jovens que, de certa forma, já vêm com alguma orientação, foi-lhes muito difícil não reconhecerem esta realidade que havia jovens para os quais nós não tínhamos resposta para dar e nomeadamente, alargar o seu trabalho.

E - Portanto, não se fecharam as portas mas também não houve receptividade?

A - Não se fecharam as portas, mas também não houve receptividade, exactamente.

E - Quase que se auto-excluíram do projecto?

A - Sim. Deste projecto piloto, todas as instituições entrevistadas foram convidadas para uma primeira reunião. E estou-me a esquecer aqui de uma, que também é muito importante, da Escola Profissional. No início também pertenceu ao Projecto, que também fez parte dessa primeira reunião, mas depois não avançou mais.

E - Acabaram por ficar de fora... Hoje em dia, quais são as organizações que têm estado a trabalhar na rede local?

A - Hoje em dia é a CMA, o Departamento de Educação, o Instituto de Reinserção Social de Almada. E quanto ao IRS, também é muito engraçado, podemos falar um bocadinho mais à frente... O Centro Social Paroquial do Cristo Rei, o PIA II...

E - O Centro Comunitário do PIA II?

A - O PIA II e a AMI, que apareceu mais tarde, logo a partir do momento em que surgiu no concelho de Almada, que foi só em '96.

E - Como coordenadora, como é que tu vês o tipo de relações que se estabeleceram entre as organizações da rede local?

A - As relações que têm agora já existiam anteriormente. Quer dizer, neste âmbito, à excepção dos técnicos que fizeram parte desta rede local do Leonardo, em que de facto puderam trocar entre si opiniões e trabalhos, as ligações que existem entre estas instituições, não foram alargadas pelo facto de pertencerem ao projecto Leonardo. Ou seja, havia de facto, um trabalho orientado pela Secção de Ciências de Educação, mas isto não fez com que a CMA ficasse mais aberta ou mais... Não é que ficasse mais aberta ou alargasse as suas relações, por exemplo, com o PIA II. Eventualmente, pode ter sido, através dos técnicos que fizeram parte da rede local, mas a nível institucional não vejo grande alargamento.

E - Mas essas organizações já...

A - Porque já tinham relações anteriormente!

E - A propósito de outras actividades?

A - De outras actividades e de outros projectos também comunitários. Portanto a rede local não veio... não...

E - Não veio só por si promover relações novas...?

A - Exactamente, isso já tinham através de outros projectos.

E - Tu como coordenadora deste projecto, tens tido a preocupação de que esta rede local funcione numa base de parceria, ou seja, de o trabalho se desenvolver entre pares? Qual é o papel das várias organizações nesta rede local? Por exemplo, relativamente à tomada de decisões, a quem estipula os objectivos?

A - Eu como coordenadora desta rede local... As relações que foram estabelecidas foram muito informais, ou seja, era de facto um trabalho em parceria, foi de facto um trabalho em parceria. As tomadas de decisão eram tomadas em conjunto nas reuniões. Os objectivos a delinear eram também tomados em conjunto, tal como as actividades a se desenvolver. Portanto, tudo isto foi mesmo um trabalho de parceria.

E - De cooperação?

A - Exactamente, tanto que, ainda os primeiros anos... em termos de rede local, era eu praticamente que ia às reuniões com a parceria transnacional, portanto qualquer tomada de decisão era trazida para as reuniões da rede local de Almada. Portanto os objectivos, as actividades, eram depois decididas ali em conjunto. Quer dizer, nestas reuniões a nível transnacional a única coisa a trazer era o que se pretendia fazer para o próximo ano. Os relatórios de actividades eram também feitos, no final, com distribuição de tarefas e de trabalho, mas sempre em parceria. Portanto a coordenação foi uma coordenação alargada. A coordenação foi mais para dinamizar a... para centralizar a informação e não a decisão.

E - Falaste ainda agora das reuniões transnacionais. Tu participaste em todas as reuniões transnacionais onde juntam os coordenadores que estão com este projecto nos vários países. Qual o tipo de relação que se estabeleceu entre a rede local de Almada, coordenada por ti e os projectos dos outros países?

A - Isso também foi um processo evolutivo na própria coordenação. Ou seja, de início iam sempre dois membros da rede. Começou por ser a pessoa coordenadora da Secção de Ciências de Educação e depois começámos a alargar a participação nestas reuniões a todos os membros da rede local. Ou seja, houve um processo giratório. Eu estava sempre lá por ser a coordenadora do projecto mas acompanhada sempre, e ainda continua a ser, por outra pessoa. Já foi o Centro Social Paroquial do Cristo Rei, já foi a Luísa Ramos, já foi a Câmara Municipal de Almada e agora, para a próxima reunião está combinado ir o Instituto de Reinserção Social. E portanto a participação de todas estas instituições tem sido tanto quanto possível, um processo democrático.

E - Achas que o facto de haver possibilidade dos representantes das instituições da rede local poderem participar nas reuniões transnacionais, tem sido positivo para o trabalho?

A - Sim, sim. Porque o trabalho e os objectivos delineados a nível transnacional acabam por ser um pouco diferentes dos depois delineados a nível nacional.

E - Mas a rede local em Almada tem liberdade de escolha sobre aquilo que na prática vai fazer. Há algum constrangimento imposto pela rede transnacional?

A - Não há nenhum e isto deve-se à coordenação da própria rede transnacional, ou seja, da Irlanda. Não sei como que se passa nos outros projectos, mas, de facto, neste, não há. Há o âmbito geral dos projectos, há os objectivos gerais e depois a nível nacional podemos delinear os objectivos específicos, as actividades, as metodologias de trabalho. A tudo isso é dada uma total liberdade. Penso que, neste caso, se deve à coordenação transnacional. O que é muito importante. Este tipo de trabalho a nível de rede transnacional é muito importante que os membros da rede local o conheçam.

E - Daí o levares contigo, pessoas diferentes da rede...

A - De facto, os projectos que se apresentam são projectos alguns muito díspares, alguns que têm alguns pontos de identificação. Daí a grande riqueza das reuniões transnacionais, é a troca de ideias e de iniciativas, de metodologias de trabalho.

E - Pegando nas outras equipas dos outros países que fazem parte da rede transnacional, o trabalho de terreno dos outros países tem sido muito semelhante, há diferenças, optaram por fazer todas coisas diferentes, optaram todos por fazer a mesma coisa para depois confrontar resultados... Como foi?

A - Optou tudo por voltar ao seu país e por ver qual era a melhor forma de trabalhar no âmbito da Orientação Não Formal. E de facto há trabalhos desenvolvidos, nomeadamente na Inglaterra, na Holanda... porque entretanto a rede estreitou, saiu a Espanha.. São trabalhos muito diferentes em relação ao nosso, aqui em Portugal. Isto também por eles estarem ligados àquilo que se chama, que nós em Portugal não temos muito, a centros de formação, e portanto muito ligados à Orientação dita formal.

E - Escolar e Profissional? Quer dizer que as organizações que fazem parte das redes locais dos outros países, funcionam muito no terreno a partir da Orientação formal?

A - Exactamente.

E - Parece que Portugal decidiu ir por outro caminho...?

A - Exactamente. Como não está ligado a qualquer tipo de Orientação Formal, Escolar e Profissional, entrou logo no âmbito da Orientação Não Formal. O que, a nível transnacional fez com que alguns projectos fossem... tivessem alguma diferença. Não no grupo alvo, mas em termos de metodologia e em termos de respostas desenvolvidas à própria população alvo.

E - Já agora, quando falas em população alvo, estás exactamente a referir-te a...?

A - A nível transnacional também difere. Mas a nível nacional aquilo que nós vimos pelo levantamento no Petra, são jovens, no concelho de Almada, excluídos... quer dizer, que abandonaram o sistema escolar e que têm entre os 18 e os 25 anos... acho que é menos... 14...

E - Adolescentes?

A - Nomeadamente, mães adolescentes, jovens das chamadas minorias étnicas... sobretudo estes dois tipos, que foram identificados como jovens em risco de exclusão.

E - Portanto o grupo alvo são os jovens em risco de exclusão social?

A - Em risco.

E - Tipificados depois por determinadas condições, como as mães muito jovens, adolescentes...? Jovens fora do sistema escolar...

A - E o que é importante, são jovens em risco de exclusão social, ou seja, não são os jovens em exclusão, ou não são jovens excluídos, são jovens em risco. Porque de facto, aquilo que se vê é que as mães adolescentes são de facto jovens em risco porque abandonam o sistema escolar, porque arranjam emprego precário, quando arranjam, portanto, estão em risco. Os jovens das minorias étnicas, por haver uma certa exclusão em termos escolares e pelo emprego precário. Também a nível da habitação e familiar que vivem no nosso país e nomeadamente no concelho de Almada. Estes foram, essencialmente, os dois grupos alvo que nós seleccionámos para o nosso projecto. Agora é importante sublinhar isto, que são jovens em risco, não são excluídos, socialmente. Aí penso que a resposta terá que ser outra.

E - Para os jovens já excluídos, não é...? Depois de todo esse trabalho de investigação que fizeste de levantamento das organizações, do trabalho que se fazia, da oferta e da procura em matéria de Orientação e uma vez montada a rede, qual foi a principal linha orientadora que tomaram? Quais têm sido os grandes objectivos desta rede local?

A - Os grandes objectivos desta rede local tiveram que obedecer aos objectivos gerais da rede transnacional e nomeadamente aos objectivos do projecto Leonardo de Orientação Não Formal. Um dos grandes objectivos foi primeiro identificar os chamados adultos significativos, que no nosso projecto nós mudámos para pessoas significativas, que pudessem desenvolver trabalho directo no terreno com os jovens em risco de exclusão social. Segundo, uma vez identificadas essas pessoas significativas, dar formação que lhes fosse adequada para trabalhar directamente no terreno com os jovens em risco de exclusão. Estes foram os dois grandes objectivos ao longo destes dois anos, desde 1995 a '97.

E - O que é que entendes por pessoa significativa?

A - Lá está, isso é uma das liberdades do projecto. O que está delineado em termos de objectivos gerais são os adultos significativos. Os adultos significativos são as chamadas pessoas de referência para os jovens em risco de exclusão, ou seja, pessoas que de certa forma têm alguma organização pessoal e de vida e que, por conhecerem a realidade destes jovens e por conhecerem as saídas e as respostas que lhes podem dar, podem servir como mediadores para os jovens em risco de exclusão social poderem futuramente vir a construir o seu projecto profissional e pessoal. Portanto funcionam como figuras de identificação.

E - Como modelos?

A - Como modelos, exactamente.

E - E disseste que aqui em Portugal se tinha optado pela expressão “pessoas significativas” e não “adultos significativos”. Porquê?

A - Porque a palavra “adulto” leva a que a pessoa já tenha a vida organizada e uma certa autonomia e independência pessoal. Aquilo que verificámos aqui no concelho de Almada é que havia muitos jovens, jovens-adultos, mas que ainda não tinham essa independência e essa autonomia, mas que podiam servir como modelos, como figuras de identificação aos jovens em risco. A palavra “adulto” aqui era expressa erradamente.

E - Por ser muito restritiva?

A - Exactamente. Porque a palavra “adulto” leva-nos a crêr que são pessoas que vivem autonomamente e que são pessoas que já têm o seu projecto pessoal e profissional em grande andamento. E de facto, verificámos que há muitos jovens que trabalham no terreno, que ainda não têm a sua autonomia pessoal mas que pela sua organização, pela seu conhecimento da realidade destes jovens, pela sua própria experiência, podem servir como modelos para os jovens em risco.

E - De certa forma, abriu-se o conceito de “adulto” para “pessoa significativa”?

A - Exactamente.

E - Esse alargamento do conceito, foi bem recebido pelas equipas dos outros países?

A - Foi. Acharam pertinente para o nosso projecto. Fomos os únicos a adoptar essa nomenclatura.

E - E identificaram na prática, como pessoas significativas, pessoas mais jovens. Essas pessoas significativas encontravam-se onde? Quem eram? Eram jovens, mas com que relação com os jovens em risco de exclusão?

A - Essas pessoas significativas foram identificadas por todas as instituições da rede local. Ou seja, cada uma das instituições que pertence à rede local desenvolve trabalho directo ou indirecto com os jovens.

E - Em risco?

A - Em risco. E cada uma das instituições conhecia pessoas significativas que já tinham até à altura desenvolvido algum trabalho ou que tinham experiência e conhecimento desta realidade dos jovens em risco de exclusão. E portanto a identificação foi feita a partir do conhecimento e da experiência de trabalho de cada uma das instituições.

E - Portanto o alargamento do conceito, a identificação das pessoas significativas, surgiu pela experiência das próprias instituições que fazem parte da rede local?

A - Nada foi criado sem ser a partir da experiência e do conhecimento do terreno e da realidade social.

E - Isso numa primeira fase. Disseste que no segundo ano, o grande objectivo era dar formação. Dar formação a estas pessoas significativas?

A - A essas pessoas significativas.

E - Queres falar um pouco dessa formação?

A - Uma vez identificadas as pessoas significativas e uma vez identificadas as necessidades dos jovens em risco, foi organizada a formação para as pessoas significativas. Ou seja, foi organizada, através de uma estrutura modular, com a participação e conhecimento de todas as instituições, módulos de formação que achámos que eram pertinentes e que poderiam vir a colmatar algumas lacunas no trabalho das pessoas significativas com os jovens em risco.

E - Foi uma formação virada para apetrechar melhor as pessoas significativas no seu trabalho com os jovens em risco...?

A - Exactamente. E o que é importante é que toda a formação foi feita a pensar nos jovens em risco.

E - Com esta formação modular, que temas é que foram escolhidos para esta formação com as pessoas significativas jovens?

A - Foi um módulo de psicologia, em que se pretendia apetrechar essas pessoas significativas para poder caracterizar situações de risco, fazer o levantamento das situações de risco e ter alguma compreensão sobre de como agir perante estas situações de risco. Tiveram outro módulo sobre trabalho com famílias, identificar famílias em risco e conhecerem situações de trabalho com famílias de risco. Houve um módulo sobre interculturalidade, uma vez as minorias étnicas eram grupos de risco, daí a importância da interculturalidade, o conhecer outras culturas. Foi um módulo sobre cuidados de saúde primários, sobre respostas e dúvidas que os jovens têm a nível de saúde. Foi também dado outro módulo sobre aspectos legais, ou seja, os direitos dos jovens, que tipo de respostas é que há a nível institucional, como é o processo quando um jovem está em situação de risco, ou seja, que respostas é que existem no concelho em termos jurídicos.

E - Havia um módulo sobre animação sócio-cultural...

A - Exactamente. Um módulo sobre animação sócio-cultural que era sobre o desenvolvimento de actividades de animação com os jovens em risco. E havia um outro módulo, que foi criado pela rede local e que representa um pouco como foi o dinamismo desta própria formação, para além de ser uma estrutura modular e os módulos terem sido organizados por todos os técnicos que pertencem à rede local, que foi um módulo chamado projecto de intervenção. Depois de todos os conhecimentos adquiridos, achámos por bem apetrechar estes jovens com competências e capacidades para desenvolver um projecto de intervenção viável. Porque nós sabemos que há muitas candidaturas que se podem fazer a nível nacional como transnacional, estas pessoas significativas teriam que desenvolver algumas competências e capacidades para perceber como elaborar um projecto de intervenção. E para isso foi necessário eles trazerem a sua experiência daquilo que era a realidade, as respostas que eles achavam ser mais adequadas para essa realidade dos jovens em risco de exclusão e depois então organizarem um projecto de intervenção que fosse viável, e que passava desde os grandes objectivos até ao aspecto económico. Ou seja um módulo de grande organização de ideias.

E - E de práticas? De como fazer...?

A - Exactamente.

E - Esta formação foi criada por quem? Há módulos... Mas quem os estruturou? É algum programa que já existia?

A - Não, isto foi um programa construído pela rede local. Ou seja, cada uma das instituições manifestou aquilo que era a sua experiência de trabalho e de conhecimentos em termos técnicos e científicos.

E - Portanto, a organização deste curso saiu do interior da própria rede?

A - Sim, sim. Saiu do interior da própria rede. A partir das necessidades identificadas para esta formação, cada uma das instituições mostrou que eram os seus conhecimentos a nível científico.

E - Quer dizer que cada organização contribuiu com a sua experiência para determinado módulo?

A - Sim, para sermos mais específicos, cada uma das instituições ficou responsável por um módulo de formação.

E - Aquele em que achava ter mais competência...?

A - E também oriundo da experiência de trabalho que tem vindo a desenvolver com os jovens em risco.

E - Esse trabalho de formação durou quanto tempo?

A - Foram 60 horas de formação ao longo de 6 meses, com um horário pós-laboral de fim de semana, aos sábados.

E - Os jovens, neste caso pessoas significativas, como é que foi feita a selecção para entrar neste curso? Foi por convite, foi por anúncio?

A - Foi por convite.

E - E quem é que convidou?

A - Cada uma das instituições ficou responsável por convidar no máximo 5 formandos.

E - Que conhecesse?

A - Que conhecesse e que sabiam que desenvolviam trabalho no terreno ou não. Que tinham experiência e que podiam vir a ser pessoas significativas para os jovens em risco.

E - Vocês avaliaram este trabalho de formação? Como é que foram acompanhando o trabalho da formação?

A - Houve dois tipos de avaliação. Houve uma avaliação que foi feita no final de cada módulo de formação e em que os jovens manifestavam o maior ou menor interesse pelo módulo, aquilo que aprenderam e aquilo que achavam poder depois utilizar na prática. Depois no fim da formação houve uma avaliação global feita aos formandos e aos formadores.

E - E correspondeu às expectativas da rede local?

A - Sim. Respondeu às expectativas.

E - Por algumas coisas que já disseste, entendi que o trabalho da rede local funciona por períodos anuais. Primeiro foi o trabalho de levantamento no terreno, verificar necessidades dos jovens... Como é que foi avançando o vosso trabalho? Vocês de início sabiam já todo o percurso que iriam fazer ou o trabalho foi andando um pouco...?

A - Foi andando por etapas, por etapas anuais. Também obedecendo às exigências em termos comunitários. No princípio de cada ano eram delineados objectivos gerais e no fim de cada ano teria que se dar mostras do trabalho. Em reuniões transnacionais de 6 em 6 meses, duas por ano, foram-se traçando objectivos gerais para os 6 meses próximos. Portanto esses objectivos gerais eram traçados a nível da rede transnacional.

E - Depois da formação qual foi a actividade, neste último ano?

A - Neste último ano, está a ser a disseminação, a difusão do trabalho desenvolvido até então.

E - Disseminar essa informação para quem?

A - Uma vez desenvolvido o trabalho e havendo um package de formação, achamos que este trabalho pode ter continuidade independentemente do Projecto Leonardo poder vir a acabar em Março de 1999. Temos vindo, através de artigos e comunicações e até através de apresentação directa a várias instituições que nós pensámos poderiam ter algum interesse em aproveitar este trabalho desenvolvido. A instituições no concelho de Almada que tenham trabalho directo com jovens. Nomeadamente, já voltámos ao Centro de Emprego e vamos voltar à escola.

E - Portanto, depois de feito este percurso, vão retornar ao início. O que vão levar ao Centro de Emprego? O que é que vão levar à escola?

A - Ao Centro de Emprego, como nos cursos de Aprendizagem que eles têm, achamos que há módulos de formação que podem ser aplicados pelo Centro de Emprego. Nomeadamente até, quem sabe, fazer uma formação neste âmbito para as tais pessoas significativas. Com acreditação.

E - Mas falaste em contactar a escola. É a secundária Fernão Mendes Pinto? Estás a referir-te ao SPO?

A - Sim, sim.

E - Mas há aqui um retorno à Orientação Formal?

A - Não há um retorno à Orientação Formal. Há uma ligação que se pretende fazer com a Orientação Formal. Em primeiro lugar, a Orientação Formal pode ter um trabalho individual e personalizado sem estar colado à Orientação Formal mas será muito útil se houver uma ligação entre elas. Ou seja, supunhamos um exemplo prático. Um aluno que vai abandonando progressivamente a escola, que vive ali no bairro onde há outras instituições não governamentais ou outras, mas que não trabalham tão directamente ligadas ao sistema formal, podem pegar nesse aluno e uma vez que a escola já não tem resposta para lhe dar, ele pode ser encaminhado para as instituições que estão a desenvolver trabalho em termos de Orientação Não Formal. E ele poder construir o seu projecto profissional, o seu projecto de vida com uma certa ligação à escola, quem sabe até voltando, ou não, mas não ficar ao ponto da exclusão total. Como no Centro de Emprego aparecem muitos jovens a inscreverem-se, a pedirem formação e que são jovens que ou já abandonaram a escola ou estão em risco de a abandonar... pode ser com ligação às outras instituições, formando como que uma rede de trabalho, não deixando com estes jovens cheguem à exclusão total.

E - É quase como que montar uma teia que abrigue um jovem que mostra sinais de estar em risco de... saí fora do sistema formal e acaba por ser apanhado por um sistema não formal...?

A - Aliás, as escolas deveriam ter essa obrigação, a partir do absentismo... Deveriam ter alguma obrigação, uma vez que sai fora do seu âmbito de trabalho, de contactar instituições que existem no local onde os jovens habitam, vivem... E rapidamente rebuscá-lo, no sentido de lhe dar outra nova resposta e de criar novas motivações. E que neste caso já não são formais. Têm que ser não formais.

E - Falaste no bairro. O que é que o bairro tem a ver com o não formal? Falaste em organizações não governamentais, IPSS's... Qual é a importância das organizações que estão na comunidade, que estão no terreno...

A - É isso, também, que faz a Orientação Não Formal. Porque o jovem, se saí da escola... anda no bairro.

E - O bairro é o seu lugar de pertença...?

A - É o seu lugar de pertença, onde está o seu grupo de pertença. E o seu grupo de pertença pode, ainda numa primeira fase, ser ali, até eles saírem do bairro ou então já estarem excluídos e portanto daí ser muito difícil repegá-los... e entrarem por caminhos mais...

E - Então achas que o ponto de partida para dar alguma Orientação a estes jovens que estão em risco parte da comunidade de onde vivem, do bairro?

A - E ao trabalho de rua. Uma vez saído de um sistema formal, como é a escola, onde as coisas estão organizadas, onde há horários, onde está tudo organizado e nós sabemos que o jovem entra e sai... quando um jovem, por absentismo e até chegar ao próprio abandono, o jovem está no bairro e aí nós temos que ir à rua buscá-lo. Temos que ir à rua, temos que ir a casa, temos que caracterizar a sua situação, a da família, temos que perceber de onde é que ele vem, quais são as suas necessidades de momento, que não é, de maneira nenhuma uma resposta a nível formal, ou seja, volta para escola... Porque de facto, se ele saíu da escola, por alguma razão foi.

E - Já várias usaste a expressão "projecto de vida". O que é que a Orientação Não Formal pode ter a ver com a organização de um projecto de vida?

A - Muito. A Orientação Não Formal e por ser não formal, o projecto de vida tem que ser feito a partir do próprio jovem, ou seja, das suas capacidades e das suas competências, das suas habilitações, em primeiro lugar. E é isso que as pessoas preparadas para trabalhar com esses jovens, têm que identificar, porque o jovem não sabe. O jovem que está em risco não sabe quais são as capacidades e competências... Não tem maturidade e organização própria para poder vir a delinear um projecto de vida que nós podemos pensar ser mais estável ou que pelo menos não caia em risco de exclusão. Portanto o projecto de vida é constituído, primeiramente, a partir disto, da identificação daquilo que são as competências e as capacidades e a própria estrutura que o jovem tem para se organizar pessoalmente.

E - Então, além de se trabalhar a partir do bairro, ajudar a construir projectos de vida é também trabalhar a pessoa, é também ajudar a construir...

A - Ai, sem dúvida alguma! Sem dúvida alguma. Fazendo um paralelo com a Orientação Formal, a Orientação Não Formal está organizada a partir daquilo que são as respostas que se podem dar aos jovens. Por exemplo, a escola pode dar o prosseguimento de estudos, pode dar o curso tecnológico... E isso é dado ao jovem, o jovem é que vai ter que se organizar dentro daquilo que é a própria estrutura...

E - Vai ter que escolher...

A - Vai ter que escolher dentro daquilo que é a oferta. Ora se o jovem em risco, saíu deste sistema é porque de facto, a oferta não está aí. Então, nós temos que ver pessoalmente quais são aqueles que podem ser os seus anseios, que ele neste momento não sabe. Daí a grande perspicácia e o grande trabalho a nível pessoal que a Orientação Não Formal tem que fazer. Têm que se criar respostas e ofertas para estes jovens, dentro daquilo que existe na realidade. Temos que fazer o jovem sonhar e temos que adaptar o sonho do jovem à realidade que existe.

E - À sua e à do meio...?

A - À sua e à do meio. Exactamente. Temos que identificar com ele as suas capacidades, as suas competências, porque o jovem não sabe, e valorizar aquilo que de facto possa ser significativo.

E - Haverá aí algum objectivo, não sei se explícito se implícito, num jovem em risco de exclusão, de o ajudar a reintegrar-se nos sistemas formais, na escola, num emprego?

A - Pode ser. Pode ser uma das respostas, exactamente. As respostas adaptam-se. Pode ser o retorno à escola, por que não? Mas aí com objectivos mais orientados e com uma ajuda ao próprio jovem a organizar-se nesta oferta que a escola pode dar. Como pode ser a nível de emprego. E a nível de emprego não passa pela escola, mas se calhar tem que passar por uma formação. E portanto, vamos fazer com que essa formação tenha objectivo para o jovem... que não pode ser a longo prazo, tem que ser um objectivo traçado com o próprio crescimento do jovem, por etapas curtas e sucessivas. Agora, o retorno à escola não é de maneira nenhuma posto de parte.

E - A Orientação Não Formal, além de passar por agarrar o jovem em risco, no seu próprio meio, no bairro, na comunidade, e por ter como objectivo ajudá-lo a construir o seu projecto de vida, é uma Orientação, digamos assim, Pessoal e Social...

A - Sim, sim.

E - Achas que este âmbito de Orientação, Pessoal e Social, será mais abrangente? Porque é que achas que esta Orientação Pessoal e Social poderá ser mais adequada ao jovem em risco, do que a Orientação Escolar e Profissional?

A - Pois... Porque o grupo alvo, os jovens em risco de exclusão, são jovens com dificuldades a nível pessoal, com dificuldades a nível familiar e social e portanto, eles não podem ser enquadrados no mesmo sistema que os jovens que, de certa forma, têm alguma organização e até referências e modelos. Ou na família ou na escola ou no próprio grupo de pertença, no grupo de pares. E como tu dizes, esta Orientação é mais pessoal e social, embora a outra não deixe de o ser, mas é uma Orientação virada para o jovem em questão.

E - Para a pessoa do jovem...?

A - Exactamente, para a pessoa do jovem.

E - Isso foi uma opção clara para as organizações da rede local, não se irem constituir como uma rede de Orientação Escolar?

A - Sim, sim. Claro!

E - Houve uma opção clara sobre o caminho a seguir, tendo em conta os destinatários?

A - Sim, sim... É isso que é a Orientação Não Formal. Não é mais específica, não é mais pessoalizada, não é mais social... É, tendo como primeiro objectivo a pessoa do jovem. A problemática que ele tem, as dificuldades que ele tem. E a partir da problemática e das dificuldades que ele tem e depois com as suas capacidades e competências e com o valor que ele tem a nível pessoal... Qualquer jovem, seja ele excluído, em risco de exclusão ou perfeitamente integrado no sistema escolar, tem o seu valor, as suas capacidades e competências e portanto isso tem que ser rebuscado no jovem quando está a ser atrapalhado por problemáticas e dificuldades pessoais, que na escola há-de ser muito difícil de despistar.

E - Relativamente aos actores que estiveram envolvidos nas actividades da rede local, que foram as organizações que já citaste, através dos seus representantes, trabalharam também com pessoas significativas. Houve outros actores envolvidos, exteriores à rede local... os formadores...?

A - Não, os formadores eram da própria rede.

E - Neste trabalho, que já vai com 3 anos, os actores envolvidos mantiveram-se, não houve outras pessoas de fora?

A - Mantiveram-se.

E - Falaste que estavam numa fase de difusão de informação e que queriam contactar o Centro de Emprego e voltar à escola secundária, ao SPO. Estão abertos a outros parceiros?

A - Claro, sim, sim. Nas escolas, por exemplo, temos os currículos alternativos, seria uma das formas para, dentro daquilo que são os interesses de formação da escola, poder, de certa forma, aproveitar esta experiência de trabalho que a rede local desenvolveu. A própria área de Desenvolvimento Pessoal e Social, a própria formação de alguns professores interessados nesta área, os próprios Gabinetes de Orientação Escolar e Profissional. Portanto, não só para os jovens, no âmbito dos currículos alternativos, mas para os próprios professores das escolas, uma vez que isto é uma experiência extra-escola. Uma experiência que tem sido fora das portas da escola porque os jovens em risco...

E - Já lá não estão...?

A - Ou estão em saída eminente.

E - Não sei se queres acrescentar mais alguma coisa...?

A - Nesta fase de difusão, aquilo que se verifica, não só pela rede local, e após uma reunião de avaliação feita com as instituições, findo o trabalho, finda a formação, e com os contactos feitos, nomeadamente agora com o Centro de Emprego, verificamos alguma resistência destas instituições para desenvolverem um novo tipo de trabalho, com novas metodologias, que impliquem mudança, que impliquem uma nova formação.

E - Estás a falar das organizações formais como o Centro de Emprego?

A - Formais, exactamente.

E - A resistência virá daí?

A - Do Centro de emprego e não só, também de algumas das instituições pertencentes à rede local, que trabalham num âmbito mais formal. Verifica-se alguma resistência em aceitar, ou melhor, em acreditar neste tipo de intervenção. Esta resistência pode ter várias respostas, mas talvez por as poucas respostas que existem a nível da sociedade e até governamental, que não existe para os jovens em risco de exclusão, se calhar existe quando eles já estão excluídos e portanto é muito mais difícil de agir. Isto acaba por ser um trabalho até preventivo. Talvez por não haver e por não ser uma coisa organizada...

E - Burocrática?

A - Burocraticamente, em que não há resultados à vista logo de imediato, em que não se podem fazer mapas de frequência, em que não se podem ter resultados... em que nós não chegamos ao fim do ano e nos congratulamos com os casos que salvámos, como por exemplo, os alunos que passaram e os alunos que chumbaram, verificamos ainda uma certa resistência em acreditar neste tipo de trabalho por parte das instituições. Ou seja, as instituições que pertencem à rede local não dizem que não à continuação deste trabalho, talvez porque tenham visto alguma pertinência e até mesmo pela própria formação dos técnicos que pertenceram à rede local, que evoluíram ao construir este projecto, a formação, a troca de ideias, o intercâmbio que se pode estabelecer entre as instituições, portanto tudo isto é uma mais-valia para os técnicos de cada instituição e até mesmo pelo conhecimento em termos transnacionais e a oportunidade que se dá para conhecerem outros contextos... Mas há como que falta de acreditar que este tipo de trabalho pode ser desenvolvido.

E - Mas quando falas nesse falta de acreditar por parte de algumas organizações, está a falar daquelas que têm um cariz mais formal?

A - Sim, sim. Como o IRS, o Centro de Emprego.

E - O IRS é um instituto do Estado, pode agir localmente, mas terá uma organização diferente da do Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia...?

A - Pois claro! E do Centro Paroquial do Cristo Rei, também. Isto tudo também depende das pessoas que dirigem as próprias instituições. Agora, de facto, é o que eu concluo... a incapacidade ou a resistência que se cria à mudança. E para

trabalhar num sistema de Orientação Não Formal a mudança é constante e as gratificações não vêm do exterior, vêm do trabalho que é desenvolvido.

E - De qualquer forma, por parte das organizações que constituem a rede local e que são aquelas mais ligadas ao trabalho no terreno, com os jovens em risco de exclusão, por parte dessas não haverá tanto o medo do risco da mudança? Acharão que este tipo de projecto e de desenvolvimento da Orientação Não Formal tem mais a ver com eles?

A - Sim, sim. Agora, de facto, compreende-se que há algumas instituições que estão... pressionadas pelos resultados que têm que apresentar. E a Orientação Não Formal não pode ser vista em termos de resultados, tem que ser vista em termos do próprio desenvolvimento...E isto não pode ser visto em termos quantitativos, os resultados estabelecidos e os relatórios que se têm que apresentar em final de ano.

E - Talvez por que essas organizações mais formais têm objectivos diferentes apesar de terem aderido a esta experiência piloto...?

A - Exactamente. E compreende-se esta pressão que elas próprias sofrem. Isto também tem a ver com uma mentalidade em termos culturais e sociais que tem que ser... e que começa a ser, ultimamente. Isto é um trabalho que se vai desenvolvendo, com os anos, com a própria experiência que cada pessoa vai tendo no terreno e as próprias necessidades que começam a sentir no seu trabalho.

E - Então, ao fim de uns anos de trabalho neste projecto piloto de Orientação Não Formal, o balanço é positivo? Achas que tem valido a pena?

A - Sem dúvida alguma! Por que apesar das resistências sentidas por algumas instituições ou técnicos, o que é certo é que o levantamento daquilo que são as lacunas ou o desfazamento de ideias, ou as falhas que existem... o levantamento de toda esta problemática faz com as instituições tomem conhecimento. Se a partir daí, querem agir ou não, já nos ultrapassa um bocado, mas pelo menos, levanta-se um pouco a poeira.

E - Queres ainda referir mais alguma coisa?

A - Há uma coisa de que eu gostava de falar, que é o sentido disto a nível transnacional. Tivemos também a sorte de, pelo facto de não pertencermos a um centro de formação ou ... Talvez nos tivéssemos apercebido disto que é a Orientação Não Formal, foi a própria liberdade da rede local em trabalhar e foi um trabalho total. A própria coordenação, a própria metodologia utilizada no trabalho, a reflexão e troca de ideias, que, segundo a minha perspectiva, é de facto um dos pontos muito positivos, ou um dos pontos necessários para trabalhar neste âmbito da Orientação Não Formal. De facto não pode haver pressão. Apesar de termos tido que apresentar relatórios finais, não houve pressão para apresentar resultados no imediato e que se traduzam em números. Para trabalhar na Orientação Não Formal, a própria coordenação e a própria rede local têm que ser não formais.

E - Funcionar em moldes não formais?

A - Exactamente.

E - Quererá dizer, temos que trabalhar nos mesmos moldes em que achamos que se deve trabalhar com os destinatários?

A - Claro! E aliás, para se trabalhar com a pessoa em questão, com a pessoa alvo, tem que haver uma abertura e bastante flexibilidade de pensamento, de relacionamento que pode ser já criada na rede de trabalho local, em que esta própria forma de coordenar a rede local, já é por si só, uma experiência, um conhecimento... é uma relação nova, que não é institucionalizada, não é hierarquizada, mas que tem os seus objectivos, as suas actividades a cumprir. Mas a própria forma de trabalho já serve como que um espelho de trabalho para fora da rede. E isto já é uma formação. A própria forma de organização da rede local já pode servir como uma formação para as pessoas que vão trabalhar com os jovens. Aliás, porque cada um dos módulos foi dado também de forma informal e cumpriu sempre os seus objectivos.

E - Bom, A, obrigada por me teres dispensado uma parte do teu tempo para esta entrevista. Boas férias!

B. Transcrição do inquérito por entrevista realizado à representante da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 22/7/98.

Entrevistadora (E) - Boa tarde, Berta. Íamos começar esta entrevista, talvez por me dizeres onde é que trabalhas, qual é a instituição onde trabalhas?

Berta (B) - Eu trabalho na Câmara Municipal de Almada (CMA), nomeadamente no Departamento de Acção Sócio-Cultural/Divisão de Educação e Juventude. Na Divisão de Educação e Juventude, exerço funções no sector de Educação, que não é formalmente constituído, mas do ponto de vista de organização dos serviços, estamos "agrupados" em dois sectores: o sector de Educação e o sector da Juventude.

E - E são pessoas diferentes que estão...?

B - São pessoas, técnicos diferentes com formação em várias áreas.

E - A Câmara Municipal é uma instituição formalíssima, não é?, com funções variadas, gere o território, gere habitação, águas, enfim, tudo... e o espaço de intervenção é, se não me engano, todo o município, não é?

B - É, sim. Do ponto de vista territorial, de facto, é o município que é o espaço de intervenção. É uma instituição formal, com competências atribuídas, do ponto de vista da descentralização das competências a nível do governo central, mas também tem uma área de intervenção naquilo que será o espaço não formal e/ou informal, se assim podemos dizer, em algumas áreas ou sectores onde a população tem solicitado mais a sua intervenção. Não se esgota numa intervenção do ponto de vista das competências, do "formal", mas corresponde a pedidos ou a necessidades que entretanto são formuladas à própria Câmara. Por isso, quando tu dizes que é uma instituição formal, é sim, até certo ponto, mas com alguma intervenção em áreas mais... de intervenção não formal, como entretanto nós poderemos vir a conversar um pouco melhor. Por isso é preciso ter um pouco de cuidado, quando falamos em Câmara, nomeadamente na Câmara de Almada, alé, de que estou a situar-me ao nível da Divisão da Educação e Juventude.

E - Sim, exactamente. Mas, eu disse formal neste sentido: é uma instituição de poder local...?

B - É uma instituição de poder local.

E - E tem funções muito definidas. Depois terá outras, a ver se eu percebi o que tu disseste, que não resultam das atribuições do poder central...

B - Exactamente.

E - ...mas que é a Câmara que desenvolve por via de sentir a necessidade...

B - Exactamente.

E - ...da sua população.

B - Uma vez que um dos objectivos do nível do poder local é contribuir para a qualidade de vida dos seus municípios. Visando essa estratégia de desenvolvimento, a CMA intervém em várias áreas.

E - Hum, hum. Por ser uma organização, uma instituição de poder local, tem, digamos assim, uma relação hierárquica com o Estado central. Os dinheiros vêm do Estado central, algumas competências são definidas por lei...

B - Não se pode chamar propriamente uma relação hierárquica porque, do ponto de vista da administração, ela é eleita pelos municípios. Por isso tem legitimidade própria, ou seja, em termos de poder. Depois, há um conjunto de mecanismos que, digamos, constituem relações de alguma, não diria hierarquia, mas de relação entre poder central e poder local, mas que resultam de mecanismos de funcionamento. Agora, em termos de legitimidade de poder, é tão legítimo quanto o poder central.

E - Sim, sim. Mas uma vez que as verbas, o grosso das verbas que o município gere, vêm do poder central, até que ponto é que, por exemplo, numa lógica de desenvolvimento local, ou de descentralização, uma autarquia, ou neste caso, a CMA, quer fazer qualquer coisa numa determinada área, com a sua população, pode estar privada de o fazer, porque não tem dinheiro suficiente que lhe venha de cima, neste caso, do Estado.

B - É assim. Actualmente, há vários mecanismos para atribuição de fundos. Há de facto esse que vem do Orçamento Geral do Estado, há depois aqueles que são obtidos de fundos próprios... e depois há todos os processos de candidatura a que uma Câmara pode recorrer. Digamos que há formas, há meios de se angariar os fundos para determinado investimento. É evidente que há certos investimentos em que é necessário, de facto, a comparticipação do poder central, porque também são competências do poder central e a Câmara tenta associar-se exactamente a eles e a pressionar, de certa forma, essa mesma intervenção. Há outros em que tem legitimidade e intervém por ela própria. Do ponto de vista do desenvolvimento, não há, digamos, um bloqueio explícito, pelo menos, em relação à sua intervenção. Tem é que ser numa base de negociação e em função de certos objectivos e de competências, assim vai regulando e estimulando a aplicação de fundos e o desenvolvimento do território.

E - Pode dizer-se que há uma grande autonomia?

B - Apesar de tudo há uma grande autonomia.

E - Por que é que a CMA, aceitou fazer parte da rede local de Orientação Não Formal? Não sei se te queres referir à Câmara, enquanto entidade muito grande ou já só ao Departamento onde tu trabalhas.

B - Se calhar podíamos situarmo-nos ao nível do Departamento. É assim. Eu não acompanhei o processo desde o início, como também deves saber. Inicialmente, nas reuniões de preparação e divulgação do próprio projecto promovidas pela Faculdade, quem esteve presente foi uma técnica da Divisão de Acção Sócio-Cultural. Quando se começou a perceber que havia um projecto de formação, a

Divisão de Educação e Juventude também começou a participar nessas mesmas reuniões... Quando se chegou ao entendimento de que havia necessidade de se apresentar uma proposta de formação na área da Orientação Não Formal, quem acompanhou mais directamente o processo foi, exactamente, a Divisão de Educação e Juventude. Não quer dizer que o facto de estar representado na rede um elemento da Educação, que depois não haja conversas quer em relação aos objectivos, quer em relação às propostas de formação, quer em relação à orientação do projecto no interior da Câmara, nomeadamente entre estas duas Divisões. Isso, de facto, tem havido, embora o “rosto” do Leonardo junto da rede seja a Divisão de Educação e Juventude...

E - Através de ti...

B - Através de mim.

E - Qual é a vereação responsável por estes departamentos?

B - O Vereador dos Serviços Municipais de Acção Sócio-Cultural.

E - Mas porque é que aceitou fazer parte da rede local?

B - É assim, em relação à Divisão de Educação e Juventude, esta... (o Foscas ladrrou um pouco... risos...), tem competências muito bem explícitas na área da Educação, que lhe foram conferidas pelo poder central. Estas são a Acção Social Escolar e a manutenção e a realização de novas obras a nível do parque escolar, constituindo áreas de intervenção muito bem definidas. Depois, e na linha daquilo que eu disse inicialmente, há todo um trabalho feito em áreas onde não há competências atribuídas, como o apoio e estímulo ao desenvolvimento de actividades de complemento curricular, ou fomentando projectos educativos que aglutinem vários parceiros, não só propriamente as escolas, ou fazendo algum trabalho exploratório naquilo que são as orientações não formais. E foi exactamente com base nessa curiosidade e nessa vontade de partilhar um projecto que entrou nessa mesma rede. E foi nesse sentido que se situou a intervenção da área de Educação. No ponto de vista das colegas do sector da Acção Social, que intervêm sobretudo em grupos mais vulneráveis, eles entenderam que o Leonardo poderia ser uma resposta, ou uma possibilidade de resposta, para orientar jovens que estejam de facto a trabalhar com jovens em risco. E daí também terem reconhecido a importância do projecto. Isto, situando as duas intervenções.

E - Mas o facto de ter sido o sector da Educação que ficou mais ligado ao projecto, tem a ver com o desenvolvimento do próprio projecto Leonardo, não é? Foi porque o projecto Leonardo se virou muito para a questão da formação e então achou-se por bem...?

B - Sim. Mas por exemplo, a Educação também participa em outros projectos de formação, como por exemplo o projecto Nómada, que intervém com minorias ciganas e que também tem uma componente de formação. Tudo o que seja áreas de educação ou orientação não formal, nós tentamos participar, por acreditarmos que seja uma resposta alternativa ou complementar ao Sistema Educativo.

E - Queres falar de alguns projectos, além desse Nómada? Queres falar de alguns outros, ou de experiências que tenham tido?

B - Julgo que para o objectivo desta entrevista não é relevante...

E - Ora muito bem... Relativamente, ao Departamento onde trabalhas, ao sector da Educação, genericamente, qual é a população alvo do vosso serviço? Falaste em escolas... Trabalham com professores?

B - Ou seja, com professores e com alunos. Trabalhamos, de facto, com a população escolar da rede pública, pré-escolar, 1º Ciclo e 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário. Eventualmente, temos contactos também com a Faculdade de Ciências e Tecnologia, com as Escolas Profissionais, que são pólos de algum diálogo e de algum trabalho conjunto. Por outro lado, a Educação tem feito um trabalho de articulação com os equipamentos de infância, que não são da rede pública, mas são das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Tentamos articular um pouco o trabalho que o sector da Educação desenvolve a nível do apoio a projectos de animação sócio-educativa, com estes equipamentos e, sempre, em articulação com o sector da Acção Social. Não esgota a sua intervenção só na educação formal, na rede pública, mais concretamente, mas também com outras instituições que trabalham na área da infância. A nossa ideia é criar pontos de intersecção que permitam um trabalho conjunto de vários equipamentos sediados no concelho.

E - A Câmara tem alguma função de coordenação na gestão de alguns equipamentos...

B - Exactamente.

E - ... no sentido de maximizar a sua utilização?

B - Tem essa função no que diz respeito à rede pública. Por outro lado coordena também um pouco o trabalho e informação que envolve vários níveis de equipamentos. Se do ponto de vista das competências, estas estão atribuídas para o 1º Ciclo, começa a haver agora também para o pré-escolar, há de facto uma coordenação e uma articulação de recursos, quer materiais, quer mesmo humanos. Tentamos, de certa forma, rentabilizar, por exemplo a nível dos refeitórios escolares, pois em vez de disseminar e criar estes equipamentos em todas as escolas, tentamos que haja uma gestão um pouco mais territorializada desses mesmos refeitórios. Relativamente ao trabalho sócio-educativo que as escolas desenvolvem, nós tentamos que as pessoas rentabilizem esse mesmo trabalho, partilhando a informação. Vamos, por exemplo, situarmo-nos em áreas de trabalho concretas. Se for no caso das hortas e jardins que é uma componente que as escolas desenvolvem muito no 1º Ciclo e pré-escolar, a ideia é que os professores e educadores troquem experiências de trabalho entre si, digamos que há uma informação que passa a nível vertical, por níveis de ensino e passa, também, a nível territorial, numa perspectiva horizontal, por várias escolas que estão exactamente a desenvolver o mesmo projecto. O que significa que isso possibilita a troca de experiências, a maximização da informação, muitas vezes a maximização dos recursos materiais, porque os emprestam umas às outras e permite, no final do ano, mostrar um trabalho conjunto. No ano seguinte, rentabiliza-se todo esse mesmo

trabalho e tenta-se avançar. Quem está já na rede, ajuda os outros que entretanto vão iniciar o seu projecto, quem não está vai começando exactamente a entrar numa rede local para uma área de trabalho específica.

E - Esse processo tem tido sucesso? Tem tido receptividade nessa comunidade educativa de que estavas a falar?

B - Tem. Tanto assim que nós começámos com 30 ou 40 projectos, aí há 4 anos e neste momento temos 120! (risos).

E - De qualquer forma, o Departamento, especificamente da Educação, não tem responsabilidades em matéria de Orientação, propriamente dita?

B - Nenhumas.

E - Nenhumas. Tem relações, por exemplo com os Serviços de Psicologia e Orientação das escolas?

B - Não.

E - Não.

B - É assim, os contactos que existem, muitas vezes é da iniciativa desses próprios serviços e são para resolver questões concretas de situações problemáticas em que acham que é importante que a Câmara intervenha. Mas, digamos, que a Câmara só é chamada para essas situações. Não é no sentido de haver algum trabalho articulado e continuado.

E - Hum... Então, entre a Educação ou o Departamento de Acção Social, qual deles é que tem intervenção mais virada para o sector da população mais carenciada, nomeadamente, população jovem e em risco de exclusão social?

B - É assim. Quem tem essa função explicitamente, embora não atribuída por competência, são os sectores/divisões de Acção Social. É exactamente esse conjunto de técnicos que faz o acompanhamento às populações em risco.

E - Hum, hum...

B - Ou a grupos minoritários se assim podemos dizer. A Educação tem feito ou tem essa mesma atribuição pela via da descentralização das competências e só na Acção Social Escolar. Aí temos um quadro muito definido de intervenção. Agora, quem está a trabalhar com essa população é de facto o sector de Acção Social.

E - Não estando tu, nesse sector de Acção Social, não sei se conheces bem o trabalho das técnicas tuas colegas, para podermos falar um pouco ele...

B - O conhecimento que eu tenho é de algum trabalho articulado que faço sobretudo ao nível das IPSS's, na vertente dos equipamentos de infância e de deficiência, uma vez que nós também temos que dar apoio, ou temos vindo a dar apoio, não por competência atribuída, mas por prática de trabalho, às antigas

equipas de educação especial, que agora estão acopladas na coordenação dos apoios educativos. Como é que temos organizado a nossa intervenção? Temos ao nível da gestão das carrinhas de transporte adaptado para deficientes, onde há sempre, no início do ano lectivo, uma preparação conjunta para utilização desse transporte por alunos que estão na escola e por outros utentes. Ao nível de actividades concretas, nomeadamente do Special Ludus, que tem uma componente prática de acções desportivas viradas para a deficiência ou nas escolas do 1º Ciclo que já também começam a participar e têm também uma componente teórica de formação específica onde, por vezes, a Câmara também convida pessoas para eventualmente dar essa formação. Tem sido uma preocupação, a partir do momento em que a formação está alocada aos centros de formação de professores, serem exactamente esses mesmos centros a assegurar a formação. Nós só asseguramos naquilo que já era tradição, isto é, na área das expressões, nomeadamente na expressão físico-motora e na expressão musical, ambas acreditadas pelo FOCO. Mas são áreas de formação muito específicas. Fazemos ainda alguns encontros de reflexão teórico-prática, que incidem em algumas áreas de trabalho que os professores desenvolvem e onde nós achamos que é preciso haver alguma troca de experiências, por exemplo, na área da deficiência, esta é acordada com os colegas do sector da Acção Social. Eles têm vindo a desenvolver trabalho em outras áreas, como por exemplo, na da toxicodependência e que ainda está numa fase muito inicial. Há um grupo local constituído, não só pela Câmara, com várias outras instituições e que procura criar mecanismos de resposta para esse mesmo grupo/problema. A nível dos idosos, existem programas muito específicos, que contam com o apoio das instituições locais, que lhes dão suporte financeiro, material e técnico. A Câmara apoia também todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social através de programas muito concretos de desenvolvimento de actividades nas áreas atrás mencionadas, de apoio às próprias infra-estruturas, atribuindo subsídios para essas mesmas instalações. Agora, informações muito detalhadas deste programa de acção implica um contacto mais estreito com o sector de Acção Social. O que nós tentamos fazer, sobretudo na área da infância, é não partir para novas propostas sem antes ver o que é que se pode fazer com a colaboração das escolas.

E - Da rede pública?

B - Da rede pública ou com as IPSS's, também.

E - O sector da Acção Social colabora com as IPSS's que desenvolvem trabalho com populações carenciadas, nomeadamente populações em risco. Nomeadamente, estou a lembrar-me do centro comunitário do PIA II ou do...

B - Centro Paroquial do Cristo Rei...

E - Exactamente, ou outros que haja. Em que medida é que a Câmara colabora a esse nível, com essas organizações que estão sediadas no terreno?

B - Ou apoia as actividades que globalmente as IPSS's apresentam ou apoia actividades muito concretas e que têm em conta exactamente fazer algumas correcções a nível da discriminação positiva. Por exemplo, no caso do Plano de Acção Cultural, que nós já fizemos referência. O Plano de Acção Cultural é um plano que visa exactamente relacionar quer a escola quer o equipamento de

infância com o meio, entre outros objectivos... tem ainda como um dos seus objectivos prioritários o de contribuir para a discriminação positiva em algumas áreas muito concretas do concelho. As instituições apresentam projectos de intervenção que se enquadram nessas áreas, que são analisados conjuntamente pelos sectores de Educação e de Acção Social, sendo-lhes proposto um apoio, que pode ser financeiro, material, técnico ou logístico. Nós definimos esse apoio e é, por essa via, que nós participamos nesses mesmos projectos, concretamente. No Rendimento Mínimo é um pouco diferente... Aí também há uma preocupação de se enquadrar essas famílias consoante o plano que é estabelecido pelo grupo de técnicos responsáveis pelo seu acompanhamento. A Câmara colabora tecnicamente. Depende muito de circunstância para circunstância, ou seja, não há nenhum programa se é isso que pretender saber, se o sector de Acção Social tem algum programa específico, exactamente para grupos específicos, do ponto de vista da Orientação, não me parece que exista, colabora é em parceria com outras instituições e entidades.

E - Portanto está aberta às solicitações que lhe venham das organizações que estão no terreno, nomeadamente IPSS's e suas valências e responde a essas solicitações de acordo com o seu próprio programa?

B - Exactamente... de acordo com os seus objectivos...

E - Com os seus próprios objectivos e com a disponibilidade... com aquilo que pode ajudar?

B - Exacto.

E - Portanto posso concluir que não tem uma acção directa, digamos assim, em matéria de trabalho com os jovens em risco de exclusão social. Não tem intervenção directa?

B - Directa, não.

E - Não tem.

B - Faz-se sempre pela via das instituições e das parcerias entretanto constituídas. É um pouco como a educação, não é? Não temos intervenção directa.

E - Por solicitação de uma IPSS ou de uma outra organização sediada no terreno, nomeadamente em bairros que foram considerados bolsas de pobreza, quando há solicitação para a Câmara colaborar e entrar numa parceria, num ou noutro projecto, a Câmara pode ceder alguns dos seus técnicos, no sentido de ter uma colaboração mais próxima?

B - Isso tem acontecido. Por exemplo tem acontecido, nomeadamente nos projectos de Luta contra a Pobreza, onde há disponibilização de técnicos...

E - Técnicos de que área?

B - De Serviço Social. Actualmente tem projectos de intervenção nos bairros de Santo António e São João, que ficam no Laranjeiro... e onde tem técnicos afectos ao Projecto pois é uma das contrapartidas da Câmara...

E - Muito ligados ao terreno?

B - Ligados ao terreno, exactamente. Fazem parte da coordenação e estão a desenvolver actividades no terreno.

E - Por via da existência de um projecto...?

B - Exactamente. Projecto que pode ser candidatado pela Câmara e é coordenado pela Câmara, mas geralmente o que acontece é que são sempre as IPSS's, ou outras instituições mais localizadas territorialmente, que são as coordenadoras e... e digamos que se lançam em termos de candidatura, mas em que depois uma das participações da Câmara do ponto de vista financeiro, é ter um técnico afecto a esse projecto e a trabalhar no terreno.

E - Na mesma linha do que temos estado a falar e para além dos técnicos, a Câmara tem por exemplo, jovens inseridos nos programas de ocupação de tempos livres, que sejam depois inseridos neste trabalho comunitário?

B - Não. Até ao momento, não.

E - Como tem para ir limpar praias ou...?

B - Até ao momento, julgo que não surgiu ainda essa componente. No entanto, podem existir situações em que esses mesmos projectos tenham jovens a desenvolver acções no âmbito da ocupação de tempos livres, mas é a instituição que pede...

E - Portanto, não é a Câmara que abre esse programa?

B - Geralmente, é a instituição coordenadora do projecto que solicita a participação nestes programas.

E - Quer isso dizer que não será da vossa parte que será aberto um programa desses?

B - O que está a acontecer neste momento, é que a Câmara não assegura, porque não tem capacidade para isso, para a coordenação de todos os projectos. É preferível que uma instituição dentro desses bairros assegure a coordenação e que haja uma participação, a nível da discussão das ideias, mesmo de algum acompanhamento técnico do projecto, feito por um elemento da Câmara. Mas, será sempre sob responsabilidade da própria instituição, por isso é que tens que ver, situação a situação, qual é, quais são as contrapartidas de cada parceiro nesse projecto.

E - Mas, de qualquer forma, com esse tipo de política e de prática, pode concluir-se que a Câmara reconhece autonomia e competência na área da intervenção social, nomeadamente às IPSS's?

B - Exactamente!

E - Por que se não talvez fizesse a intervenção por si, de forma directa?

B - Penso que não há necessidade, porque as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm dado mostras de um trabalho muito louvável e concreto no terreno. Por outro lado, têm um conjunto de técnicos e de voluntários completamente alargado, que não tem nada a ver com a realidade do ponto de vista de recursos humanos que a Câmara tem neste momento. Penso que não faz sentido a Câmara aparecer com este tipo de resposta quando ela já existe no terreno.

E - E pode ser apoiada...?

B - Exacto. E aí a Câmara tem sempre entrado como entidade que apoia, e muitas vezes até fomenta, o aparecimento desses mesmos projectos.

E - O teu sector, ou o da Acção Social, têm relações com, por exemplo, o Centro de Emprego? De Almada, neste caso...

B - É assim, no nosso caso e em relação à Educação, há situações muito pontuais de alguns contactos com o Centro de Emprego. Pontuais sobretudo a nível dos currículos alternativos, do trabalho infantil e também, agora, pela via do Leonardo. De todas as vezes que nós temos feito esses mesmos contactos, apercebemo-nos que há uma abertura para tentar resolver a situação, o problema que é apresentado, mas depois constatamos que não existem mecanismos legais ou eficazes, para a sua resolução. Daí que não se tem conseguido manter uma linha de trabalho permanente e continuada para a resolução de determinados problemas com que nos confrontamos ao nível da inserção dos alunos, nomeadamente, dos alunos no mercado de trabalho. Por isso não podemos dizer que há uma relação...

E - De trabalho?

B - De trabalho, eficaz.

E - Esses projectos em que a Câmara é parceira, nomeadamente o projecto de Luta contra a Pobreza, ou alguns projectos de carácter mais local e que lhe são apresentados a fim desta colaborar, já vos são apresentados de forma acabada? A Câmara não intervém neles, ou pode dar alguma dica?

B - Há práticas de trabalho que não se mudam de um ano para o outro. E é muito o hábito dessas entidades que estão a trabalhar nessas áreas entenderem a Câmara mais como ... recurso! Quando chegam à Câmara têm um projecto acabado e vêm solicitar apoio para esse mesmo projecto. No entanto, nós temos assistido já há algum tempo, sobretudo a nível da educação, com alguns professores que estão a desenvolver projectos na área da Orientação Não Formal ou projectos de actividades de complemento curricular, que estes têm tido alguma preocupação, aquando da elaboração dos seus projectos, de ouvirem um pouco o que é que nós

achamos, se faz sentido ou não desenvolver essas áreas, a quem é que se devem dirigir, quer localmente, quer mesmo ao nível do próprio Ministério da Educação. Digamos que já nos reconhecem algum conhecimento e alguma mais valia em termos de orientação aquando da fase de elaboração dos projectos. Não nos entendem somente como um recurso a quem vão solicitar apoio.

E - E a Câmara reage bem a isso? Gosta de poder colaborar, de dar uma ajuda à própria elaboração dos projectos?

B - O nosso entendimento é que nós deveríamos estar também nessa fase, porque achamos importante, por vezes, ajudar à discussão e à reflexão e a propôr alguns trabalhos específicos. De certa forma, tentar enriquecer esses mesmos projectos. E penso, que a Câmara, se é entendida como parceiro, deve funcionar como parceiro desde o início.

E - Mas fala-se muito na parceria...

B - Fala-se muito na parceria, mas não tem sido bem assim. O entendimento e prática de trabalho no nosso país não é bem assim que acaba por funcionar.

E - Mas tens a noção de que se pode ir trabalhando um pouco mais nesse sentido? A tendência será a parceria poder ser, por exemplo, entre Câmara e algumas IPSS's ou outras entidades, uma parceria mais real?

B - Já sentimos essa preocupação e nós próprios também quando estamos a pensar num projecto também já vamos pedir a colaboração de outras entidades, sobretudo ao nível da educação. Por exemplo, não é por acaso, que agora no início de cada ano lectivo, quando os professores estão a elaborar os projectos, que nos venham ter connosco a dizer "nós temos uma ideia assim e assim... gostávamos de desenvolver... o que é que acham?" E há, de facto, a preocupação de estabelecer logo um diálogo ainda em fase...

E - Precoce...?

B - Muito precoce do projecto. E por outro lado, o projecto não está todo ele sustentado no apoio que a Câmara pode vir a dar. Porque às vezes podia pensar-se que a elaboração desse projecto tem em vista um determinado apoio e então estrutura-se o projecto só nessa mesma... com esse mesmo objectivo. Isso não tem acontecido porque inclusive os projectos estravazam um pouco o âmbito do apoio local, estou a pensar ao nível do Instituto de Inovação Educacional, ao nível de algumas faculdades, mas os professores têm a preocupação de os contextualizar localmente e com a entidade ou várias, entretanto eles também já começam a criar as suas próprias redes, com os outros parceiros que trabalham mais com as escolas e tentam elaborar um projecto em que as pessoas se reconheçam nesse mesmo projecto. Não se esgota exactamente no contexto escolar, digamos assim. Isso já se vai fazendo com alguns professores e com alguns níveis de ensino. Com as IPSS's também, mas é mais difícil. As escolas também têm...

E - Outro ritmo...?

B - Outro ritmo, têm pessoas formadas em determinadas áreas. Nas IPSS's não é bem assim, a realidade é um bocadinho diferente. Mas estamos a tentar caminhar para isso. Nem sempre acontece em outras áreas, onde não tem sido feito este trabalho de... muito próximo com professores. E então aí, a Câmara aparece como recurso final para o desenvolvimento de determinado trabalho.

E - Poderíamos, talvez, agora avançar para actividades mais concretas, de preferência que estejam mais viradas ou para o grupo de jovens em risco de exclusão social ou para jovens, genericamente. Mas, actividades que possam, no teu entender, prevenir situações de risco ou de não integração social. És capaz de me dizer algumas actividades que a Câmara apoie?

B - Vamos situar-mo-nos primeiro na educação. A Educação tem feito, sobretudo, um grande esforço de apoiar, sempre que possível, a feitura de instalações para possibilitar a realização de actividades de tempos livres. Que é algo que as escolas nos solicitam, de facto muito, mas que do ponto de vista da resposta, tem sido uma resposta muito gradual e, nos últimos tempos um pouco mais acelerada. A ideia é exactamente contribuir para que esses jovens estejam ocupados com diversas actividades após o tempo lectivo.

E - São os ATL's?

B - São os ATL's. Geralmente temos vindo a privilegiar, sobretudo escolas que estejam em situações mais problemáticas do ponto de vista social.

E - Ou seja, inseridas em comunidades consideradas mais...

B - Problemáticas. Onde há um maior número de jovens em risco. Isso tem sido uma das preocupações e uma das vertentes do trabalho da Câmara. Por outro lado, tem vindo também a apoiar a Federação... Uma vez que é impossível apoiar actualmente todas as Associações de Pais, apoiamos a FERSAP, na concretização do seu plano de actividades, por um lado, fomenta a formação de outras associações de pais. Uma vez que reconhecemos que essas mesmas associações têm capacidade de dinamizar a própria escola e também contribuir para o aparecimento de outras actividades complementares à escola e que ocupam os jovens. Têm alguma capacidade de resposta no local. E tanto é assim que muitas das refeições quentes que as crianças têm nas escolas são dadas através da associação de pais e não propriamente pela escola. Há caminhos muito diferenciados dentro de cada escola para corresponder a esse tipo de problemas. Digamos que há um apoio de retaguarda da parte da Câmara, que tenta encontrar respostas que depois ocupem esses mesmos jovens e evitem as tais situações de risco. Não sei se lhe podemos chamar um trabalho de prevenção, mas é nessa linha que se está a actuar. Por outro lado, sobretudo naquelas escolas que estão situadas nessas áreas de carência...

E - Com muita gente desempregada...?

B - Com muita gente desempregada e que nós sabemos onde é que estão localizadas... o nosso concelho, apesar de ser um concelho que é referenciado a nível nacional por ter um grande índice de desenvolvimento, não quer dizer que não tenha bolsas, digamos assim, de menor desenvolvimento. E aí tentamos, de facto,

fomentar, por exemplo, projectos que as escolas desenvolvam e que tenham exactamente essa mesma preocupação... Ou seja, se temos 2 projectos com esses mesmos objectivos em áreas geograficamente diferenciadas, valorizamos mais aquele que está localizado naquele...

E - Bairro...?

B - Bairro, ou digamos, naquela área de carência.

E - Isso, desculpa interromper, independentemente do grau de ensino da escola?

B - Independentemente do grau de ensino.

E - Ou seja, independentemente das competências que vos são...?

B - Sim. Perfeitamente. Em relação aos projectos nós não temos essa preocupação de ter como atribuição 1º Ciclo. É evidente que estimulamos o 1º Ciclo... É normal que nos 120 projectos apoiados, como dissemos, cerca de 40 e tal sejam do 1º Ciclo, mas também deve-se ao facto de termos 42 escolas de 1º Ciclo, enquanto que no secundário temos 7 e do 2º e 3º Ciclos temos 10... Por isso é que existe essa correlação, que não é explicada pelo facto de serem do 1º Ciclo. Resulta, exactamente, pelo número de escolas existentes. De facto, o que nós tentamos fazer, desde há 2 ou 3 anos a esta parte é, em relação a essas mesmas zonas, ter um olhar um pouco mais atento para elas. E tentamos intervir, dentro das nossas limitações, que temos do ponto de vista orçamental e mesmo em termos de recursos técnicos, tentamos intervir um pouco mais cuidadosamente nessas mesmas zonas. Ou dotando as escolas de maior capacidade material, pela via dos projectos, ou fomentando outras actividades complementares, nomeadamente, viagens... visitas de estudo, por exemplo, a outras áreas. Por exemplo, há escolas que neste momento já estão a tentar desenvolver colónias de férias... não será assim o nome mais apropriado, mas tentam ocupar os miúdos mesmo após o período lectivo. E nós tentamos apoiar exactamente esses mesmos projectos, de forma a termos os miúdos ocupados o máximo de tempo possível.

E - Ocupados e acompanhados, não é?

B - Ocupados e acompanhados. Digamos, não é ocupá-los por ocupar, mas estimulá-los para outro tipo de aprendizagens que não sejam propriamente as aprendizagens dadas pela escola. Isso é uma preocupação da autarquia. Por outro lado, o que nós estamos a tentar fazer e isso é um objectivo nosso, é criar também programas de férias para jovens, onde se incluam os jovens em risco. A nossa ideia é, gradualmente, podermos vir a incluir jovens dessas zonas, que sejam detectadas pelas instituições e que nós possamos incluir nesses mesmos programas de férias. Este é um dos objectivos que nós temos e que ainda estamos a tentar aplicar, mas que possivelmente para o próximo ano já conseguimos ter quotas ou margens de... integração desses mesmos jovens, nesses mesmos programas de férias.

E - Esses programas de férias que acabaste de referir agora, têm alguma coisa a ver com as Férias Artísticas que a Câmara promove?

B - Tem, tem. Com as Férias Artísticas, Férias Arqueológicas, Férias Inter-municipais, que estão a decorrer neste momento.

E - Mas da forma como estão a decorrer, qualquer jovem se pode inscrever, não têm estado particularmente virados para jovens com determinadas carências ou em risco...

B - A ideia é que, gradualmente, se consiga reservar uma parte desses mesmos lugares para esses jovens.

E - Em colaboração com as IPSS's ou as instituições que trabalham com...

B - Exacto. A Câmara não tem hipóteses de fazer levantamento dessas situações. Aliás, não tem hipótese de as identificar no terreno, tem de recorrer sempre às instituições e às organizações para fazer esse levantamento. É assim que nós temos vindo a trabalhar. Por exemplo, temos uma situação muito concreta. Este ano a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, no âmbito de um protocolo que tem com Saint-Dennis, pediu-nos se não poderíamos possibilitar a visita de um jovem do nosso concelho a França. Qual foi o critério da escolha do jovem? Foi exactamente recorrer à escola 2/3 do Monte onde nós sabemos que tem um Clube de Francês e que tem intercâmbios já realizados com outras escolas francesas e pedimos à professora para identificar uma jovem com dificuldades, nomeadamente económicas, para lhe possibilitar-mos a ida a França. E digamos que foi assim que foi escolhida a jovem... Não tivemos o critério de...

E - De premiar o sucesso?

B - Exacto.

E - Na linha da discriminação positiva de que falaste à pouco?

B - Exactamente. Tentámos seguir um critério que fosse um pouco adequado a esses mesmos objectivos. No fundo, A Câmara quando se lança para as actividades, é evidente que tem um universo muito alargado, mas tem sempre a preocupação, dentro desse universo, de poder possibilitar às populações com menos hipóteses, a sua participação nessas mesmas actividades.

E - Na área da alfabetização ou do ensino recorrente...?

B - Na área da alfabetização nós apoiamos sempre o ensino recorrente, apesar de ser uma estrutura descentralizada do Ministério da Educação e nós não termos competências. Nós apoiamos sempre as actividades que eles dinamizem, não propriamente a formação mas, sobretudo, aquelas que promovam a relação inter-pessoal entre os formandos, quer a nível concelhio como inter-concelhio. Nós apoiamos sobretudo esse convívio, no fundo, fundamental para o estímulo dessas populações para a sua orientação escolar.

E - Portanto, têm colaboração com a extensão educativa?

B - Exacto. Temos colaborado directamente com o seu Plano de Actividades como integramos parcerias, onde esta estrutura está representada. É exemplo disso, o

projecto Nómada, que é vocacionado para a minoria cigana, e que é um projecto do Instituto das Comunidades Educativas, que tem uma parceria local constituída pelo Instituto das Comunidades Educativas, algumas IPSS's, e onde o ensino recorrente também está a trabalhar. A Câmara também faz parte desse mesmo grupo. O que significa que, ao apoiarmos o ensino recorrente, também estamos a apoiar de certa forma esse mesmo projecto concreto para um determinado segmento da população. Tentamos, um pouco, rentabilizar os nossos recursos em função dos recursos que existem no terreno e com as entidades que existem a trabalhar no terreno. Portanto, digamos que é assim que tentamos trabalhar e desenvolvemos actividades sempre por interposição de outras pessoas e/ou entidades. (risos) Isto, mais concretamente em relação a este tipo de população. Porque, por exemplo, a Câmara também dinamiza actividades que ela própria pensa, organiza e dinamiza. Estou a pensar no caso do Carnaval das Escolas, da Marcha das Escolas, que é a Câmara que lança o programa, as escolas inscrevem-se e nós dinamizamos. Por exemplo, no caso da Festa Verde, já é uma organização conjunta, mais concretamente... A Câmara dinamiza a Festa Verde com projectos que estão a trabalhar na área do ambiente, sobretudo nas Hortas e Jardins e propõe que as escolas pensem actividades paralelas ou complementares a essa mesma vertente de trabalho. E as escolas apresentam-nos propostas de Ateliers, propostas de animação. Aí digamos que já é um trabalho... de colaboração mais estreito. A Festa Verde resulta das propostas conjuntas, enquanto que no Carnaval, é a Câmara a entidade promotora. Do ponto de vista organizativo, não quer dizer que depois não haja a colaboração das escolas quando estão a trabalhar para a realização do desfile. Mas é outro nível de colaboração.

E - Portanto, nalguns aspectos, é a Câmara que toma a liderança de algumas actividades?

B - Exactamente. Agora, para jovens em risco, explicitamente, não tem sido essa a prática.

E - Pois, só pela via do "outro". Posso, talvez depreender do teu discurso que há o reconhecimento de que a intervenção que as IPSS's, ou outras entidades, têm, a nível local, é importante para tentar a integração social de jovens em risco ou de minorias étnicas. Ao apoiar e trabalhar com essas organizações há o reconhecimento por parte da Câmara de que esse trabalho é um trabalho positivo, de combate à exclusão social?

B - Exactamente.

E - Mais que uma vez utilizaste a expressão "actividades de Orientação Não Formal", ou "porque faz Orientação Não Formal". Se calhar a pergunta é difícil, mas... qual é ideia que tu tens... qual é a tua ideia de Orientação Não Formal? És capaz de falar um pouco sobre o assunto?

B - É assim, se nós nos situarmos no Leonardo... por que é que ele foi um projecto de Orientação Não Formal? Porque surgiu da discussão e do levantamento das necessidades sentidas pelos técnicos no terreno. A partir daí, surgiu uma proposta de trabalho e de alguns temas para reflexão com os jovens, que não é habitual e não faz parte dos currículos, nem ninguém se mostra com muita vontade ou aptidão, até ao momento, para os agarrar e para os trabalhar com os jovens. Por isso, do

ponto de vista do Leonardo, é a minha perspectiva de Orientação Não Formal, a construção de um currículo, se assim podemos dizer, a partir das necessidades que são sentidas, que estão já inventariadas pelos próprios técnicos que trabalham no terreno.

E - Uma formação para jovens que pudessem trabalhar com os outros...?

B - Esses é que têm que ter a capacidade depois de encontrar as metodologias adequadas. O que é que eu entendo em termos de Orientação Não Formal... No fundo, são todos os mecanismos que existem no terreno, que não se enquadram nos contextos formais, quer na escola, quer em algumas modalidades de ensino recorrente, quer nos centros de emprego... No fundo são mecanismos de resposta, que localmente as várias instituições ou as várias pessoas, individualmente, encontram para poder orientar as pessoas do ponto de vista da sua formação pessoal e social.

E - Neste caso, em particular, dos jovens em risco de exclusão social...?

B - Exacto. No teu caso, uma vez que estamos a falar só de jovens, pronto, pode-se ficar aí. Mas poderá não ser só de jovens. Eu vejo a Orientação Não Formal de uma forma um pouco mais alargada. Mais de educação... ou de Orientação permanente, mais nesse sentido. Digamos que, são as aprendizagens constantes ao longo da vida, mais nessa perspectiva.

E - Queres falar um pouco, do que é isso das aprendizagens permanentes ao longo da vida? Orientar para a vida, como disste à pouco, é o quê?

B - Na minha perspectiva é nós tentarmos encontrar os mecanismos necessários à nossa adequação ao desenvolvimento, numa perspectiva global, e encontrarmos as nossas respostas a esse mesmo desenvolvimento. Isso não se faz tirando cursos... Há, digamos, o evoluir a nível social que nos permite exactamente encontrarmos as nossas respostas, onde é que nós nos podemos encaixar e onde é que nós podemos nortearmo-nos em termos dos nossos objectivos, em termos dos nossos valores. Isso para mim é que é Orientação Não Formal. Agora, onde é que ela se encontra? Eu acho que cada um também tem de descobrir um pouco e tem de a construir... Quer dizer, tem que se construir do ponto de vista de quem é Orientador, que pode ser ele próprio para outros e tem que procurar nos outros quem nos possa orientar, quer dizer, tem que haver sempre esta reflexão, esta dialéctica entre os vários pares, digamos assim, para se conseguir trabalhar no âmbito da Orientação Não Formal. É aí que eu me situo um pouco.

E - É assim que tu vês o conceito?

B - É assim que eu vejo o conceito.

E - Portanto quando falas em Orientação Não Formal não te estás a referir às actividades e funções que, por exemplo, os conselheiros de Orientação têm na escola ou no centro de emprego...?

B - Não.

E - Estás a falar de outra...

B - Estou a falar de uma formação que é dada no dia a dia. Extravaza um pouco essa que inicialmente começou por ser Orientação Não Formal, mas que neste momento já se considera muito formal. Mesmo.

E - Ou pelos menos à qual nem todos os jovens terão acesso... Os que estão na escola têm acesso... quando saem da escola, muitas vezes sem a escolaridade obrigatória, ficam um pouco fora da alçada destes serviços...

B - E mesmo os que concluíram a escolaridade obrigatória, muitas vezes não têm acesso a ela. Têm-na, mas só orientada para a sua vida profissional. Não propriamente para orientação da sua própria vida pessoal e social. Quem está a tentar fazer isso, é curioso, são sobretudo os médicos que fazem acompanhamento nas escolas.

E - Fala-me um pouco disso.

B - Quer dizer, eu não conheço o trabalho directamente. Conheço um pouco por aquilo que eles apresentam, que é a experiência de vida deles do ponto de vista do trabalho que realizam com as escolas. Mas o que é certo é que eles estão muito preocupados com essa orientação de jovens e desenvolvem alguns programas de captação desses mesmos jovens para a resolução de alguns problemas que eles sentem do ponto de vista médico. E, penso que em breve se vai criar um centro de atendimento de jovens, onde é garantido o anonimato e aberto a todos e que não tem só a vertente médica... Embora eles tenham essa preocupação, pretendem alargar o atendimento à vertente da orientação pessoal desses mesmos jovens, com técnicos preparados para o efeito. Neste momento interrogamo-nos onde é que ele vai ficar sediado. Possivelmente fora da escola (risos) isso é já quase ponto acente, ainda está um pouco a ver-se aonde... Exactamente para procurar dar resposta a esses mesmos jovens. Dá-me ideia que há outros grupos que, pelo menos até agora, não eram muito vocacionados a trabalhar com este tipo de situação, que estão a ficar despertados para ela e que estão a tentar intervir de outras formas.

E - Aqui no concelho de Almada, que é a situação que tu conheces, esse trabalho está a ser desenvolvido, ou vai avançando ... Quem é que deu o pontapé de saída? Os Centros de Saúde ou o Hospital?

B - É um trabalho em conjunto. Mas, por exemplo, neste caso, é o Hospital que está a avançar. Mas não quer dizer que os Centros de Saúde não tenham essas preocupações, porque isso é visível ao nível da Comissão de Protecção de Menores. Onde, a par da Segurança Social, são de facto as pessoas que mais conhecem os casos no terreno.

E - A Câmara está com perspectivas de poder trabalhar em parceria com...?

B - Exactamente, eles já nos pediram colaboração. Nós já fomos ver algumas experiências a nível nacional e está-se a tentar colaborar na implementação do Centro de Atendimento no concelho.

E - Hum, hum... Ainda não há um projecto anunciado?

B - Não, está em fase de preparação.

E - Queres acrescentar mais alguma coisa?

B - Não sei se queres falar um bocadinho da experiência do Leonardo, uma vez que também... Se é, de facto, que aquela forma de formação foi a mais... se é de facto uma boa experiência...

E - Pode ser, pode ser. Portanto, no âmbito do Leonardo, numa determinada fase do projecto de Orientação Não Formal, preparou-se um programa de formação para orientadores não formais, pessoas significativas que, depois no terreno, poderão trabalhar com jovens em risco de exclusão social. E a Câmara, uma vez que está representada, por ti na rede local participou na preparação desse curso de formação e também na própria formação. Podes fazer um balanço, agora a alguma distância, na óptica do teu serviço, naturalmente?

B - Foi importante como experiência e digamos que o Leonardo para mim teve, não na sua fase inicial, mas numa fase um pouco mais tardia, uma curiosidade que foi o tentar constituir-se enquanto rede local e a funcionar como rede local. Não foi muito fácil, digamos assim, do ponto de vista, pelos menos, da Câmara. Começou-se a sentir que havia algum trabalho de pensar a problemática em conjunto. Em relação à formação, eu considero que se foi fácil pensar-se no esquema modelar, penso que não é um sistema a manter, quanto a mim. Se não caíamos naquilo que é muito formal. Penso que as acções deveriam de facto abordar aquelas temáticas ou outras, que estão em ausência, mas depois deveria haver uma preocupação de a aplicação dessas mesmas áreas ser feita pelo grupo de formadores em função das experiências, que os próprios formandos, enquanto pessoas significativas que são, têm já, de trabalho e a partir daí partir-se para a formação teórica. Ou seja, nós partimos da formação teórica para a componente prática, enquanto que para mim acho que, neste momento, deveríamos ter feito o percurso inverso. Ou seja, a partir da prática e das questões levantadas pelos formandos tentarmos dar-lhes a componente teórica. Por outro lado, acho que deveria haver uma maior intervenção por parte das instituições e isso deveria ter sido logo feito, isto é, definir-se o que é que cada uma das instituições ia dar em relação ao projecto. É evidente que é um projecto de investigação-acção, mas deveria ter ficado definido o contributo de cada organização. E isso para mim era importante no sentido de se tentar elaborar logo uma proposta de intervenção após a formação. Uma carência, quanto a mim, que nós temos neste momento, é que não conseguimos agarrar o grupo de formandos de forma a que estes construíssem qualquer coisa que resultasse do âmbito do Leonardo e que tivesse alguma aplicação na prática. Isto só se conseguia se as instituições se tivessem comprometido exactamente a tal. Neste momento, digamos... que foram objecto de formação e sinto que há pouca aplicabilidade. Nós depois vamos vêr se o questionário confirma isso.

E - Mas vêes possibilidade, com os formandos que fizeram esta formação ou com outros, de se poder continuar a trabalhar nessa área, utilizando a experiência do que foi a formação dada no ano transacto, reformulá-la e poder trabalhar com outros jovens?

B - Penso que sim, desde que... Eu acho que a Faculdade tem que liderar esse mesmo processo. Porque é difícil, face às actuais solicitações que, neste momento, quer a Câmara, quer as IPSS's estão a ter, é difícil que elas assegurem o pensar e o coordenar depois toda essa formação. Faz sentido que seja a Faculdade, uma vez que foi a iniciadora do processo, continuá-lo e envolver as instituições de uma forma... com um pouco mais de coerência por parte da constituição da própria rede. E comprometendo essa mesma rede a coisas muito concretas, o que se torna importante posteriormente em termos de prosseguimento das actividades.

E - Tu vês, por exemplo, a continuação desta rede local de Orientação Não Formal, para além da existência do programa Leonardo? Achas que é possível, ou que seria interessante, a manutenção deste grupo de trabalho?

B - Deste, desde que alargado. É interessante, do ponto de vista da discussão... Mas o que eu estava a tentar dizer, é que tem que haver também um comprometimento por parte das instituições. Exactamente, para sentir este projecto ou outro, como sendo da própria instituição e que também o desenvolva integralmente. Porque, quanto à rede, ela existe, independentemente do Leonardo. Porque já havia esta prática de trabalho conjunto. Digamos que funcionou também para esta intervenção o que não significa que não se esteja a funcionar noutras. Se calhar, é um pouco rentabilizar esse mesmo trabalho a nível das várias parcerias que estão instaladas no terreno. E, se pensarmos no Monte, as instituições são sempre exactamente as mesmas que estão agora na rede.

E - Que é o Centro Comunitário do PIA II...

B - Que é o Centro Comunitário do PIA II, a AMI... embora um pouco mais afastada porque também tem outro tipo de vocações, o Centro Paroquial do Cristo Rei, a própria Câmara. São estas as instituições que estão a trabalhar.

E - Vês vantagem em estabelecer ou estreitar relações com os sistemas formais da educação, da formação profissional ou da orientação escolar?

B - Para outros objectivos, sim. É vantajoso.

E - Mas esses outros objectivos são...? Saíndo do âmbito da formação?

B - Saíndo do âmbito da formação, sim. Por exemplo, em situações muito concretas, neste momento nós temos algum nível de insucesso, não sabemos quanto... e que era importante encontrar respostas ao nível dos centros de emprego, ao nível da formação. Aí há de facto uma orientação para a via profissional e que é preciso fazê-lo, não vale a pena escamoteá-lo. Assim como temos ao nível dos deficientes, quer dizer... estamos a integrar essas crianças no sistema regular, mas depois não temos capacidade de resposta para o que é que eles vão fazer a seguir, não é? E isso... é preciso encontrar-se os mecanismos para solucionar esses mesmos problemas e isso passa pelo centro de emprego, ou por uma estrutura similar. Por isso é que eu estou a dizer, do ponto de vista deste tipo de orientação, que tem que se estreitar necessariamente os laços com a orientação escolar e com o sistema formal. Do ponto de vista, deste tipo de formação que o Leonardo pressupunha, então é importante, mas penso que também não é necessário, porque nós estávamos aqui mais preocupadas sobretudo em orientá-los do ponto de vista

pessoal e social e não propriamente orientá-los para a vida profissional, embora, em última instância, também se pudesse ter essa preocupação e tivesse havido alguma tentativa de afunilar essa vertente. Mas... Não é digamos... para mim não foi prioritário do ponto de vista da Câmara.

E - Portanto, uma rede local de Orientação Não Formal, aqui no concelho de Almada, poderá ter outro programa de acção que não seja o de formação de pessoas significativas e a ideia da rede seria, estou a tentar precisar, poder diagnosticar casos de jovens em risco que precisassem de ser canalizados ou para instituições locais ou para centros de emprego. Ou seja, adequar as respostas às necessidades...?

B - É mais nessa linha. E poderia constituir-se um Observatório, porque não?

E - Porque não!?

B - Acho que era importante caminhar-se para aí. Porque, se existe já um com alguma importância, que é o da Comissão de Protecção de Menores, o que é certo é que surge para casos muito concretos de situações que são apresentadas. Se calhar era importante haver aqui um Observatório mais alargado e com hipótese de recolher informação a vários níveis. Não só ao nível das instituições, da Comissão de Protecção de Menores, ao nível do Forum Municipal da Juventude... Quer dizer, há um conjunto de instituições e de estruturas locais a funcionar que poderiam carrear essa mesma informação para um grupo, por que não informal, que pudesse depois pensar em algumas propostas e soluções concretas. E isso via bem que a Faculdade...

E - Se calhar, que fomentasse esses encontros...?

B - Exactamente.

E - Queres acrescentar mais alguma coisa?

B - Não. Boa sorte para o teu trabalho! (risos)

E - Obrigada.

C. Transcrição do inquérito por entrevista realizado à representante do Centro Social Paroquial Cristo Rei na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 13/7/98.

Entrevistadora (E) - Boa tarde, Carla. Começaríamos a entrevista, talvez por nos explicares que organização é esta, e quais as tuas funções aqui dentro.

Carla (C) - Nós estamos aqui no Centro Social e Paroquial do Cristo-Rei, que é uma organização, uma instituição que existe já há dez anos. Durante cerca de oito anos da sua história foi muito vocacionada para a infância, com um jardim infantil, creche e posteriormente um ATL. Nesta altura e com a chegada de novos realojamentos, este Centro Paroquial tornou-se um centro comunitário, portanto, com acordo atípico na Segurança Social, para apoio a famílias e a jovens. O que é que eu faço exactamente aqui dentro...? Eu dou apoio a toda a parte da infância. Como sou psicóloga educacional, faço todo o trabalho de ligação com as escolas, supervisiono o ensino recorrente, dou apoio escolar a jovens... jovens, pré-adolescentes do 2º e 3º Ciclo já nesta altura e faço todo o trabalho com as educadoras. Estamos a tentar implementar agora um serviço de amas, que também sou eu agora a coordenar... Eu e uma educadora, porque os serviços de amas são obrigatoriamente...têm que ter uma educadora com funções de coordenação. Em termos de funções, também estamos a tentar implementar um apoio a familiares de toxicodependentes, também estou a trabalhar com uma animadora familiar. Não sei se especifiquei bem as funções...são tantas funções...(risos)

E - Disseste que aqui o bairro tinha crescido...

C - Isto é assim. Isto fica na encosta sul do Plano Integrado de Almada. A área de intervenção do Centro apanha os núcleos rosa e o núcleo branco, que são núcleos que já existem há algum tempo, julgo que desde finais dos anos '70 ou início dos anos '80, nem sei muito bem. Agora recentemente foram planeadas as colocações das dunas da Costa da Caparica, aqui na rua do lado, que é chamado o 2º terço sul. Entretanto também aqui na encosta sul mas não no âmbito do Centro a entidade que intervém na zona é a Casa Pia de Lisboa, com os ex-habitantes do asilo 28 de Maio. Há a população que está a ser realojada também na zona dos 3 Vales... mas ainda é um bocadinho terra de ninguém. Ainda não sei se é a Câmara que vai agarrar a população, se é o Centro, se é outra entidade que entretanto apareça.

E - Portanto esta organização é uma IPSS...?

C - Esta organização é uma IPSS, tem esse estatuto.

E - A IPSS depende de alguém? Tem relações hierárquicas com alguém como um Ministério ou...?

C - Não. A IPSS é uma entidade própria, não é uma delegação de nenhuma função pública, de nenhum Ministério, de nenhum organismo público. Tem no entanto vários protocolos de colaboração com alguns deles. A nível das valências típicas... e estamos a falar da creche, berçário, jardim infantil e ATL, tem agora, e com o alargamento do pré-escolar, com o Ministério da Segurança Social e com o

Ministério da Educação. A nível dos acordos atípicos que são o apoio domiciliário, o apoio a famílias disfuncionais, a alfabetização, apoio escolar, futuramente serviço de amas e por aí... tem protocolo com a Segurança Social... ou com o Ministério do Emprego e da Solidariedade Social, não é?! E o grupo de jovens trabalha muito em articulação com o Instituto Português da Juventude.

E - Esta organização, o Centro Social e Paroquial do Cristo-Rei, aceitou fazer parte de uma rede local de organizações, para se dedicarem ou investigarem, as práticas de Orientação Não Formal. Que motivos é que levaram esta organização a integrar essa rede local?

C - Isto é muito como o percurso do Projecto, Quando nós, eu e a A., integramos esta equipa no âmbito ainda do Projecto Petra, o Centro Social e Paroquial do Cristo Rei, foi identificada como uma instituição significativa no trabalho com jovens. Estes dados foram-nos dados pela Segurança Social. E nós começamos a trabalhar, viemos cá ao Cristo Rei fazer uma entrevista sobre a prática com jovens, na altura ainda era um trabalho muito, muito inicial, ainda estavam a estruturar o trabalho, ainda não havia animador próprio, portanto estavam só a trabalhar com os ateliers desportivos... E depois eu continuei a trabalhar no âmbito do Petra, de seguida o Petra torna-se o Programa Leonardo e nessa altura é que há a formação da tal rede de vários parceiros... Eu como estava já ligada ao projecto... continuamos. E no entanto, e este projecto foi sempre um projecto que era meu aqui na instituição. Nunca foi uma coisa muito... E depois, com a formação também do J.P e dos jovens aqui da comunidade, nessa altura começou a ter algum impacto. Mas na altura era um bocado carolice...(risos).

E - Pois, mas podemos considerar que havia motivos para esta IPSS integrar a rede... ? Havia trabalho com jovens?

C - Havia jovens significativos identificados na comunidade, pela equipa do Cristo Rei, portanto quando se fez a escolha dos formandos para o curso foi a equipa, quer dizer foi... viu-se quem seriam as pessoas. Posteriormente, a nível do acompanhamento desses jovens, continua a ser através do Cristo Rei. Já não é um projecto...um projecto Leonardo - Cristo Rei, um bocadinho...

E - Já deu para perceber que aqui dentro desta IPSS há vários serviços, há várias valências... Agora, relativamente à Orientação Não Formal ou àquilo que podes achar que é o trabalho de Orientação Não Formal, qual é o serviço ou departamento aqui da IPSS que se pode dizer que está mais envolvido nesse trabalho?

C - Hum... Todo o trabalho com jovens! Todo o trabalho com o Espaço-Jovem, que tem várias actividades, umas mais organizadas do que outras. Estamos a tentar agora trabalhar com as raparigas em risco de maternidade precoce, ou já mais adolescentes, com a R., que é uma psicóloga que está aqui em colaboração com os animadores. Portanto, estamos a fazer reuniões de jovens... Também o apoio escolar poderá ser, embora... é para miúdos que ainda estão na escola, portanto, ainda estão numa estrutura formal... Há muitos da idade deles que já não estão...! Isto vê-se pela lista de inscrições, eles inscrevem-se no início do ano, depois há meninos que nem sequer põem lá os pés... E como as inscrições abrem em Setembro, mais ou menos, temos que fazer um cálculo de quantos miúdos é que vai

haver... Há vários que se inscrevem cheios de boas vontades, mas há uns que nunca aparecem, e quando se vai pedir informações às escolas sobre esses miúdos...têm de facto um percurso escolar complicado.

E - Quais são os principais objectivos do trabalho com os jovens?

C - Ah... Eu acho que é muito arranjar-lhes um projecto de vida, não é? Trabalhar com eles...o que é que eles querem ser...como é que querem chegar lá! E de alguma forma, apoiá-los a terem armas, armas interiores e exteriores, no sentido de se conseguirem organizar nesse sentido. Porque o que nós notamos aqui, é que o projecto de vida destes miúdos é muito desorganizado... eles ou querem ser uma coisa... como...

(Tivemos que mudar de sala.)

E - Estávamos a falar dos objectivos do Centro Social e Paroquial relativamente aos jovens...

C - Estávamos a falar dos projectos de vida, não é?

E - Sim, sim.

C - Portanto, tem muito a vêr com isso. Como em todos os sítios, nós trabalhamos com os jovens que aparecem, haverá alguns que já estão com organizações paralelas. Alguns são identificados à Comissão de Protecção de Menores, que fará a seguir o processo, normalmente remete-nos outra vez a intervenção... aqui no local, para tentar uma intervenção com a família, mas às vezes é muito difícil. Mas o que nós tentamos é mesmo definir com os miúdos algum objectivo... Ou tentar enquadrá-los nas escolas de forma a eles terem no mínimo o 9º ano, a escolaridade obrigatória nesta altura. Ou em miúdos que não têm estrutura para a escola, integrá-los em cursos de aprendizagem, na Casa Pia, na escola de não-sei-quê da Sobreda...Coisas assim do género, portanto esquemas alternativos do ensino mas que lhes dê a qualificação do 9º ano, portanto continuam a ter a escolaridade obrigatória. Aqueles que já têm 16 anos, e que já não têm relação com a escola ou com a formação profissional (...) é a nível de os tentar integrar(...) ou então são integrados em empregos, muitas vezes precários. E é sempre melhor estar a trabalhar num emprego precário do que estar sem fazer nada...

E - Pode-se talvez interpretar que há um trabalho de Orientação com esses jovens. Isso é explicitado nos vossos objectivos?

C - Não, não, as coisas não são... Os objectivos não são... Normalmente a gente não tem como objectivos explícitos orientar o jovem. Poderá ter... prevenir comportamentos a nível de risco, promover a inserção sócio-profissional... ou trabalhar a ligação escola-comunidade no sentido de aproximar os objectivos da escola aos objectivos dos jovens... Mas normalmente as coisas não são faladas em termos de Orientação.

E - Não surge assim...

C - Não surge esse, esse... verbo, quando se explicitam os objectivos em termos escritos, não é...?

E - Humm... A população alvo, só para recapitular, são famílias, jovens dentro da escolaridade ou já fora dela... e população desempregada?

C - População desempregada também. Eu não estou muito ligada a essa área. Há uma assistente social, que está cá num estágio profissional que é a C. S., que trabalha toda a questão de articulação com o Centro de Emprego, tanto na inserção profissional como na inserção na formação profissional. Normalmente essas coisas passam por ela e é ela que articula com as entidades competentes.

E - No âmbito de (...)?

C - No âmbito de uma coisa que existe agora que é o Rendimento Mínimo Garantido, que é um projecto... que é um projecto não, que é uma medida da Segurança Social que prevê o apoio a famílias carenciadas. Portanto, qualquer família utente de RMG, Rendimento Mínimo Garantido, tem previsto uma série de apoios a nível profissional, que famílias que se calhar não têm direito mas que também são carenciadas, não têm, muitas vezes passam à frente do RMG deixando as que (...) as que não têm direito por terem mais do que X rendimento necessário.

E - Relativamente aos jovens em risco de exclusão social, como é que os caracterizarias, globalmente...

C - É um grupo heterogéneo. E falando em termos de caracterização de grupo, tenho que pensar um bocado... É assim, são normalmente jovens com má ligação às estruturas formais, nomeadamente às escolas, muitas vezes a empregos com contratos, com horários com... coisas que para nós são mais ou menos adquiridas, para eles é muito complicado, com uma grande dificuldade em cumprir regras. Com um projecto de vida ou inexistente ou irrealista... e muito imediatistas. Portanto eles querem tudo para ontem, têm muita dificuldade em lidar com emoções fortes, com pouca capacidade de reacção à frustração, portanto são miúdos muito imediatistas. Não conseguem esperar pela integração na formação profissional, não conseguem esperar porque sempre que querem entrar na escola é agora em Julho quando a escola já acabou. Coisas assim, perfeitamente...

E - Fizeste quase que um traço psicológico desses jovens, mas existem outros problemas? Como os de carácter económico...além dos de carácter psicológico?

C - Sim...Só uma coisa. A nível do problema económico, eu julgo que os que têm problemas económicos e que se conseguem estruturar a nível da escola...a nível das estruturas formais, não estão em risco... ou pelo menos não estão em risco eminente, não é? Porque conseguem-se organizar, de forma a ter o mínimo de escolaridade que lhe permite possivelmente ter um mínimo emprego.

E - E integração social?

C - Logo, integração social. Portanto o risco... é muito mais o miúdo que está em risco, o miúdo que embora a mãe trabalhe, o pai trabalhe e tenham dois ordenados, mas que não se consegue em termos de horários, em termos de lidar com a

frustração, em termos de trabalhar essas questões todas, do que aquele (...) mais horas e que ganha pouco, mas que incute estas regras aos miúdos e que os miúdos se ligam à escola porque percebem que a escola é um meio de promoção social. Pessoal e social e ... e futuramente profissional. Portanto, o risco destes miúdos mais pobres não tem exactamente a ver com factores económicos, pela minha experiência. Tem mais a ver com o nível de organização pessoal e familiar. No fundo o que acontece às vezes é... uma grande confusão na família. Ou por problemas de alcoolismo e de violência, ou de toxicodependência dos pais ou de irmãos mais velhos... ou então por uma desorganização já... às vezes quase a nível da saúde mental dos pais... um grande abandono e uma grande negligência, uma grande incapacidade de se impôr aos filhos. Isso é o que eu noto.

E - Como é que se faz o acesso da população ao Centro Social? São eles que vêm ter ao Centro Social, é o Centro Social que conhece casos e vai ter com as pessoas, os jovens em risco, neste caso?

C - Poderá ser das duas maneiras. O Centro Cristo Rei tem um conjunto de serviços que a população conhece. Tem a Acção Social, as assistentes sociais que são conhecidas, tem a creche e o jardim infantil, que são conhecidos. Os animadores, que são jovens, também começam a ser conhecidos. Portanto, há muito contacto... a população vai, não é? Se eventualmente a gente sabe de uma situação que é sinalizada de um possível risco, de possíveis maus tratos, de um adulto isolado... Porque não só trabalhamos com crianças e com jovens, também há esta situação... o movimento é do Centro para a população. Normalmente há momentos, como houve agora os santos populares, de grande divulgação das actividades do Centro, em que as coisas aparecem e são apresentadas à comunidade e têm alguma adesão e as pessoas vêm, e estão lá... E é mais ou menos... as coisas são mais ou menos..., depende um bocado das situações.

E - É nos dois sentidos...

C - É um bocado nos dois sentidos.

E - Com essas organizações com que existem protocolos, há relações de dependência, do Centro do Cristo Rei relativamente à Assistência Social ou ao Centro de Emprego?

C - Dependência, não.

E - A relação é de colaboração?

C - É. É um acordo que se assina, não é? Portanto, o Centro Social Paroquial diz que dá apoio a uma população X, X crianças, X jovens, X adultos e a Segurança Social e o Ministério da Educação, dependendo das valências, dá um contributo de X contos, ou X escudos por utente.

E - E quem elabora esses projectos que o Centro depois tem que apresentar ao Ministério da Educação ou à Segurança Social? Os projectos são feitos como? Anualmente...?

C - Julgo que são anualmente. Eu não estou muito dentro desse assunto. Eu sei que os projectos são revistos anualmente. Por exemplo, o deste ano que vai entrar de 1998/99, foi feito em 96/97. Portanto tem que se prevêr o que é que vai crescer, o que é que vai continuar a acontecer, de modo a caberem estes...

E - Mas há, haverá flexibilidade? Portanto, imagina que a realidade social...

C - É assim, às vezes é, outras vezes não é, mas a gente sempre vai...

E - Há esse grau de liberdade, portanto, de adequar os projectos e os vossos objectivos para um determinado ano em função depois da realidade?

C - A nível do acordo atípico, sim. Portanto tudo o que é trabalho com jovens, trabalho comunitário, sim. A nível da infância já não, porque há regras muito rígidas que têm que ser cumpridas a nível de equipamentos de infância. Tem que haver X miúdos por sala, dependendo das dimensões. E não pode haver mais do que, ou menos do que...

E - Mas relativamente à valência, ou às valências que lidam mais com os jovens em risco de exclusão, há alguma flexibilidade? Há alguém que vos imponha...?

C - Não. Depois terá que se fazer um relatório final em que as coisas são justificadas, e normalmente não há problema. Ou seja, não tenho conhecimento deles.

E - Os objectivos e as estratégias, as actividades que são pensadas para o grupo de jovens em risco de exclusão social, particularmente para este grupo, são portanto delineadas pelos técnicos do Centro do Cristo Rei?

C - Exactamente. Tentando envolver o mais possível os próprios jovens nessa própria organização. O que se tem feito até agora é de facto as coisas passarem da equipa técnica para os jovens. Agora está-se a tentar que com os jovens se pensem as coisas, no sentido de os envolver e de os organizar nas actividades aqui do Centro. Quer dizer, pegando nalguns jovens... Estou-me a lembrar por exemplo de alguns que fizeram o curso, o M., menos, mas é outra hipótese. Por exemplo o L. ser agarrado nestas coisas, e pensado a esse nível, quer dizer... Por que são pessoas que nós sentimos que têm características, que podem trabalhar com a população, e sendo a população, é muito mais fácil.

E - Mas, por exemplo, esses dois jovens, não são propriamente considerados jovens em risco de exclusão, são jovens que...

C - Repara uma coisa. É muito difícil tu estares a trabalhar com um jovem que tu não tens a certeza que consegue estar ao pé de ti às onze horas da manhã...

E - É claro que não. Mas quando tu falaste em ter a colaboração dos próprios jovens estavas a falar em jovens que são aqueles que podem funcionar já como líderes ou como mentores dos jovens que estão em risco?

C - Sim. Mas não deixa de ser um elemento a considerar dentro da comunidade. Uma coisa que acontece, por exemplo, é que a F. mora no Feijó, a Z. mora no

Seixal, a C. mora no Laranjeiro, não é? Nós não somos daqui...! É completamente diferente as coisas surgirem dentro da...

E - Mas há essa perspectiva de chamar à fase da programação, digamos assim, os jovens da comunidade...

C - Sim... Relativamente aos jovens, até o que o J.P. costuma fazer com eles...

E - O J.P. é...animador?

C - É um animador.

E - É um animador, portanto é um técnico.

C - Um técnico. Costuma fazer é... reúne com eles...propõe-lhes uma actividade, ou diz-lhes "Nós queremos fazer isto", Nós queremos, por exemplo organizar uma festa, organizar um fim de semana : "Como é que vocês querem fazer?" O que é que vocês dão, não é? No fundo... Temos que vender! O que é que nós vamos vender? Temos que ter dinheiro para a festa, como nós vamos arranjar? E as coisas são muitas vezes iniciadas por nós, não é? Mas depois... Depois dá muito trabalho fazer com que eles façam mesmo (...) as coisas para a festa, para se vender na festa ou que venham... que ensaiem para dançar em tal dia. Essas coisas depois são trabalhadas com os animadores, normalmente.

E - Mas de qualquer forma? Costuma haver adesão à apresentação...?

C - Sim, sim. Eles gostam! Eles gostam.

E - Portanto, essas actividades como aquelas que nomeaste agora, podem ser consideradas como actividades de ocupação de tempos livres, não é?

C - Sim.

E - Haverá outras? Dão, por exemplo, educação básica, ou têm cursos de alfabetização?

C - Aqui não há. Para jovens, aqui não há. Está-se a prevêr, em colaboração com o PIA II, a organização de um grupo de ensino recorrente, com currículo alternativo, para jovens que abandonaram a escola sem completarem a escolaridade obrigatória. Porque quando nós falamos em abandono escolar, absentismo, só falamos de meninos que estão antes do 9º ano. Porque depois do 9º ano, ou continuam, ou têm um grau de estruturação suficiente para aderirem a uma formação profissional ou a um emprego ou... estão bem formados... (risos)

E - Já se conseguem encaixar nos sistemas formais, não é?... (risos)

C - Já. Já... Perfeitamente! Perfeitamente...ou talvez não...não sei.

E - Têm...hummm... intervenção de rua?

C - O J.P. é animador de rua.

E - Animador de rua...Portanto, faz o contacto directo com os jovens...?

C - Ele faz o contacto directo com os jovens. E foi assim que ele começou, no âmbito do trabalho com os jovens. Quando o trabalho com jovens se iniciou aqui, nem sequer havia espaço. Portanto, o Espaço Jovem tem sofrido algumas alterações e algumas contrariedades, porque o espaço funcionava a nível do ATL (...) E entretanto foi preciso o ATL outra vez e eles tiveram que sair.

E - Portanto o Espaço Jovem é um nome, digamos assim, mas não faz parte do ATL. Está separado do ATL...

C - Está separado. O ATL é uma estrutura muito formal, com regras muito rígidas, muito "escolinha". Pronto, é uma continuação da escola, quer dizer... a gente tenta falar com eles : "Aqui não é a escola..." e tal, mas... mas "faz lá os trabalhos de casa", e têm que ir para a fila para o refeitório...e há miúdos que também não se encaixam no ATL, embora tenham idade de ATL.

E - O Espaço Jovem está dirigido mais para adolescentes...

C - O Espaço Jovem... os objectivos iniciais, era dirigi-los para os adolescentes, talvez a partir dos 13 anos. Mais ou menos essa idade. O que é que acontece? Com estas mudanças todas, os jovens mais velhos acabaram por se desmobilizar, por causa do espaço, e começamos a apanhar miúdos mais pequeninos que não estão integrados em ATL, ou o equivalente nas escolas. São miúdos que vêm das escolas, do 1º e 2º Ciclo ...não é só da escola primária, mas que saem da escola e não têm onde ficar e depois vão ali. Alguns fazem os trabalhos de casa, por exemplo neste espaço que há aqui na rua do lado, fazem também um horário de trabalhos de casa. Outros não fazem, portanto têm liberdade de entrar e sair quando quiserem; é um espaço aberto. Portanto eles têm... há regras internas, mas não há regras...eles não têm que ficar... "quietos" ali, como têm que ficar no ATL normal. E o que acontece? Os jovens mais velhos acabaram por..., como eles dizem "estar cheios de putos ali ao lado" (risos). Então nesta altura está-se a trabalhar no sentido de eles passarem tudo aqui para este espaço, a organizar este espaço de forma que haja um espaço para os mais pequeninos e um espaço para os mais crescidos.

E - Com actividades de ocupação dentro desse espaço? Estou a pensar em ping-pong, por exemplo...?

C - Ping-pong...Nós temos uma mesa de ping-pong e temos uma mesa de snooker. E temos uma mesa de matraquilhos. E isso foi uma coisa que chamou muito os miúdos. Depois quando o espaço grande fechou e eles tiveram que passar para o espaço pequeno, as coisas... não há espaço para montar as coisas. As coisas têm sido um bocadinho complicadas a nível do trabalho com os jovens. Depois também há a história da instituição. Isto é...os meninos... Estas valências novas, que têm 2 anos, 2 anos e meio, são coisas que ainda não estão bem... ainda não foram bem "engolidas" por toda a gente, não é? Isto está em fase de "mastigação"...

E - Mas tem vindo no sentido positivo de aceitação por parte da instituição?

C - Sim... (risos)

E - Pelo menos não foi negado a existência dessas actividades, elas continuam...

C - Não. Elas continuam.

E - Além do pessoal técnico, que outro tipo de pessoas é que trabalham aqui, a nível dos jovens em risco? Têm os técnicos...há pessoas sem especialização...? Voluntários?

C - É assim, o trabalho com jovens, está dentro do Espaço Jovem, tem o apoio escolar, que tem jovens da comunidade a dar apoio aos meninos, que são jovens que já estão no 10º, no 11º, no 12º ano...

E - Que são voluntários?

C - Que são voluntários integrados num projecto pelo IPJ, que é o JVS: Jovens Voluntários para a Solidariedade. Depois, há um voluntário mesmo a sério, que é o dinamizador do grupo de dança, que é o J. M., que é um elemento da comunidade, um jovem que tem uma formação qualquer, que eu não sei qual é, que também faz o equivalente a monitor, ou a auxiliar de educação, ou qualquer coisa... no Z.... ou no Bo...., num desses... onde também trabalha a expressão corporal e essas coisas...e que portanto lançou o grupo de danças africanas aqui com os jovens. E acho que em termos de colaboração de elementos da comunidade... por enquanto, é o que nós temos.

E - Hum... O M. e o L....

C - O M. e o L., é assim... o M. este ano começou a trabalhar e tem lá o projecto do Chegadoinho, não teve possibilidades de integrar nenhuma destas actividades. O L. é um dos monitores do apoio escolar.

E - Portanto o facto de ser monitor, quer dizer que já é remunerado...

C - É remunerado pelo JVS, que é... recebe 10 contos por mês, ou qualquer coisa do género.

E - É quase simbólico...

C - Eu nem sei se dá para o passe...(risos)

E - Portanto, não há propriamente uma selecção para os jovens que querem, por exemplo, frequentar o Espaço Jovem. Quem quer, aparece?

C - (aceno positivo com a cabeça)

E - Quando conseguem diagnosticar, encontrar um jovem em risco eminente, como tu caracterizaste atrás, vocês desenvolvem um trabalho ...tentam chamar esse jovem à organização... mas... fazem um trabalho com ele e paralelamente com a família, ou...?

C - Depende um bocado da situação e das características do jovem. Há jovens em que funciona bem o trabalho com a família. Há jovens em que funciona bem o trabalho individual. E o trabalho individual é com a pessoa com quem ele se dá melhor. Poderá algum dos animadores, poderá ser alguma das assistentes sociais, poderei ser eu ou a R. Eles normalmente elegem a pessoa que gostariam que os acompanhasse. Pronto, o que é que acontece? Há miúdos que nós notamos que estão em risco. Nós desenvolvemos uma série de actividades de animação, de tempos livres e não só, e tentamos que eles entrem nessas actividades. "Olha, vai haver o tal projecto, vamos para aqui, vamos para ali, vem connosco...". Assim, há miúdos que conseguem vir e que se conseguem aliar ao Espaço Jovem e que se conseguem ligar ao grupo de jovens. Há outros que nem sempre é fácil conseguirmos..., quer dizer, perdemos, quer dizer, são muito miúdos e as coisas...custam um bocado...ver miúdos que de vez em quando vão para Lisboa... e que apanham o barco às vezes sem bilhete e que vão arrumar carros, para aqui ou para ali... e nós sabemos. E... desaparecem, percebes? Miúdos que nós conseguíamos traçar com eles algum percurso... Em paralelo, as coisas são passadas superiormente. Porque nós temos obrigação nestas situações de risco, de comunicarmos à Comissão de Protecção de menores. Aquilo passa à Comissão de Protecção de Menores, faz-se algum trabalho de parceria com eles e tenta-se que eles trabalhem as questões da família, mas mesmo assim às vezes não chega. E há situações destas, quer dizer,... nós também temos que lidar com isto, quer dizer... se vai ligar a esta fase, então quando ele quiser voltar...porque ele nem sequer aparece. Ele ou ela.

E - Então, será porque há solicitações do meio que serão mais fortes para esse jovem...?

C - Eu acho que sim, eu acho que sim...

E - Do que as actividades...

C - Eu acho que sim. Porque eles... Há coisas que dão muito gozo, quer dizer... Não sei exactamente que tipo de actividades é que eles fazem, mas há algumas suspeitas que façam passagem de droga daqui para Lisboa ou de Lisboa para aqui...Nós não sabemos muito bem qual é que é o caminho.

E - E há casos, identificados, de jovens toxicodependentes aqui?

C - Há. Não tão novinhos.

E - São jovens adolescentes, a partir dos catorze anos?

C - A partir dos catorze anos, sim. Eu estava a falar dos miúdos mais novos, antes dos catorze. São inimputáveis, por isso é que eles são "correio".

E - E são mais difíceis de...?

C - Os toxicodependentes são... Nós temos um projecto com eles, como eles têm o seu próprio projecto de vida, quer dizer... quando eles vêm, nós encaminhamos, mas...é o percurso deles, é a escolha deles. Quando eles escolhem fazer um movimento de saída, nós damos algum apoio. Estamos preparados, porque esses

movimentos de saída, terá que haver durante muitos e muitos anos até que eles decidam...

E - O que é que entendes por movimento de saída?

C - Movimento de saída é eles chegarem a dizer que querem ir para uma recuperação... que nós no fundo estamos a lidar com uma doença, não é?...

E - Sim, sim...

C - Quando estamos a falar com um toxicodependente, estamos a trabalhar com uma pessoa que tem um problema muito específico, tem... como os "narcóticos anónimos" dizem, têm a doença da adicção. E que têm que se curar, não é? Portanto nós encaminhamos para aqui, para ali, damos algum apoio. A acção social poderá apoiar determinada situação sócio-económica familiar em questão. Mas esses... Esses já definiram o seu percurso. Esses, os que vêm da cadeia, que também há...miúdos com mais... já não são menores, não é? Mas não deixam de ser jovens. São jovens! Com mais que 18 anos, que passam períodos na cadeia, mas que... Esses miúdos também já definiram o seu percurso, quer dizer... Eles, ou roubam ou... ou não roubam, mas passam droga, ou fazem isto ou fazem aquilo. Mas eles definiram o seu projecto de vida. E depois, como eles entram nestes esquemas paralelos e marginais é mais difícil nós orientá-los para coisas mais formais, quer dizer... Eles ganham o triplo ou quádruplo do dinheiro que se tivessem que se levantar às 6 ou 7 da manhã. Nem têm que fazer nada dessas coisas... Estão em risco...Às vezes vão presos! Eu julgo que é assim que eles pensam...

E - Mas de qualquer forma, estão abertos à...?

C - É assim...Eles aparecem menos...

E - Mas quando aparecem são bem recebidos...?

C - Quando aparecem, aparecem!

E - Aparecem... Esse encaminhamento de que tu ainda agora falaste, que é feito com esses jovens, não necessariamente menores, é um trabalho de Orientação. Encaminhamento, Orientação...

C - Sim...É...

E - Mesmo que seja Orientação para outras instituições?

C - Normalmente, é orientação, é encaminhamento para outras inst... por isso é que se chama... pode ser encaminhamento e orientação, sim. Acaba por ser.

E - Tens alguma explicação para o facto de o termo, de Orientação não aparecer?Aparece a palavra encaminhamento, ajuda...

C - Não! (risos)

E - Mas relativamente às práticas...

C - Relativamente às práticas, nós tentamos dar alguma orientação aos miúdos. Orientação no projecto de vida, orientação na inserção profissional, orientação para a escola. Mas o termo Orientação acaba por não aparecer... Eu acho que é até por tradição. No trabalho comunitário, que é um trabalho social, é muito mais comum nós quando falamos nas práticas e quando falamos uns com os outros... Nós não dizemos "Ai, orien...". Às vezes diz "Orientei para o Centro de Emprego", não é? (risos). Mas é muito mais comum dizer (...), não é? Para o Centro de Emprego ou para uma entidade...não interesssa qual.

E - E isso tem a ver com a formação dos técnicos?

C - Tem a ver com a formação dos técnicos. Tem a ver, às vezes, até com a própria conotação da palavra Orientação. Para mim Orientação é uma coisa muito escolar. (risos) Está muito ligada à escola. "Eu não faço Orientação. Quem faz Orientação são os professores da escola!"

E - Sim, sim...

C - Portanto, todo o trabalho de Orientação, que não é Orientação da escola, nós fazemos...(risos). Porque acaba por ter a ver um bocado com estas coisas... Eu acho... Nunca pensei muito nisto. Mas agora que estás a... a fazer-me pensar nesta nossa conversa, eu acho que tem um bocado a ver com isto... Nós vamos ver o que é para o Centro de Emprego, às vezes... mas normalmente encaminha. (risos)

E - Já agora...a propósito da escola...Têm contactos com professores da escola, com os Orientadores escolares?

C - Sim, sim. Quem está aqui responsável pela ligação com as escolas, sou eu. E então o que é que eu tenho que organizar? Assim, sem ser situações especiais... Normalmente tenho reuniões com as escolas do 1º Ciclo. A 1 e a 2 do Pragal e com o Serviço de Psicologia e Orientação, na 2/3 do Monte, porque dá apoio à 2 do Monte e à 3 do Monte. São escolas primárias... Portanto acabo por apanhar quase todos os miúdos da área. Em situações especiais, quando eles estão por exemplo na António da Costa ou na Fernão Mendes Pinto ou na secundária do Monte, entro directamente em contacto ou com o conselho directivo ou com o director de turma.

E - Existe quase que uma rede, uma pequena rede montada...?

C - Sim, mas uma rede informal. Um dos meus planos, que ainda não consegui pôr em prática, nem sequer está em plano de actividades, é juntar esta malta toda e formar uma rede de escolas. Também tenho um bocado de medo como é que as escolas vão reagir a essas coisas. Tentei, por exemplo fazer com as duas primárias do Pragal a 1 e a 2... As coisas não foram muito bem recebidas porque... E como é que eu senti? Senti porque nunca tinham horário para estar todos juntos, ou tinham mobilidade para nos dirigirmos todos para uma escola ou para se dirigirem aqui para o Centro. Pronto estas questões...na prática, estas coisas...Há aqui alguma reacção... Vamos começar devagarinho... Há uma montada, pelo SPO, em que o SPO é o Serviço de Psicologia e Orientação, dá apoio às escolas primárias do Monte, além das 2/3. E o que é que no SPO tomaram a iniciativa? Foram eles que

fizeram. Foi juntar uma rede de parceria, como dentro da comunidade eles trabalham as famílias, vamos chamar as pessoas até nós. Pronto. E no fundo as coisas acabam...Tenho este menino aqui, tenho este menino ali, mas acaba por ser uma análise casuística. Pronto, normalmente os (...) intervenientes é: a escola só funciona dentro da escola, qualquer uma, não é? E quando há uma situação fora do espaço-escola, já não é com a escola e nós é que temos que desenvolver. Em situações muito graves, eu faço um relatório, eles fazem um relatório e encaminhamos ou para o Tribunal de Menores ou para a Comissão de Protecção de Menores.

E - Poderá dizer-se que esse trabalho, é um trabalho de relacionamento entre o trabalho da tal Orientação, que não se diz que é Orientação, a Orientação Não Formal, com a Orientação Formal, das escolas? Há contactos...?

C - Sim, há contactos. Há contactos.

E - E a perspectiva de...?

C - Há contactos e há articulações! Mesmo. Nalgumas situações há planos de intervenção comuns. Ou seja, a escola anda a tentar sensibilizar os professores para... Eu tento sensibilizar a família ou o jovem para... Depende de qual é o parceiro na intervenção. O parceiro na intervenção em situação de risco pode ser um elemento da família, ou pode ser o próprio jovem.

E - Pois. Mas há articulação...?

C - Há. Há articulação. Nestas situações tanto há na 2/3, como há na Fernão Mendes Pinto, como já aconteceu na António da Costa. Em jovens do 2º e do 3º Ciclo.

E - Portanto, tens a ideia de que a escola sózinha, não pode actuar junto do jovem, de um pré-adolescente ou de uma criança...É difícil... Portanto, precisará do apoio, por exemplo, de uma outra organização, nomeadamente sediada na comunidade...?

C - Se nós queremos trabalhar o jovem para ele ter a escolaridade obrigatória, terá que se trabalhar com ele na escola também.

E - Sim, sim.

C - Isto acaba por ser... Agora para ele... Para a escola trabalhar isso com ele, ele tem que lá estar. Essa é a limitação da escola. E às vezes o nosso trabalho é sensibilizar alguém para tê-lo lá. Pode não ser o próprio.

E - Pode ser alguém da família...?

C - Pode ser alguém da família.

E - Muito bem...Não sei se queres acrescentar mais alguma coisa?

C - Eu acho que focámos... Há aqui uma... Há duas coisas de que eu não falei, que são os Ateliers Desportivos e o Atelier de Informática que existem aqui no Centro. Principalmente no Atelier do Judo...

E - Judo?

C - Judo! Tem uma grande adesão e que é uma coisa que já existe... Foi por aí que começou o trabalho com os jovens e em que o monitor é...ultra-sensível a questões de comportamento. Portanto, ele consegue ver a instabilidade de um miúdo, pela capacidade que ele tem para cumprir ou não as regras. E isso é muitas vezes comunicado connosco. Por exemplo, ele dizer. "Estou muito contente com tal menino ou com tal menina", porque ele agora já se porta bem ali... E eu notar, por exemplo, quando falo com ele, que o miúdo já não foge...

E - Quer dizer que o monitor do Judo funciona como um mediador, entre o jovem e...?

C - Sim...

E - ...e o técnico?

C - Sim. E eles respeitam-no muito...É o Mestre!

E - Pois. (risos)

C - Respeitam a autoridade, respeitam a capacidade de comunicação...E ele comunica bem com eles, quer dizer...é um senhor, se calhar com 40 anos, e consegue lidar com miúdos, seja qual for a problemática. Ele é uma pessoa que diz: "Olha, é preciso que os meninos tomem duche, porque eles não tomam duche em casa."

E - Portanto ele, no fundo, faz um primeiro rastreio à situação...

C - Ou faz um primeiro rastreio, ou faz a continuação do trabalho que é feito por nós.

E - Quando vocês trabalham com um miúdo que está no Judo, podem falar com o monitor e ser o próprio monitor, por exemplo, a trabalhar algumas competências com ele?

C - Isso às vezes acontece. A ideia que eu tenho do Judo é que é um desporto que é disciplinado. Eles têm que se cumprimentar, têm que fazer aqueles rituais todos dentro das... Portanto, não é como o Futebol, toda a gente anda a correr de um lado para o outro. Pelo menos é a ideia...

E - Sim... (risos)

C - (risos) ...Pode ser uma ideia pouco fiável, mas é a ideia que eu tenho! Enquanto lá, cumprimentam-se, despedem-se no fim do combate, fazem o treino, combatem. Começam às X horas, e começam às X horas! Eu acho que nunca vai dizer a um

miúdo que chega 10 minutos atrasado, que ele já não entra. Mas diz à frente de toda a gente: "Tu chegaste 10 minutos atrasado!" Ele tem ali uma postura muito... mas consegue, na observação dos comportamentos, trabalhar algumas coisas. E o que é que acontece? Como ele consegue ter uma boa relação com os miúdos, consegue às vezes conversar com eles... Leva-os para combates fora, campeonatos da... workshops de Judo, coisas assim do género. E ele consegue perceber como é que estão os miúdos. Ele tem uma grande capacidade de perceber esse tipo de coisas.

E - E ao mesmo tempo permite o contacto desses jovens com outros de outros sítios, quando há esses encontros...?

C - Sim, sim.

E - Achas que esse tipo de trabalho, como o Judo, as actividades desportivas, o próprio Espaço Jovem, permite desenvolver um conjunto de competências pessoais nesses jovens, que lhes podem ser úteis...?

C - Sim...Eu espero que sim...(risos)

E - É um objectivo?

C - É! Por isso é que eu digo, eu espero que sim...(risos)

E - Muito obrigada, pela entrevista.

C - Ok!

E - Ótimo!

D. Transcrição do inquérito por entrevista realizado à representante do Centro Comunitário do PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada, em 17/7/98.

Entrevistadora (E) - Bom dia, Deolinda.

Deolinda (D) - Bom dia!

E - Podíamos começar esta entrevista por sabermos que organização é esta onde estamos aqui.

D - Nós estamos no Centro Comunitário do PIA II, Plano Integrado de Almada, que é uma valência da Santa Casa da Misericórdia de Almada, como sabes, uma instituição de solidariedade social.

E - É uma IPSS?

D - É uma IPSS.

E - Portanto, este Centro Comunitário (CC) é uma valência da Santa Casa. Qual é o espaço geográfico de intervenção?

D - Em termos de Santa Casa, o espaço de intervenção é todo o concelho de Almada, Nós abrangemos a população dos 3 meses a ...

E - Por aí fora...

D - Por aí fora. Isto quer dizer, temos creches familiares, temos amas, jardins de infância, um lar de jovens, para jovens em risco, apoio domiciliário, centro de jovens, mulheres, trabalhamos com famílias.

E - Isso da Santa Casa?

D - Santa Casa... Apoio domiciliário, que neste momento vamos funcionar com 24 horas, as pessoas vão continuar em casa, e a equipa é que se desloca, 24 horas, e o lar de idosos também.

E - É abrangente!

D - E somos parceiros e promotores dos projectos de Luta contra a Pobreza do concelho de Almada.

E - Promotores...compreendo. Parceiros, com quem?

D - Parceiros com quem? A Misericórdia trabalha sempre, sempre em parceria. Com quem? Com a autarquia, com a Saúde, com o Centro de Emprego, com a extensão educativa, ensino recorrente, com escolas...

E - Que é a parte do Ministério de Educação...

D - Com outras... Segurança Social e com outras associações e instituições locais.

E - Por exemplo, o Instituto de Reinserção Social, é parceiro?

D - Não é parceiro, não é nosso parceiro. Trabalhamos no terreno e em articulação.

E - Porque é que a instituição aceitou fazer parte de uma rede local de Orientação Não Formal? Ou isso não passou pela Santa Casa, que é, digamos assim, a "casa mãe"?

D - À partida, a Santa Casa está receptiva em todo o trabalho em rede. Trabalhamos sempre, sempre com essa perspectiva de parceria. E neste caso, para a Orientação Não Formal, encaixa sobretudo em termos do nosso trabalho de CC. Trabalhamos de uma forma informal e sobretudo para jovens em risco de exclusão social.

E - Portando, fazia sentido...

D - Fazia sentido nesta valência e no trabalho nesta zona.

E - E porque disseste que o que fez a Santa Casa envolver-se neste projecto de Orientação Não Formal, nesta rede, tinha a ver com as práticas deste CC, onde estamos aqui...vamos falar um bocadinho dele. Podias começar por dizer o que é que fazes aqui, quais são as tuas funções neste CC.

D - Bom, eu sou animadora sócio cultural, como formação de base e trabalho. Sou responsável por toda a animação comunitária. Como comunitária, eu trabalho com qualquer faixa etária, mas sou um bocado...assim sem ser especialista...trabalho sobretudo com jovens.

E - Quando dizes jovens...

D - 12 - 18 anos.

E - Entre os 12 e os 18.

D - Isto 12 - 18 anos, é um bocado para o papel, para quando fazemos os projectos, porque eu não consigo conceber que se trabalhe com um jovem até aos 18 anos... criam-se relações... e depois de fazeres 18 anos...vai à tua vida, não é? Eu costumo dizer: "Eles vão à tropa..." Eu deixo de os ver todos os dias quando eles vão à tropa...depois voltam. E ainda continuam a aparecer para mostrar os filhos, quando têm problemas. Muitos jovens já são mais velhos do que eu...!

E - Ficam ligados à instituição...?

D - Ao espaço...

E - ...Ficam ligados ao espaço e também às pessoas daqui?

D - Sim.

E - Relativamente a este CC, podias precisar qual é o seu espaço geográfico de intervenção? Já não é todo o concelho de Almada...!?

D - Este CC abrange a zona do PIA.

E - Que fica onde?

D - Que é esta zona a partir do Hospital...

E - Do Pragal?

D - Do Pragal, embora haja o Centro Paroquial do Cristo Rei. Mas nós também abrangemos esta zona e a freguesia de Caparica. Mas se aparecer um jovem doutra zona do concelho também pode frequentar o CC.

E - Mas o que é que fez com que a Santa Casa, colocasse aqui o CC? Quais as características que há nesta freguesia e que fez criar a necessidade de haver aqui um CC?

D - Bom, este CC... Nós inicialmente, na zona, já tínhamos um CC, que é o PIA I, com jardim de infância e centro de dia de idosos. Com o projecto de Luta contra a Pobreza "Raízes", em 1992, se não me engano, com o apoio do projecto, foi quando se construiu este CC. E na altura o que se sentia nesta zona era grande necessidade de se trabalhar com jovens em risco de exclusão social e com as mulheres. Mulheres...É o grupo que tem mais dificuldades em termos sociais. Famílias monoparentais, desemprego, emprego precário, muitas desempregadas, domésticas, e também havia uma necessidade de se perceber quais as suas necessidades. E o Centro está muito virado para os tempos livres. Para a ocupação dos tempos livres e para a formação profissional. Temos também um clube de emprego que ajuda a encaminhar essas pessoas para emprego e formação profissional. Daí que começou para jovens mulheres. Sobretudo, trabalhamos muito na área dos tempos livres. Nos Ateliers de Experimentação, pré-profissionalizantes e muitas actividades de animação como, por exemplo, o grupo etnográfico "O Batuque", de mulheres. Temos evoluído e neste momento trabalhamos em termos da família.

E - Mas há qualquer coisa nesta área da Caparica que faz com que houvesse esta necessidade. É o quê? O que isso do PIA II?

D - O PIA II é o Plano Integrado de Almada e tem a ver com os bairros sociais desta zona.

E - Isto é uma zona de...?

D - De carência. Foi considerado uma bolsa de pobreza.

E - Relativamente a ...

D - É uma zona de bairros sociais, com todos os problemas que vêm daí. Com os realojamentos mal feitos, com as casas super-lotadas, problemas sociais.

E - E em termos de diversidade da população? Há população imigrante?

D - Há população imigrante, emigrante...

E - E os daqui...

D - E os daqui, que são muito poucos, porque todos os bairros de realojamento (?)

E - Relativamente aos imigrantes, quais são as principais etnias aqui presentes no bairro?

D - Etnia africana. Uma grande percentagem de cabo-verdianos, guineenses, angolanos, moçambicanos e indianos... mas aí, passam mais despercebidos, mas isso tem a ver com os processos de socialização... e a etnia cigana.

E - Destes todos, qual é a dominante?

D - Eu tenho muita dificuldade... talvez tenha a ver com a minha própria formação e a minha maneira de estar no terreno. Há alturas que eu vejo muitos cabo-verdianos, há outras alturas que eu acho que são muitos ciganos. Depende da etnia com que esteja a trabalhar no momento. Mas penso que os africanos.

E - Já tinhas falado sobre algumas actividades aqui do CC. Como é tu poderias descrever a finalidade deste CC? A grande finalidade, é...? Não sei...Inserir ou reinserir socialmente as pessoas?

D - É um bocado a inserção. Nós trabalhamos para combater a exclusão. Em termos da exclusão social, o nosso principal objectivo é exactamente esse. Tentamos inserir, só que é muito difícil. Normalmente começamos por integrar. Integramos e confrontamos muito a nossa propensão com outras realidades. Fazemos muitas actividades chamadas "Colónias de Férias" para outras zonas do país e às vezes do estrangeiro. Tentamos mostrar outros locais e outras vivências e sempre com intercâmbios positivos para que as pessoas consigam estar com outras pessoas. Sobretudo com os jovens, fazemos muitos intercâmbios para poderem conviver de uma forma informal com outros jovens de outras realidades, para tentar um bocado abrir o leque.

E - Para os enriquecer?

D - Para os enriquecer.

E - E terem acesso a...?

D - A outras realidades, sem se sentirem sempre diminuídos. Não fomentando sempre "Somos do Pica-pau Amarelo".

E - Este bairro é um bairro estigmatizado?

D - É, bastante, sobretudo em termos dos jovens negros.

E - E as pessoas, as populações carenciadas aqui do bairro e particularmente os jovens em exclusão, são pessoas que têm mobilidade? Ou a vida está toda centrada aqui no bairro? Haverá incursões, por exemplo, para a cidade de Almada, ou para...?

D - Já não é bem assim. Eu trabalho no terreno à 8 anos... e mais qualquer coisa. Inicialmente, eu achava que os jovens não saíam do bairro. A vida era muito à volta do bairro. Eles estavam pelo Centro de Jovens, jogavam à batota pelas ruas, viam televisão, saíam muito pouco. Neste momento já saiem mais, mas em grupo. Dificilmente se encontra... indivíduos sózinhos a passear, saiem no grupo. Têm muita necessidade do grupo, mas isso tem a ver com todas as vivências...

E - Gostaria que precisasses um pouco melhor a população alvo aqui do CC, além dos jovens em risco de exclusão, de que já falámos...

D - E as mulheres e as famílias. Nós inicialmente, privilegiávamos os jovens e as mulheres e chegámos a uma conclusão. Era mais fácil actuarmos, entre aspas, na família. Como é que nós vamos trabalhar um jovem, em termos de projecto de vida, todo o seu percurso, se não soubermos o que é que se passa com a família e se não estamos em parceria com a família? Na altura, andávamos a partir pedra... Trabalhávamos 7 horas com um jovem, mas as vivências são outras. O que é que adianta termos Ateliers para as mulheres, se ela continua cheia de problemas em casa... não tem onde deixar os menores... Como é que ela pode ir trabalhar para formação ou para Ateliers. E trabalhamos na prevenção. Então, quanto mais cedo nós actuarmos, melhor. Estamos a tentar... cada vez mais cedo em termos das crianças. Estamos a encaminhar cada vez mais cedo as crianças para equipamentos de infância, para a escola. Havia uma altura em que acontecia... Os jovens andavam pela rua... não iam à escola, não iam trabalhar... depois vinham cá ao Centro... Não pode ser! Embora o Centro seja muito importante, em segundo plano. Fomentamos muito que eles têm que ir à escola. Fazemos muito contratos a esse nível. Primeiro a escola... Primeiro, porque é importante para eles e segundo, porque nós não podemos encaminhá-los nem ajudá-los se eles não tiverem qualquer tipo de escolaridade.

E - Portanto, têm essa função também, de os tentar encaminhar ou orientar para a escola, quando isso é possível, não é? Ainda relativamente à população alvo aqui do CC, os desempregados, independentemente de serem mulheres ou jovens, estão também na vossa...?

D - Sim, sim! Nós temos um Clube de Emprego UNIVA. Nós trabalhamos diariamente com anúncios de jornal, que eles podem consultar. Há uma técnica de emprego, que os ajuda a procurar emprego, a fazer o currículo, chamadas telefónicas. Temos sempre um telefone disponível para a população. Encaminhamos muito para a formação profissional. Neste momento até... nós já temos... falta-me agora o nome técnico... Nós candidatamo-nos à Medida 3, ao Integrar, para podermos dar formação.

E - Aqui no Centro?

D - No Centro.

E - Formação Profissional?

D - Aqui e não só. Neste momento temos a decorrer um curso de hortofloricultura.

E - E nesse curso, por exemplo, os formadores são aqui do CC?

D - Não, em termos da Misericórdia. Quase todas nós temos formação de formadores, para podermos dar formação, mas não damos formação para dentro da nossa instituição. São todos formadores de fora.

E - Falaste à pouco um bocadinho sobre as relações com outras instituições do sistema formal. Quando falaste da Santa Casa, referiste o trabalho em parceria com outras instituições, nomeadamente do Estado. Gostaria de saber agora, relativamente aqui ao CC, que já é uma valência da Santa Casa, com que instituições ou organizações é que se relacionam. Que tipo de relação é que têm? Têm relação com o Ministério da Educação? A nível local?

D - Sim. Localmente, mantemos... Eu penso que a nossa Santa Casa é uma instituição muito aberta, e isso reflete-se depois no trabalho das várias valências, concretamente no CC. Independentemente do projecto, nós estamos constantemente a trabalhar em parceria com outras instituições, associações e organizações. Para já, somos visitados por todo o país, por colegas de todo o país, cada vez que há um projecto. Uma associação...semanalmente, nós recebemos visitas, tanto nacionais como internacionais. Vem cá muita gente ver como é que nós trabalhamos, sobretudo em termos dos jovens E trabalhamos muito na Orientação Não Formal, há muito essa troca. E fomos um pouco pioneiros no trabalho com jovens, porque nós trabalhamos no sistema aberto: o jovem entra e sai quando quer. Não há matrículas, não há muitos horários a cumprir e acabamos por ter muito mais gente do que outras organizações onde há horários a cumprir...

E - Formalizam mais esse acesso...?

D - É, é isso...Trabalhamos muito, muito, muito em rede. Mesmo nenhuma de nós trabalha neste Centro pensa de outra forma. Se eu sei que estão com um problemas com um miúdo, contacto imediatamente a colega do IRS e falamos abertamente. Com o Hospital trabalhamos muito em parceria, sobretudo por causa das nossas mães adolescentes. Temos ali uma rede impecável. (risos) Com a AMI! Se temos um problema com um utente que precisa de banho, roupa ou medicamentos...

E - A AMI tem aqui a Porta Amiga mesmo aqui ao lado...

D - Exactamente! Com a AMI... Com escolas.

E - Com escolas. Com que escolas é que...?

D - Nós temos um projecto, não sei se já ouviste falar, na "Arisco", que é... do Projecto Vida....Esse projecto, a "Arisco", pertence ao Projecto Vida, e dentro da "Arisco", nós temos dois projectos, que é o "Prevenir em Colecção", que está dirigido sobretudo para as escolas de 1º Ciclo. E mais uma vez a Misericórdia - CC, é o promotor desse projecto, com as escolas todas locais.

E - Locais, aqui do Monte da Caparica...?

D - Sim, desde o Pragal. E o "Aventura na Cidade", também tem a ver...

E - ...E é com escolas?

D - Com escolas.

E - Do 1º Ciclo?

D - Do 1º, 2º Ciclo e 3º Ciclo, o "Aventura na Cidade".

E - Essas relações com essas entidades mais formais... é de parceria, portanto... todos colaboram, todos contribuem? Que tipo de relações é que há com esses parceiros, quer dizer, há alguém nessa rede que seja mais importante que outro? Alguém que elabora os projectos e os outros vão atrás, ou as coisas são mesmo entre parceiros, digamos assim?

D - Isto é a minha opinião. Não sei em termos das outras colegas, neste momento não é a opinião geral...Eu penso que temos aprendido a conviver no mesmo local...Já não é mau. A determinada altura, a escola, sobretudo, a escola preparatória, na altura era preparatória, agora é a 2/3 do Monte, considerá-los um bocado rivais. Na altura havia... um bocadinho... Ainda não se percebia o que é que o CC fazia na área, não é? O que é que andava aqui a fazer. E nós nunca pretendemos em tempo algum tirar meninos da escola. Pelo contrário! Isso nunca esteve em questão. Tínhamos era outras actividades que a escola não abrangia. Temos aprendido a viver na mesma zona e limámos algumas arestas, mas ainda temos muito que aprender. Não medimos forças. Há alturas que parece que se mede... Não trabalhamos tão bem em parceria como devíamos. Por exemplo, isto é uma zona de TEIP.

E - O que é que significa isso?

D - É Território Educativo. Devíamos estar a trabalhar melhor. Neste momento já devíamos estar a trabalhar sobre os mesmos temas, sobre as mesmas actividades, não termos actividades sobrepostas... e isso ainda acontece. E eu acho que não há razão... Quer dizer, queríamos um Corso de Carnaval... As instituições, desde jardins de infância... centros comunitários da zona e as escolas de 1º Ciclo, participam connosco num desfile, no bairro. A escola 2/3 não participa e faz uma actividade no mesmo dia. Portanto, não há razão para isso.

E - Mas isso é um caminho que ...

D - É isso, falta limar...

E - Mas não há propriamente relações de dependência entre aqui o CC e a escola ou...?

D - Não. Nem nós permitíamos. A determinada altura, o CC começou a (?) com o assistencialismo, só porque há... assistentes sociais. E temos uma psicóloga, que trabalha no SPO, com elas.

E - É o Serviço de Psicologia e Orientação. Podes explicar melhor...?

D - Há um elemento da nossa equipa, aqui, que trabalha em parceria com as colegas do SPO da 2/3 do Monte e com a "Arisco". Ela tem a parte das escolas.

E - Têm relação com o Centro de Emprego de Almada?

D - Sim. Somos parceiros no projecto de Luta contra a Pobreza e temos um Clube de Emprego e UNIVA, que é o descentralizar do trabalho do Centro de Emprego. Fomos os primeiros a ter um Clube de Emprego!

E - Agora relativamente aos jovens em risco de exclusão social, ou particularmente face a esses jovens, que tipo de projectos é que existem? Especificamente mais virados para os jovens em risco. E estou a falar, como disseste ainda à pouco, de jovens mais ou menos entre os 12 e os 18, embora estas margens sejam flexíveis...

D - Temos o projecto da "Arisco", temos formação à medida. Isto quer dizer, jovens que não se enquadram na formação do Centro de Emprego, por exemplo, que pede o 9º ano e há muitos jovens que não têm! Nós candidatamo-nos a uma medida, que é a chamada "À Medida" para esses jovens poderem frequentar formação profissional. Tivemos "reparação de electrodomésticos". Vamos, à partida, seguir para "mediadores sociais"..., e para outras formações profissionais, outro género de cursos "À Medida"! Porque, há muito poucos jovens que nós conseguimos encaminhar... para os cursos do Centro de Emprego, porque eles, por exemplo, podem ter 18-20 anos, mas não têm a escolaridade obrigatória. E os outros, quando têm, já não passam... não precisam de nós.

E - Falaste, ainda agora, em mediadores sociais e um curso para mediadores sociais. Podes explicar um pouco melhor o que é?

D - Neste momento ainda não posso explicar muito bem porque nós ainda estamos...

E - Mas qual é a intenção? A ideia é o quê?

D - A ideia é trabalhar... Nós temos o nosso trabalho muito virado para os jovens e para a comunidade. É responsabilizar cada vez mais, jovens da comunidade a trabalhar para a comunidade. Neste momento temos uma nova etapa que é a "Organização de Moradores". Não é uma comissão de moradores, é uma organização. E vamos apostar muito neste trabalho com os moradores... com os jovens, aqui do bairro, porque vamos começar a trabalhar em termos de prédio, o condomínio.

E - Sim, sim...

D - ...nesta fase, formámos uma organização, porque depois passam a ser eles a expôr os seus problemas ao IGAPHE e à Câmara. Não tem que ser sempre o CC... Nós estamos cada vez mais virados a estar na rectaguarda.

E - E de certa forma, se calhar, posso dizer que estão a tentar privilegiar a autonomia...?

D - Sim. Muito a autonomia!

E - ...Quer pessoal quer colectiva, das pessoas aqui do bairro...?

D - Sim, sim, das pessoas do bairro. E pensamos que é mais fácil através do jovens, chegarmos aí.

E - Estes projectos de que tu falaste, que são aqui do CC, onde entram outras organizações ou entidades em parceria, como é que são delineados? Quem é que faz o projecto, como é que é feito o projecto? É feito por técnicos, daqui ou mesmo da Santa Casa...?

D - Nós temos uma coordenadora técnica...

E - Deste CC?

D - Uma coordenadora técnica das valências todas da Santa Casa e depois, em termos do CC, nós trabalhamos por estratégias de intervenção e uma das nossas estratégias é exactamente a formação profissional e as actividades económicas...um bocado a autonomia... a criação de emprego... Não é em vão que nós temos não sei quantas lojas que o IGAPHE cedeu à Misericórdia, aqui no bairro, e que nós alugamos às pessoas, por 5.000\$00, que é uma forma só de...

E - É simbólico...

D - E temos o restaurante, a casa da costura, uma série de lojas, que é a criação do seu próprio emprego. Isto vai diminuir a taxa de desemprego na zona e aumentar os recursos da população.

E - Mas os projectos são feitos por quem? Não são feitos pelo Centro de emprego. São feitos pela Santa Casa...

D - Isto são feitos porquê? É a nossa parceria... pelas necessidades que há na comunidade.

E - Mas, por quem? Quem é que elabora os projectos: é o CC, outras organizações... ou é o CC que faz a proposta do projecto e depois há outros parceiros que vêm aderir a esse projecto?

D - Depende, temos de tudo um pouco. Temos a Santa Casa, que sente necessidade de, por exemplo, formar ajudantes de lar... ela propõe ao Centro de Emprego, formação nessa área.

E - E, por exemplo, os técnicos aqui do CC, também podem...?

D - Podem. No caso da "Arisco", foram os técnicos deste CC que sentiram cada vez mais necessidade de trabalharmos na área da prevenção.

E - Por conhecimento da realidade do terreno?

D - Exactamente. Mas mesmo os que estão no gabinete, na Santa Casa, já passaram pelo terreno. Nós não temos técnicos de gabinete... Os nossos projectos aparecem sempre da necessidade dos nossos utentes, da nossa população alvo. E tanto pode aparecer, da nossa coordenadora técnica, como de... eu, enquanto animadora, sinto necessidade...apresento um projecto, (...) a parceria. Não é institucional. Depende da época.

E - Portanto, há uma grande flexibili...

D - Muita flexibilidade, sim, sim.

E - Um técnico social que tenha uma boa ideia... venha de quem vier...?

D - Sim, sim. Em equipa, sempre! A nossa equipa, somos... temos várias formações...não sentimos...Nós não trabalhamos com projectos impostos, são situações sentidas, reflectidas.

E - A que prazo é que funcionam os vossos projectos?

D - Depende.

E - Há projectos, por exemplo para...?

D - Há projectos para um ano, para 2 anos, para 4 anos, depende.

E - O projecto Raízes...?

D - O projecto Raízes durou 4 anos.

E - Foi um projecto para 4 anos...

D - E a partir do projecto Raízes surgiu o Inserção e Desenvolvimento e depois o de Realojamento. Neste momento temos 2 projectos, Realojamento e Inserção.

E - Portanto, o projecto Raízes, estava inserido no programa de Luta contra a Pobreza. Dentro do Raízes é que há outros sub-projectos. É isso?

D - Não. O projecto Raízes, acabou. E sentimos que tínhamos feito qualquer coisa, mas não tínhamos feito tudo. Daí, o que é que nos faltava? Foi alargado, claro... passámos para o Inserção, aí tendo (...) um bocado a estratégia. Começámos com famílias.

E - O projecto Inserção é exactamente o quê? Qual é a grande finalidade do projecto Inserção?

D - É o trabalho com as famílias e a inserção... e também com as actividades económicas.

E - E além deste Inserção haveria então...?

D - E há o Realojamento, nesta zona do Plano Integrado de Almada, estão a ser realojadas pessoas... continuam a ser realojadas. Neste momento estão a ser as da Trafaria, das dunas...

E - Prevê-se mais ou menos o realojamento de quantas famílias?

D - Não faço ideia! Eu não estou no projecto de Realojamento.

E - Mas de qualquer forma, para quem passa aqui e atravessa aqui o Monte, vê-se que o número de edifícios... de construção vertical, em altitude...

D - Construção vertical, sem dúvida.

E - Serão, seguramente, centenas de famílias...

D - Ah... Sim, sim. Mas é assim, estão bairros sociais do IGAPHE, está habitação económica e estão cooperativas de habitação.

E - Relativamente aos prazos, e ainda à flexibilidade, por exemplo, se se verificarem que o projecto por qualquer motivo não se adequou bem à realidade, ou há qualquer coisa na realidade que mudou...

D - O projecto é reformulado.

E - O projecto é reformulado...

D - É avaliado de 6 em 6 meses.

E - Ah, sim. Há avaliação sistemática?

D - Sim, sim. Por exemplo o nosso projecto, é a zona PIA e Laranjeiro, nós encontramos-nos bimensalmente, as duas equipas, equipas de terreno e fazemos a avaliação dos nossos projectos.

E - Quais são as actividades que estão especificamente viradas para os jovens em risco?

D - A "Arisco". Já tinha falado no projecto da "Arisco", na área da prevenção da toxicod dependência. Actividades... Olha, trabalhamos, em termos de grandes actividades... datas festivas, o Carnaval, porque... é festa e pela festa nós conseguimos trabalhar (...)

E - Chamar pessoas...?

D - Chamamos... E a própria comunidade envolve-se, ajuda-nos... E outra coisa, nós participamos em todos os projectos de animação que sejam de fora do bairro. Nós, além de fazermos... Por exemplo, fazemos um curso de Carnaval, no bairro, uma festa de Carnaval, desfile... aquelas coisas todas. Mas participamos também no curso de Carnaval em Almada.

E - Portanto, aqui o bairro desce à cidade?

D - Sempre!

E - E nas Marchas?

D - As Marchas é... Há o concurso de Marchas e o CC...o bairro... É que nós estamos cada vez mais... Não dizemos que é o CC...

E - Cada vez mais, é o bairro?

D - É, cada vez mais é o bairro. As Marchas começaram só com jovens e que neste momento, eles já estão mais velhos e continuam a motivarem e muitos trazem os pais e as mães para a Marcha, para ajudarem.

E - As pessoas têm que se organizar minimamente para se fazerem... escolher os temas, fazer os fatos... Isso é feito em que espaço?

D - Aqui no CC.

E - Mas é considerado uma actividade de tempos livres? Há um monitor que ajuda...?

D - Por exemplo, eu coordeno todas as actividades de animação, não é? Eu faço o projecto. E coordeno tudo isto, desde os fatos, aos arcos, aos ensaios, mas sempre a envolvê-los ao máximo na organização.

E - Carnaval e Marchas, são coisas relativamente pontuais e que estão... já muita gente sabe que...aqui o bairro participa...

D - Depois temos a festa do Natal, também.

E - Mas tudo isto são actividades que estão inseridas na ocupação de tempos livres... Além de fazerem e trabalharem nas Marchas e participarem também nos festejos do Carnaval... Como é que funcionam os tempos livres aqui? O que é que o CC tem para oferecer aos jovens?

D - É assim, nós temos estas actividades grandes, e Santos Populares. Nós não fazemos só a Marcha que vai desfilar a Almada. Nós fazemos um arraial popular, com quermesse, com aquelas coisas todas. E cada vez mais é a população que se organiza e que explora tudo isto. Nós damos um bocado de apoio logístico. E muito

os jovens, cada vez mais, eles sabem que têm uma quermesse para terem fundos, por exemplo para (...).

E - E então esses jovens, são jovens ...

D - Do Centro.

E - São jovens do Centro. Então, o que é o Centro oferece a esses jovens em risco de exclusão? O que é que eles podem vir aqui fazer?

D - Os jovens podem chegar aqui, temos uma sala aberta.

E - Fala-me então da Sala Aberta...

D - Sala Aberta. O jovem entra... É um espaço aberto, tem um monitor, 2, são 2, que lhe permite jogar, conversar, lêr o jornal, temos jogos de mesa, ver televisão, vídeo. Se tiver necessidade de falar com algum técnico, é-lhe permitido. É um espaço aberto, informal.

E - E os jovens juntam-se aqui, como quem vai ao café, por exemplo?

D - Sim, encontram-se aqui. É um ponto de encontro, mesmo! Mesmo quando vão sair, eles encontram-se aqui. E a partir daí, se o jovem manifestar interesse de frequentar Ateliers, nós canalizamo-lo para...

E - Então, fala-me um pouco dos Ateliers...

D - Informática, o apoio escolar, porque nós temos um protocolo com o Piaget.

E - O apoio escolar abrange que níveis?

D - Até ao 3º Ciclo.

E - Até ao 3º Ciclo.

D - Futebol, natação, que logicamente não é aqui, mas nós temos transporte, levamo-los à Lisnave. A ginástica aeróbica e de manutenção, mas normalmente vão mais para a aeróbica. Temos uma sala, também, de dança, uma sala ampla sem nada, que normalmente os jovens...porque eles vão muito pela cultura da dança, dançam imenso. Temos um espaço aberto e diariamente nascem-nos grupos de dança neste Centro. (risos)

E - E é aqui mesmo que eles se juntam...e ensaiam...?

D - É, é! Pegam no gravador e estão... Mais?

E - Outros Ateliers? Não sei...Especificamente virados para jovens...

D - Audio-visuais.

E - Estes Ateliers são de frequência aberta?

D - Sim, sim. E gratuitos. Os nossos jovens não pagam. O jovem se quiser...tendo alguns problemas com a escola, pode frequentar o 2º Ciclo connosco. Nós temos 1º Ciclo e 2º Ciclo.

E - Portanto, têm alfabetização, também...

D - Sim, ensino recorrente.

E - No âmbito do ensino recorrente? E é para jovens também?

D - E neste momento temos um projecto à extensão educativa, sem nos substituírmo-nos, mais uma vez, à escola...mas como sabes, isto é mesmo assim...Há jovens que precisam de fazer a escolaridade, mas não vão à escola. Recusam-se! E já estão naquele limiar...

E - De exclusão?

D - É isso mesmo! E neste momento nós temos um projecto, espero que seja aprovado, que funcione uma turma de 2º Ciclo, de jovens, aqui, à tarde.

E - 2º Ciclo, é o 6º ano.

D - Sim. Nós já formámos muita gente, tínhamos já mais que população para fazermos a turma de 3º Ciclo, mas ainda não foi aprovado (...) é possível, mais nós ainda não conseguimos.

E - Estes Ateliers têm monitores?

D - Sim, sim.

E - Além destes Ateliers, e do ensino recorrente, têm formação profissional? E de que tipo?

D - "À Medida" e não só. Por exemplo, neste momento...

E - O "À Medida" é um nome de um tipo de formação, não é?

D - Que é a tal coisa. Quando não têm a escolaridade...

E - E destina-se a quem?

D - Sobretudo aos jovens.

E - A partir de que idades?

D - O último que tivemos cá, "Reparação de electrodomésticos", é dos 15, 16 anos... dos 16 aos 18. Uns tinham o 4º ano, outros tinham o 9º! Tudo depende... Têm a parte teórica, a parte prática e depois o estágio.

E - O estágio é feito em empresas?

D - Locais.

E - Portanto têm a colaboração... rede com empresas locais? São receptivas?

D - Algumas.

E - Algumas são.

D - E depois temos as colónias.

E - Colónias de férias...

D - Colónias de férias, temos passeios, visitas de estudo, a praia.

E - E quem é que tem as ideias? São os monitores, são os técnicos do Centro...Mas...ouvem a opinião dos jovens? Dizem onde gostariam de ir?

D - Sim, sim. E trabalhamos nesse sentido. Eu não poderia fazer um plano de acção sem falar com eles. Normalmente é nesta mesa, que nos sentamos...Alguns até escrevem. Porque é que não vamos...? O CC já foi com jovens à Expo-92, a Sevilha, já foi à Eurodisney! E foram projectos que os jovens...

E - Propuseram?

D - Sim. Mostraram interesse e que nos apoiaram. Mais do que nós a eles, eles é que tiveram que nos apoiar! Fizeram uma série de actividades... porque...foi uma actividade muito cara, que exigiu uma série de coisas, e que nós não podemos, mesmo sendo um projecto de luta contra a pobreza, não podemos usar o dinheiro para esses fins... embora não...sabes que nem só de comida se vive... Mas fizeram-se uma série de actividades para irem angariando os fundos, tanto que foram!

E - Qual foi a importância que terá tido, nos jovens que puderam participar, ter a oportunidade de ir à Eurodisney ou a Sevilha... Em que é que isso poderá ter efeitos na...?

D - Eu acho que tem. Porque é assim... (silêncio) Faltam-me as palavras...Eles falam em ponto de igualdade, ou mais ainda, que muitos jovens de outras faixas. Porque eles foram à Eurodisney... Eles foram... Nós temos agora ido várias vezes à Expo-98...eles comparam com a Expo-92! Dá-lhes outra...não sei...

E - Achas que pode ampliar as perspectivas deles?

D - Bastante.

E - Eles podem ficar com a sensação que há outras coisas no mundo para além do bairro?

D - Exactamente! Para além do bairro. Eu não acho que seja negativo, não os vai complexar mais!

E - Pode aumentar as expectativas, para eles?

D - ... Pode aumentar as expectativas...

E - Mas em sentido positivo?

D - Eu penso que em sentido positivo. Porque também são trabalhadas! Nós não vamos lá... As coisas são trabalhadas.

E - A saída do bairro é considerado como uma actividade importante?

D - Cada vez mais! Nós cada vez mais estamos voltados para fora do bairro.

E - E isso pode ser motivante para eles? Eles podem motivar-se...ou sentir-se mais motivados, por exemplo, para estudar, para se manter na escola...?

D - Sobretudo... é uma das nossas estratégias em termos do ensino, da escola. Nos intercâmbios com jovens, que já andam no 11º..., é importantíssimo! Temos jovens que voltaram à escola por causa disso!

E - Ah! Vão atrás...

D - E acabam por ficar na escola!

E - Portanto, reagem bem a esse tipo de proposta...

D - Sim!

E - ...de mobilidade. Nesse caso a mobilidade funciona muito bem neles.

D - Muito bem!

E - E actividades de Orientação Escolar?

D - Temos o clube de actividades, que é o apoio escolar.

E - Mas isso dá apoio escolar, em termos de, por exemplo, trabalho de casa...?

D - Não! Não está muito virado... Dá, sim senhor, apoio em termos de trabalho de escola, matéria, mas... com outras actividades. Visitas de estudo, aulas muito práticas, trabalham os temas, saíem bastante com eles, também...

E - Não é apoio escolar no sentido tradicional...?

D - Não é a explicação! Não é a explicação. Tem o que nós chamamos o Clube de actividades, mas também é apoio em termos escolares.

E - E têm algum Orientador aqui? Orientador Escolar e Profissional?

D - São... Em termos do Clube de Actividades, são os estagiários do Piaget... Nós temos um protocolo de estágio com o Piaget e depois tem um professor, que penso que é Orientador...

E - Mas é Orientador, como aqueles das escolas? Que trabalham nos Serviços de Psicologia e Orientação? O que é que é o Orientador?

D - É assim, eu conheço pouco a realidade, da escola...

E - Mas formação tem esse Orientador?

D - É professor deles na escola.

E - É professor deles na escola, é um professor da escola. Mas a função dele não é ser Orientador escolar. Ele lá na escola é professor. Chamam-lhe Orientador...?

D - No estágio.

E - Aqui no CC, não há nenhum Orientador como os das escolas?

D - Não. Aí nós trabalhamos com o SPO e com os outros serviços da escola.

E - E o Clube...Portanto, do ponto de vista formal, não têm Orientação Escolar e Profissional aqui?

D - Não.

E - Não havendo aqui um departamento de Orientação Escolar E Profissional, não havendo aqui um técnico que seja Orientador Escolar e Profissional, que tenha aquele curso do IEFP, etc, a função... há pessoas aqui, com outras formações, mas cuja função é no fundo orientar. Achas que isto faz sentido? Vocês aqui orientam?

D - Orientamos!

E - Então, fala-me um pouco disso... Porque é que achas que aqui as actividades do Centro, orientam?

D - Porque... Eu acho...Eles são orientados e nós orientamos quase sem sentir! Sem nos apercebermos.

E - E orientam para quê? Orientam...?

D - Conforme as necessidades!

E - Orientam, por exemplo, para o Centro de Emprego?

D - Encaminhamos.

E - Encaminham... Logo orientam?

D - Pois! (risos)

E - É uma questão de palavras...

D - É uma questão de palavras... Mas é assim, eu acho de dou formação constante aos jovens com que trabalho.

E - E essa formação constante, é uma orientação para a vida?

D - É mesmo nesse sentido. Nós ajudamo-los muito a construir um projecto de vida.

E - Fala-me disso...

D - Porque... Temos momentos colectivos e individuais com o jovem. Qualquer conversa pode ser Orientação, segundo o meu ponto de vista. Eu estou a falar com um jovem, por exemplo, em termos de emprego. Estou-lhe a fazer ver que a escolaridade dele não lhe permite para além de... mas se ele estudar um bocadinho mais, o leque torna-se maior e ele tem muito mais escolha. Eu estou a dar-lhe Orientação. Mas tudo na base informal. Porque no fundo, não passa de uma conversa informal. Eu atendo jovens, não atendo, converso...que chegam muitas vezes a dizer assim: "T. o que é que achas?" "Achas que eu vá para aquele emprego a ganhar mais mas que corro aqueles riscos ou vá fazer um curso?" Eles próprios já têm... Eu acho que eles procuram a orientação informalmente. Há esta partilha...

E - A função existe...?

D - Existe a função. A colega, a técnica de emprego, ela encaminha, logicamente... todos nós, a psicóloga...

E - Técnicos, monitores...?

D - Tudo! Mas não há aquele... estigma...

E - Não há um Gabinete de Orientação Escolar...

D - Não! Nós não temos... por exemplo, nenhuma sala é de ninguém. Não sei se...

E - Estou a perceber a ideia. Esta Orientação... no fundo é uma Orientação global, em termos dos jovens. Todas as pessoas que trabalham neste Centro, têm esse cuidado... Fazem uma Orientação da pessoa? Não é uma Orientação estrita para a escola...?

D - Não.

E - E falaste-me um pouco de projectos de vida. O que é isso? Qual é a intenção?

D - O que é que entendemos por projecto de vida? Há jovens que nos chegam aqui completamente perdidos. Nós vamos criando etapas. Até onde... O que é que podemos ir fazendo...? E o projecto de vida, orientamos no sentido... não é de ele de repente ir ser engenheiro ou ser aí um gestor magnata... Tentamos ver os sonhos deles, as expectativas, mas adequando à realidade, sem frustrar.

E - Esse acompanhamento tem que ser muito cuidadoso, não é?

D - É preciso conhecer o jovem, é preciso uma relação muito forte... quando a determinada altura... aqui chamamos as coisas pelo nome. Não estamos com paliativos... "É pá! Tens o 6º ano, vai com calma... Tens estas hipóteses..." Por exemplo, não assim que chegas, és advogado! (risos) Por muito que tenhas vontade! (risos)

E - No fundo, é ir preparando o jovem para várias etapas... na construção...?

D - ...Da sua vida.

E - E há resultados? Isso é visível? Esse acompanhamento, essa orientação pessoal?

D - Eu acho que sim!

E - Há casos de jovens em que tenha sido visível esse processo de construção de projecto de vida?

D - É. Mas não é em 100%! Mas não vamos mudar o mundo. Nós não vamos mudar o mundo! A rua é nosso concorrente. (risos)

E - As solicitações da rua?

D - As solicitações da rua. E todos os problemas que daí vêm, não é?

E - Mas... por exemplo, um caso de um jovem ou outro em que tenha sido visível...?

D - Eu posso dar-te um caso de sucesso, por exemplo em termos do monitor da Polivalente, a nossa Sala Aberta. Foi um jovem em exclusão social, em termos de escolaridade formal, fez muito pouco, tem o 2º Ciclo. Mas consegue exercer as funções de monitor, porque fez formação em exercício.

E - Que é o quê, exactamente?

D - Ele foi jovem e conhece as nossas regras. Já passou por uma série delas. Hoje é responsável por um espaço que é deles... Em formação em exercício é assim: nós estamos diariamente a confrontá-lo e a conversarmos, porque é que não se deve fazer isto, e porque é que...

E - Portanto é uma formação informal...

D - Informal. Formação em exercício, no local.

E - Em exercício dele aqui, no Centro?

D - No local. É formação não formal e em exercício, é prática.

E - É prática. Portanto esse jovem ganhou uma perspectiva de vida?

D - Ganhou. Em determinada disse-me que não queria ir para as aulas! Então, nós dissemos: "O que é que gostarias de fazer? O que é que achas?" "Ah! eu gostava de trabalhar com jovens". Então vamos ver... Tem-se feito um percurso e até agora está tudo muito bem. Porque...é exactamente a nossa perspectiva, cada vez mais, para a comunidade.

E - Ele está a trabalhar aqui, para a Santa Casa?

D - Sim, sim.

E - Ele poderia arranjar emprego, se me permites, noutra instituição que não fosse aqui? Ou seja, essa formação em exercício é reconhecida por outras entidades?

D - É assim, nós normalmente encaminhamos, para instituições, em termos práticos, a realidade é esta, as instituições como a nossa, as IPSS's, as associações, recebem assim. Trabalham muito nesse sentido. Claro que ao Estado nunca chegam!

E - Mas este CC não pode dar emprego a todos os jovens em risco de exclusão, que ganham um projecto de vida...?

D - Pois! É isso...! Em relação a eles, tudo bem! São casos excepcionais!

E - Mas são casos que existem!

D - Existem e é esta a realidade. Já não tem lugar para nós, trabalhar-se com os jovens, sem serem jovens da comunidade...Já estamos há 8 anos no terreno!

E - Fazem intervenção de rua? Têm, por exemplo alguns monitores...?

D -

E - ...Não fazem?

D - Nós fazemos animação de rua, temos ateliers de rua, mas não temos, por exemplo como o IAC, animadores de rua. Não. Não sentimos necessidade de...

E - Porquê? Os jovens...?

D - Vêm cá ter.

E - E quando não vêm cá ter e vocês têm casos identificados?

D - Vamos lá ter nós.

E - Quando falaste na importância e na prioridade que é para vocês, aqui no CC, ajudar os jovens a criar o seu... a criar e a ajustar o seu projecto de vida, achas que isso passa por um crescimento da pessoa, por um crescimento pessoal?

D - Sim, sim.

E - Desenvolver...?

D - Há alturas em que eles contestam, percebes, depois amadurecem, batem um bocadinho com a cabeça nas paredes e depois chegam aqui, "Vocês tinham razão, o que é que eu ainda posso fazer?"

E - E atribuis isso a quê?

D - Ao amadurecimento.

E - Ao amadurecimento. Mas esse amadurecimento contou com o contributo, digamos assim, com o acompanhamento aqui do Centro?

D - Eu penso que sim. Há alguns que dizem assim: "Partiram-nos a cabeça",... não sei quê..."E quando diziam assim, mais tarde vais vêr..." Alguns reconhecem. Há outros que não há mesmo nada...E é assim, nós temos, como deves calcular, muitos jovens que andam pelas cadeias.

E - Sim.

D - E até aí há a preo... Eles, telefonam-nos!

E - Da cadeia!?

D - Da cadeia, para cá! E temos jovens, que quando saíem da cadeia vêm visitar o nosso espaço...

E - Mas isso fazem os jovens que entretanto tinham passado por aqui...?

D - Sim, sim. E depois quando saíem, é assim. "Eu agora já paguei pelo que fiz, ajuda-me a..."

E - E casos de jovens com problemas de toxicodependência?

D - Temos alguns, alguns.

E - Fazem...?

D - Encaminhamento, porque nós não damos, não temos...

E - Os Ateliers, são actividades, que estão mais ligadas ao desporto, mas há outras actividades mais ligadas à informática... Com que objectivo é que têm estes Ateliers? Porque é que achas que é importante haver ginástica ou haver natação?

D - Olha, o desporto é importante.

E - Porquê? O que é que o jovem pode aprender com essas actividades? Porque é que isto pode ser importante para o desenvolvimento dele?

D - Além de uma questão de mente sã, corpo são!? (risos)

E - Mas, por exemplo, poderíamos dizer que o jovem pode aprender algumas competências... sei lá, ser responsável, respeitar os outros...

D - É o trabalho em equipa. Por exemplo, em termos de futebol, não é só... Por exemplo, o vencer é muito importante para estes jovens, como se calhar é para todas as pess... Mas, ele tem a noção que um sózinho não faz nada. O trabalho de equipa...desenvolve-se muito o espírito de equipa e direccionar-lhes um bocado aquela energia, alguma agressividade, fica canalizada para aquela actividade física.

E - Portanto, globalmente, podemos dizer que há algumas competências pessoais, que são desenvolvidas na prática destas actividades?

D - E a informática permite ao jovem, claro, que queira estudar... mas não os vamos formas a ser engenheiros informáticos... É um Atelier que é profissionalizante, que permite ao jovem, ter contacto com o computador, uma tecnologia que normalmente não tem em casa. Os que querem continuar a estudar, óptimo! Mas muitos até é útil. Até já nos aconteceu, jovens que frequentaram o nosso Atelier e que hoje trabalham em caixas de supermercado e que foi positivo esta aprendizagem. Não é formação profissional.

E - Formal.

D - Não é formal.

E - Mas o que é certo é que a aprendizagem é feita aqui...não formalmente...

D - É, mas que permitiu...

E - Abrir as portas?

D - Sim, sim.

E - Quando se confrontam com um caso de um jovem em risco de exclusão, como é que feita, por exemplo, a intervenção? Intervêm isoladamente no jovem, fazem intervenção na família desse jovem...?

D - Na família, sempre que possível!

E - Como é que fazem isso? Falam com pais, se houver, com tios, com irmãos?

D - Pronto, eu não sou a pessoa indicada para...

E - Mas terás alguma ideia... (risos)

D - É isso. (risos) Mas à partida é assim. O primeiro contacto é com o jovem, tudo bem. Mas vai-se sempre procurar a família para ajudar a resolver essa situação. Conhecer essa situação do jovem, porque às vezes o jovem conta-nos uma história, a família, outra... Nós temos que conhecer bem a realidade para podermos intervir! Por exemplo, se for o caso de um jovem em risco de exclusão social, toxicodependência, não adianta nós estar-mos a encaminhá-lo para o CAT sem apoio familiar!

E - Portanto, sem a família estar de acordo...

D - E a dar apoio!!

E - Portanto, têm a noção de que têm que estar todos a trabalhar no mesmo sentido?

D - É.

E - É uma intervenção na rede social do jovem?

D - Sim, sim.

E - Essa intervenção, de conjunto, digamos assim, neste caso Centro e família, pode envolver pessoas de outros serviços?

D - Pode. Da escola, do IRS, da Saúde.

E - É uma abordagem multidisciplinar do problema que esse jovem tem?

D - Sempre! Sempre. Por exemplo há jovens que não querem ir à escola, não é? Temos n situações destas. Muitas vezes chegamos à família e percebemos que... a família quer menos que esse jovem vá à escola. Isso acontece! Tem a 4ª classe, não precisa de mais nada!! Nós temos que trabalhar aquela família, aquele jovem e encaminhar para a escola e aí a escola também tem que ter noção do que se está a pass... a conduzir com aquela família e temos que trabalhar muito nesse sentido. Por exemplo, temos um caso agora... Há uma jovem que se recusa a ir à escola cá e que nos pode para ir para um colégio interno. Incrível!

E - Parece incrível!

D - Eu à bocado dizia assim: "Mas arranquem uma vaga para um colégio!" Mas não estou a obrigar... Nem me passa pela cabeça, não me passava, encaminhar uma jovem numa altura destas para um colégio interno!! Mas se é o que ela quer e se... vamos, sim senhora, satisfazer a necessidade. E não me choca! Não é? Porque eu conheço a situação! Mas não me choca nada! Porque realmente chego à conclusão, aquela jovem não reúne condições em casa para estar a estudar.

E - Mas o que se passa é que ela tem vontade de estudar.

D - Ela tem vontade de estudar, tem é que sair do meio, porque é a irmã mais velha e tem 8 irmãos para tomar conta... É um bocado isso. Cada caso é um caso! Não

podemos mesmo. O CC encaminhar para um colégio interno!? Se fôr dito assim, é estranho, não é?

E - O que estão a fazer é uma solução ajustada à necessidade da pessoa, do jovem em risco de exclusão...?

D - Porque normalmente os pais em casa (...) então é tipo... lar.

E - Por parte do CC, quem são os principais intervenientes na acção com os jovens em risco? Por exemplo tu, que és animadora sócio-cultural...?

D - É a Directora Técnica.

E - Aqui do Centro. Quem mais?

D - Os monitores.

E - Os monitores já são remunerados?

D - Sim, sim.

E - Há, por exemplo, voluntários a trabalhar aqui?

D - Nós não trabalhamos muito com voluntários nesta nossa valência. Para já em termos das valências da Misericórdia, esta é a valência que tem mais técnicos.

E - É esta?

D - É.

E - E quantos animadores têm?

D - Nós temos uma classe técnica, que não é nada (...) que foram formadas em termos da Misericórdia, que são as animadoras familiares.

E - O que é isso?

D - São colegas bacharéis, normalmente animadoras sócio-culturais ou educadoras sócio-profissionais, que trabalham com as famílias. Há a assistente social, há as animadoras familiares e há a ajudante familiar. É um técnico intermédio, na família, que permite estabelecer uma relação com a família, não tão institucional, mas que é um técnico que encaminha, que orienta. Também numa forma não formal. Uma aproximação, por exemplo, das crianças em risco com a escola, a legalização, no caso de imigrantes. Esses técnicos estão no terreno, na família, ali em casa a orientar, informalmente! Por exemplo: "Olhe, e se arrumassemos o seu guarda-fato desta forma e então tinha muito mais espaço?" "E porque não beliches, em vez de estarem todos no sofá?"

E - E a questão da higiene, em casa?

D - A questão da higiene, tudo isso. Sem forçar, sem as pessoas se sentirem obrigadas a...

E - É ensinar alg...

D - Algumas regras!

E - E a viver com alguma qualidade de vida...

D - E aí também estão com os jovens em risco de exclusão social, nas casas! A colega, a técnica cá do Clube de Emprego, acaba por...acabamos por estar sempre todas, cada uma da sua forma!

E - Qual é a formação da colega que está no Clube de Emprego?

D - Educadora sócio-profissional.

E - Ela estabelece os contactos com o Centro de Emprego?

D - Sim, sim.

E - Sabe o que é que o Centro de Emprego oferece, pode encaminhar para lá...?

D - Sim, sim.

E - E alguns jovens têm sido encaminhados para cursos do sistema aprendizagem?

D - Sim, sim.

E - Estamos já à algum tempo a falar de jovens em risco. Como é que tu caracterizarias um jovem em risco de exclusão social? Qual é o limite a partir do qual vocês o consideram em risco?

D - Começo-me a assustar quando o jovem não está na escola, quando não está a trabalhar, quando tem muito tempo que não é tempo livre, mas de ócio. Os tempos de ócio, assustam-me! Mesmo que seja um jovem que esteja diariamente na nossa Sala Polivalente, o dia todo, eu fico logo assustada. Porque o ócio é muito...é inimigo, é terrível! Mas um jovem que não esteja a estudar, que não esteja a trabalhar muito tempo e que comece a ter muito... muitos momentos de ócio, torna-se muito preguiçoso e cada vez com menos vontade de trabalhar e de lutar pela vida. Aí é que... Dificilmente dá a volta.

E - Fica mais sujeito, por exemplo, às solicitações da...?

D - É isso. É isso que eu ia dizer. Porque a determinada altura, começa a andar muito pela rua, sobretudo à noite e começa a andar muito por perto com esses perigos e com essas solicitações... Porque como sabes, a toxicodependência existe, e por trás da toxicodependência está o negócio da droga. E eles começam muito cedo a ser solicitados...

E - Muito cedo, é em que idades?

D - Olha, temos miúdos com 8 anos que são pombos! Sabes o que é?

E - "Pombo" é um portador...

D - O "pombo" é portador. É-lhes colada a droga, não é...? E isso começa muito cedo.

E - Cedo, porque esses miúdos são inimputáveis...

D - Sim, sim, exactamente! E são usados para entrar...vão para os assaltos, porque entram facilmente pelos postigos.

E - São pequeninos...

D - São pequeninos. Esses miúdos não vão para a cadeia, mas deviam ser encaminhados para colégios de reinserção social, mas que também não são e fogem facilmente. A partir daí... eu... O limiar dos jovens é assim... é o estarem desocupados.

E - E, por exemplo, em termos da família?

D - Humm... às vezes a família...não ajuda! (risos)

E - Mas, por exemplo, se um jovem tiver grandes momentos de ócio, estiver já desanimado com a vida, sem perspectivas, mas se tiver uma família que se impõe com ele e que tenta puxar por ele...?

D - Aí ajuda, percebes?

E - Ajuda e pode colaborar com o Centro?

D - Colabora...

E - E quando a família é apática?

D - Agora, quando a família é apática, é terrível! Andamos a partir pedra, muitas vezes.

E - São as situações mais graves que aparecem? Quando a família é desestrurada?

D - Ele, por mais que queira, é como se estivesse a nadar em mar alto. Nós temos casos em que, quer dizer..."Ai, para a escola, eu tenho que ir para a escola", em que a mãe dizia assim. "Mas ao menos enquanto ele vai para o estacionamento traz-me o dinheiro pelo menos para a manteiga". Como é que nós aí vamos...É terrível! A seguir ao parque de estacionamento vêm, por exemplo, outras coisas... Aí é difícil. Mas é: desocupação, é logo o nosso sinal de alerta em relação ao... em risco de exclusão social, a desocupação; quando começam a fumar umas ganzazinhas, não é? Porque ninguém começa na heroína, todos começam pelo

haxixe e eles têm que entender isso, não é? E se fumarem muito haxixe, ficam muito mais preguiçosos. E...os problemas psicológicos. Alguns têm uma relação com o próprio vício, com tudo... Depende. Há várias formas ... de nós sentirmo-nos...diferentes...!

E - Achas, por exemplo, que a questão económica é importante, como elemento caracterizador do jovem em risco de exclusão social? Ou não é o mais importante?

D - Não é o mais importante, porque um jovem pode vir de uma família com várias carências económicas e conseguir dar o pulo, trabalhar e estruturar-se.

E - Tem a ver com o seu desenvolvimento pessoal...?

D - Tem a ver com o seu desenvolvimento pessoal. A relação com as drogas é terrível. Pois é, a desocupação assusta-nos logo! Depois o próprio desenvolvimento psicológico do jovem. Há uns, que sem rotularmos, nós sabemos qual vai ser o caminho, percebes?

E - Pelos sinais do seu comportamento?

D - É. Há miúdos com 8 anos, que nós dificilmente... e perdoem-me esta... pode Ter uma saída triste. Se me dissessem há uns anos atrás... Úi, dizer isto! Mas os condicionantes são tantos, tantos, tantos, que tu dificilmente vais ver aquele jovem... Isto é se chegar a jovem...!

E - Sim, se chegar lá.

D - Sem... Em termos da toxicodependência...

E - Já tinhas falado à pouco que o acesso dos jovens em risco de exclusão é aberto. Por exemplo, eles participam nos programas enquanto estão a gostar?

D - É.

E - Mas será que vocês também tentam que eles gostem, para ir ficando?

D - Claro! Cada vez mais!

E - E se ele manifesta vontade de se ir embora, deixam? Ou ainda insistem...?

D - Vamos insistindo... Nós não temos animadores de rua, mas damos muitos giros pelo bairro.

E - Porque são conhecidos?

D - É.

E - E, por exemplo, mesmo o ensino recorrente e a formação "À Medida", também é...voluntário, por parte dos jovens?

D - Eles procuram.

E - Eles procuram... Portanto se a participação é voluntária, se são eles que vêm aqui ter, não há propriamente selecção dos jovens que entram?

D - Não.

E - Relativamente a estes jovens, que outras pessoas é que vocês consideram como importantes para a intervenção com o jovem? Que tipo de pessoas significativas é que colaboram aqui, nas vossas actividades?

D - É assim, eu penso que sou uma pessoa significativa no trabalho com jovens.

E - És uma pessoa significativa, para eles?

D - Para eles. Independentemente de ser uma técnica, eu acho que muitas vezes não me vêem como técnica, eu não tenho muito essa preocupação. Eu sou uma pessoa que os acompanha há muito tempo.

E - Em quem eles confiam?

D - Confiam!

E - As pessoas significativas podem ser diferentes de jovem para jovem? Por exemplo, consideram que, em função daquilo que disseste à pouco, se calhar que... um tio ou um primo, ou alguém na família, pode ser uma pessoa significativa?

D - (silêncio) Sim...

E - ...Com quem possam trabalhar, e ter estratégias comuns, perante o jovem?

D - Em termos... Queres saber na família?

E - Por exemplo... Há pessoas significativas aqui no Centro, mas que são pessoas que têm consciência de que têm esse papel, porque tu como técnica, sabes que desempenhas esse papel. Mas, por exemplo, o pai ou a mãe, um tio ou... não têm. Há pouco falaste que faziam intervenção familiar, que trabalhavam com o jovem mas que cativavam também a família, para colaborar...Essas pessoas podem ser significativas?

D - Podem ser ou não! É assim, pode haver um caso, numa família, a mãe ser uma pessoa significativa ou podemos chegar à conclusão que não há nenhuma pessoa significativa naquela família. Há casos, desculpa lá a imodéstia...Em que eu sou mais significativa que a mãe.

E - Portanto, pessoa significativa, não é só porque é da família?

D - Não!

E - Então, a pessoa significativa é-o na perspectiva do jovem?

D - Na perspectiva do jovem...a relação...o estar... é de confiança, são laços que se criam.

E - Então, no fundo, quem elege as pessoas significativas é o próprio jovem? E o teu trabalho será perceber quem elas são?

D - Sim, sim. Eu posso ser significativa para um jovem e não ser para outro! Eu passo por aquele processo, que todos os pais passam na adolescência. Eles contestam-me bastante.

E - A tua autoridade...?

D - A minha autoridade. Por exemplo, o C. ...

E - O C. é...?

D - É um jovem significativo, é uma pessoa significativa.

E - Portanto, foi um jovem em risco de exclusão, que passou por aqui... hoje é monitor... E é ele próprio uma pessoa significativa?

D - É uma pessoa significativa. Tivemos uma mulher da limpeza, que era uma pessoa significativa para os jovens. A nossa coordenadora técnica é uma pessoa significativa. Tem um cariz mais institucional. Tem porque... Mas é! Porque por exemplo, tivemos uma directora que eles nem sabem o nome. Estás a perceber? Pode ser com a família, como... Nem sempre! O... o Provedor, muitos deles não fazem ideia de quem seja!

E - Para eles não é importante.

D - Não é importante! E a mulher da limpeza...é importante. Ela já saiu, uma delas, e eles continuam a... Tivemos um monitor de audio-visuais que foi uma pessoa significativa, para eles, e ele teve que vir cá e... Depende! Eles é que o elegem! E não tem que ter determinadas características. Tem que ser ele próprio.

E - No início da conversa falaste em Orientação Não Formal, mas não existe um gabinete de Orientação Não Formal! O que é que é isso de Orientação Não Formal, para ti?

D - Olha, é exactamente isso! Não faz sentido para mim haver aqui um gabinete de ONF! Um gabinete...formal!! Por exemplo, nesta sala onde nós estamos, trabalhamos, conversamos... dá-se Orientação Não Formal! Há uma troca, mas não há aquele cariz formal, institucional.

E - Não tem que haver um Gabinete especializado em...?

D - ... para. Eu até posso começar a falar sobre justiça, alguma...estou a dar orientação. Mas ele não está a falar com um advogado, não é um jurista!! Não quer dizer que não haja momentos em que... isto já não é para... vamos procurar quem

saiba um bocadinho mais. A ONF, eu acho que é termos essa capacidade de orientar, formar, sem ter esse cariz tão forte.

E - Portanto, a Orientação é não formal, porque a pessoa não é... não se formou em Orientação, não tem essas habilitações para...Porque não há um gabinete de Orientação Profissional...?

D - Pois, é isso, se passar por aqui, nada te diz que é um gabinete.

E - Por exemplo, a palavra Orientação, aparece nos projectos? Como objectivo, por exemplo, Orientar os jovens para...?

D - Aparece o Orientar, Encaminhar, Proporcionar.

E - Tudo isso entra nos vossos o...

D - Entra nos nossos objectivos... Os nossos objectivos...

E - Orientação Não Formal...

D - Nós trabalhamos mesmo nessa área. Não tenho qualquer dúvida!

E - Desta tua prática...

D - Sim! É a minha prática... Para já, pela minha formação.

E - Já agora, qual é a tua formação? A tua formação académica?

D - Eu sou Animadora Sócio-cultural. Tenho um curso superior de animação sócio-cultural. Sou técnica superior de animação sócio-cultural. E é exactamente uma formação informal...Nós trabalhamos muito com a população, com a comunidade... sempre na rectaguarda das organizações... Encaminhar... Não temos muito a preocupação do status!

E - É mais o ajudar as pessoas a fazer...?

D - É assim, nós temos um ditado base, nós ensinamos a pescar! (risos)

E - Como o ditado chinês?

D - É!

E - E tem dado frutos... o ensinar a pescar?

D - Eu penso que sim.

E - Têm actividades que tenham a ver com a revalorização do bairro? Jardins...?

D - Pois, isso tem a ver... Neste momento está-se a trabalhar em parceria... Porque isto a determinada altura era terra de ninguém. O IGAPHE construiu... que era o Fundo de Fomento...

E - Nos anos '70...

D - Nos anos '70. a Câmara tinha... Mas... acabava por ninguém fazer, porque não era de ninguém!

E - Ninguém se responsabilizava...

D - ...Por... E com o projecto de Luta contra a Pobreza, e eu à bocado esqueci-me de ligar que também é parceiro, vai-se fazendo alguma coisa e temos vindo a ver. Neste momento está-se a reabilitar o bairro. Estão a pintar, não sei se reparaste, a parte de baixo dos prédios já estão pintados. Já fecharam, porque as partes comuns eram abertas. E também mais ou menos estamos nós com a Organização dos Moradores, a tal que falei anteriormente.

E - Portanto, tenta envolver-se os moradores do bairro. Eles dão importância a isso? Sentem-se bem? Reagem bem a ver as melhorias?

D - Ai, sim! Sem dúvida!

E - Achas que pode fazer bem à auto-estima das pessoas?

D - Muito, muito. Qual é relação que podem ter com prédios que não têm uma porta de entrada? Que relação é que as pessoas têm com aquele prédio? A determinada altura, se eles moram ali... tem que haver... Nos outros lados, toda a gente tem uma porta de entrada, não é? É o mínimo! (risos)

E - As pessoas vêem que isso pode ser importante. Mas é difícil convencê-las ou não?

D - Não!

E - Não.

D - Pode haver casos...

E - Mas se lhes é dada oportunidade, se lhes mostrarem assim...então e se fosse assim?! As pessoas aderem?

D - Sim,sim.

E - E achas que isso também é orientação?

D - É!

E - Às vezes basta um pouco, basta um toque para que as pessoas adiram, não é? Não sei se queres acrescentar mais alguma coisa?

D - Não sei se não respondi a alguma coisa que...

E - Respondeste a tudo! Então, se não há mais nada a acrescentar... Obrigada! Obrigadíssima...

D - Obrigada, eu.

E - ...Pela tua entrevista. Até à próxima!

D - Adeus.

ANEXO 7

***Solicitação para a realização de
inquéritos***

ANEXO 7
Solicitação para a realização de inquéritos

A. Solicitação para a realização de um inquérito por questionário ao coordenador transnacional dos projectos “Non-Formal Guidance for Young People at Risk” e “Community Based Guidance Assistance”.

13th July 1998

Dear

As I told you before, during your stay in Portugal last October, I'm investigating on the subject of Non-Formal Guidance, in order to obtain a master degree.

At this point of my research, it is of great significance for me if you'd be so kind as to answer a few (4-5) open questions, by writing.

I'm sending you the aims of my investigation at transnational level, so you know in advance what to expect.

Please consider, if you accept to answer the questionnaire, that it would mean a lot if you could send me the answers by the end of the month. If your answer is “yes” I'll fax you the questionnaire immediately.

Many thanks



(Luisa Ramos)

B. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à coordenadora do projecto de "Orientação Não Formal para Jovens em Risco de Exclusão Social".

À Coordenadora do Projecto
de Orientação Não Formal para
Jovens em Risco de Exclusão Social

Assunto: Solicitação de entrevista para fins académicos

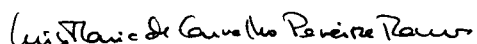
Com vista à realização de uma tese de mestrado cujo tema é Orientação Pessoal e Social - Contextos e Processos de Orientação Não Formal, venho solicitar-vos a concessão de uma entrevista, na qualidade de coordenadora da rede local de Orientação Não Formal de Almada, em local e data que vos seja conveniente.

Este trabalho de investigação, cuja divulgação é restrita ao meio académico, tem como principais finalidades a caracterização dos contextos e dos processos, a nível das práticas de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

Sem outro assunto de momento, agradeço antecipadamente a atenção por Vós dispensada,

Atenciosamente

10 de Julho de 1998



(Luisa Maria de Carvalho Pereira Ramos)

C. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante da Câmara Municipal de Almada na rede local de Orientação Não Formal de Almada.

Exmº Sr. Vereador
dos Serviços Municipalizados de Acção Sócio Cultural
da Câmara Municipal de Almada

Assunto: Solicitação de entrevista para fins académicos

Com vista à realização de uma tese de mestrado cujo tema é Orientação Pessoal e Social - Contextos e Processos de Orientação Não Formal, venho solicitar-vos autorização para entrevistar a representante da CMA na rede local de Orientação Não Formal, que funciona no âmbito do Programa Leonardo da Vinci.

Este trabalho de investigação, cuja divulgação é restrita ao meio académico, tem como principais finalidades a caracterização dos contextos e dos processos, a nível das práticas de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

Sem outro assunto de momento, agradeço antecipadamente a atenção por Vós dispensada,

Atenciosamente

8 de Julho de 1998



(Luisa Maria de Carvalho Pereira Ramos)

D. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante do Centro Comunitário do PIA II na rede local de Orientação Não Formal de Almada.

À Directora Técnica do
Centro Comunitário do PIA II
da Santa Casa da Misericórdia de Almada

Assunto: Solicitação de entrevista para fins académicos

Com vista à realização de uma tese de mestrado cujo tema é Orientação Pessoal e Social - Contextos e Processos de Orientação Não Formal, venho solicitar-vos autorização para entrevistar a técnica representante do Centro Comunitário do PIA II na rede local de Orientação Não Formal, que funciona no âmbito do Programa Leonardo da Vinci.

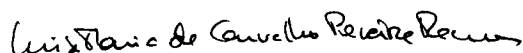
O meu interesse no testemunho da referida técnica justifica-se pela sua experiência de trabalho como animadora sócio-cultural junto de jovens em risco de exclusão social na vossa instituição e pela sua participação no trabalho da rede local de Orientação Não Formal.

Este trabalho de investigação, cuja divulgação é restrita ao meio académico, tem como principais finalidades a caracterização dos contextos e dos processos, a nível das práticas de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

Sem outro assunto de momento, agradeço antecipadamente a atenção por Vós dispensada,

Atenciosamente

10 de Julho de 1998



(Luisa Maria de Carvalho Pereira Ramos)

E. Solicitação para a realização de um inquérito por entrevista à representante do Centro Social Paroquial de Cristo Rei na rede local de Orientação Não Formal de Almada.

À Direcção
do Centro Social Paroquial
de Cristo Rei

Assunto: Solicitação de entrevista para fins académicos

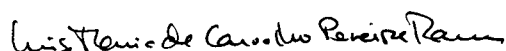
Com vista à realização de uma tese de mestrado cujo tema é Orientação Pessoal e Social - Contextos e Processos de Orientação Não Formal, venho solicitar-vos autorização para entrevistar a técnica representante do CSPCR na rede local de Orientação Não Formal, que funciona no âmbito do Programa Leonardo da Vinci.

Este trabalho de investigação, cuja divulgação é restrita ao meio académico, tem como principais finalidades a caracterização dos contextos e dos processos, a nível das práticas de Orientação Não Formal para jovens em risco de exclusão social.

Sem outro assunto de momento, agradeço antecipadamente a atenção por Vós dispensada,

Atenciosamente

20 de Julho de 1998



(Luisa Maria de Carvalho Pereira Ramos)